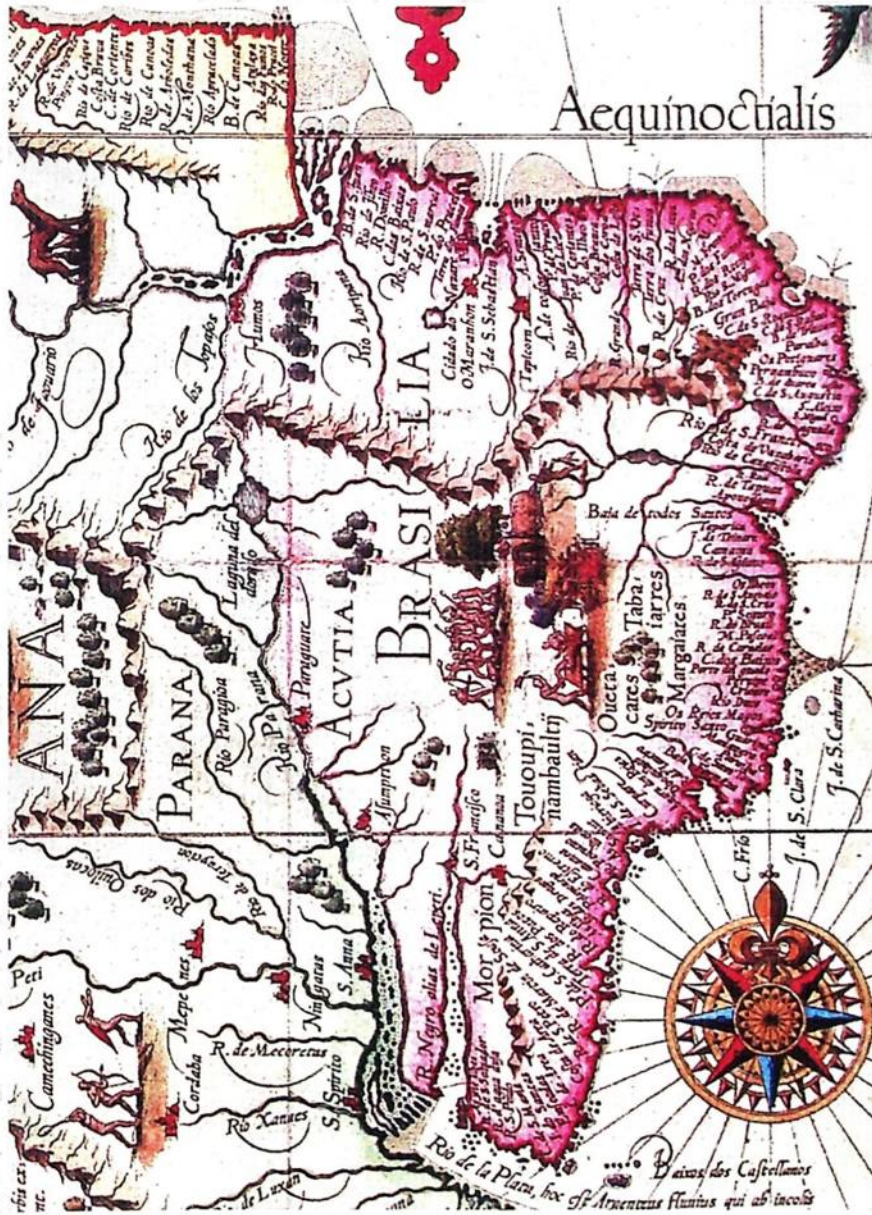


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E ECONÔMICA



PARÃ-NAMBUCO:

OCUPAÇÃO ESPACIAL E TRABALHO INDÍGENA
NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO
NOS SÉCULOS XVI E XVII

BARTIRA FERRAZ BARBOSA
São Paulo - 2004

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

PARÃ-NAMBUCO:

**OCUPAÇÃO ESPACIAL E TRABALHO INDÍGENA
NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO
NOS SÉCULOS XVI E XVII**

Bartira Ferraz Barbosa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientador : Profº Dr. José Jobson de A. Arruda

São Paulo, 2003

SUMÁRIO

Índice	4
Resumo	7
Introdução	10
I - Elementos Teórico – Metodológicos	19
II - Pará-nambuco Indígena	43
III - espaços e tempos superpostos	133
Conclusão	259
Fontes	262
Bibliografia	274

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
I. ELEMENTOS TEÓRICO – METODOLÓGICOS	
1.1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO.....	19
1.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	22
1.3 METODOLOGIA E PESQUISA.....	34
II - PARÃ-NAMBUCO INDÍGENA	
CAP. 1. TECIDOS GEOGRÁFICOS E ESPAÇOS PRÉ-HISTÓRICOS.....	43
1.1 Aspectos Geográficos e Circunstâncias Ambientais.....	44
1.2 Espaços Indígenas Pré-históricos.....	59
CAP.2 . TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE	
PERNAMBUCO.....	89
2.1 Um Lugar Chamado Pernambuco.....	90
2.2 Territórios e Fronteiras Indígenas	98
III - ESPAÇOS E TEMPOS SUPERPOSTOS	
CAP. 3. PARÃ-NAMBUCO NO CONTEXTO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS.....	133
3.1 A Velha Lusitânia	133
3.2 Nova Lusitânia: Sesmarias, Engenhos e Fazendas.....	148
CAP. 4 . TRABALHO INDÍGENA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO	198
4.1 Produtos e trabalhadores da Terra	199
4.2 Leis e Regulamentos para o Trabalho Indígena	211
4.3 Missões Religiosas e a Organização dos Nativos de Aluguel	232
IV. CONCLUSÃO.....	257
V. FONTES	262
VI. BIBLIOGRAFIA GERAL.....	274

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior por me ter concedido bolsa de estudo, no programa de PICD, entre os anos de 1999 e 2002. Ao Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco pela licença para o trabalho de pesquisa e redação para a tese.

A todos os moradores de áreas e reservas indígenas visitadas no estado de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe e demais pessoas que delas participam, seja na administração ou educação e que permitiram com benevolência o acesso a informações e contribuíram com seus conhecimentos para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Professor José Jobson de Andrade Arruda, que aceitou o trabalho de orientação com pericia acadêmica, conhecimento pessoal, firmeza e compreensão. Pelo seu apoio e acompanhamento desde os primeiros passos da pesquisa até a sua conclusão.

À Professora Maria do Socorro Ferraz Barbosa, pelas conversas e leituras realizadas em conjunto, pela sua generosidade intelectual que alimentou freqüentemente a pesquisa documental e a escrita deste trabalho e por seu encorajamento e carinho como mestra, amiga e mãe.

À Professora Gabriela Martin, com quem este trabalho dialoga em vários capítulos, pela orientação em pesquisas na graduação e convivência acadêmica durante pesquisas de campo e no laboratório do Núcleo de Estudos Arqueológicos entre os anos de 1986 a 1991.

A todos os meus professores dos cursos realizados na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal de Pernambuco, em especial à Professora Vera Ferline e a Pedro Puntoni, pelas observações realizadas no exame de qualificação. Ao Professor Armando Souto Maior, pela amizade, à Professora Marília Pessoa, pelas leituras indicadas e livros valiosos recebidos de presente. À Professora Anne-Marie Pessis, ao Professor Ricardo Pinto e à Professora Tânia Brandão, pelo auxílio na busca de novas trilhas para a pesquisa pré-histórica

e histórica. Ao Professor Ariano Suassuna, pelo despertar da visão da influência da cultura indígena na arte popular. À Professora Vera Lúcia Costa Acioli, pelo aprendizado da leitura paleográfica e empréstimo de livros importantes para a pesquisa e à Professora Virginia Almoedo pelo apoio e ajuda em trabalhos que compartilhamos no departamento de História da UFPE.

A todos os colegas de estudo, professores e funcionários no Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP e aos da UFPE, com quem convivi e que ajudaram de forma direta e indireta para a feitura deste trabalho.

A Tatiana Valença Ferraz, pelo apoio em vários momentos da pesquisa e pelos trabalhos realizados em sala de aula no curso de graduação no ano de 2003. A Mariana Arraes de Alencar, pela leitura atenciosa do meu trabalho, correções do português e apoio. A Elisabeth Gomes de Matos Medeiros, pela confecção primorosa de mapas e pelas leituras cartográficas. A todos que participaram na pesquisa, transcrição paleográfica e digitação, particularmente, a Emanuele de Maupeou, a Maria do Bom Parto Ferreira e a Isabel de Oliveira Soares.

Por fim, o reconhecimento à Olga, João e Frede pelo afeto e compreensão durante esses longos anos de preparação acadêmica.

RESUMO

Em regiões próximas a Pernambuco, porto natural no litoral dominado por nativos Caetés, diferentes grupos nativos viviam em aldeias com seus territórios e suas fronteiras. As diferentes culturas indígenas e seus sistemas de produção e de sobrevivência constituíam o espaço indígena encontrado por portugueses no período da expansão marítima. O início da implantação da capitania de Pernambuco sobre o espaço indígena desta região impôs modificações e adaptações para a construção do espaço colonial português. A partir do século XVI, o planejamento e as ações para a edificação de um espaço produtivo na capitania de Pernambuco ocorreu com a superposição do espaço nativo pelo colonial português que neste processo envolveu conquista de territórios e de braços indígenas de culturas nativas diferentes, assim como apropriação de conhecimentos do mundo indígena para melhor extrair as riquezas deste região.

Palavras-Chave: Pernambuco; Mão-de-obra indígena; Espaço colonial; Territórios; Fronteiras.

RIASSUNTO:

Nelle regioni vicine al Pernambuco, porto naturale nel litorale dominato dai nativi “Caetés”, differenti gruppi nativi vivevano in villaggi con i loro territori e con le loro frontiere. Le differenti culture indigene e i loro sistemi di produzione e sopravvivenza costituirono lo spazio indigeno ritrovato dai Portoghesi nel periodo di espansione marittima. L'inizio della costituzione della “Capitania” di Pernambuco sopra lo spazio indigeno di questa regione ha

imposto cambiamenti e adattamenti per la costruzione dello spazio coloniale portoghese. A partire dal XVI secolo, la pianificazione e le azioni per l'edificazione dello spazio produttivo nella "Capitania" di Pernambuco avvenne con la sovrapposizione dello spazio nativo da parte di quello coloniale portoghese che in questo processo coinvolse la conquista di territori e manovalanza indigena di differenti culture native, così come l'appropriazione di conoscenze del mondo indigeno per estrarre in modo migliore le ricchezze di questa regione.

Parola chiave: Pernambuco; mano d'opera indigena; territorio coloniale; territori; frontiere.

ABREVIATURAS

Arquivos

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

APE - Arquivo Público Estadual de Pernambuco

ATT – Arquivo da Torre do Tombo

B A - Biblioteca da Ajuda

DPH - Departamento de Pesquisa Histórica

NEA - Núcleo de Estudos Arqueológicos

IHGC - Instituto Histórico e Geográfico do Ceará

IHGP - Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco

IHGBR - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Coleções de Documentos

DHBN – Documentos Históricos da Biblioteca Nacional

DMBE – Documentos Manuscritos da Biblioteca de Évora

RIHGB – Revista do Instituto Histórico do rio de Janeiro

RIHGC - Revista Instituto Histórico e Geográfico do Ceará

RIHGP - Revista Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco

INTRODUÇÃO

Este estudo não constitui mais que uma tentativa de reordenar questões, que pensamos serem essenciais para a compreensão da conquista dos espaços indígenas e de sua força de trabalho nos séculos XVI e XVII; é, portanto, um repensar sobre a ocupação e colonização portuguesa nos dois primeiros séculos do período colonial brasileiro, vista a partir do enfoque físico,- no que toca a geografia dos territórios indígenas - e dos espaços sócio-econômicos nativos.

O estudo intitulado **Pará-Nambuco: Ocupação Espacial e Trabalho Indígena na Capitania de Pernambuco nos séculos XVI e XVII**, elaborado sob a orientação do Prof. Dr. José Jobson de A. Arruda, do programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Universidade de São Paulo divide-se em três partes. A primeira trata dos elementos teóricos metodológicos e a segunda de título **Pará-Nambuco Indígena** se divide em dois capítulos. O capítulo 1- **Tecidos Geográficos e Espaços Pré-históricos** contém dois itens: **1.1- Aspectos Geográficos e Circunstâncias Ambientais; 1.2- Espaços Indígenas Pré-históricos**. Neste capítulo, apresentamos um panorama ambiental e sítios pré-históricos encontrados na área em estudo, que se circunscreve à capitania de Pernambuco para demonstrar diferentes áreas de ocupação e adaptação indígena na região. O capítulo 2, intitulado **Territórios e Fronteiras Indígenas na Capitania de Pernambuco**, foi também escrito com dois itens: **2.1- Pernambuco em Documentos do Séc. XVI e XVII e 2.2- Territórios e Fronteiras Indígenas**. Nele, apresentamos diferentes grupos e povos indígenas estudados durante a pesquisa dentro de uma proposta de mapeamento das suas unidades sócio-políticas territoriais – espaço onde ocorreu a implantação da capitania de Pernambuco no século XVI e XVII.

A terceira parte de título **Espaços e Tempos Superpostos** se compõe do capítulo 3 intitulado: **Pará-Nambuco no Contexto Do Império Português** e do capítulo 4.

Trabalho Indígena na Capitania de Pernambuco. O tema geral do capítulo 3 está relacionado à adaptação de sistemas de exploração aplicados pela colonização portuguesa à natureza do litoral, do agreste e do sertão da capitania de Pernambuco, isto é, trata-se da sistematização e organização do meio e dos homens para extrair deles a possibilidade de bons negócios. A pesquisa recai, neste capítulo, sobre as características do espaço português criado, suas sub-divisões e fronteiras quando da conquista, na primeira metade do século XVI e início do século XVIII, observando-se que para o viver na colônia importou adaptação, criação e mudança de hábitos tanto do colonizador quanto do colonizado; e, sobre a ampliação dos conhecimentos científicos, que, dentro da modernidade da época, resulta no conhecer o outro, o que pode ser resumido, a grosso modo, em um conceito criado, que parecerá moderno – o exotismo. Este capítulo está dividido nos itens: **3.1- A Velha Lusitânia; 3.2- A Nova Lusitânia e suas Sesmarias; e, 3.3- Engenhos e Fazendas.**

O capítulo 4- **Trabalho Indígena na Capitania de Pernambuco**, que completa a segunda parte, trata do trabalho indígena em grandes lavouras de cana-de-açúcar, na agricultura de subsistência e no cultivo de plantas como o algodão. Mostra também o aproveitamento de indígenas em trabalhos administrativos voltados para ações coloniais e coloca, por fim, como a divisão do trabalho indígena ocorrida nesta região nos séculos XVI e XVII, imbricou-se com mercados dos quais participavam portugueses e holandeses.

A situação da pesquisa nos levou a diferentes fontes. Em primeiro lugar, a uma extensa bibliografia sobre o conhecimento do Brasil dos primeiros tempos, que permitiu leituras nos campos da história, da antropologia, da geografia e da pré-história. Em segundo, a uma leitura de documentos sobre a região Nordeste, visto que a capitania de Pernambuco teve suas dimensões físicas alteradas, como também exerceu diferentes poderes ao longo do período em estudo. Usamos a idéia de região dada por Milton Santos: “ *as regiões são um espaço de convivência, meros locais funcionais do todo, pois, dos lugares não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional. A energia que preside essa*

realização é a das divisões do trabalho sucessivamente instaladas, impondo sucessivas mudanças na forma e no conteúdo das regiões."¹ Partindo do conceito dado de região, pensamos que as diferenças entre os lugares da região em estudo, antes regidas por uma relação entre sociedades locais e espaços locais, apresentaram uma nova configuração com o desenvolvimento da colonização, resultante das relações entre um lugar dado ou uma região e fatores longínquos, provindos de outros lugares e espaços da Europa, África e Ásia.

O estudo apresentado de sociedade que se construiu a partir do espaço indígena de Parã-Nambuco, tanto com fundamentos da sociedade nativa, quanto com os da sociedade ibérica e flamenga, e concomitantemente com dilatada influência de sociedades africanas (o que não é objeto do nosso estudo), concorda com o pensamento de José Jobson de Andrade Arruda de que: *"é preciso ter em conta que os fundamentos do conhecimento da História residem na ultrapassagem do "eu", do "tu" para o "nós", e que, nenhuma reflexão sobre a produção histórica pode descuidar-se dos circunstanciamentos mais gerais que são também históricos e que estabelecem a conexão entre autor-obra-meio, ou seja, a sociedade"*.²

A análise de todas as peças documentais levantadas para este trabalho, fossem estas de ordem política sobre um ou mais grupos indígenas, pesquisas arqueológicas ou sobre os nomes dos lugares tomados pelos portugueses que aparece na cartografia, propiciou um rico tecido de informações. O Estudo de cada tipo de documento ou fonte não foi, evidentemente, nossa finalidade. Ao contrário, eles valeram pelo que revelaram em conjunto, pois não existem documentos ou mapas que se bastem a si mesmos.

A documentação levantada durante a pesquisa do tema foi extensa pela sua importante relação temática com a documentação administrativa portuguesa e holandesa produzida no período, pois, queiramos ou não, a História do Brasil Colônia, e especialmente

¹ Santos, Milton. Técnica Espaço Tempo. Editora HUCITEC, São Paulo, 1996.p.98.

² Arruda, José Jobson de Andrade – Linhagens Historiográficas Contemporâneas, p.29 in Revista População e Sociedade n/4, São Paulo, 1998, Centro de Estudos da População e Família (CEPFAM).

a da capitania de Pernambuco, está inteiramente ligada à História do Império Colonial Português, assim como também à Companhia de Comércio das Índias Ocidentais.³ Companhia esta que desenvolveu um importante papel e relações no desenvolvimento colonial da capitania de Pernambuco. Fontes impressas e bibliográficas complementaram a pesquisa documental com ricas informações sobre a exploração econômica e política de indígenas, seus territórios e espaços. Utilizamos também a leitura cartográfica de mapas e cartas náuticas portuguesas e holandesas do século XVI e XVII sobre a região em estudo, o que possibilitou a incorporação de dados importantes sobre questões referentes aos espaços indígena, português e holandês deste período.

Nosso estudo trata portanto de questões sobre uma região que estava ocupada por comunidades nativas, de uma terra indígena fracionada por sucessivas ocupações ocorridas na pré-história, e que teve neste fracionamento mais antigo uma base para a instalação de um novo fracionamento com a ocupação colonial portuguesa. Houve, portanto, uma ruptura no processo indígena de ocupação da terra, nesta região, que envolvia comunidades familiares aldeadas, com seus campos para plantações e florestas. Ruptura que envolveu mudanças de ordem econômica e política de ocupação do solo na região, e que revelaram diferenças, oposições e semelhanças entre os lugares colonizados. A nova repartição da terra produzida pelo Estado português é apresentada pela documentação e pela cartografia a partir da costa, única realidade tangível e povoada de indígenas. Inicialmente, imagina-se ser esta terra uma ilha, que logo foi batizada por Vera Cruz, nome que traz uma projeção de significado simbólico. Para esta terra, foram, no ato do seu batismo, transportados e fixados os primeiros símbolos: a cruz e as armas de Portugal gravados em um marco de pedra. Símbolos que

³ Sobre a Companhia de Comércio das Índias Ocidentais leia-se de J.E. Hermann Watjen, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, de José Antonio Gonsalves de Melo, *Tempo dos Flamengos*, de Charles R. Boxer, *Os Holandeses no Brasil (1624-1654)*, de Peter Burke, *Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites do século XVII*, de Evaldo Cabral de Mello, *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*; obras citadas na bibliografia.

representavam os responsáveis pela rupturas nos espaços e territórios indígenas e que nortearam a colonização. Logo se descobriu que não se tratava de uma ilha e o nome foi mudado para Terra de Santa Cruz, mas a denominação que se popularizou foi a que se relacionava com o único bem comercializável encontrado nas matas: o pau-brasil.

O mapa do cartógrafo Pedro Reinel⁴ intitulado, *Terra Brasilis*, de 1525, é um dos documentos cartográficos que apresenta claramente a exploração do pau-brasil tendo como limite uma linha costeira já repleta de nomes cristãos que indicam cabos, baías, montes, rios e ilhas. Sobre os territórios dos nativos ou do que eles viviam, não há nada neste e nem em outros mapas do século XVI, que pouco ou nada expressam sobre o interior do Brasil. Até 1530, na linha costeira dos mapas não aparecem sinais de colonização, a não ser indicações de como se chegava aos pontos batizados através de sua localização e distâncias relativas a outros lugares. Estavam assinaladas, portanto, nada além de algumas centenas de pontos pelo litoral e uma linha imaginária referente ao Tratado de Tordesilhas. Ao longo do século XVII os espaços indígenas da capitania de Pernambuco vão cedendo lugar ao espaço português e holandês que se desenvolvia. Documentos se reportam à conquista de territórios, ao consumo de matas de pau-brasil, ao aumento do número de engenhos de açúcar, à criação de novas vilas e à expansão do domínio das populações autóctones reunidas em aldeias pacificadas ou aliadas aos colonizadores. A repartição das terras na capitania de Pernambuco é mostrada nos mapas com a localização dos engenhos de açúcar, principal atividade econômica desenvolvida com base em grandes lavouras de cana que se espalhavam pela região fértil de solo de massapé. Aparecem também em mapas e plantas, a forma, a disposição dos campos e os locais onde já havia ocupação do solo pela exploração agrícola. Em mapas holandeses aparecem alguns nomes de senhores donos de fortunas fundiárias; são nomes de pessoas dispostos ao lado de símbolos que indicam engenhos, lavouras, fazendas e casas localizadas

⁴ Mapa de Pedro Reinel *Terra Brasilis* de 1525 . In: *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Direção de Armando Cortesão. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1960.

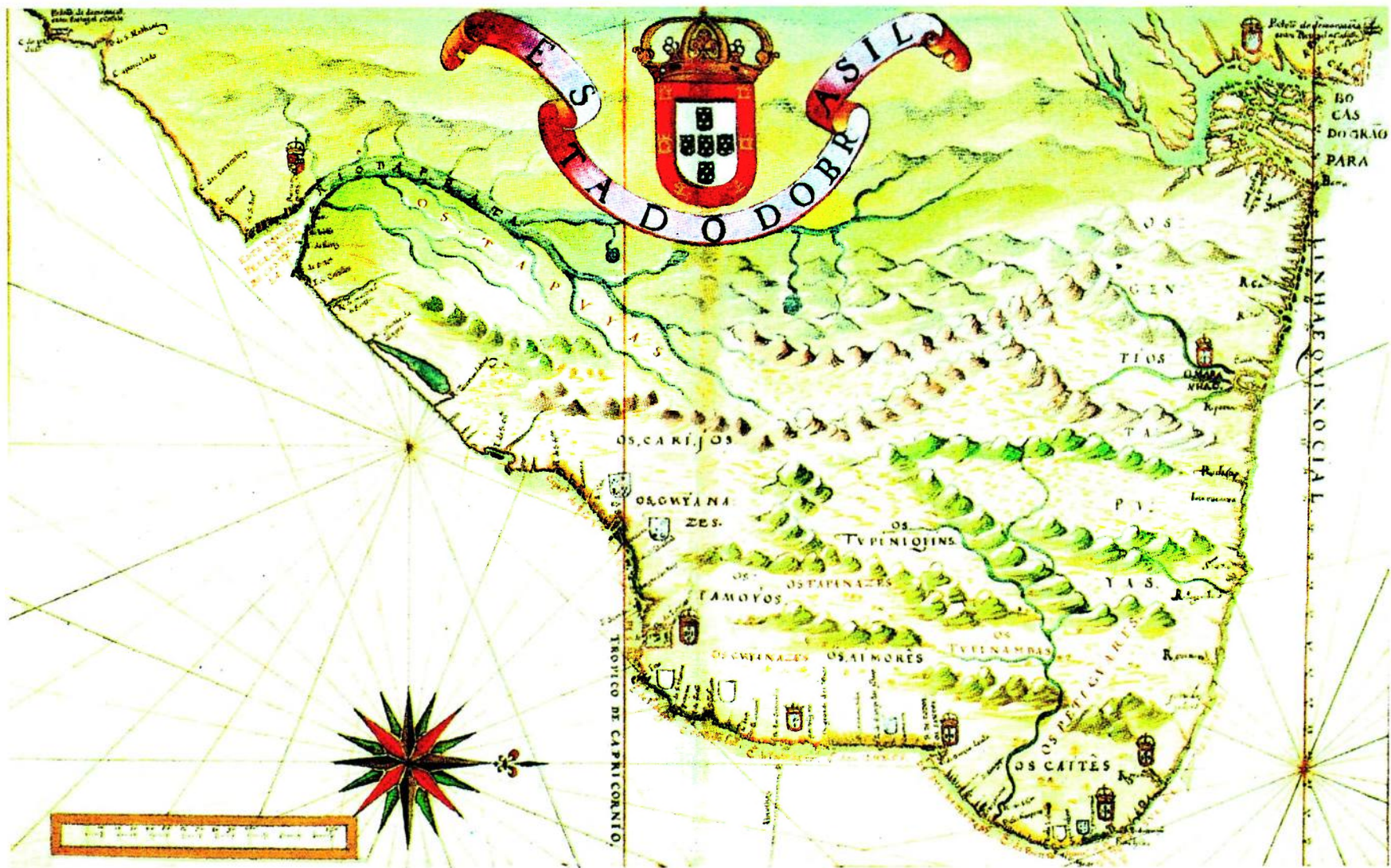
nas colônias. Refletem portanto, já no século XVII, a organização política do espaço colonial construído com o olhar voltado para o mercado externo do açúcar.

Dentre os mapas antigos do século XVI e XVII em que são passadas informações sobre territórios indígenas, alguns apresentam nomes de nações indígenas localizadas nas regiões recém descobertas, mas seus limites territoriais não estão assinalados, o que revela que na cartografia, as fronteiras territoriais indígenas não foram apresentadas. Portanto, a natureza das fronteiras tribais ou étnicas para a região da capitania de Pernambuco tornou-se um desafio. Para tanto, foi necessário realizar pesquisa sobre as diferenças étnicas dos indígenas com base em dados históricos disponíveis de diversos tipos, e em dados pré-históricos relevantes relativos a distribuição espacial da cultura material em relação às unidades sócio-políticas, às divisões lingüísticas e os eventos históricos conhecidos.

Na documentação cartográfica *Caetés e Tabajaras*, que tinham seus territórios no litoral da capitania de Pernambuco, poucas vezes foram esses citados se comparados aos Tupinamás. Em mapa de d'André Thevet, publicado em 1575 em *La Cosmographie Universelle*⁵ e no mapa de Arnoldus Florentius,⁶ do século XVII, aparece a citação rara do termo *Tabaiarre*, entre outros poucos termos referentes a grupos indígenas. Estes mapas fazem parte de uma cartografia que priorizou uma representação cartográfica do reconhecimento físico do território conquistado, ação provocada pela articulação dos cartógrafos desta época com o Estado português, que visava definir uma política de ocupação e divisão das terras recém 'descobertas' para implantação do espaço colonial português.

⁵ Thevet, André. *La Cosmographie Universelle* d'André Thevet Cosmographe du Roy. Illustree de diverses figures des choses plus remarquable vevé par l'Auther, & Paris Piere l'Huiller, 1575. 2v. p.21.

⁶ Florentius, Arnoldus. *Delineatio omnium orarum tocius Aus trasis partis América*,... In RobertoGambine. *Espelho índio: os jesuitas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; 1988. p.44.



CAETÊS EM MAPA ETNOGRÁFICO DE JOÃO ALBERNAZ I

Ca. 1631

FONTE: HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL, Manuela Carneiro da Cunha

Para Vera Ferlini, os engenhos de açúcar foram os marcos da ocupação portuguesa em terras brasileiras, verdadeiros bastiões da ocupação e indicativos da posse da terra. Não existindo com frequência a pequena propriedade na lavoura da cana, e considerando-se o sistema de cultura empregado no espaço português brasileiro, a pequena fazenda não apresentava terras suficientes, já que necessitava-se das matas para fornecer a lenha para o fogo dos engenhos.⁷ A conquista de terras alimentou o crescimento de engenhos e lavouras de cana em proporções aceleradas. O crescente número de engenhos é confirmado pelas narrativas do século XVI e XVII. Em 1570, Gandavo somou 23 engenhos; em 1583 a soma de Cardim chegava a 66; para Campos Moreno eram 77 em 1608, e no livro *Tempos dos Flamengos*, José Antonio Gonçalves de Melo refere-se a 121 engenhos fabricando açúcar no ano de 1630 em Pernambuco.⁸ Tollenare observou, no século XIX, que em Pernambuco existiam vinte e quatro áreas do mesmo porte em posio para cada área de terra aproveitável na lavoura,⁹ o que denota que o tamanho da posse de terras necessárias para a produção de açúcar continuara a ser alta, o que vale dizer que cada vez menos terras ficaram para uso das populações indígenas.

De uma maneira geral, a respeito dos nativos fora imposta e divulgada uma imagem de homens nus, antropófagos e selvagens, imagens que se transformaram em argumentos fortes para a defesa do uso de métodos para a conversão dos indígenas, política colonialista adotada em todo o litoral, e depois pelos sertões, e para a utilização de nativos como escravos adquiridos em guerras justas ou nas entradas usadas para a aquisição de braços para trabalhos nos engenhos, no campo, e nas vilas. A produção de imagens de homens antropófagos não era

⁷ Ferlini, Vera Lucis Amaral. *Açúcar e escravos no Brasil Colonial: As capitâneas do Sul* (Notas para uma discussão) In *Coleção Memórias*, v.12 – Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico. p.181.

⁸ Todos os autores e obras estão relacionados na bibliografia geral.

⁹ Tollenare, Louis François de. *Notas Dominicais – (1816-1818)*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 67.

nova para os europeus que já a reproduziam antes para *Astecas*, povos da África e da Nova Guiné.¹⁰ O problema central da projeção do indígena como o mal a ser combatido escondia suas reais características de legítimos donos de uma terra, sustentados por sistemas de produção e de trocas, e a cruel forma pela qual estavam sendo tratados para defesa dos interesses políticos e econômicos portugueses. A inserção desta região no espaço econômico mercantil português não precisou da aceitação do gentio; este, pelo contrário, rebelado ou não, foram vítima no processo de conquista da América. Durante o século XVI e XVII, muitas foram as guerras entre nativos e colonizadores, e, tomando as palavras de Pedro Puntoni: *“É certo que os Quinhentos assistiram a guerras implacáveis contra os habitantes originais, como os caetés, ..., ou os aimorés e mesmo os tamoios, massacrados pelo governador do Rio de Janeiro, Antonio Salema, no ano de 1575. No entanto, jamais se haviam mobilizado tantas tropas e tantos esforços para debelar de “maneira definitiva” a resistência dos autóctones à ocupação de um vasto território.”*¹¹

¹⁰ Gambini, Roberto. *Espelho Índio. A Formação da Alma Brasileira*. Axis Mundi/Terceiro Nome. São Paulo, 2000, p.111.

¹¹ Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização dos sertões nordestinos do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Tese de Doutorado – Programa de pós-graduação de História Social da USP, 1998. p. 17

I. ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

I. 1 - A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Apresentar o espaço indígena sem considerar os sistemas e as ações dos nativos existentes na região da capitania de Pernambuco, espaço este necessário para o entendimento da construção do espaço português que se inicia com a conquista no século XVI, seria repetir-se que existia apenas um sistema coletivo de uso da natureza entre os nativos, sem uma política de ocupação dos territórios e troca entre as partes ou grupos que formavam este espaço nativo. Esta ausência de análise do espaço indígena pelas autoridades portuguesas e pela política colonial reflete a importância dada às culturas indígenas destas terras. Os relatos, os documentos manuscritos administrativos e cartográficos referentes ao período colonial refletem esta política.

Entre diversos cartógrafos deste período, João Teixeira Albernaz, o velho, (1606 e 1666), é um exemplo. Seu mapa etnográfico de título '*Estados do Brasil*', de 1631¹², assinala as regiões já conquistadas pelos portugueses, e seus limites com territórios indígenas, de maneira imprecisa, sem fronteiras ou símbolos que determinassem o tipo de ocupação que havia no espaço nativo. A falta de uma análise mais profunda sobre os territórios e as culturas indígenas durante o período colonial brasileiro provocou generalizações que aos poucos estão sendo substituídas por uma renovação da historiografia desse período.

A primeira preocupação portuguesa foi a de reconhecer o território e nomear o que encontravam para iniciar o processo de conhecimento desta parte do continente americano. Ao tratarem dessa parte da América do Sul, autores dos séculos XVI e XVII aplicaram em documentos manuscritos e impressos os termos Terra de Vera-Cruz, Ilha de Vera-Cruz e

¹² Ver este mapa in Pedro Puntoni. Op. cit. p. 257.

Brasil, termos que também aparecem em documentos cartográficos. Ocorre nesta documentação o uso freqüente de termos de origem nativa para designação de rios, serras e lugares, como foi o caso do termo *Parã-Nambuco*, usado em manuscritos, em fontes impressas e na cartografia desde o século XVI, para designar lugar ou porto, e que, posteriormente, daria nome a capitania de Pernambuco.

Apesar de ter sido supervalorizada a dimensão portuguesa pela política colonial, a documentação produzida neste período permite que novos olhares se voltem para a dimensão indígena, por muito tempo calada. Ela apresenta muita riqueza a ser explorada acerca da terra e do indígena em relação à política de criação de novas regiões coloniais portuguesas. Política que criou regiões, redefiniu diferenciações e produziu um novo espaço colonial – chamado capitania de Pernambuco –, mais complexo que o espaço indígena anterior ali existente. O espaço português transformou *Parã-Nambuco*, - termo *tupi* que deu origem ao nome da capitania de Pernambuco-, em um ponto de trocas não apenas de mercadorias, mas de idéias, e o incluiu no sistema mercantil, fazendo dele, posteriormente, um lugar a mais na rede de comércio entre regiões da Europa, da África, da Ásia e da Oceania. Se considerarmos a região da capitania de Pernambuco como uma parte do espaço português colonial, torna-se necessário, em primeiro lugar, definir o que é o espaço. Concordamos com as palavras de Milton Santos: “ *O espaço como a soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Nem sistemas de objetos apenas, nem sistemas de ações apenas, mas sistemas de objetos que influenciam sistemas de ações, sistemas de ações que influenciam sistemas de objetos, sistemas de objetos e sistemas de ações indissolivelmente juntos e cuja soma nos dão o espaço total*”.¹³ Estavam em jogo, portanto, nesta região os espaços, territórios e fronteiras indígenas e o espaço português que se colocava com o início da colonização, sendo depois a eles incorporado o holandês no século XVII.

¹³ Santos, Milton. Op.cit. p. 98-99.

Por fronteiras indígenas entendemos os limites da ocupação de vários povos ou tribos em um determinado espaço geográfico, no caso, a capitania de Pernambuco, região escolhida para a realização deste estudo. A referida capitania constituía-se de 60 léguas de costa, iniciando à margem esquerda do rio São Francisco ao sul. De leste para oeste corriam 60 léguas, segundo a carta de doação do Rei D. Manuel II¹⁴ para o capitão donatário Duarte Coelho Pereira. Com a conquista portuguesa, estas referências limítrofes foram alargadas e simultaneamente, os territórios indígenas ocupados por um outro sistema de produção, por uma outra cultura. Desmantelou-se completamente este espaço indígena? Houve uma tentativa de arranjo para que esse espaço, então, cada vez mais dominado por portugueses, pela superioridade tecnológica, fossem compartilhados com os indígenas? Ou o espaço indígena não era homogêneo, inclusive para as suas próprias populações?

O que podemos inferir das leituras dos documentos deixados pelos colonizadores, cronistas, autoridades, burocratas, religiosos, ou mesmo da reação dos próprios nativos? Já, que temos poucos escritos indígenas¹⁵ protestando ou confirmando seus contornos físicos e fronteiras com os outros nativos e com os brancos, procuramos fazer leituras transversais dos escritos dos colonizadores, que pudessem responder ou encaminhar pistas esclarecedoras a estas questões.

¹⁴ Comparar com a Apostilha de 25 de Setembro de 1534, publicada in *Doações e Forais das Capitanias do Brasil/ 1534-1536*, p. 11-12, com apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Mexia Bigote Chorão.

Publicado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, 1999.

¹⁵ Ver na relação dos documentos manuscritos utilizados e citados em anexo nas fontes manuscritas, as cartas de Pedro Poty e Felipe Camarão e os documentos relativos à Assembléia indígena de 1645.

I. 2 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Do ponto de vista metodológico, coloca-se o problema da sociedade indígena com seus sistemas de ações e objetos que se faziam refletir em uma política de ocupação na região da capitania de Pernambuco, com suas fronteiras, suas recepções e suas reações ante à chegada dos europeus, e depois deste contato, por mais duzentos anos. Em outras palavras, este trabalho pretende contribuir para o entendimento sobre o espaço sócio-político indígena a partir do impacto da chegada dos portugueses no que toca à exploração do trabalho indígena quando da colonização desta região. O que sabemos ou inferimos das ações e reações dos antigos habitantes desta terra nos é fornecido através dos discursos do colonizador ou de algum visitante; mas, os resultados deste encontro podem ser medidos, também, pelos testemunhos não propositais que restaram. Daí a importância que o historiador deve conferir à relação existente entre história, antropologia e literatura. A narrativa literária, ou mesmo a narrativa informativa, como a das crônicas, importa aos historiadores, que necessitam formular ou explicar fenômenos, ou melhor, compreendê-los, sem, contudo, contar com uma base mais concreta.

Sendo a história uma disciplina empírica, quando o historiador se depara com sociedades ágrafas e quando outros testemunhos foram destruídos, parcialmente ou totalmente, as grandes dificuldades se apresentam para o pesquisador recompor os acontecimentos e fazer uma narrativa com validade histórica. Nesses casos, antropólogos / etnólogos movimentam-se com mais rapidez. Sendo a etnologia uma disciplina conceitual, ela se direciona às estruturas inconscientes, enquanto a história busca o conceito mais visível, como afirma François Dosse: “o historiador deve se contentar com a fina película da espuma

dos dias”.¹⁶ Os métodos de ambas as aproximam e o campo de estudo é o ‘outro’ mas, no caso da história, o ‘outro’ no espaço e no tempo.

Tomamos como referência o plano de trabalho sugerido por Marc Bloch para uma pesquisa sobre a história de uma aldeia adaptado por nós para ser aplicado a este estudo proposto para a região da capitania de Pernambuco. Bloch coloca, primeiramente, uma interpretação da paisagem onde estariam colocadas as formas dos campos em relação com os caminhos, isto é, coloca a vegetação em relação às construções. Para auxiliar dos olhos, ele descreve o relevo, os solos, e propõe mapas sobre sítios com ocupação humana e sobre as ligações existentes entre eles. Como fontes sugere o uso de documentos escritos e arqueológicos.¹⁷ A partir deste roteiro de questões propostas por Marc Bloch, adaptamos as perguntas: quais são os pontos de ocupação do período pré-histórico e quais as relações entre eles quanto à distância, produção material, utilização do solo e datações existentes. Com estas informações, buscamos verificar quais as relações existentes entre esta população indígena com o mundo colonial até o final do século XVII: o movimento das populações nativas, o trabalho indígena no espaço português implantado, e a distinção entre aldeias e povoados e suas localizações. Através do método comparativo, as informações obtidas durante a pesquisa e levantamento de dados devem ser tratadas para se verificar, por exemplo, maior ou menor concentração de aldeias/acampamentos indígenas e comparar quais as relações existentes entre elas quanto ao tipo de cultura material desenvolvida em cada uma delas.

Através do método comparativo, aplicado aos dados de pesquisas arqueológicas com informações sobre as relações entre os sítios escavados, foi possível criar subconjuntos com base em critérios que avaliaram a antiguidade dos sítios/aldeias indígenas, verificando que existiram várias épocas de ocupação pré-histórica nesta região. Também foi usado este

¹⁶ Dosse, François. *A história à prova do tempo*. Editora UNESP/ São Paulo, 2001. p.155.

¹⁷ Bloch, Marc. *A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. EDUSC. Bauru, 2001. p. 197-200

método para verificar o reordenamento do espaço sócio-econômico indígena a partir da implantação dos engenhos de açúcar – elemento externo às culturas indígenas -, na medida em que era verificada a amalgamação, mistura e acomodação que caracterizaram as relações interétnicas no Brasil colonial desta região.

Em primeiro lugar, é preciso dar respostas a estas questões de forma mais complexa do que simplista; portanto, abordar estes problemas com o paradigma da complexidade pode ancorar satisfatoriamente hipóteses que, se bem demonstradas e calçadas do ponto de vista empírico poder-se-ão transformar em teses. É verdade, que o termo “paradigma”, utilizado quando se trata de averiguar complexidades, remete-nos à idéia de paradigma científico utilizado na obra de Thomas Kuhn¹⁸ sobre as estruturas das resoluções científicas. Por esta razão, este aporte metodológico, nas ciências sociais deve ser usado com ressalvas, e, é preferível utilizá-lo na direção que o fez Edgar Morin ao colocar como seu oposto o “paradigma da simplificação”. Este paradigma, segundo o autor citado, opera por redução do complexo ao simples, por rejeitar a eventualidade, a desordem, o individual, e pela disjunção entre sujeito e objeto.

Desta forma, analisar o espaço e o trabalho de nativos na capitania de Pernambuco no século XVI e XVII, chamados de *índios* ou *gentios* pelos portugueses, antes e depois da chegada destes, e ou como os portugueses (navegadores, autoridades, cronistas, colonos) os encontraram, e em que estágio de desenvolvimento e de compreensão receberam a “civilização superior” sem os simplismos dos grandes conjuntos da história, é o nosso propósito, para esclarecer o papel dos nativos no sistema econômico, imposto pelos portugueses nesta região. Contudo, deve haver alguma reserva por parte do historiador

¹⁸ “A análise de Kuhn não deve ser usada sem ressalvas pelas ciências sociais, particularmente a noção de ciência normal, que significa o estado de dominância com base em critérios de superioridade científica de um dado conjunto de conceitos...” Marcelo Lopes Souza In *A Expulsão Do Paraíso, in Exploração Geográficas*. Iná Elias de Castro, et al. Editora Bertrand Brasil, RJ, 1997. p.45.

quando este se apropria tanto dos modelos antropológicos quanto da narrativa literária. Os resultados são úteis, mas podem vir acompanhados de ambigüidades. A seriação, um método freqüentemente usado para reconstruir seqüências históricas a partir de material puramente descritivo da antropologia cultural pode ser muito valioso. Este é provavelmente, o melhor meio de que se dispõe para a construção de seqüências de cultura, do tipo simples ao complexo, no domínio da história do artefato e dos processos industriais numa área geograficamente restrita. Assim, o mapeamento regional da distribuição de elementos da cultura material tomou um espaço importante no processo de pesquisa.

Estamos lidando com uma nova realidade para os europeus e também nova para os nativos, se observarmos da perspectiva de que a presença européia modificou o espaço social indígena. Não apenas a necessidade determinará esta realidade, mas igualmente o acaso e o contingente vão ser definidores deste novo mundo. Alguns pesquisadores do tema têm se limitado a estudos ou à apreensão de informações transmitidas de forma cristalizada: o império português se expandiu por muitas razões e entre elas as de encontrar terras, ouro, gentes, realizar trocas, obter muitos lucros; e ao navegar para o ocidente encontrou terras, gentes, realizou trocas, encontrou ouro (é verdade, muito tempo depois) e obteve lucros; do lado de cá, nações, tribos nativas organizadas, portanto, também dentro de um sistema ou de vários sistemas. Este estudo pretende fornecer uma leitura crítica de questões cristalizadas para a região da capitania de Pernambuco, valendo-se das franjas do real, da marginalidade, e para ser visto, é necessário ampliarmos do simples para o complexo e colocá-lo numa escala mais ampla de análise.

A classificação dos nativos em indígenas de língua geral, os *tupi-guarani*, e os de língua travada, os *tapuias*, foi feita com base no paradigma da simplificação; esta classificação ajudou no entendimento da primeira diferença do ponto de vista lingüístico; entretanto, passados tantos séculos desde que foi feita, será necessário utilizar outros fatores para se encontrar diferenças e semelhanças. Outro problema ocorreu com a negligência dada

ao papel do espaço,¹⁹ e a partição entre espaço e relações sociais levou a uma separação inclusive na abordagem das ciências – a Geografia e a História, e isto pode ser considerado outra simplificação.

Conceber as sociedades indígenas na Nova Lusitânia/Pernambuco como parte de um sistema geral dos nativos do Brasil colonial, diferenciada apenas por nela falar-se a *língua geral* e a *língua travada* e ou apenas pelo lugar onde se encontravam não responde a questões como: nativos de uma mesma nação mas de tribos diferentes apoiaram portugueses contra franceses ou portugueses contra holandeses, como é o caso dos dois primos Pedro Poti e Filipe Camarão. Por outro lado, é preciso explicar qual o papel do espaço indígena e do meio ambiente na vida dos nativos, que, ao modificarem o meio²⁰ para melhor ocupá-lo produziram uma política de ocupação dos espaços indígenas mantenedora das unidades sociais – as aldeias –, e dos conjuntos dessas unidades - as nações nativas.

A noção de sociedade como um conjunto de sistemas só resiste se o conceito de sistema for desvinculado do conceito de equilíbrio. Caso contrário, a idéia de contradição fica comprometida pois, se dentro dos sistemas há sub-sistemas estes podem ser de um certo modo antagônicos, como é o caso do próprio sistema colonial português que recebia impulsos negativos e positivos produzidos por sub-sistemas nele existente.

Quando estudamos as leis, os decretos, as cartas régias, as recomendações vindas do centro do poder do sistema colonial sobre a liberdade dos nativos por exemplo, e ao mesmo tempo nos colocamos a par dos acontecimentos na colônia através de diferentes atores sociais, como os colonos, os missionários, ou outros, verificamos que o próprio sistema colonial não agia em equilíbrio; que dentro dos sistemas há grandes contradições, e que elas podem ser compreendidas na medida em que resultam em diferentes reações do outro sistema aqui

¹⁹ Souza, Marcelo Lopes. A Expulsão do paraíso. O Paradigma da Complexidade e o Desenvolvimento Socio-Espacial. In: Iná E. de Castro(org.) - Explorações Geográficas. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997. p. 49.

²⁰ Claval, Paul. As abordagens da Geografia Cultural: in Iná E. de Castro, et al. Op. Cit. p.90

fundado. Este trabalho, portanto, procura abordar aspectos da vida indígena na Capitania de Pernambuco que podem ser encontrados na pré-história dos grupos que aí se encontravam, e que, em si não estão limitados à temporalidade imposta por estudiosos. Tanto para os pré-historiadores brasileiros, como para os historiadores, o início da história das sociedades indígenas não começou com a chegada dos colonizadores e seu sistema de escrita. Para ambos, todo vestígio material é importante. A Pré-história, como referencial cronológico, é usada para classificar sociedades sem escrita, desaparecidas sem que outras as tivessem tomado como referencial ou sobre elas escrito, e a Proto-história refere-se ao período da História em que sociedades indígenas estiveram em contato com diferentes colonizadores, em que, cronistas, religiosos e colonizadores encarregaram-se do registro documental sobre as culturas nativas. Estes tornaram-se importantes para nossa pesquisa e nos levaram a usar ambos os termos quando necessário no nosso trabalho: Pré-história e Proto-história.

A utilização de conceitos como cultura e cultural tem sido freqüente em diferentes linhas da história. Desde a concepção de E. Taylor em *Primitive Culture*, onde ele a define como sendo a categoria mais geral do conjunto das ações humanas²¹, aos trabalhos da Nova História, com enfoque sobre Etno-História, Antropologia histórica, nas quais a análise de culturas, é considerada uma área de trabalho recente, gerada pela valorização de outras culturas além da cristã ocidental.²² A questão orientadora para nosso estudo foi a de que tanto a História como a cultura são dinâmicas e portanto se prevalecem de que existem tempos: tempo de longa duração das estruturas e de curta duração das conjunturas, como defende Michel Vovelle.²³ Observou-se sistemas estruturais de longa duração nas diferentes culturas em análise, tanto nas indígenas, quanto na cultura portuguesa. Alianças temporárias e

²¹ Braidwood, Robert J. *Homens Pré-históricos*. Ed. UNB, Brasília, 1988. p.48.

²² Ferreira Neto, Edgar. *História e Etnia*. p.313-328, In Cardoso, Ciro F. e Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

²³ Vovelle, Michel. *A História e a longa duração*. p. 65. In Le Goff, J. (org.) *A História Nova*. Ed. Martins fontes, São Paulo, 1990.

conflitos, por exemplo, foram tomados como categorias conjunturais na análise da política de ações sobre os espaços no processo de superposição de culturas existentes, antes e depois da conquista portuguesa, pois partimos da hipótese de que diferentes culturas indígenas se relacionavam, produziam alianças e gerenciavam conflitos dentro de espaços territoriais em período anterior ao da chegada do homem branco.

Diversos trabalhos de antropologia foram desenvolvidos no Brasil sobre populações indígenas como mostra Julio C. Melatti no seu estudo "*A Antropologia no Brasil: Um roteiro*".²⁴ De uma maneira geral, observa-se que a maioria dos trabalhos tende a oferecer conclusões sobre os poucos grupos ainda existentes, sobreviventes enquanto etnias, mas que mantém contato com a sociedade brasileira contemporânea. Para a região de Pernambuco, estudos revelam a existência atual de grupos populacionais indígenas como os *Xucuru*, os *Fulniô*, os *Kariri*, os *Pankararu*, os *Atikum* e os *Jeripankó*, como pode ser visto no trabalho de José Maurício Andion Arruti.²⁵ Grupos, que em grande parte perderam suas línguas mães e que, portanto, falam o português como língua primeira sem no entanto, deixar de usar palavras e expressões indígenas. Os diferentes grupos indígenas foram estudados a partir do conceito de sistemas culturais com base em algumas categorias definidas por David Clark, em que grupos culturais compreendiam uma cultura generalizada como indígena, mas, que não compartilhavam necessariamente das mesmas tradições, fases, conjunto tipológico ou sub-tipológico, só reconhecíveis pela análise de categorias como lugar, espaço, meio, cultura, tradição, língua, entre outras. Para Clark a noção de grupo cultural, que passamos a adotar, é a de que o grupo sócio cultural produz seus sistemas de objetos procedentes de um mesmo ambiente, ou de ambientes semelhantes, nos quais estão representados pensamentos, gestos,

²⁴ Melatti, Julio Cezar. *A Antropologia no Brasil: Um Roteiro*.p.123-211. In: *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*. ed. Cortez: ANPOCS,São Paulo, 1990.

²⁵ Arruti, José Maurício Andion. *Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional*. In *Revista Estudos Históricos*, v.8, n. 15, Rio de Janeiro, 1995.p.57-94.

fins, vontades, valores e regras. Neste sentido, a noção de cultura está ligada à produção de objetos, considerando variabilidades técnicas possíveis em sistemas de conjuntos que se encontram em um mesmo meio ou área geográfica.²⁶ Mas, ela também está ligada a uma área da cultura chamada de cultura inatingível a qual é produzida por indivíduos, que, embora ajam como seres autônomos enquanto grupo, povo ou nação, identificam a si como parte de um todo ao qual ele pode até não dar um nome mas, que considera como causa e fator de sua existência. Portanto, as Culturas são frutos da imaginação humana que constrói discursos em torno de sentidos, que influenciam e organizam tanto as ações quanto a concepção que os indivíduos passam a ter de si, do nós e dos outros. Discursos entre o passado e o futuro, o antigo e o novo, em que o passado pode significar mais segurança e o novo alternativa incerta. Do passado, as tradições, difíceis de serem compreendidas por gerações mais novas, representam um conjunto de práticas de natureza ritualística e simbólica, não tão antigas e até recentes, mas que pela repetição implica em continuidade. Por outro lado, as expressões de pensamentos e desejos individuais podem aparecer embutidos em diferentes sistemas culturais, ficando à margem de uma cultura ou fugir aos padrões culturais, podem provocar instabilidade, diferenças, e até mudanças na sociedade. A formação de uma cultura está, no entanto, ligada a generalização de uma língua vernacular como meio dominante de comunicação dos rituais, mitos e comportamentos que prendem os indivíduos em uma sociedade ao passado.²⁷

Por outro lado, a pesquisa visou uma história regional, inserida na Região Nordeste, onde o espaço privilegiado foi o da antiga capitania de Pernambuco. Nesta grande região, espaço e fronteiras culturais estão cheios de indivíduos e grupos com seus planos e ações formando uma imensa riqueza cultural. Neste sentido, o imaginário político e territorial encontra-se entrelaçado em situações concretas, com poder explicativo para questões

²⁶ Clarke, David L. *Arqueologia Analítica*. Bellaterra, 2ª ed. Barcelona, 1978.p.183-220.

²⁷ Hall, Stuart. *A Identidade cultural na Pós-modernidade*. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2002. p.40-53.

importantes para o nosso estudo, que se desenvolve em torno da idéia da necessidade de interação entre a terra e os espaços humanos nela existentes. Assim, além de uma abordagem econômica e cultural do espaço, este trabalho propõe uma leitura sobre a apropriação de espaços e superposição de culturas. O contexto sócio-ambiental desempenha portanto importante papel pois é nele que os homens interagem no seio do próprio grupo e entre os grupos. Nestas sociedades indígenas, a família servia de base para a vida econômica mas também política dos grupos sem instituições formais, mas em que o elo de parentesco funciona como base para a manutenção das tradições existentes nos grupos, ficando assim a filiação como o princípio de constituição e de organização interna de cada grupo de parentesco, e as alianças como o princípio da organização das relações externas entre os grupos.²⁸

Um grupo indígena passa à condição de povo dependendo de varias categorias, como a do sistema de parentesco, constituinte de um sistema sócio-cultural, e a da existência de um líder que assume a responsabilidade das decisões políticas do grupo, por exemplo. Partindo-se de uma abordagem estrutural, um povo indígena tem nas suas tradições as estruturas da sua cultura material mesmo quando ela abriga o que parece ser irregular. Entre sociedades ágrafas como as indígenas da capitania de Pernambuco, as estruturás são mais que objetos, são representações sociais e servem de instrumentos para explicar as relações sociais. A utilização da categoria estrutura para o estudo de povos e grupos ágrafos apresenta resultados quando usada pelo método que explica as relações sociais de comunicação e de troca com seus sistemas de códigos e suas articulações, as quais classificam e compõem uma cultura. Para um outro estudioso do tema, Lévi-Straus, as estruturas não são rígidas nem absolutamente fechadas, pois ele explica que, como agentes estão os homens, que fazem os grupos e s

²⁸ Marc, Auge. Os domínios de parentesco. Edições 70. Rio de Janeiro, 1973. p. 19.

encarregam de modificá-las.²⁹ A análise das estruturas como categoria para este estudo de grupos e povos indígenas iletrados na capitania de Pernambuco, necessariamente envolve outras categorias como os mitos, base para os rituais, exercidos pela coletividade, que formam as crenças e as normas sociais. O conhecimento sobre os rituais fazia parte da relação homem-natureza e deveria ser do poder coletivo do grupo indígena, embora alguns se destacavam pelo seu conhecimento mais específico no campo mágico ou no campo do conhecimento físico, o que o diferenciava dos demais e lhe conferia poder e autoridade. O conhecimento, portanto, tanto podia ser do campo mágico, onde acreditava-se que procedimentos simbólicos eram capazes de modificar fenômenos naturais como a morte, em que mortos e vivos exerciam influência uns nos outros e, portanto, deviam seguir as práticas rituais de natureza mágica para vivenciar na vida a condição de pós-morte, como poderia ser do campo físico. Adquirindo assim proteção e força para evitar o fracasso e malefícios em vida, diferentes grupos indígenas usavam o conhecimento da cosmologia, do xamanismo e da antropofagia,³⁰ ao lado dos conhecimentos de transformação da natureza, todos, - animais, pedras, árvores, rios, florestas, montanhas, feições geológicas - úteis para a renovação de sua vida. Vida, na qual também importa enfrentar o medo - do trovão, das enchentes, do escuro - de forças naturais incontroláveis formadoras de uma natureza inimiga do homem.³¹

Cada grupo nativo construía seu espaço de vida com técnicas inventadas para tirar do seu pedaço de natureza elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Produzindo, organizava a sua vida social e o espaço, na medida em que se adaptavam suas forças, necessidades e desejos. A problemática da base territorial da vida humana nativa da Capitania

²⁹ Lévi-Stravus, Claude. O Campo da Antropologia. In: Antropologia Estrutural II. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1976. p. 11-40.

³⁰ Fausto, Carlos. Fragmentos da História e cultura Tupinambá. In : Cunha, Manuela Carneiro da. (org.) História dos Índios do Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 1998. p. 390-394.

³¹ Santos, Milton. Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. HUCITEC, São Paulo, 1996.p.16-17.

de Pernambuco sempre preocupou as diferentes sociedades envolvidas - as nativas - e com o início da colonização tais preocupações redobram, porque novos problemas se somavam aos acumulados antes de 1500. A escravidão indígena foi um dos problemas, entre muitos outros, que surgiu com a presença portuguesa. Para Mario Maestri, a escravidão imposta nas primeiras roças, fazendas e engenhos de açúcar da costa brasileira recaiu sobre os ombros dos brasis, que só (apenas) no início do século XVII foi suplantada em número pela força de trabalho africana nas mais ricas donatárias, tendo a Capitania de Pernambuco iniciado esta substituição anos antes.³² A utilização de nativos, tanto da costa como dos sertões, como escravos para as lavouras, foi acompanhada do uso de brasis nas guerras de expropriação - guerras que marcaram a região Nordeste e que tem no episódio da Guerra dos Bárbaros o conflito mais longo do ciclo de guerras movidas contra os povos do sertão nordestino.³³ Paralelamente à conquista de terras indígenas, trabalhadores indígenas livres foram administrados por missionários em aldeamentos de populações pacificadas. Todas estas ações constituíam estratégias fundamentais para a legitimação do Estado Português e para a formação do espaço português no Brasil, o que levou por um lado à exploração do braço indígena nas lavouras e ao seu quase isolamento nas missões criadas, afastadas dos centros coloniais, mas que posteriormente, como afirma Manoela Carneiro da Cunha, com o incentivo à ocupação dos sertões por populações não-indígenas, foram também estas áreas assimiladas fisicamente e suas populações aculturadas.³⁴

Para a realização deste estudo, foi importante analisar os espaços territoriais ocupados pelos engenhos de açúcar e fazendas de gado apoiados pela colonização portuguesa

³² Maestri, Mario. Considerações sobre o cativiero do "negro da terra" no Brasil quinhentista. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, XVI (1,2):1990.p. 197-210.

³³ Puntoni, Pedro. *Op. cit.* p. 13.

³⁴ Cunha, Manoela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP: Cia das Letras, 1992.p.

no que refere-se à produção de mercadorias para o mercado externo e para a manutenção das populações na região da capitania de Pernambuco.

Ao lado das questões de espaço territorial e trabalho indígena, outra categoria trabalhada neste estudo foi a identidade de nativos enquanto grupos indígenas em contato com populações portuguesas do início do período colonial, período considerado como proto-história, portanto de um tempo articulado com a Pré-história, a qual não existem ainda estudos sobre identidade de grupos a ela pertencentes. A maioria dos pensadores da arqueologia, entre eles David Clarke, concorda que não é possível se estabelecer a identidade de grupos humanos através da correlação entre etnia, território e linguagem nesse período.³⁵

A proposta é trabalhar a identidade indígena enquanto grupo social e suas diferenças em relação a grupos e povos diversos. Para tanto, leva-se em conta características expressas nas articulações sociais de indivíduos pertencentes a um grupo e de grupos frente a outros grupos, e seus espaços geográficos de ação e influência. Identidades tais como o inconsciente estão estruturadas como a língua: esta não é um sistema individual e engloba muitos significados que representam sistemas culturais. Ao se destruir os espaços indígenas um a um, ou quando são diminuídos e restrito o seu uso, os espaços transformam-se em outros; nem o tempo histórico era mais o mesmo, existindo o antes e o depois da chegada do homem branco. Perdidos, desalojados dos seus espaços e dos seus tempos, aos poucos foram deixando de usar sua forma de comunicação mais natural – a língua. Com a presença da colonização portuguesa, os nativos foram aprendendo outras línguas, e, com elas, passaram a operar outros sistemas culturais, como no caso da organização das gramáticas *Guarani* e *Kariri* por jesuítas, a partir de estruturas lingüísticas europeias por eles conhecidas. Ensinaram eles assim aos nativos catequizados uma língua recriada, chamada por estudiosos de *Tupi-guarani*, tanto aos

³⁵ Silva, Jacionira Coelho. Arqueologia no Médio São Francisco. Indígenas, Vaqueiros e Missionários (tese de Doutorado, PPGH-UFRPE, Recife, 2003, p. 25).

generalizados como *Tupis* como aos chamados de *Tapuias*, impondo através dela novos valores numa tentativa de homogeneizar diferentes culturas indígenas que deveriam aprender a operar outros sistemas culturais.

Aceitamos as colocações de Stuart Hall³⁷ de que a identidade, então, costura o sujeito à estrutura, e, estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis. Desenvolveremos, neste estudo, uma leitura sobre a crise da identidade indígena de grupos nativos da capitania de Pernambuco utilizando fontes documentais como, a correspondência entre Pedro Poty e Felipe Camarão, chefes indígenas do século XVII, aliados a colonizadores inimigos – holandeses e portugueses respectivamente – que se encontra arquivada na seção de manuscritos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - e os documentos produzidos pela Assembléia Indígena de 1645, idealizada por Pedro Poty e Antonio Paraupaba, realizada na capitania de Pernambuco, de grande importância para a leitura dos espaços indígenas do litoral quando do governo holandês em Recife.

I. 3 - METODOLOGIA E PESQUISA

- O Período

O corte temporal feito neste trabalho parte das ocupações pré-históricas como base para o estudo da ocupação portuguesa no início do século XVI, quando ocorreu o reconhecimento do litoral seguido da expansão portuguesa para o interior da região Nordeste, até o final do século XVII. Nos séculos XVI e XVII são enfocados problemas sobre o espaço e o trabalho indígena com relação à implantação do sistema colonial português, que aparece em pleno funcionamento no século XVII. Este período corresponde à problemática central do nosso estudo que se refere ao uso de nativos para trabalhos desenvolvidos no espaço colonial

³⁷ Hall, Stuart . Op. cit. p. 12.

português implantado nesta região, e que tem desdobramentos com a ocupação holandesa entre os anos de 1630 e 1654.

Este período corresponde também à uma adaptação das culturas nativas e européias a um processo de ampliação de conhecimentos, que direta ou indiretamente estiveram em contato. Momentos de muita violência e miséria percorreu todo o período, durante o qual houve guerras de conquista e luto para todos os envolvidos. Neste contexto, seus personagens, do mais simples aos mais destacado, sofreu as agruras deste tempo como pode ser lido pela documentação de todo o período.³⁸

Como ponto de partida, tentamos responder às seguintes indagações: foi o espaço-social indígena sempre heterogêneo quanto às etnias e formas de uso na Pré-história e durante o período da conquista portuguesa? Desmantelou-se completamente o espaço humano pré-histórico existente na região que veio a compor a capitania de Pernambuco? A chegada de portugueses, a partir do início do século XVI, à região litorânea da capitania, teria permitido alguma percepção sobre territórios e espaços sociais dos indígenas? Foram esses espaços e territórios nativos com eles compartilhados?

Perguntas que se traduziram em hipóteses de pesquisa em diferentes áreas de estudos. As leituras bibliográficas pareceram infundáveis, apesar de se tratar de questionamentos sobre apenas uma das capitanias que integraram o sistema português de conquista e colonização, planejado e posto em andamento na América. As Leituras sobre os vestígios arqueológicos,

³⁸ Em carta de Tomé de Sousa, governador do Brasil, a El Rei Dom João III, ele escreveu: “... *Pero de Guoes a ida daqui para São Vicente non topou não alguma de cosaios e depois de poer o provedor mor e ouvidor geral em São Vicente para usareem de seos offiços, se aperçeebo o melhor que pode e de mais gente da terra, he tornou outra vez a corer a costa ate o Rio de Janeiro, que he aguora a maior escala de cosaios, e nom achou cosairo algum. E topou entre os indios duos franceses, hum grande linguoa e outro ffereiro que estavam ffazendo Brasill para quando tornasse a nao que ali os deixara; e elle os ouve a mão por suas industrias que as sabe melhor que ninguem nesta terra, e mos trouxe. Nom os mandei enfforcar porque tinha muita neçesidade de gente que me nom custe dinheiro.*”... In: *A Escrita no Brasil Colonial*. Vera Lucia Costa Acioli, editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2003, p. 280.

sobre a imagem cultural da pré-história estão ainda pobres, aquém da realidade possível, e portadoras de estereótipos de valores que relegam as bases culturais das populações indígenas ao *status* de uma protocultura.³⁹ A pesquisa sobre povos e grupos nativos de diferentes troncos lingüísticos que habitaram a capitania de Pernambuco, foram nossos primeiros passos. Portanto, achamos que seria interessante seguir o roteiro de Marc Bloch e dar como introdução ao nosso trabalho um mapa com todos os sítios arqueológicos da antiga região que compreendia a Capitania de Pernambuco, dos quais se obteve datações, para se expor as áreas ocupadas pelo homem pré-histórico e as relações possíveis estabelecidas entre lugares e produtos.

O mapa sobre a ocupação pré-histórica de grupos nativos consta do capítulo primeiro e, como ele, outros mapas foram produzidos para dar visibilidade aos espaços indígenas e ao processo de construção do espaço português / holandês que se desenvolveu ao longo dos primeiros séculos de colonização da região.

Este estudo trata, portanto, de um tema que transita entre dois períodos históricos, a pré-história e a história colonial brasileira, época em que viviam na região da América do Sul uma soma de nativos ainda hoje incerta, assim como são incertos os nomes de todas as nações, tribos e grupos a que eles pertenciam. Os cálculos sobre o número de nativos para o espaço atualmente chamado Brasil no ano de 1500 oscilam entre 1 e 5 milhões de pessoas.⁴⁰ Essa população era formada por sociedades indígenas descendentes de habitantes pré-históricos mais antigos que os *Tupis-guaranis* então existentes no Brasil. Sendo a compreensão da história a que leva em conta as diferentes temporalidades, o simples levantamento de fontes, testemunhos de ações humanas guardadas no tempo, torna-se inútil quando o conteúdo analisado é carente de crítica. A esta questão da temporalidade estão, portanto, associados trabalhos de análise e crítica sobre fontes referentes a determinados

³⁹ Pessis, Anne-Marie e Niede Guidon. *Ars indígena Pré-histórica do Brasil*. Revista CILO.n.14.2000.p.135,

⁴⁰ Couto, Jorge. *A construção do Brasil*. Edições Cosmos, Lisboa, 1995. p.62-63.

períodos da pré-história e da história, levando-se em consideração que aos diferentes períodos estão vinculados vários conceitos, como o de tempo e suas variações, segundo as ações vinculadas a ele. Considera-se também que a utilização de marcos para a caracterização de períodos históricos referentes a uma sociedade ou civilização como: ascensão, superioridade, modernidade e progresso, com suas variações e explicações negativas, baseadas nos conceitos de crise e decadência, provocam visões passadistas e/ou, nostálgicas, quando não negam as sociedades em apreço.⁴¹ Concordando com estas considerações, procuramos evitar estes conceitos.

- As Fontes

A pesquisa tomou como base a leitura de documentos manuscritos e impressos do período colonial, documentos cartográficos e leitura bibliográfica. Entre os documentos manuscritos foram pesquisados os considerados brasileiros, ou seja, todos aqueles oriundos quer do Brasil, quer de Portugal, em geral emanados do Brasil, cujo destino era o despacho na corte, e que tratavam de assuntos relacionados ao Brasil Colônia. Todos são em caligrafia cursiva sobre papel, sem traçados de linhas, em que os textos lidos eram de diferentes larguras, delimitadas uniformemente. Entre eles estão cartas remetidas da colônia ou do reino, documentos régios, consultas do Conselho Ultramarino e despachos da metrópole, todos com total influência ibérica na escrita. Alguns documentos apresentam-se selados ou carimbados; há também papel selado ou impresso, adotados para dificultar a fraude ou a possível duplicação de documentos com papel comum. O período da remessa do documento e sua respectiva resposta podia durar de três meses a um ou mais anos, dependendo das monções,

⁴¹ Ariès, Philippe. "L'histoire des mentalités". In: Jose Jobson de Andrade Arruda in Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: O novo padrão de colonização do século XVIII. Publicado in actas dos cursos internacionais de verão de Cascais, 1998.

das resoluções dos problemas, de suas urgências e do trabalho acumulado do Conselho Ultramarino.

A documentação do período colonial referente a esta pesquisa encontra-se em arquivos de diferentes países, incluindo o Brasil, havendo maior concentração da documentação manuscrita nos arquivos portugueses*. Entre os arquivos visitados, ou dos quais se obtiveram documentos, estão o Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Biblioteca Nacional (Lisboa), Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Arquivo da Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE, Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Durante a pesquisa, foram encontrados alguns documentos escritos por indígenas que já haviam sido trabalhados por Pedro Souto Maior em artigos publicados em revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco e pelo Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Entre eles, estavam cartas de Pedro Poty e Felipe Camarão, chefes indígenas do século XVII, e uma ata de vereança da Câmara da vila de Goiana na capitania de Pernambuco do ano de 1645, que foi traduzida do *tupi* para o holandês pelo protestante holandês Johannes Eduarts, funcionário do governo holandês que viveu muitos anos entre os indígenas do Nordeste brasileiro.⁴²

A coleta de dados também teve incursões por fontes impressas compostas por relatos e textos produzidos por cronistas e religiosos, que os tiveram publicados no período colonial. Entre as muitas crônicas que compõem uma bibliografia extensa a respeito das três Américas, analisamos as produzidas nos primeiros séculos da colonização, com passagens sobre nativos vivos no Nordeste brasileiro, e com maior enfoque para a capitania de Pernambuco. Entre

⁴² Elías, Juliana Lopes. Um documento quase inédito : Participação dos povos Indígenas na Burocracia Colonial. In CLIO Arqueológica n. 15, v.1. Editora Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. p.243-251.

estas está a obra de Frei Martinho da Nantes *Relação De Uma Missão Ao Rio São Francisco* publicada pela primeira vez no ano de 1706 em francês com o título *Relation succincte et sincere de la Mission du Pere Martin de Nantes, Predicateur Capucin, Missionnaire Apostolique dans lê Brezil parmy lês Indiens appellés Cariri* que foi a que mais nos chamou a atenção pela preciosidade de informações a respeito de indígenas da região Nordeste. As crônicas dos jesuítas, como as de Azpilcueta Navarro e Cardim, entre outros, perfazem textos que revelam diferentes interpretações, seja em defesa, apoio ou crítica aos nativos mas que apresentam uma necessidade: a de modificar a estrutura cultural dos nativos tendo em vista o sistema colonial português.

A pesquisa documental, tanto manuscrita quanto impressa, procurou responder aos problemas postos na apresentação do tema: o espaço indígena anterior e posterior ao descobrimento; a construção do espaço português após a conquista; a superposição destes espaços; a mão-de-obra indígena e sua utilização para o sistema colonial português; a perda de identidade dos índios. A maioria dos documentos necessitou de transcrição paleográfica. Uma relação completa da documentação manuscrita aparece no Anexo Fontes Manuscritas. Alguns documentos foram em parte transcritos e aparecem no corpo do trabalho. Os dados obtidos na pesquisa receberam um tratamento dentro de uma abordagem histórico-sócio-econômica.

Do ponto de vista metodológico, coloca-se o problema da sociedade indígena, suas fronteiras, suas demarcações e suas reações ante a chegada dos portugueses, portanto partimos do geral para o particular, do dedutivo para o indutivo. A palavra espaço é uma entre muitas que abrigam uma multiplicidade de sentidos que podem se ajustar ou não ao nosso objeto de trabalho – o espaço habitado, termo amplo com intenção epistemológica na conceituação do espaço e na busca de seus materiais analíticos e que, como qualquer totalidade, só se exprime por meio de suas funcionalizações. Utilizamos a concepção do geógrafo Milton Santos para espaço e meio, considerado como algo dinâmico e unitário, onde há a reunião de

materialidade e de ações humanas. Local onde o espaço se define pelos sistemas de objetos naturais ou fabricados e pelos sistemas de ações, deliberadas ou não.⁴³

Com relação à documentação cartográfica levantada sobre o Brasil colonial nos arquivos nacionais e portugueses e em pesquisa bibliográfica e de fontes impressas, constatou-se que a mesma encontra-se, apesar dos esforços, ainda dispersa em coleções de mapas desmembrados de obras variadas, fazendo parte de obras, ou ainda, em Atlas fictícios, isto é, em volumes que agregam fisicamente, de uma forma inadequada, a edição original. Em face de haverem poucos estudos nesta área e pouca transcrição paleográfica, a documentação cartográfica escolhida para este projeto de pesquisa foi pontual. Mapas e plantas cartográficas selecionados para este estudo foram relacionados no Anexo-5 deste trabalho.

A região em estudo tem na sua população pré-histórica um exemplo de múltiplas culturas humanas que nela se desenvolveram ao longo de milênios. A partir do princípio da existência de migrações humanas às Américas, por vias múltiplas, ocorridas antes da chegada de Colombo em 1492, é possível entender a diversidade das culturas ameríndias existentes em todas as três partes do continente, em suas regiões mais longínquas ao Norte e ao Sul, e suas adaptações a diferentes ecossistemas existentes nas Américas, como os das florestas tropicais, caatingas e serrado. A cronologia para a dispersão do *homo sapiens*, que ultrapassa os cem mil anos, abriu novas perspectivas para que o povoamento da América possa ter acontecido em datas muito anteriores às cronologias tradicionais, segundo diferentes pesquisas que situam a presença humana na América além de 12000 anos. No Brasil, pesquisas genéticas realizadas pela Escola Paulista de Medicina, de Ribeirão Preto, (SP), afirmaram uma antiguidade em torno de 20.000 anos para a presença do homem no Brasil. Esta e outras datações confirmam a presença humana no Brasil a partir de 15.000 anos AP,

⁴³ Ver o trabalho de Milton Santos: *Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informal*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996 e *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo/Razão e Emoção*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1999.

sem que sejam motivo de contestação de partidários de cronologias curtas. Novas e prováveis rotas de migração do homem para a América por via marítima e vestígios arqueológicos estudados pelas ciências propedêuticas da Arqueologia, estão contribuindo para que se afirme não só a antiguidade do homem no Brasil e na América, mas para assegurar uma diversidade cultural entre os grupos de nativos existentes quando da colonização européia iniciada no século XV.⁴⁴

Com culturas distintas, isto é, com línguas com origem em diversos grupos lingüísticos e protolínguas de troncos lingüísticos incomuns, os nativos americanos formavam, portanto, grupos étnicos diferentes, chegados à América por vias e épocas diversas. Nativos que foram genericamente denominados de índios, designação em castelhano para o natural da Índia, e que passou a ser usado para todo o nativo das Américas quando das viagens de Colombo ao Novo Mundo, continente não reconhecido por ele.

A interpretação de Colombo sobre aquela parte do continente americano e sua população influenciou durante séculos as visões de cronistas, aventureiros, funcionários reais, navegadores, comerciantes e missionários, entre outros, autores das primeiras interpretações e idiossincrasias culturais atribuídas aos também chamados *negros da terra*. As grandes diferenças culturais dos povos pré-colombianos pouco foram estudadas no período colonial, apenas parece ter sido importante distinguir os grupos indígenas mais aguerridos dos de fácil domínio através de alianças contra seus inimigos. A bibliografia sobre esta visão do período colonial é vasta e rica em fontes manuscritas da época.

Assim, a nossa pesquisa incorporou contribuições de diversas ciências afins à história como a antropologia, a arqueologia, a lingüística e a geografia, como um reforço para a questão central do nosso tema que é a incorporação do indígena ao 'trabalho europeizado', isto é, àquele que se apropriou da força humana para a comercialização de uma produção

⁴⁴ Martin, Gabriela. Quando Os Índios Não Eram Índios. Revista CLIO Arqueológica, nº 15, V.1, Editora Universitária, UFPE, Recife, 2001. p. 24-25.

colonial, o que sem o desmantelamento do espaço territorial, das línguas, dos mitos e dos costumes indígenas, teria sido muito mais difícil. As contribuições não se resumiram à introdução de novos temas mas trouxeram novos elementos, métodos e técnicas para clarear e responder a questões de importância para o estudo da história de um período com áreas obscuras, caracterizado pelo contato, pela violência e pelo choque de culturas diferentes entre si.

II. PARÁ-NAMBUCO INDÍGENA

CAP. 1 – TECIDOS GEOGRÁFICOS E ESPAÇOS PRÉ-HISTÓRICOS

A geografia de qualquer lugar resulta tanto do que vemos quanto do que pode ser visto nele. Nem toda a geografia deriva da terra, parte resulta da nossa idéia sobre a terra. Essa geografia dentro da mente pode ser às vezes a geografia efetiva à qual os homens se ajustam e, portanto, ser mais importante do que a suposta geografia real da terra.

Watson⁴⁵

As aproximações de diferentes culturas indígenas na América do Sul, quanto às suas culturas materiais, ao pensamento e às línguas, principalmente no que diz respeito às localizadas no Nordeste do Brasil, pode ser ainda questionado. Os resultados das pesquisas mais recentes indicam que eram, no entanto, culturas ricas de grupos lingüísticos diferentes, cujas protolínguas não possuíam tronco comum e por isso eram considerados grupos étnicos de origens distintas, chegados ao continente em épocas distantes entre si e por vias diversas.⁴⁶

Cronistas, missionários e funcionários das costas ibéricas, quando não os generalizavam como indivíduos de péssima índole e culturalmente homogêneos, criticavam seus costumes chamando-os de selvagens e justificando as guerras justas e a escravidão das populações ameríndias. Durante o processo de implantação do espaço colonial português, as populações nativas do litoral brasileiro perderam progressivamente seus territórios, processo que levou à extinção de muitos povos e obrigou outros a se aculturarem. Espaços e sistemas

⁴⁵ Watson, Wreford. *Mental Images and Geographical Reality*. Nova York, Mc Graw Hill Book Company, 1989. p. 145.

⁴⁶ Martín, Gabriela. *Op. cit.*, p. 13-27.

indígenas deste território conquistado foram vistos como não pertencentes às 'grandes culturas' existentes na América do período pré-colombiano. Portanto, foram colocados à margem das culturas ditas desenvolvidas.

Partindo-se da hipótese de que diferentes grupos étnicos teriam mantido relações inter-étnicas, procuramos encontrar alguma pista destas relações em documentos que pudessem revelar os espaços, convivência e rivalidades existentes em épocas pré-históricas.

O espaço indígena referente à capitania de Pernambuco estava dotado de dimensões simbólicas e culturais tão importantes quanto as políticas, as econômicas e as físicas que a eles se integram. Quanto a estes espaços abordaremos duas ordens de problemas: primeiro, em relação à natureza dos espaços indígenas: isto é, solo, relevo, hidrografia, fauna e flora; e, segundo, a respeito da paisagem, conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Formas que combinadas à vida que as anima delineam os espaços indígenas.⁴⁷ Ao espaço enquanto continente de todos os objetos materiais, sistemas e, portanto, dos acontecimentos relacionados ao homem, pode ser acrescentado outro ponto de análise, o do espaço como campo, que no nosso caso será o campo da história vista através de releituras de documentos e pesquisas contemporâneas.

1.1 - ASPECTOS GEOGRÁFICOS E CIRCUNSTÂNCIAS AMBIENTAIS

A capitania de Pernambuco, ou Nova Lusitânia, como foi oficialmente nomeada, tinha sua fronteira Norte com a capitania de Itamaracá, fixada na margem esquerda do rio Igarassu, e se estendia até os 10,5 ° ao sul, onde ficava a sua fronteira à margem esquerda da foz do rio São Francisco. Seguindo a demarcação portuguesa, com fixação de pontos no litoral, dos

⁴⁷ Santos, Milton. O espaço geográfico, um híbrido. In A Natureza do Espaço. p. 83.

quais deveriam correr linhas em direção a Oeste até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, a capitania de Pernambuco abrangia também as terras do atual estado de Alagoas, que só se tornou comarca de Pernambuco em 1711, e se separa do mesmo em 1817. Ainda fazia parte da acima citada capitania toda a margem esquerda do Rio São Francisco, as ilhas do seu leito e as terras que ficavam à margem direita e que compunham a antiga comarca do São Francisco, hoje território da Bahia.⁴⁸ Espaço geográfico, portanto, muito maior do que os 98.271 km² de área que hoje pertencem ao estado de Pernambuco.

Assim como outras capitanias da América portuguesa, Pernambuco foi uma região que ficou pouco conhecida durante o reinado de D. Manuel I. Entre 1500 e 1530, seu litoral começou a ser visitado por europeus com sede de descobrir riquezas. Registros sobre seu meio ambiente e suas riquezas naturais começaram a aparecer ainda na primeira metade do século XVI. Várias expedições marítimas, ocorridas neste período, revelam ter tocado partes da América Central e do litoral Nordeste da América do Sul. Há inúmeras referências de cronistas e historiadores sobre essas presenças. A produção destas referências para o Nordeste brasileiro remete-nos às circunstâncias sócio-culturais dos autores, na sua maioria portugueses.

Entre os navegadores em expedições pela costa do atual Brasil, que tocaram a da capitania de Pernambuco, José Bernardo Fernandes Gama na sua Memórias Históricas da Província de Pernambuco cita o alemão Martin Behem, natural de Nuremberg, que teria chegado em 1484 no litoral que viria a ser o da capitania de Pernambuco quando em viagem às custas do rei de Portugal D. João II, que o cobriu de honras pelas descobertas que lhes prestou nos Açores, costa da África, e também nas costas da América, como aparece no globo

⁴⁸ As terras da antiga Comarca do São Francisco foram desmembradas em 1824. A atual parte norte do Estado de Pernambuco pertencia à capitania de Itamaracá e foi incorporada a Pernambuco em 1760.

que se conserva na biblioteca de Nuremberg, feito no ano de 1492 a mando de Behem.⁴⁹ Cita ainda Pinzon, que visita a foz do Amazonas e desce até o Cabo de Santo Agostinho (8° S.) entre 1499 e 1500; Diogo de Lepe, que reconhece no ano de 1500 o anteriormente referido Cabo de Santo Agostinho; Américo Vespúcio, que viajou pela costa desde o 5° ao 32° Sul em 1501; Gonçalo Coelho, que em 1501 realizou viagem entre o 5° e o 32° ao Sul; Cristóvão Jacques, que explora a costa em um maior percurso que seus antecessores, indo da Região Norte até o Cabo das Virgens, na entrada do Estreito de Magalhães em viagem que resultou na montagem de sua feitoria na Ilha de Itamaracá, localizada no atual litoral do estado de Pernambuco; e a de Pinzon e Solis, sob ordens de Castela, que teria passado pelo Cabo de Santo Agostinho, entre 1508 e início de 1509, seguindo pela costa até 40° Sul.⁵⁰

O litoral da capitania de Pernambuco compreendia terras recebidas pelo donatário Duarte Coelho Pereira que a batizou de Nova Lusitânia, nome que não vingou, prevalecendo o termo Pernambuco, divulgado em fontes historiográficas e cartográficas portuguesas, francesas, alemãs e holandesas referentes ao período colonial. Como comprova texto de Hans Staden: *“Proseguimos em nossa rota. A 28 de janeiro (1548) avistamos terra, que soubemos ser o Cabo de Santo Agostinho. Mais oito milhas de marcha e alcançamos o porto de Pernambuco, depois de oitenta e oito dias de mar alto”*, com sua primeira edição em alemão publicada em Marburgo, em 1557, sob o título: *‘Warhaftig / historia und beschreibung eyner Landt-/schafft der Wilden, Nacketen, Grimmigen Menschfresser / Leuthen in der Newenwelt América gelegen, vor und nach / Christi geburt im Land zu Hessen unbekant, biss uff dise ij. /*

⁴⁹ Gama, José Bernardo Fernandes. Memórias Históricas da província de Pernambuco -1844. Secretaria da Justiça, Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Recife, 1977. p.19-20.

⁵⁰ Conferir com Oliveira Martins em O Brasil e as Colônias Portuguesas. Guimarães e Companhia Editores, Lisboa, 1978. p. 15; Manuel Correia de Andrade em Itamaracá Uma Capitania Frustrada. Coleção Tempo Municipal, CEHM, Recife, 1999. p. 31; Capistrano de Abreu em Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Edições Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1930. p. 20.

nechst vergangene jar, Da sie Hans Staden von Hom-/ Berg auss Hessen durch sein eygene erfahrung erkant, und yetzo durch den truck na tag gibt'.⁵¹

Desde a primeira metade do século XVI, o levantamento da costa ocorreu a partir de duas frentes simultâneas: a das expedições costeiras portuguesas financiadas em grande parte por capital mercantil europeu, e em parte com incentivos técnico financeiro da corte lusitana, e por outros exploradores apoiados por grupos mercantis e nobres europeus que não respeitaram o Tratado de Tordesilhas. Diferentes expedições fizeram o reconhecimento deste litoral e de suas riquezas aparentes, o que proporcionou o conhecimento do termo indígena Parã-Nambuco e sua divulgação entre colonizadores e europeus metropolitanos que mantinham relações com nativos e com as primeiras vilas ou pequenos núcleos habitacionais de população mista de autóctones e europeus que vão passar a conviver nesta região.

Os estudos sobre o paleo-ambiente e o paleo-clima são importantíssimos para a Pré-história e a Proto-história desta região, pois neles estão as bases para o desenvolvimento de culturas vegetais, animais e humanas, importantes para o nosso trabalho de pesquisa. Os fenômenos climáticos que se apresentavam na região da capitania de Pernambuco estão marcados por variações pluviométricas e pouca variedade térmica, com exceção apenas das regiões altas de tabuleiros e chapadas, como a da Borborema, onde as temperaturas oscilam, durante curto espaço de tempo, entre 10°C e 18°C, o que ocorre geralmente à noite. No litoral, as variações das temperaturas anuais são pequenas, oscilam em média 5°C entre as estações de seca e a chuvosa, chamadas de verão e de inverno. As temperaturas médias nesta região são de 25°C, com exceções das chapadas, e as temperaturas máximas diurnas registradas no Sertão, nos períodos mais secos, marcam os 40°C. As chuvas são mais

⁵¹ Staden, Hans. *História verídica de uma terra de selvagens, nus e cruéis, comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen, até os dois últimos anos, visto que Hans Staden de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz ao público com essa impressão.*..Impressa por Andrés Kolben, Marburgo 1557. Texto ordenado por Monteiro Lobato. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945. p.79-80.

freqüentes no período de outono-inverno, quando das descargas da Frente Polar Atlântica em forma de ar frio, que ao introduzir-se sob a massa de ar tépido dos alísios desencadeia precipitações de baixa densidade e às vezes tempestuosos aguaceiros⁵².

Características geológicas e minerais do pleistoceno e holoceno ainda se apresentam no ambiente encontrado hoje na região que correspondia à capitania de Pernambuco, características determinantes para culturas Pré-históricas, das animais e vegetais às humanas. Como as estruturas geológicas muito antigas com características predominantemente pré-cambrianas e com altitudes abaixo de mil metros. A porção que excede a predominante pré-cambriana é composta de rochas sedimentares e efusivas e estão situadas ao longo do litoral com uma largura média de dez quilômetros e meio. Portanto, estruturas cristalinas, sedimentares e efusivas fazem fronteira, e apresentam na zona de contato uma sucessão de falhas orientadas de modo geral de Norte para Sul, caracterizando o relevo deste território. O embasamento destas estruturas cristalinas é composto de granitos, granodioritos, migmatitos e gnaisses do pré-cambriano.⁵³ As falhas, com direção Norte-Sul, foram resultado de episódios tectônicos muito antigos e de outros menos antigos, e são atribuídas a uma segunda fase que teria ocorrido durante o cretáceo médio e superior. Outras rupturas teriam ainda ocorrido no cretáceo, durante o qual extrusões de rochas vulcânicas produziram o aparecimento de riólitos, traquitos, basaltos e uma variedade alcalina de granito com textura excepcional em relação aos demais granitos vistos na região Nordeste.⁵⁴

⁵² OSÓRIO, Gilberto E Raquel Caldas Lins. Op. Cit.p.73.

⁵³ Migmatito ou tipo de gnaiss que sofreu injeções de magma, sendo uma mistura de material sedimentar metamorfozido e material magmático.Granodioritos o mesmo que rocha magmática plutônica, granular, constituída essencialmente de plagioclásio, feldspato alcalino e em menor quantidade, quartzo. Gnaiss, termo empregado para rochas com características metamórfica feldspática laminada, nitidamente cristalina, e de composição mineralógica muito variável.In: Novo Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2ª edição, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.

⁵⁴ OSÓRIO, Gilberto E Raquel Caldas Lins. Op. Cit. p.25 e 26.

Os sedimentos cenozóicos aparecem no ápice da coluna estratigráfica e outras mais recentes ainda, os holocênicos de aluviões, praias, mangues, restingas e arrecifes, aparecem na superfície ao longo do litoral. Nesta região, diferentes tipos de solos acompanham este relevo acidentado de baixa altitude, que atualmente corresponde a duas das três macro-regiões que integram o estado de Pernambuco: a Planície Costeira e a Região Agreste. Uma terceira região compreende uma grande área, melhor dizendo a maior delas, composta pela Depressão Sertaneja e a Depressão do São Francisco, área que está situada anexa à região Agreste e que ficou conhecida no século XVI como os sertões⁵⁵. Apesar de vasta, a região em estudo apresenta-se como parte do relevo do Planalto Nordestino ou da Borborema, associado às chapadas circundantes, depressões semi-áridas e “cuestas” de front interno.⁵⁶

Um denso sistema de falhas e fraturas geológicas controla o traçado fluvial existente nas bacias hidrográficas do Atlântico Norte/Nordeste, do São Francisco e do Atlântico Leste, que corre em diferentes direções. Na rede hidrográfica das bacias citadas, estão rios de planaltos que apresentam leitos com rupturas e declives, alto potencial para geração de energia elétrica e navegabilidade inconstante, como é o caso do rio São Francisco, geológicas muito antigas e os rios de planícies utilizados para navegação. A capitania de Pernambuco, com exceção do Rio São Francisco, não apresenta rios caudalosos nos períodos sem chuvas, nem tão pouco de longo percurso. A rede hidrográfica é considerada modesta, pois apresenta um sistema de cursos de água maior no litoral e bem magro e intermitentes na região semi-árida, onde predomina clima de poucas chuvas. O São Francisco foi, e ainda é, de grande importância para a vida de culturas animais, vegetais e humanas.⁵⁷

⁵⁵ O termo sertões é utilizado no período colonial para designar as regiões interioranas que se localizavam depois da região da mata atlântica.

⁵⁶ Ab'saber, Aziz Nacib. O Relevo brasileiro e seus problemas. In: AZEVEDO, Aroldo de. Brasil a terra e o homem, v.1. S. Paulo, Ed. nacional, p. 135-219.

⁵⁷ Martin, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil. 2.Ed. Recife:Editora Universitária da UFPE, 1997. p.50.

Mar e rios eram transformados em berço para muitas espécies animais e vegetais, as quais alimentaram populações pré-históricas e a indígena da região ora estudada durante o período colonial. No lugar que impulsionou sociedades a utilizarem o meio natural como caminho de sobrevivência, a vegetação da Planície Costeira se caracterizava pela vegetação típica de manguezais, vegetação do tipo hidrófilo em solo de tipo glei, de mata perenifólia típica de várzea, lagoas⁵⁸ e terraços fluviais, e as de tipo de campos de várzeas de solos distróficos e eutróficos. Paisagem, portanto, mais rica do que a que hoje se apresenta. A floresta perenifólia aparece nesta região em relevo plano e em terrenos ondulados chamados de mar de morros, e a vegetação de floresta subperenifólia que é registrada como floresta higrófila da Zona da Mata ainda encontra-se em pequenas áreas que ficaram preservadas.

Numa região tipicamente tropical úmida, a paisagem de “mar de morros” toma formas de colinas esculpidas às custas de processos de decomposição química e escoamento superficial das precipitações. Eram múltiplas as variedades de árvores nas matas da Capitania de Pernambuco, segundo documentação sobre o que era derrubado nestas matas, o que se levava para Portugal e ainda o que se usava para construção nos engenhos e outras obras.⁵⁹ Com o uso do solo pelos nativos que praticavam a agricultura e a coivara e o uso contínuo de grandes áreas para o plantio da cana de açúcar, da Mata Atlântica pouco ainda está vivo. Estudos de solos desta faixa úmida costeira ainda afirmam que, como os solos são de tipo pouco fértil, portanto frágeis, com o desmatamento, e ao cabo de alguns anos de desgaste com o uso de métodos agrícolas imprevidentes, eles estão se tornando estéreis.

No litoral correspondente à Capitania de Pernambuco, deságuam no mar o Rio Capibaribe, de curso mais longo, e o Beberibe de curso mais curto. Com sua nascente na Serra

⁵⁸ Áreas de lagoas são poucas no Nordeste; na capitania de Pernambuco elas se apresentavam em maior volume no litoral do atual estado de Alagoas. Nas paleo-lagoas do vale do São Francisco foram registradas presença de assentamentos pré-históricos em suas margens.

⁵⁹ Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana, 1997. p. 124.

de Jacarará no município de Jataúba no sertão de Pernambuco, o Rio Capibaribe corre na direção Leste e tem como afluentes os rios Tapacurá, Goitá, Tejipió e o Rio Beberibe. São todos rios perenes e estão em sua maioria localizados no litoral. Nesta região litorânea, estes rios contribuem para a formação de uma larga faixa de mangue,⁶⁰ que se estende por outros pontos da costa no sentido norte e sul do Atlântico. Além do Capibaribe e do Beberibe, deságuam no Atlântico o rio Igarassu e o Goiana e seu afluente Siriji, assim como os rios Jaboatão, Ipojuca, Pirapama, Sirinhaém, Una e São Francisco, entre outros de menor curso. Entre a região do litoral e a do sertão localiza-se uma região que corresponde a atual Região Agreste, área de transição entre o semi-árido e a Zona da Mata, que inclui a Zona Litorânea. O Agreste tem clima Tropical Sub-úmido em áreas próximas a Região da Mata e ao se aproximar do Sertão tem clima mais característico do semi-árido. Algumas áreas desta região já estiveram cobertas por vegetação do tipo Mata Atlântica, como no município de Bom Jardim e no de Orobó. O índice pluviométrico na região Agreste é maior que o do Sertão, mas menor que os índices da Zona da Mata e do Litoral. Nos brejos localizados em áreas mais elevadas chegam ventos úmidos do Sudeste provocando uma umidade semelhante à encontrada na Zona da Mata. As temperaturas podem oscilar chegando no período entre junho e agosto a até menos de 15°C nas regiões mais altas, provocando os chamados micro-climas. O que mais caracteriza esta região são as diferentes paisagens, tanto as mais próximas das do tipo encontrado na Zona da Mata como as típicas das serras e brejos, e as que permitem plantas características da caatinga.

Nesta região, correm muitos rios que vão desaguar no Atlântico como o Capibaribe, o Ipojuca, o Sirinhaem e o Rio Ipanema, entre outros de curto percurso d'água. Não raro, encontram-se gravuras e pinturas rupestres sobre formações rochosas arredondadas às

⁶⁰ ANDRADE, Gilberto Osório de, e Raquel Caldas Lins.op. Cit. P. 72

margens dos rios do Agreste.⁶¹ Caracterizam a Região Agreste as muitas serras que formam o Planalto da Borborema, como as que formam o Maciço de Garanhuns e outras, como a Serra das Ruças, a Serra da Onça em Arco Verde, a Serra Papagaio da Pedra, e a Serra Gigantes em Bom Conselho, a Serra Bonitinho em Bonito, a Serra Monte Mangano em Garanhuns. Como zona de transição entre a região Litoral-Mata e o Sertão, a vegetação agreste é também chamada de Mata de Brejo, e apresenta-se em espaços isolados de brejos localizados em terrenos altos e nas encostas das serras do Planalto da Borborema. Os brejos constituem terras férteis para o plantio de algodão, milho, mandioca, feijões, verduras e frutas. Através da cartografia dos séculos XVI e XVII, as regiões do litoral e a do sertão faziam fronteira, inexistindo a Região Agreste como zona intermediária. Esta era vista e assinalada pela cartografia como sendo parte da área nela correspondente ao Sertão.

No período colonial, a vasta Região do Sertão da capitania de Pernambucano compreendia também as terras da antiga Comarca do São Francisco, como já mencionado, até a Lagoa do Paranaguá, no atual Piauí. Como descreveu Cândido Mendes, no seu Atlas do Brasil,⁶² pode-se ter uma idéia do 'sertão do rio', que não só abrange a capitania de Pernambuco, mas várias outras. Esta 'Geografia' do rio São Francisco faz-nos refletir sobre essas falsas fronteiras nesse interior, e sobre a penetração e circulação dos nativos por estas plagas.

“O alto sertão do rio compreendia o município de Cubrobó, a nascente do Rio Pajeú até sua deságua no Rio São Francisco, subindo a margem do mesmo até o Rio Curunhanha e seguindo a margem esquerda acima até sua nascente nas costas das serras da Tabatinga e do Duro; daí incorporando as serras da Gurguéia, Piauí e Dois Irmão, internava-se pela atual região do Piauí, descendo pelo rio Canindé até chegar a sua foz no Parnaíba de onde subia

⁶¹ Martín, Gabriela. op. Cit. P.54.

⁶² Mendes, Cândido. Atlas do Brasil.

*por este rio acima até sua origem nas fraldas da Serra das Mangabeiras também conhecida por Tabatinga*⁶³.

Com relação aos limites da capitania de Pernambuco com a do Piauí, uma patente régia de 30 de setembro de 1700 confirma a nomeação que faz o governador de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro a Bento da Rocha Mota, para o posto de Capitão de Cavalos da Capitania dos Rodelas, incluindo os distritos dos rios Parnaíba, Gurguéia e Itaguera.⁶⁴ A referida Capitania dos Rodelas no Piauí é novamente mencionada em outra patente régia de 19 de dezembro de 1701, quando da confirmação da nomeação feita pelo referido governador de Pernambuco a Antônio Gomes de Sá, para o posto de capitão-mor da freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, Sertão de Rodelas. Trata-se, portanto, da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória do originário arraial de Cabrobó, depois chamada Vila do Moxa, e por último cidade de Oeiras, antiga capital do Piauí⁶⁵. Confirma, portanto, que o Piauí, na primeira fase de sua vida colonial, estava sob jurisdição da Capitania de Pernambuco.

Ao longo do trecho de Petrolina a Paulo Afonso, o rio São Francisco tem suas maiores quedas d'água e um grande número de ilhas, hoje todas pertencentes ao estado de Pernambuco, como o foram à Capitania Nova Lusitânia. De tamanho variado, as ilhas estão distribuídas ao longo deste percurso, mas pode ser observada uma maior concentração delas entre o município de Santa Maria da Boa Vista e a cidade de Itacuruba⁶⁶, no município do mesmo nome. As maiores ilhas deste trecho são as do Pontal, da Missão, do Inhanhum, de

⁶³ COSTA, a. F. Pereira da. *Anais Pernambucanos*, v.4, p.481.

⁶⁴ Op.cit. v.4, p. 482.

⁶⁵ Op. Cit. v.4, p. 80.

⁶⁶ Devido ao seu deslocamento, provocado pela construção da barragem de Itaparica, a antiga cidade de Itacuruba recebeu o nome de Nova Itacuruba. Ainda por motivos da construção dessa barragem, muitas ilhas foram submersas pelas águas da represa, algumas, como a ilha de Sorobabel, no município de Itacuruba, com todos os restos da antiga aldeia de índios e missão religiosa do mesmo nome, descoberta e escavada pela equipe do NEA-UFPE nos anos oitenta.

Aracapá, de Assunção, da Vargem Grande, de Sorobabel e do Taboleiro⁶⁷. Todas ricas em solo fértil, ao contrário dos solos pedregosos encontrados em trechos às margens do rio São Francisco. Por suas características de fertilidade foram habitadas por varias tribos indígenas agricultoras e, onde, posteriormente vão também estar missões religiosas.

Nessa região, são classificados diferentes tipos de caatinga, com clima, relevo e vegetação diferenciados em poucos pontos; são todos bastante diversos do clima que predomina na região litorânea e na zona da mata. Nela predomina o clima semi-árido quente, com precipitações pluviométricas anuais que variam entre 400 a 800 mm.⁶⁸ A vegetação de caatinga⁶⁹ predomina em todo o vale médio do rio São Francisco, área incluída no polígono das secas. Os brejos existentes nesta região formam esparsos oásis dentro do ambiente seco de caatinga, e se encontram em zonas longe das margens dos rios. No município de Floresta, aparecem dois tipos de caatinga: nos terrenos pedregosos do vale do Pajeú e do riacho do Navio, a caatinga de pedra e, nos altos que circundam o vale do riacho dos Mandantes e nas elevações da Serra Negra e a do Periquito, aparece a caatinga de areia.⁷⁰

Os botânicos classificam a vegetação da caatinga como plantas baixas formando moitas esparsas, separadas pelo solo nu. Nos solos pedregosos predominam facheiros, macambiras e xique-xiques, podendo aparecer árvores comuns desta região, como o umbuzeiro, juazeiro, baraúna, aroeira e pau-ferro.⁷¹ A vegetação dos tabuleiros e das chapadas, que constituem o Cerrado, apresenta-se com plantas adaptadas a um clima semi-

⁶⁷ Mapas do Ministério do Exército. Folhas SC.24-V-D-II; SC.V-D-II; SC.V-B-V;SC.24-V-B-VI; SC.24-X-A-IV; SC.24-D-IV; SC.24-X-C-III.

⁶⁸ Inventário do Patrimônio Cultural do estado de Pernambucano - sertão do São Francisco. IPAC/PE FUNDARPE. P.49, 75, 105, 177, 181, 201.

⁶⁹ LINS, Wilson. cf. , p. 106. Na linguagem indígena, caatinga significa floresta aberta, de "caa", mata e "tinga", clara, aberta. chamar-se-á de caatinga ou catinga todas regiões áridas cobertas por arbustos e árvores de menos de 7 metros de altura. A insuficiência de água não permite brotar qualquer tipo de capim que só aparece em épocas raras de chuvas que podem deixar regiões inteiras sem chuvas durante anos.

⁷⁰ Inventário do Patrimônio Cultural do estado de Pernambuco - Sertão do São Francisco.Op.cit. p. 75 e 105.

⁷¹ Id. Ibide. p. 21.

úmido, úteis e comestíveis. São típicas nesta região as palmáceas como o babaçu e a carnaúba, como também a mangaba, o aticum, o bacuri, o buriti e o pequi. Na paisagem fitogeográfica da capitania de Pernambuco predominavam portanto as florestas caatinga, seguindo em menor número espacial as florestas perenifólia higrófila das planícies costeiras e das encostas montanhosas.

O botânico Nelson Moreira assim descreve a vegetação da caatinga:

“Durante o período de seca, a caducidade das folhas de maior porte dos elementos desta região, os galhos ressecados alguns caídos no chão, o solo totalmente descoberto de vegetação emprestam à pastagem um ar desértico e triste e uma coloração monocromática-acinzentada. Este aspecto desolador, que perdura geralmente por oito meses, podendo, como já tem acontecido, prolongar-se por mais um ano, muda completamente, em um espaço de três dias em média, quando das primeiras chuvas. Então, este imenso deserto, aparentemente inanimado, modifica sua aparência oferecendo maravilhoso colorido: árvores e arbustos cobrem-se de folhas verdes, nas mais variadas tonalidades, o solo nu quase que desaparece sob as gramíneas rasteiras que se insinuam entre os elementos de porte mais elevado; trepadeiras e epífitas desabrocham em flores sobre os arbustos florescentes”.⁷²

Os meses mais chuvosos do trecho Petrolândia - Santa Maria da Boa Vista são janeiro, fevereiro e março, que se constituem no inverno dessa região. Nesse período invernos, cai a temperatura à noite, mas como não há uma alta densidade pluviométrica, esta estação é classificada como inverno seco.⁷³ Observa-se casos de brejo no município de Tacaratú, localizados nas colinas que compõem a serra de mesmo nome.

Segundo Geraldo Rocha, no seu livro *O Rio São Francisco*, este rio, “em ciclos mais ou menos regulares, quando as chuvas generalizam-se pelas suas cabeceiras e pelos seus

⁷² Id. *ib de.*, p.22-23. Citação de Nelson Moreira Da Silva. Atlas do Brasil, p. 200.

⁷³ Atlas Geográfico. Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística MEC_FAE. Rio de Janeiro. 1984. p. 36-44.

afluentes, arrasta massa d'água colossal, que inundando todo vale, alarga-se por dezenas de quilômetros e carrega, nas suas catadupas, construções e plantações ribeirinhas. Em outras ocasiões, faltam as chuvas durante períodos de doze meses. Às noites, cai um orvalho abundante, deixando as folhas molhadas. Prolongando-se a seca, esgotam-se as lagoas dos centros, obrigando animais e populações fazerem longas caminhadas para conseguir água nas margens do rio São Francisco e logo depois regressar. As gramíneas desaparecem das vazantes, as árvores se despem de folhas com exceção do juazeiro e cactos que conservam a coloração verde”.⁷⁴

Em regiões de caatinga, as ‘ilhas verdes’ ou brejos, na linguagem popular, fazem uma grande diferença pois, são uma grande fonte de solo mais rico e de bolsões de umidade, funcionam como uma espécie de oásis dentro de uma situação semi-árida. Neles, podem correr filetes de água, onde então é possível o cultivo de frutos e plantas típicas dos trópicos. Os brejos são enclaves tropicais importantes para a sobrevivência de muitas espécies e culturas, e por serem atrativos muitos grupos humanos pré-históricos os usavam como um recurso de sobrevivência. Nestas áreas, no Estado de Pernambuco, registram-se ainda grupos indígenas remanescentes, como os Pankararu, aldeados no Brejo dos Padres, em Tacaratu, por missionários de São Felipe Néri e os Atikum, que vivem isolados no brejo da Serra de Uma Grande.⁷⁵

Da cachoeira de Pirapora à de Itaparica, o rio São Francisco corre em perfil cada vez mais acentuado; o talwegue* torna-se mais fundo, e o leito mais agitado pelas águas que se precipitam de pedra em pedra, quase impossibilitando a navegação. A vegetação adquire aspectos mais espinhosos, abundando os cactos, as favelas e os cansanções. A flora difere em

⁷⁴ Rocha, Geraldo. O Rio São Francisco. Fator precípua da existência do Brasil. Ed. Nacional, São Paulo, 1946. p.41-43.

⁷⁵ Marcilio, Luiza Maria. O sertão pecuário na época colonial. P.12 in Silva, Severino Vicente org.. A Igreja e a questão agrária no Nordeste: subsídios históricos. São Paulo; Paulinas, 1986.

* Linha sinuosa no fundo de um vale pela qual correm as águas.

absoluto daquela do curso superior do rio. A partir de Cabrobó, cidade pernambucana, o rio São Francisco abandona sua diretriz geral, de Sul a Norte, para se inclinar em direção ao leste, exercitando-se em saltos menores até chegar à garganta da Serra da Borborema, onde se despeja em catadupas de uma altura de 91 metros no trecho da atual represa de Paulo Afonso, para seguir em busca do oceano, no qual se lança.⁷⁶

As formas e características físicas apresentadas para as diferentes regiões, permitem então uma configuração do território da capitania de Pernambuco como um conjunto de complexos naturais constituídos de elementos fixos necessários à formação dos espaços geográficos, um resultado da relação entre elementos fixos dos sistemas de objetos e por elementos fluxos dos sistemas de ações.⁷⁷ Conjunto de lugares com condições ambientais diversas e povoados por indígenas, os responsáveis pela construção dos primeiros espaços geográficos, resultado dos sistemas de ações combinados aos sistemas de objetos, que chamamos de espaços indígenas pré-históricos. Espaços que vão servir de matriz, sobre a qual novas ações substituem as ações passadas, e onde se desenvolveram novas formas de paisagens, criadas em momentos históricos diferentes. Compreendendo-se, como Milton Santos, que: “ *paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza e o espaço são essas formas mais a vida que as anima..... O espaço, une o múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem.*”⁷⁸

⁷⁶ ROCHA, Geraldo. Op. cit., p. 251, 252.

⁷⁷ Sobre o tema ler de Santos, Milton. Por uma geografia nova. Hucitec, São Paulo, 4. edição, 1996.

⁷⁸ Santos Milton. A Natureza do Espaço. Op. cit. p. 83.

1.2. Espaços Indígenas Pré-históricos

*O grupo humano comporta-se no seio da natureza como um organismo vivo, tal como o animal ou a planta, para quem os produtos naturais não são imediatamente assimiláveis, exigindo antes a intervenção de órgãos que preparam os alimentos, também o grupo humano assimila o seu meio ambiente através de uma cortina de objetos...*⁷⁹

Leroi Gourhan

Concordando com Leroi Gourhan, a existência de grupos humanos em uma região subentende algum conhecimento sobre o meio, a construção de espaços necessários aos processos antropológicos relativos ao desenvolvimento e à luta diária pela sobrevivência. Em uma área como a antiga Capitania de Pernambuco, diferentes locais, indicados por pesquisas arqueológicas, históricas e antropológicas, foram escolhidos por populações pré-históricas que através da manipulação de recursos existentes na natureza construíram suas culturas. Locais de habitação, de trabalho, e para práticas de rituais funerários, entre outros usos, também chamados de sítios arqueológicos, como usam os arqueólogos, são marcos espaciais importantes para a pesquisa de hábitos, culturas e migrações desenvolvidas por páleo-indígenas ao fim do Pleistoceno. Os espaços ocupados por grupos humanos pré-históricos representam estruturas de ocupação consideradas importantes quando vistas em relação às fontes de matéria prima e de outros elementos identificados no espaço, todos inseridos na chamada macroestrutura⁸⁰.

⁷⁹ Leroi-Gourhan, André. *Evolução e Técnica*. Lisboa, Edições 70, 1984.p.253.

⁸⁰ Silva, Jacionira Coelho. *Arqueologia no Médio São Francisco. Indígenas, Vaqueiros e Missionários*. Tese de Doutorado. PPGH-UFPE, Recife, 2003.p.227.

Cavernas, lapas semi-basais, grutas de pequenos maciços calcários, e abrigos, formados apenas por paredões existentes em colinas, serras e chapadas interligadas por vales ou áreas deprimidas, situadas entre elas onde por perto dispunha-se de água de lagoas, rios e riachos, formaram espaços para o habitat de diferentes grupos pré-históricos. Rotas migratórias teriam também sido seguidas segundo a mudança do clima durante a passagem do final do Pleistoceno para o Holoceno. A avaliação dos depósitos de água, dos solos, da vegetação, das vertentes, das vazantes dos rios e das ofertas e distâncias das fontes de recursos moveram novos conhecimentos que marcam seus habitats neste período de transição. Como relata o cronista e artilheiro Hans Staden no século XVI, nativos do litoral conheciam bem a região e por ela se deslocavam por terra e mar sem se perderem em suas viagens.⁸¹ Os guias indígenas foram muito utilizados em expedições exploratórias durante o período colonial, para facilitar e introduzir os recém chegados à terra nos caminhos e nos espaços das diferentes etnias nativas e seus grupos. Para Ab'Saber, as migrações indígenas do final do Pleistoceno se deslocaram através de vales e áreas deprimidas, situadas entre platôs, onde o universo ecológico e biótico, composto por brejos e margens de rios, facilitavam a sobrevivência de grupos que neles poderiam procurar adaptação e conhecimento sobre o meio que se transformava em volta a partir de novas condições climáticas.⁸²

Hipóteses sobre o povoamento do continente americano com base em estudos de diferentes áreas do conhecimento, como os realizados por Aziz Nacib Ab'Saber no seu trabalho *Problemas das Migrações Pré-históricas na América Latina*, rebatem a teoria clássica sobre o povoamento pré-histórico da América que coloca apenas a via terrestre do

⁸¹ Staden, Hans. Op.cit. p.111-115.

⁸² Ab'Saber, Aziz Nacib. Problemas das migrações pré-históricas na América Latina. Revista Clio- série arqueológica, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro. Editora Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987. p. 11-14.

fundo do mar descoberto de Bering – rota de Bering - como rota e sugere datas não anteriores a 30 mil AP.

A hipótese de que diversos grupos humanos chegaram a este continente por diferentes rotas marítimas e terrestres, baseada em datações obtidas por pesquisadores através do método do carbono-14⁸³, que, com pequena margem de erro, indica novas datas e dados para a Pré-história do continente americano, parece nos discutível mas correta. A idéia de que descendentes do homem de Cho-Ku-Tien, ou aparentados com os Sinântropos, tivessem se adaptado a climas frios siberianos e que, portanto, conjecturalmente, grupos destes também poderiam ter usado a Beríngia como caminho, em períodos anteriores ao último interglacial. Hoje, são validas as hipóteses que sugerem que ancestrais do homo sapiens teriam chegado a América por diferentes regiões há pelo menos 70.000 anos A P.⁸⁴ Muitos hiatos, antes e depois dos 70.000 anos, deixam o assunto da origem do homem nas Américas sem sínteses e conclusões definitivas, restando ainda muita estrada para pesquisas futuras.

As datações mais antigas para o Nordeste brasileiro, realizadas sobre osso da megafauna do pleistoceno associado a artefatos lascados, chegam a 200.000 e 290.000 anos AP, datações estas obtidas através de análise radiométrica, da série de urânio-tório⁸⁵ feitas a partir de ossos encontrados no abrigo Toca da Esperança, localizado em Central, na depressão san-franciscana da Bahia, durante escavações realizadas sob a coordenação de Conceição Beltrão e Henry de Lumley. Este sítio arqueológico faz parte de um conjunto ainda pequeno de sítios americanos, com datações do Pleistoceno superiores a 100.000 AP, como as obtidas por pesquisadores em Old Crow, na bacia do Yukon no Noroeste do Canadá, e em San Diego, no

⁸³ A descoberta deste método e sua aplicação na década de 50 deu início a uma revisão das antigas datações aceitas para a presença do homem pré-histórico na América.

⁸⁴ Guidon, Niede. As Ocupações Pré-Históricas do Brasil. In: História dos Índios do Brasil. Organização/Manuela Carneiro da Cunha, Ed. Companhia das letras : Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. Op. cit. p.39

⁸⁵ Método não tão preciso quanto o do carbono-14.

Sul da Califórnia.⁸⁶ Estas datações fazem parte de um período mais antigo, por isso chamado de primeiro período. O segundo período, apresenta datações também para diferentes regiões da América, inclusive para o Nordeste do Brasil, que giram entre 50.000 e 25.000 anos. Dele fazem parte os sítios arqueológicos nordestinos do Morro Furado, no município de Coribe, no Sudoeste da Bahia, com datação de 43.000 anos, 27, 26, 25, 21 e 18 mil anos AP, e o da Pedra Furada, no município de São Raimundo Nonato, no Sudoeste do Piauí, com datações entre 6 mil anos e 48 mil anos AP. O terceiro e último período corresponde ao final do Pleistoceno e início do Holoceno, com datações entre 12.000 e 10.000 anos, e comporta muitos sítios arqueológicos no Brasil e Nordeste brasileiro, no Canadá, Patagônia e outras muitas regiões da América.⁸⁷

A origem dos indígenas americanos, no entanto, continua sendo ainda uma questão a ser pesquisada, e pode levar a respostas em que sejam confirmadas várias origens. A via pelo Pacífico já é hipoteticamente colocada como sendo possível para o povoamento da América, no entanto ainda não se aceita a via transatlântica para a chegada do homem Pré-histórico ao Brasil, o que pode vir a mudar caso dados científicos no futuro venham comprovar esta sugestão.

Restos de ossos humanos pré-históricos, levantados durante pesquisas arqueológicas no Nordeste, indicam que antigos habitantes desta região eram descendentes de grupos mongolóides, como também eram os nativos encontrados na América quando do contato europeu a partir do século XV. Apesar da origem mongolóide dos atuais grupos indígenas encontrados e pesquisados nas Américas, diferentes entre si por elementos culturais, existem dúvidas sobre a origem dos indígenas produtores de artefatos líticos do período em torno dos 50.000 anos AP. do Sudoeste do Piauí, como também de outros nativos tão ou mais antigos, dos quais foram encontrados vestígios em outras partes do continente americano. Diante desta

⁸⁶ Martin, Gabriela. Op.cit. p.59-60.

⁸⁷ Id. Ibde.

incerteza, preferem alguns arqueólogos classificá-los como pré-mongolóides,⁸⁸ isto é, grupos que pelas datações avançadas teriam evoluído nas Américas antes das levas migratórias asiáticas, ou que se extinguíram, até que se prove o contrário.

Escavações e sondagens realizadas em sítios arqueológicos Pré-históricos no Nordeste confirmam a presença de levas arcaicas, como no caso do sítio da Pedra Furada em São Raimundo Nonato, e de muitos outros onde vestígios com datações mais recentes estão associados a grupos que podem ter chegado à América por volta de 5000 anos atrás via Pacífico. As datações para o final do Pleistoceno são raras no Brasil, além da anteriormente citada pesquisa na região Central na Bahia, que indica a existência de ossos de megafauna que teriam marcas feitas pelo homem e que fornecem datações de 200 mil anos e 290 mil anos AP.⁸⁹ Em todo o Brasil, verifica-se apenas a existência de datações de ossos humanos até 10 mil anos, mas artefatos e outros vestígios pré-históricos com cronologias pleistocênicas acima de 12 mil anos tem deixado cientistas estimulados para continuarem suas antigas pesquisas ou para desenvolverem novas.

Na Toca do Boqueirão, no sítio Pedra Furada da área arqueológica de São Raimundo Nonato no Sudeste do Piauí, escavações iniciadas no ano de 1978, constataram que o abrigo havia sido utilizado há cerca de 50.000 anos. O local era protegido do vale por um amontoado de blocos caídos e formava um abrigo composto por um paredão de 19 metros de altura com uma estreita base rochosa que serviu de apoio para diferentes grupos indígenas pré-históricos. Na parede de fundo, resquícios de pinturas rupestres demonstram que haviam muitas mais, não fosse o processo natural de destruição causado por descamação e quedas de blocos. Quinze fases de ocupação foram escavadas e agrupadas em três fases culturais de ocupação humana: “uma primeira, chamada Pedra Furada, que compreende o período do final do Pleistoceno; a fase Serra Talhada, que corresponde às populações que freqüentaram o abrigo

⁸⁸ Martin, Gabriela. Op. cit. p.59-64.

⁸⁹ Id. Ibde. p.39

desde o início do Holoceno, de 12 mil anos atrás até cerca de 7 mil/6 mil anos; e finalmente uma terceira chamada de Agreste, que parece corresponder à chegada de um novo grupo à região.⁹⁰

Com base em pesquisas e nas novas datações anteriormente expostas é defendida por Niede Guidon, entre outros pesquisadores, a hipótese de que as datações dos sítios com vestígios datados do final do Pleistoceno e início do Holoceno, período entre 12 mil e 8 mil anos antes do presente, indicam que grupos de homens Pré-históricos se fixaram em terras americanas bem antes da época dada pela teoria clássica de povoamento, isto é 30 mil anos. Como refere Niede Guidon, há um número importante de sítios datados em 12 mil anos em quase toda a América, e para que existissem foi necessário ter ocorrido migração e adaptação de diferentes grupos envolvidos neste povoamento, que, ao que indicam as pesquisas, atingiram as três partes do continente americano e estavam também presentes em pontos extremos deste vastíssimo território: na Terra do Fogo e no ponto mais setentrional da América do Norte.⁹¹ Diferentes tipos de artefatos lascados e polidos, encontrados para este conjunto numeroso de sítios arqueológicos, indicam ainda a adaptabilidade do homem pré-histórico a diferentes ambientes ecológicos existentes no período. Diferentes adaptações do homem ao meio natural nas quais está embutida uma ampla demanda de ações, de observação, de experimentações e de tempo para serem concretizadas.

A divisão em dois grupos para o período do Holoceno sugerida por pré-historiadores (o Arcaico, entre 12000 e 8000 anos AP, e o Arcaico Recente, que inclui grupos agricultores e/ou ceramistas) parece ser ainda pouco elaborada, pois, levando-se em consideração que os estudos sobre grupos indígenas não agricultores e agricultores e/ou ceramistas ainda não apresentam um panorama geral suficientemente seguro, seria precipitado afirmarmos ser precisa esta periodização. No Brasil, o número de pesquisas vem aumentando desde a década

⁹⁰ Guidon, Niede. Op. cit. p.39-40.

⁹¹ Id. Ibde. p.42.

de setenta, na busca esperançosa de novos resultados e de novos dados. Na Região Norte, por exemplo, escavações arqueológicas antigas e recentes revelam um enorme e rico passado indígena mais bem preservado e que pode ter sido responsável por ocupações muito antigas. Nesta região, estiveram de caçadores-coletores nômades a coletores mais sedentários do Pleistoceno, produtores de cerâmica, agricultores e sociedades indígenas mais complexas. Seus sambaquis são os mais antigos sítios cerâmicos até então descobertos nas Américas. Nesta região, encontram-se também obras de terraplanagem que estão entre as maiores do Novo Mundo, e é ainda a área com maior densidade populacional indígena existente no Brasil.⁹² A partir de estudos de alguns vestígios, acredita-se que grupos teriam exercido, durante espaços de tempo diferentes, algum tipo de hegemonia, e que também pode ter ocorrido desaparecimento ou aculturação de grupos que sobreviveram na mesma região ou em espaço geográficos⁹³ próximos.

O conjunto dos sítios arqueológicos com vestígios de diferentes culturas indígenas pré-históricas do Holoceno existentes na região Nordeste é significativo, visto que há menos de 100 anos que pesquisas arqueológicas vêm sendo realizadas nesta região. Na Capitania de Pernambuco, incluindo as áreas que foram desmembradas para a atual composição do Estado de Alagoas e outra anexada ao Estado da Bahia, durante os séculos XVIII e XIX respectivamente, as datações radiocarbônicas (C-14 ou 14c), com base em vestígios encontrados em sítios pré-históricos, atingem 11 mil anos AP. Os primeiros trabalhos arqueológicos sobre grupos indígenas pré-históricos desenvolvidos no estado de Pernambuco datam do início da primeira metade do século XX. Deles fazem parte publicações de Alfredo

⁹² Roosevelt, Anna Curtenius. *Arqueologia Amazônica*. Tradução de John Manuel Monteiro. In *História dos Índios no Brasil*. Org. Manela Carneiro da Cunha. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1998. p. 84-86.

⁹³ Id. *ib. de* p. 42-43.

de Carvalho⁹⁴ e de Mario Mello.⁹⁵ Na década de 30, Carlos Estevão de Oliveira,⁹⁶ diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém, realizou pesquisas arqueológicas na Amazônia, na Bahia e no médio São Francisco em Pernambuco, onde coordenou a primeira escavação arqueológica localizada no município de Petrolândia no sítio de nome Gruta do Padre. Este sítio arqueológico voltou a ser escavado por Valentin Calderón na década de 60 e na décadas de 80 a 90 pela equipe dirigida pela arqueóloga Gabriela Martin.⁹⁷ A pesquisa pré-histórica em Pernambuco vem, assim, apoiando-se nos últimos 30 anos, em pesquisas arqueológicas desenvolvidas por profissionais das universidades da região e tem boa parte dos trabalhos de pesquisa e escavações já publicada em livros e artigos em revistas científicas. No entanto, a maior parte dos trabalhos realizados na primeira metade do século XX foram publicados pelos Institutos Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e do Ceará, sendo o primeiro

⁹⁴ Alfredo de Carvalho tem seu primeiro trabalho sobre a pré-história brasileira publicado na revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco no ano de 1898, seguido por mais 4 outros artigos posteriormente publicados em revistas do mesmo Instituto e do Instituto do Ceará. Publicou ainda o livro *O Tupi na Corografia Pernambucana*, no ano de 1907 e em 1910 o livro *Pré-história sul-americana*, pela tipografia do Jornal do Recife.

⁹⁵ Mario Mello atuou como jornalista e publicou no *Diário de Pernambuco* no ano de 1929, diversos artigos intitulados 'Arqueologia Pernambucana' entre outros títulos sobre a pré-história brasileira. Também consta uma relação de 6 artigos publicados pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfica de Pernambuco e um pela revista do Museu Paulista v. 16.

⁹⁶ Carlos Estevão publicou o trabalho "O ossuário da Gruta do Padre em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do nordeste" pelo *Boletim do Museu Nacional*, v,14-15, nos anos de 1938 e 1941, Rio de Janeiro Imprensa Nacional, p.150-210.

⁹⁷ Em meados da década de 70 dois núcleos de estudos arqueológicos foram fundados na Universidade Federal de Pernambuco, um dirigido pelo professor Marcos Albuquerque e professora Veleda Lucena que se voltou para estudos de sítios cerâmicos da Zona da Mata de Pernambuco e arqueologia histórica e outro, o Núcleo de Estudos Arqueológicos – NEA, dirigido pelas Professoras Gabriela Martin e Alice Aguiar. Posteriormente, foi fundado um grupo de pesquisa na Universidade Católica de Pernambuco sob a direção da professora Janete Costa também responsável pelo Museu de Arqueologia da Universidade Católica.

a ter sido publicado o de Ruber van der Lindef,⁹⁸ sobre os grafismos da Pedra do Navio, sítio arqueológico localizado no Agreste de Pernambuco, publicado na década de 30.

Para a região correspondente à Capitania de Pernambuco, datações de vestígios pré-históricos foram conseguidos a partir de pesquisas realizadas em sítios arqueológicos, em áreas das atuais regiões da Zona da mata, do Agreste e do Sertão de Pernambuco. Também o antigo litoral do final do Pleistoceno para o início do Holoceno deve ter sido habitado por grupos pré-históricos. Hoje, este antigo litoral, não foi ainda pesquisado e faz parte do oceano Atlântico, onde futuramente a arqueologia poderá desenvolver projetos de salvamento dos vestígios de grupos do final do Pleistoceno e início do Holoceno.

- Litoral e Zona Da Mata

Ocupações pré-históricas de diferentes culturas nativas foram verificadas na faixa litorânea da Capitania. Existiram ocupações relacionadas diretamente a assentamentos ligados aos recursos marinhos, assentamentos chamados Sambaquis, assim como assentamentos pré-históricos na Zona da Mata, compostos por aldeias de grupos agricultores e ceramistas; todos eles eram localizados no litoral e considerados sítios arqueológicos de áreas úmidas, onde para o segundo tipo correspondiam, principalmente, aldeias de grupos indígenas agricultores e ceramistas que também se alimentavam de frutos do mar e de peixes dos rios que cortam todo o litoral.

Sobre um grande sambaqui que teria existido no município de Coruripe, no atual estado de Alagoas, de onde foram retirados igaçabas com ossos, machados, pilões e outros artefatos de pedra, nos revelou Alfredo Brandão, que no local, durante a segunda metade do século XX, era extraída matéria prima para o fabrico de cal, o que destruiu o antigo sítio arqueológico registrado pelo mesmo Alfredo Brandão. No litoral alagoano, existem três

⁹⁸ Ruber von der Lindef publicou pela revista do Instituto Arqueológico, Histórico e geográfico de Pernambuco artigo de título: Arqueologia pernambucana-A pedra do Navio, em 1930, v.30, p. 143-146.

registros de sambaquis referentes a área do Complexo Lagunar Mundaú. Outras informações revelam dados fragmentários sobre prováveis sambaquis que teriam existido neste litoral, que devem ter tido destino igual ao sambaqui pesquisado por Alfredo Brandão.⁹⁹

No atual litoral pernambucano não foram encontrados sítios sambaquis, estruturas de estearias ou sambaquis dunares como os encontrados na Bahia, no Maranhão e no Rio Grande do Norte.¹⁰⁰ Nesta região, as atividades da agroindústria açucareira, iniciadas no século XVI, foram responsáveis pelo desmatamento de grandes áreas da floresta de mata atlântica e pelo processo de destruição dos aldeamentos indígenas que aí existiam. Muitos dos vestígios arqueológicos foram, se não totalmente, ao menos parcialmente destruídos pela ação intensa da economia colonial dominante anteriormente citada.

Durante as décadas de 80 e 90, um programa de resgate de sítios pré-históricos foi realizado na região da Zona da Mata. Coordenado pelo laboratório de arqueologia dirigido pelos arqueólogos Marcos Albuquerque e Valeda Lucena, o programa de salvamento incluía um levantamento de sítios arqueológicos localizados através de sondagens a serem realizadas em unidades de pesquisa escolhidas em uma área de 11.766 km², correspondente a Zona da Mata. Hoje, a região da Zona da Mata está dividida em duas sub-zonas, a da mata úmida e a da mata seca, correspondendo a maior e menor exuberância da vegetação, respectivamente. Nesta região, um dos primeiros sítios escavados foi o sítio Sinal Verde, localizado no município de São Lourenço da Mata, ficando a 2,5 km da sede do município. Este sítio apresentou seis áreas de concentração de material arqueológico que apareceram em forma de círculos com diâmetros de 20 a 70 metros. Na segunda área de concentração, foram coletados pedaços de carvão lá encontrados em grande quantidade para servir como referência para datação. As análises forneceram datas de 225 a ± 150 anos AP, datas que remontam ao período colonial. Os vestígios encontrados neste sítio constituíam-se basicamente de material lítico e material

⁹⁹ Martín, Gabriela. Op.cit.p. 137.

¹⁰⁰ Id.Ib de.

cerâmico fragmentado, ou mesmo, de objetos inteiros contendo material ósseo humano, assim como de pequena quantidade de machados de pedra.¹⁰¹ Na Zona da Mata pernambucana, este sítio arqueológico é apenas um exemplo dos que existiram e dos poucos que resistiram à ação do tempo e dos homens de transformar a natureza, pois esta área foi uma das áreas mais atingidas pelo desmatamento e pela ocupação colonial portuguesa. Da região litoral e da Zona da Mata existem poucos sítios pré-históricos com datações, são eles; PE 107-Cm (150±150 anos AP); PE 93-Cm(510±150 anos AP); PE 95-Cm (785±150) e PE 94-Cm (2.130±400), todos no município de São Lourenço da Mata.¹⁰² Nesta região da Zona da Mata de Pernambuco, os sítios arqueológicos revelam uma ocupação de grupos pré-históricos de agricultores ceramistas de Tradição *Tupi-Guarani*, e neles foram encontrados fragmentos de cerâmica e obtidas datações. Os pesquisadores Marcus Albuquerque e Veleda Lucena apresentam esta tabela com dados sobre alguns sítios arqueológicos escavados em regiões da Zona da Mata ao Agreste.

¹⁰¹ Luna, Suely. O Sítio Sinal Verde- São Lourenço da Mata, PE. Uma aldeia pré-histórica na zona da mata pernambucana. Revista Clio-Serie Arqueológica, v.1, n.7, Editora Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991, p.108-109.

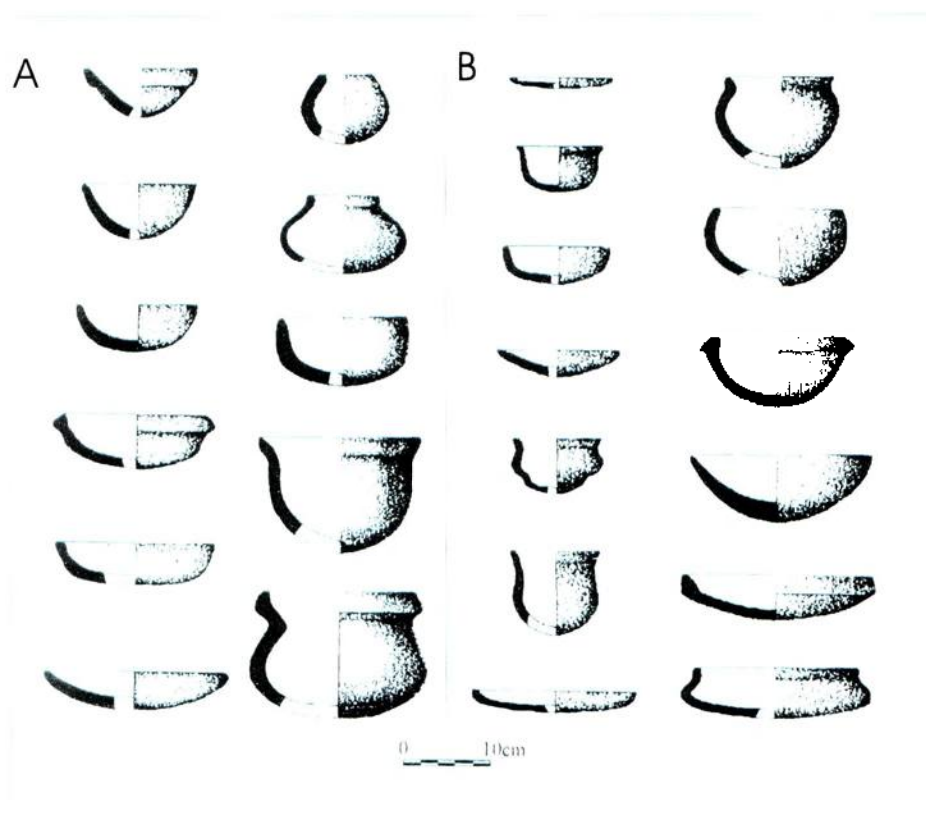
¹⁰² Gabriela Martín. Op. cit. p.81.

Ocupação Tupi-Guarani na Capitania de Pernambuco vista através da cerâmica

Fases	Zonas fisiográficas	Tipo de ocupação	Tratamento de superfície dos vasilhames	Recursos	Cronologia
Tejucupapo	Litoral; mangue, ilhas	Habitação única (ocupação sazonal?)	Pintada	Crustáceos, moluscos, pesca, mandioca	
Itapacurá	Restinga	Aldeias	Pintada	Mandioca, pesca	
Cangasa	Zona da Mata	Aldeia semi-circular	Pintada e plástica	Mandioca	1290-1590 A.D.
Capibaribe	Zona da Mata	Aldeia	Sem decoração ou pouco decorada	Mandioca	220 A.D.
Quipapá	Zona da Mata	Aldeia	Pintada e plástica	Mandioca	
Croata	Áreas de brejo no Semi-árido	Aldeias amplas circulares	Pintada e plástica	Mandioca	
Triunfo	Brejo de Altura no Semi-árido	Aldeia	?	Milho (?)	1440 A.D.
Araripe	Semi-árido	Aldeias circulares	Pintada, unglada borda talhada pontuada	Mandioca (grãos ?)	1610 A.D.

*Quadro segundo pesquisas de Marcos Albuquerque e Veleza Lucena compilados por Gabriela Martin. – Pré-História do Nordeste do Brasil, op. cit.p. 193.

Os dados desta tabela revelam diferentes tipos de aldeias: aldeias circulares, aldeias semi circular, com uma habitação única e as aldeias sem especificação. Revelam também características do trabalho de superfície dado na confecção da cerâmica, no caso, se era pintada ou corrugada, e, por fim, apresentou-se os recursos – pesca, mandioca e o possível uso de milho em uma das aldeias - utilizados pelos grupos e as datações obtidas.



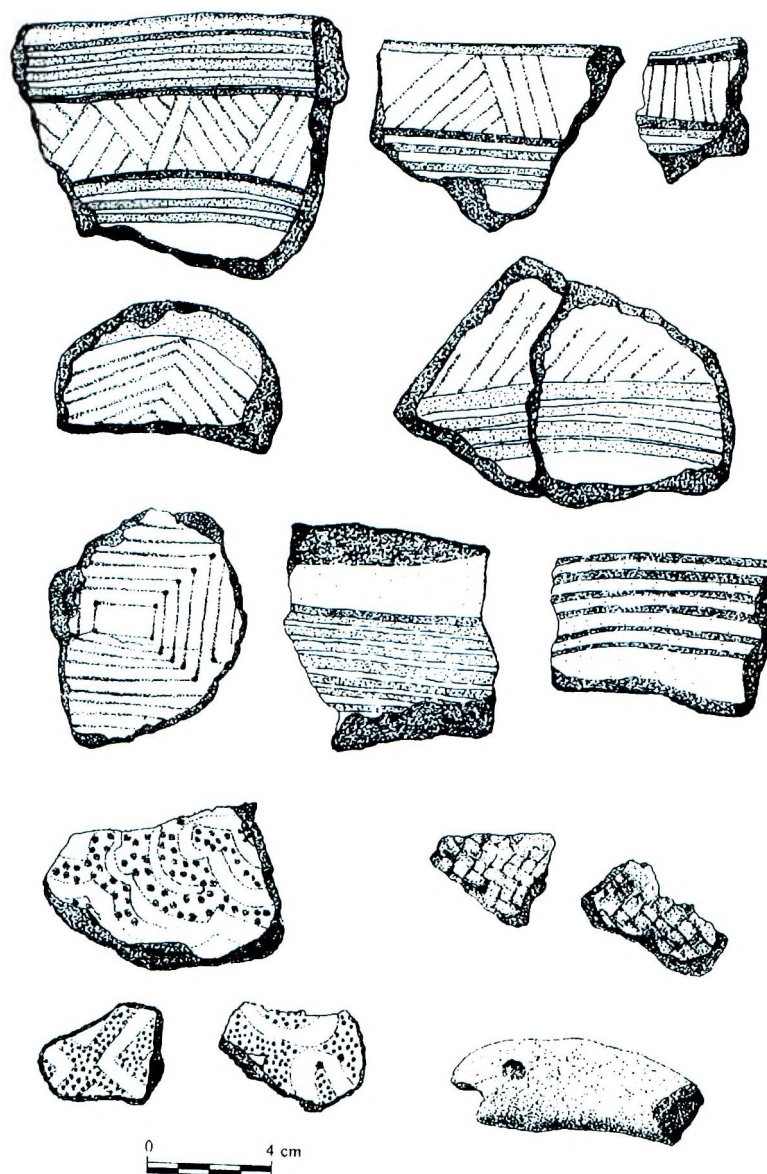
FORTE:A- A.NASCIMENTO E B- S.LUNA

FORMAS DE CERÂMICA DA TRADIÇÃO TUPIGUARANI

A- Aldeia do Baião - Araripina-PE

B- Aldeia Sinal Verde - São Lourenço da Mata-PE

Dados compilados de Suely Luna, Suely. O Sítio Sinal Verde- São Lourenço da Mata, PE. Uma aldeia pré-histórica na zona da mata pernambucana. Revista Clio-Série Arqueológica, v.1, n.7, Editora Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.



Desenhos de fragmentos de cerâmica da tradição Tupi-Guarani / Sítio Sinal Verde, São Lourenço da Mata

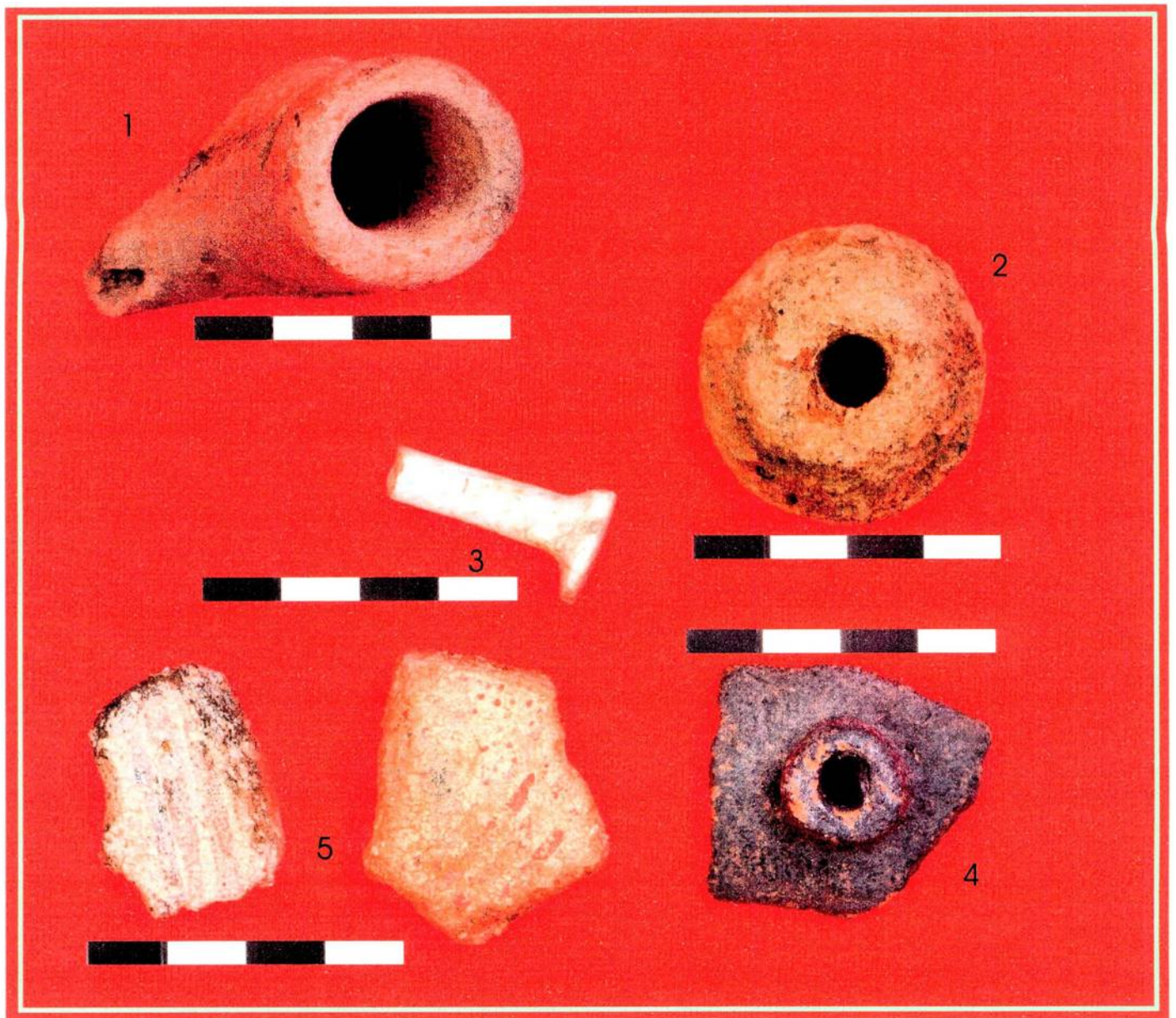
copilados por Gabriela Martin, op. cit. p. 201.

Muitas aldeias de grupos ceramistas e agricultores *tupi-guarani* estiveram neste espaço do litoral e no da Zona da Mata de Pernambuco, e em áreas hoje correspondentes ao litoral do estado de Alagoas, como demonstra a pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Pernambuco durante o projeto de salvamento arqueológico para a construção do gasoduto entre o município do Cabo em Pernambuco e o de Pilar em Alagoas, perfazendo um total de 204 km, em que foram feitas escavações e sondagens. Ao longo dos 204 km foram localizados 53 pontos onde se registraram achados arqueológicos que corresponderam tanto a unidades representativas de sítios arqueológicos, bem como a unidades com achados isolados, geralmente encontrados em áreas que foram reutilizadas para a lavoura ou que foram urbanizadas. Nas áreas pesquisadas do litoral do estado de Alagoas, foram registrados sítios com a mesma tradição cerâmica Tupi-Guarani encontrada em sítios arqueológicos do município de Palmeira dos Índios e em Chã do Caboclo no município de Viçosa.¹⁰³

Em Alagoas, os municípios de Rio Largo, Messias, Matriz de Camaragibe, Jundiá Jacuibe e em Pernambuco, nos municípios de Água Preta, Ipojuca e Cabo, foram encontrados sítios arqueológicos com as maiores concentrações de cerâmica da tradição Tupi-Guarani. Também foram encontrados dois *tambetés*¹⁰⁴ de amazonita um em Jacuibe e outro em Messias. Ainda estão registrados os achados de fragmentos de cachimbos de barro, material lítico e polido nos municípios de Rio Largo, Matriz de Camaragibe e Jacuibe.

¹⁰³ Relatório Técnico Final do Projeto de Salvamento Arqueológico GASALP apresentado a PETROBRAS . Recife, 1999. p. 2-3.

¹⁰⁴ *Otambetés* é um adorno labial de uso masculino de grupos indígenas conhecedores de técnicas agrícolas, de cerâmica e de vida em aldeia. O seu uso inicia-se com os ritos de passagem de jovens que os utilizam primeiro em tamanhos pequenos que aos poucos vão sendo trocados por maiores provocando o alargamento do orifício labial.



FONTE: RELATÓRIO TÉCNICO - FUNDAÇÃO SERIDÓ

MATERIAL ARQUEOLÓGICO DO PROJETO GASALP

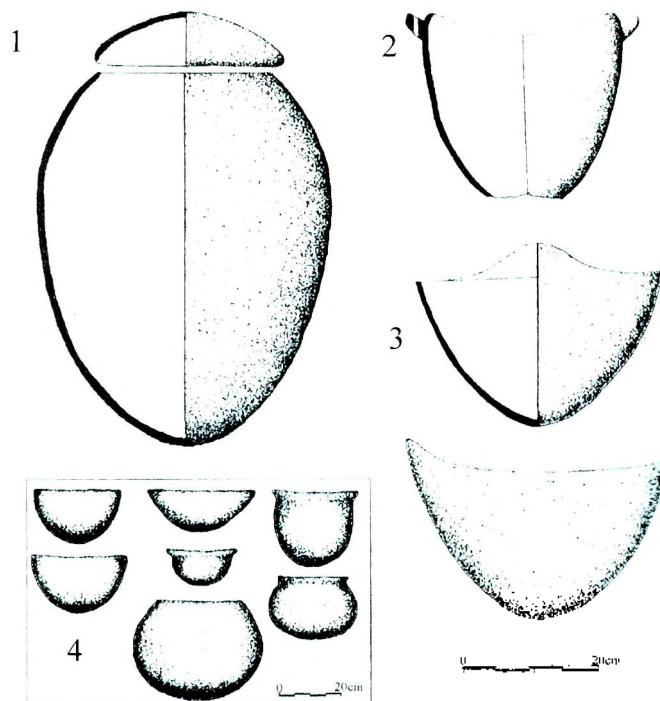
- 1- Cachimbo indígena
- 2- Rodela de fuso de cerâmica
- 3- Tembetá de amazonita. (aplique labial indígena)
- 4- Fragmento de cerâmica indígena com vertedouro
- 5- Fragmentos de cerâmica pintada da tradição tupiguarani.

- Agreste

Na região Agreste pesquisas realizadas por A. Laroche no município de Bom Jardim (PE), nas décadas de 60 e 70, revelaram a existência de ocupações nativas pré-históricas com material cerâmico distinto da tradição *Tupi-Guarani*. Neste município, Laroche obteve datações entre 300 anos AP a 8.400 anos AP no sítio arqueológico Pedra do Caboclo. A cerâmica encontrada neste sítio foi considerada por Valentin Calderón como pertencente à tradição *Aratu*, tradição que vinha sendo estudada por ele em pesquisas sobre a cerâmica de sítios pré-históricos localizados em municípios do litoral da Bahia e de Sergipe, e que, segundo ele, teria alcançado áreas de Alagoas - Palmeira dos Índios -, Pernambuco – Bom Jardim - , Piauí, Minas Gerais e São Paulo. Posteriormente, ela foi relacionada a aldeias de grupos ceramistas de Goiás da fase Mossâmedes e com indígenas Kaiapó.¹⁰⁵ Apesar do seu alcance geográfico,- que com segurança atingiu todo o litoral baiano e o interior da Bahia até a região do rio Grande, e a depressão do São Francisco, na fronteira com Sergipe, no Espírito Santo - sua difusão para Pernambuco e outras regiões podem ser consideradas levando-se em consideração modificações da cerâmica encontrada no recôncavo baiano.¹⁰⁶ Mas, a maior importância desta tradição está no fato de que ela caracteriza a existência de grupos de agricultores ceramistas que formavam aldeias com ocupações densas e demoradas, com sedimentos arqueológicos de 40 a 90 cm., em comparação às ocupações *Tupi-Guarani*, com sedimentos que não ultrapassam 30 cm. Eram grupos que tiveram aldeias anterior aos *Tupi-Guarani*, na costa da Bahia, como indicam as escavações nas aldeias Aratu em que aparece a cerâmica *Tupi-Guarani* sempre nas camadas mais tardias; e, quando há registro de uma substituição rápida da cerâmica Aratu pela *Tupi-Guarani*, nota-se que nestas aldeias houve uma violenta ocupação de grupo *Tupi- Guarani*.

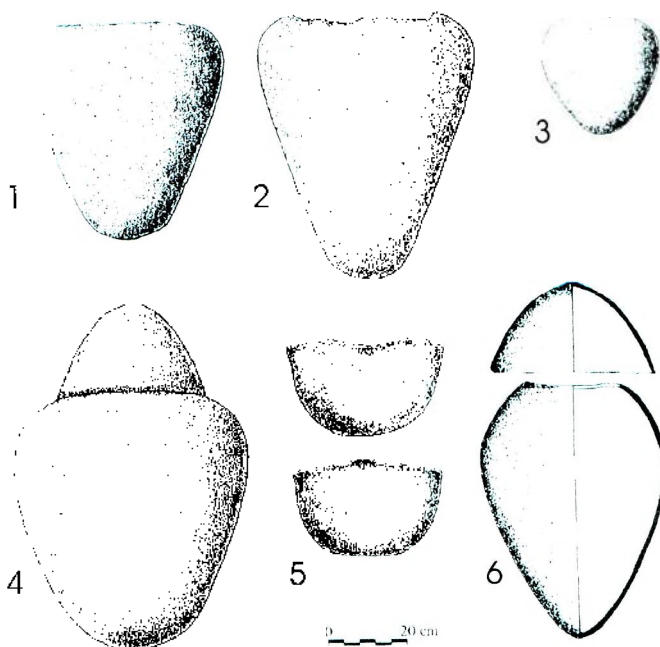
¹⁰⁵ Martin, Gabriela. Op. cit. p.208-209

¹⁰⁶ Op. cit. p.211.



CERÂMICA DE BOM JARDIM - PE

Sítio Caverna Funerária de Angico: 1-urna funerária; 2-urna com alça; 3-vaso em forma de cabaça
 Sítio Pedra do Caboclo: 4-formas de cerâmica segundo A. Larroche, 1970



CERÂMICA DA TRADIÇÃO ARATU -Bahia e Alagoas

Recôncavo Bahiano

1;2;3;4 - Urnas funerárias; 5-Vaso imitando cabaça segundo V. Caldeirón 1969,1971

Palmeira do Índios - Alagoas

6-Urna funerária

Pesquisas mais recentes, realizadas por arqueólogos do Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco, no município de Bom Jardim, levantaram novos sítios arqueológicos, dos quais se obteve novas datações. No sítio Chã do Caboclo, entre 257 anos AP a 11.000 anos AP; para o sítio Camará e Caverna do Nunes datações de 195 anos AP; para o Pedra do Caboclo datações que demonstram uma ocupação quase continuada entre 300 anos AP e 8.400 anos AP. Ainda no município de Bom Jardim foram escavados os sítios Angico, com datações de 500 anos AP, 973 anos AP e 1.515 anos AP; Angico 2, com datação de 300 anos AP; Angico 3, com duas datações de 4760 anos AP; o sítio Caverna Funerária com datações de 480 anos AP e 1.220 anos AP; o sítio das Grutas, com três datações de 540/1.115/ e 4.650 anos AP; o sítio por nome de Derby, com seis datações entre 670 anos AP e 1.510 anos AP; o sítio Cercado com duas datações, uma de 1.010 e outra de 1.295 anos AP; e por último o sítio Abrigo Funerário, com uma datação de 2.200 anos AP.¹⁰⁷

Nesta mesma região, apresentam-se outros sítios com ocupações pré-históricas, como os encontrados no município de Venturosa, com datação de 1.760 anos AP, e de 2.030 anos AP para ocupações referentes ao sítio com pinturas rupestres chamado Peri-Peri e o sítio arqueológico por nome de Pedra do Tubarão, onde foi levantado bastante material arqueológico mas não foi possível obter datação. No município de Taquaritinga do Norte, foi pesquisado um sítio com pinturas rupestres mas não foi possível obter datações.¹⁰⁸ No município de Buique, foi possível obter datações de três sítios: para o sítio Alcobaça, com pinturas rupestres, obteve-se datações de \pm 2.000 anos AP, para o sítio PE 48-MXa a datação de 270 anos AP, para o sítio PE 91-Mxa, cinco datações: 2.780/3.870/4.390/6.240 e 6.640 anos AP; no município de Brejo da Madre de Deus, o sítio-cemitério Furna do Estrago teve 83

¹⁰⁷ Op.cit.p.80

¹⁰⁸ Ferreira, Josué Euzébio. *Ocupação Humana do Agreste Pernambucano*. Edições FAFICA/Idéia, João Pessoa, 2001.p. 28-30.

esqueletos humanos exumados e se conseguiu datações de 1.040 / 8.495 / 9.150 e 11.060 ano AP.¹⁰⁹

No município de Caruaru estão catalogados os sítios arqueológicos Cacimba Cercada, Caldeirão, sítio Serra da Melancia, Malhada de Lagoa Queimada e Zamba; no Município de Toritama, o sítio do Matumbo; em Santa Cruz do Capibaribe, estão localizados vários sítios na Serra do Pará, e no município de São Caetano foi localizado o sítio do Urubu, no lado Sul da Serra do Cachorro. Outros sítios arqueológicos existentes nesta região, localizados nos municípios de Gravatá, Bezerros, Altinho, Cupira e Panelas, estão todos ainda para serem catalogados.¹¹⁰

A região Agreste apresenta uma concentração de sítios arqueológicos importantes para o estudo da pré-história do Nordeste. A maioria dos sítios apresentou pinturas rupestres, material cerâmico, material de fibras de caroá e ouricuri, e material lítico. O atual estado das pesquisas demonstra a existência de uma concentração de sítios com datações que revelam ocupações em diferentes épocas que vão de períodos recentes, com datas entre 200 a 2000 anos AP, e períodos mais antigos, que atingem marcas entorno de 8000 anos AP. As áreas ocupadas por culturas pré-históricas nesta região demonstram que houve uma preferência por locais em brejos ou próximos a fontes de água. Locais, portanto, onde as condições do solo, da flora e da fauna, apresentadas anteriormente neste capítulo, forneciam as melhores condições de sobrevivência para os grupos desta região.

- Sertão

A presença de grupos pré-históricos na área formada pela região do Sertão pernambucano, verificada através de pesquisas arqueológicas, nos forneceu dados importantes referentes aos espaços humanos pré-históricos. As áreas arqueológicas estão, hoje, em três

¹⁰⁹ Martin, Gabriela. Op.cit.p.80 e 81.

¹¹⁰ Ferreira, Josué Fuzébio. Op.cit.

estados diferentes: Pernambuco, Bahia e Sergipe, áreas que até o século XIX compunham a Comarca do São Francisco e que, portanto, pertenciam a Capitania de Pernambuco. Na região do Médio São Francisco foram encontrados sítios arqueológicos localizados em áreas protegidas, no caso dos abrigos-sob-rocha, ou semi-protegidas, e também em áreas abertas, localizadas nas terras planas de ilhas ou às margens do rio São Francisco e de riachos existentes na região. Nos diferentes espaços levantados, vestígios marcaram as diferentes atividades neles desenvolvidas e o tipo de permanência dos grupos nestes espaços: de curta duração, para coleta de matéria prima e confecção de artefatos, ou de maior duração, para habitação ou plantio.

No município de Petrolândia, foram levantados sítios formados por abrigos fechados ou semi-fechados, como o da Gruta do Padre, do Abrigo do Anselmo, do Abrigo do Sol Poente, do Letreiro do Sobrado com grafismos por incisão, do abrigo no Iço, e os sítios abertos Letreiro de Petrolândia, com gravuras realizadas em afloramento rochoso à margem do rio São Francisco, próximo à cidade de Petrolândia, os sítios Várzea Redonda e Barrinha, apresentaram ambos material lítico. No município de Floresta, na Serra do Arapuá, estão os sítios Riacho do Olho d'Água I e II, contendo gravuras e pinturas rupestres. Em Belém do São Francisco foram encontrados três sítios na fazenda Papajeú, e no município de Itacuruba estão vários sítios líticos na Barra do Pajeú, e às margens do riacho do Espinho. No município de Tacaratú, o sítio Antenor localizado na área da aldeia Jeripancó, na margem esquerda do rio Moxotó, apresentou material lítico tecnicamente semelhante às peças encontradas na gruta do Padre. assim como, ao material achado em outros sítios desta área, chamada de Itaparica.¹¹¹ Datações, quanto a presença de populações pré-históricas na região do Sertão de Pernambuco foram obtidas no sítio Letreiro do Sobrado, município de Petrolândia, com as seguintes marcas: 980, 1230, 1630, 1680, 6390 anos AP; no sítio Abrigo do Sol Poente, Petrolândia,

¹¹¹ Silva, Jacionira Coelho. Op. cit. p. 228-241.

obteve-se a datação de 2760 anos AP, e no sítio Gruta do Padre, Petrolândia, também houve datações entre ± 2000 e ± 7000 AP, entre outros sítios com datações mais recentes.¹¹²

Nesta região do Sertão pernambucano, pesquisadores responsáveis pelo projeto Xingó escavaram o maior cemitério indígena até então encontrado no Nordeste brasileiro: o Cemitério do Justino. Localiza-se no vale médio São Franciscano, no atual município de Canindé, em Sergipe. Local expressivo para a ocupação pré-histórica pela sua ligação entre o Rio São Francisco e o Riacho de Curitiba, onde escavações, realizadas pelo projeto de salvamento arqueológico de Xingó, levaram a datações radiocarbônicas que indicam ter sido praticado enterramento humano neste sítio-necrópole em 1280, 1770, 2500, 3270, 4340 e 8950 anos AP. Deste sítio foram exumados 157 esqueletos completos, fora os que foram destruídos por enterramentos posteriores.¹¹³ A área arqueológica de Xingó, tomando-se como exemplo o sítio/acampamento de céu aberto chamado de Sítio do Antenor, tem, até o presente momento se caracterizado de forma distinta da área arqueológica de Itaparica, de sítios de céu aberto, quando comparados os aspectos de variedade de tipos e formas de artefatos do equipamento doméstico.¹¹⁴

Dados sobre grupos pré-históricos ceramistas existentes na região do Sertão, obtidos através do projeto Cultivadores Pré-históricos do Semi-árido Nordestino, desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, levaram à conclusão de que, ao contrário do que afirmam alguns pesquisadores sobre a utilização e desenvolvimento da cerâmica indígena pré-histórica, ligada principalmente à cultura do plantio da mandioca, a região semi-árida apresenta também condições para o plantio da mandioca.¹¹⁵ Informações

¹¹² Martin, Gabriela. Op. cit. p. 67-83.

¹¹³ Martin, Gabriela. Op. cit. p. 78-81.

¹¹⁴ Silva, Jacionira Coelho. Op. cit. p. 241.

¹¹⁵ As pesquisas arqueológicas no Brasil, no tocante a grupos ceramistas, estão basicamente restritas às áreas litorâneas e amazônicas de domínio das formações florestais úmidas e semi-úmidas. Estas pesquisas levaram a conclusão de que os grupos de povos ceramistas se desenvolveram em regiões mais úmidas, e só aparecem em

sobre a existência de sítios pré-históricos com cerâmica e material lítico nesta região levou a escavação do sítio arqueológico Aldeia Baião localizado no sopé da chapada do Araripe, no município de Araripina, onde Pernambuco faz fronteira com o Piauí a Oeste e com o Ceará ao Norte. Os tipos de utensílios cerâmicos, produzidos por este grupo nativo estudado durante a pesquisa no sítio Aldeia Baião, levaram à constatação de que também nesta região se produziu cerâmica utilitária e que as técnicas de produção utilizadas pelo grupo foram pelo menos de onze tipos de formas diferentes. Portanto, a cerâmica, para este grupo, era uma prática cultural bem conhecida.¹¹⁶

Por outro lado, analisando esta região através de estudos sobre as línguas indígenas, verificamos que importantes dados lingüísticos revelam a existência de diferentes grupos étnicos culturais em épocas pré-históricas e de contato no período colonial para a área que correspondia à capitania de Pernambuco. A partir destes estudos, compreendem e sugerem lingüistas que os dados não podem traçar uma história da cultura de povos quanto a suas origens no tempo e no espaço, mas indicam fases para sua aparição. Na área geográfica em estudo, a capitania de Pernambuco, foram levantados grupos de uma mesma família lingüística e os de línguas tidas como isoladas. O princípio utilizado é o de que, na área geográfica onde estão concentrados elementos e membros mais divergentes de uma família lingüística, é provável que seja ela uma área de origem, portanto uma unidade de referência muito antiga para a família lingüística, pois, acredita-se que fragmentos do mesmo grupo podem ter migrado para outras regiões. Assim, utilizando este princípio também para as línguas ditas isoladas, para a sua localização, elas são tidas como prováveis redutos de focos de dispersão muito antigos. Constam como línguas isoladas para a região em estudo as línguas

regiões semi-áridas por pressões externas, ou como grupo de caçadores coletores, ficando a cerâmica associada a grupos de povos agricultores.

¹¹⁶ Nascimento, Ana. A Aldeia Baião – Araripina PE. Um sítio pré-histórico cerâmico no Sertão pernambucano. Revista Clío-Serie Arqueológica, v.1, n.7, Editora Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991. p. 143-193.

dos *Tuxá/Truká, Pankararú, Tarairiú, Choco e Umã*.¹¹⁷ Para a capitania de Pernambuco, os cursos médio e baixo do rio São Francisco tiveram especial valor de comunicação com outras regiões que se fazem ligar por rios tributários temporários, como os rios sertanejos Moxotó e o Pajeú. A bacia do São Francisco e seus tributários serviram assim como caminho de muitos grupos humanos pré-históricos, desde o fim do pleistoceno.¹¹⁸ O rio Capibaribe e o Ipojuca, entre outros rios que ligavam o litoral a regiões do Agreste e a caminhos por terra, devem ter sido utilizados.

¹¹⁷ Urban, Greg. *A História Da Cultura Brasileira Segundo As Línguas Nativas*. In *História dos Índios no Brasil de Manueia Carneiro da Cunha*. Ed. Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 87-99.

¹¹⁸ Martin, Gabriela. *Op. cit.* p.50.

ESPAÇOS INDÍGENAS PRÉ-HISTÓRICOS - CAPITANIA DE PERNAMBUCO



LEGENDA

- Municípios com sítios Pré-históricos
- Municípios com sítios com cerâmica Tupi - Guarani
- Municípios com sítios com cerâmica Aratú
- Municípios com sítios não catalogados
- Município com sítio sambaqui

OCUPAÇÕES INDÍGENAS

- Ocupação Tupi-Guarani entre 150 e 1690 anos AP
- Ocupação de grupo de língua da família Macro-Jê
- Ocupação de línguas isoladas

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM DATAÇÕES.

São Lourenço da Mata

- Sinal Verde AP - 225
- PE 107-Cm AP - 150
- PE 93-Cm AP - 510
- PE 95-Cm AP - 785
- PE 94-Cm AP - 2130

Bom Jardim

- Camará AP - 195
- Chã do Caboclo** AP - 257 / 11000
- Caverna do Nunes AP - 195
- Pedra do Caboclo** AP - 300 / 8400
- Angico 2 AP - 300
- Angico AP 500 / 973 / 1515

Venturosa

- Peri-Peri AP - 1760 / 2030
- Pedra do Tubarão AP - 2200

Buique

- Alcobaca AP - 1785 / 1766
- PE 48-Mxa AP - 270
- PE 91-Mxa** AP - 2780 - 6640

- Angico 3 AP 4760
- Caverna Funerária AP - 480 / 1220
- Grutas AP - 540 / 1115 / 4650
- Derby ** AP - 670 / 1510
- Cercado AP - 1010 / 1295
- Abrigo Funerário AP - 2200

Brejo da Madre de Deus

- Furna do Estrago** AP - 1040 - 11060

Petrolina

- PE-16 AP - 2266 / 2806

Araripina

- PE-137 Bga AP - 340

Triunfo

- PE-123 Pja AP - 510

Itacuruba

- Queima Cocão AP - 360

Petrolândia

- Gruta do Padre ** AP - 2200 / 7580
- Abrigo do Sol Poente AP - 2760
- Letreiro Do Sobrado** AP - 980 / 6390

** - Existem outras datações entre as cidades.



MAPA DO NORDESTE DO BRASIL

O conjunto dos sítios pré-históricos localizados nas regiões que formavam a capitania de Pernambuco oferecem um panorama das localizações das mais antigas ocupações indígenas até as mais próximas do período colonial. Deste conjunto, fazem parte diferentes culturas que podem ser agrupadas em sub-conjuntos: 1- grupos Tupi-guarani, com ocupações entre 150 anos AP e 1690 anos AP; 2 - ocupações de grupos étnicos considerados da cultura *Aratu*, com datações entre \pm 257 e 8400 anos AP; 3 – ocupações na região do médio São Francisco, região do sertão de Pernambuco.

O estado atual das pesquisas sugere uma visão ainda inicial sobre diferentes fases de ocupação desta região, aponta diferentes espaços utilizados, quase sem descontinuidade, até a chegada do colonizador português a esta região, e constata que houve, para as diferentes regiões enfocadas, grupos que desenvolviam culturas com sistemas específicos de aproveitamento do meio natural. Entre as espécies vegetais utilizadas pelos indígenas na pré-história, observe-se as tabelas abaixo.

PLANTAS NATIVAS DE USO INDÍGENA

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIAS
Abacaxi	<i>Ananás sativus</i> Schult	Bromeliáceas
Ameixeira do Brasil	<i>Ximenia Americana</i> Linn.	Olacáceas
Ameixa brava	<i>Ximenia coriacea</i> Engl.	Olacáceas
Amendoim bravo	<i>Arachis pusilla</i> Benth	Leguminosas-Papilionoideas
Araça-de-Pernambuco	<i>Psidium pubescens</i> Mart.	Mirtáceas
Araruta	<i>Maranta arundinacea</i> Linn.	Marantáceas
Araticum apê	<i>Anona Pisonis</i> Mart.	Anonáceas
Araticum de espinho	<i>Anona spinescens</i> Mart.	Anonáceas
Ariry	<i>Cocos vagans</i> Bondar	Palmáceas
Arikuryroba	<i>Arykuryroba Capanemae</i> Rodr.	Palmáceas
Azeda rasteira	<i>Oxalis repens</i> Thumb	Oxalidáceas
Babá	<i>Solanum agrarium</i> Sendt.	Solanáceas
Babaçu	<i>Orbignia martiana</i> B. Rodr.	Palmáceas
Bacuryzeiro	<i>Platonia insignis</i> Mart.	Glutiferáceas
Baga da praia	<i>Coccoloba uvifera</i> Linn.	Polygonáceas
Banana pacova	<i>Musa acuminata</i>	Musáceas

Bredo de espinho	<i>Amaranthus spinosus</i> Linn.	Amarantáceas
Cabeça de negro	<i>Anoma coriacea</i> Mart.	Anonáceas
Caju	<i>Anacardium occidentale</i> Linn.	Anacardiáceas
Carapicu	<i>Urena sinuata</i> Linn.	Discoreáceas
Carnaúba	<i>Copernicia cerifera</i> Mart.	Palmáceas
Coco-católé	<i>Syagrus oleracea</i> Mart.	Palmáceas
Icô-branco	<i>Capparis yco</i> Mart.	Capparáceas
Icô-preto	<i>Capparis jacobinae</i> Moric.	Capparáceas
Imbé	<i>Monstera pertusal</i> De Vriese.	Aráceas
Imburana	<i>Bursera leptophloes</i> Engl.	Burseráceas
Imbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i> Arr.	Anacardiáceas
Jaracatiá	<i>Jaracatia dodecaphylla</i> A. DC.	Caricáceas
Juazeiro	<i>Zizyphus Juazeiro</i> Mart.	Renáceas
Macambira	<i>Bromelia laciniosa</i> Mart.	Bromeliáceas
Macaúba	<i>Cocos ventricosa</i> Arrud.	Palmáceas
Macaxeira	<i>Manihot aipi</i> Linn	Euphorbiáceas
Macaxeira	<i>Manihot dulcis</i> Pax.	Euphorbiáceas
Mandacaru	<i>Cereus jamacuru</i> DC.	Cactáceas
Mangabeira	<i>Harconia speciosa</i> Muell.	Apocináceas
Maniçoba-do-ceará	<i>Manihot glaziovii</i> Muel Arg.	Euphorbiáceas
Mandioca	<i>Manihot utilissima</i> Pohl.	Euphorbiáceas
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i>	Apocináceas
Manja-gráudo	<i>Licania dealbata</i> H.K.F.	Rosáceas
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims.	Passifloráceas
Maracujá-da-bahia	<i>Passiflora bahiense</i> Klotzsch.	Passifloráceas
Maracujá-de-cheiro	<i>Passiflora muralis</i> Barb. e Rodr.	Passifloráceas
Maracujá-peroba	<i>Passiflora picroderma</i> Bart. Rodr.	Passifloráceas
Maracujá-tubarão	<i>Passiflora cincinnata</i> Mart.	Passifloráceas
Marimari	<i>Geoffroya superba</i> Humb e Bonpl.	Leguminosas-Papilionáceas
Mata-cacau	<i>Acanthosyris aluinii</i> - Paulo Baroso	Santaláceas
Mucugê	<i>Couma rígida</i> Muel. Arg.	Apocináceas
Mucunã	<i>Dioclea grandiflora</i> Mart.	Leguminosas Papilionóideas
Oiti	<i>Moquilea Salzmannii</i> F.	Rosáceas
Oiti-da-praia	<i>Moquilea tomentosa</i> Benth.	Rosáceas
Oiti-coróia	<i>Couepia rufa</i> Ducke	Rosáceas
Oiti-de-porco	<i>Couepia martiana</i> H.K.F.	Rosáceas
Ora-pró-nobis	<i>Pereskia aculeata</i> Mill.	Cactáceas
Pau mocó	<i>Luetzelburgia auriculata</i> Ducke.	Leguminosas Papilionóideas

Perfluxe	<i>Passiflora parahybensis</i> Barb. Rodr.	Passifloráceas
Periperi	<i>Cyperus Giganteus</i>	Ciperáceas
Piaçaba	<i>Attalea funifera</i> Mart.	Palmáceas
Pinhão	<i>Duguesia bracteosa</i> Mart.	Anonáceas
Pique	<i>Caryocar cariaceum</i> Wittm.	Cariocaráceas
Pique	<i>Caryocar villosum</i> Pers.	Cariocaráceas
Pitomba-da-bahia	<i>Eugenia luschnathiana</i> Berg.	Mirtáceas
Puça	<i>Mouriria pusa</i> Gargn.	Melastomáceas
Quiabento	<i>Peireskia bahiensis</i> Guerke	Cactáceas
Quixaba	<i>Bumelia sartorum</i> Mart.	Sapotáceas
Umari	<i>Geoffraea spinosa</i> Jacq.	Leguminosas Papilionóideas
Uricuri	<i>Cocos coronata</i> Mart.	Palmáceas
Uricuri	<i>Cocos schizophylla</i> Mart.	Palmáceas
Xique-xique	<i>Cereus Gounellei</i> K. Schum	Cactáceas

FIBRAS DE SEMENTE		
NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIAS
Algodão	<i>Gossypium religiosum</i> Linn.	Malváceas
Algodão-mocó-do-seridó	<i>Gossypium herbaceum</i> Linn.	Malváceas
FIBRAS DE FOLHAS		
Carapicu	<i>Urena sinuata</i> Linn.	Malváceas
Coroa	<i>Neoglaziovia variegata</i> Mez.	Bromeliáceas
Crauatá de rede	<i>Bromelia sagenaria</i> Arrud.	Bromeliáceas
Macambira	<i>Bromelia lacinosas</i> Mart.	Bromeliáceas
Macambira-de-flexa	<i>Encholirion spectabile</i> Mart.	Bromeliáceas
Malva	<i>Gaya aurea</i> St. Hil.	Malváceas
Malva branca	<i>Sida cordifolia</i> Linn.	Malváceas
Pacavira grande	<i>Heliconia Pendura</i> Wawr.	Musáceas
Relógio	<i>Sida rhombifolia</i> Linn.	Malváceas
Relógio Vassoura	<i>Sida acuta</i> Burm.	Malváceas
Vassoura	<i>Sida angustissima</i> St. Hil.	Malváceas
FIBRAS DE PALMEIRAS		
Carnaúba	<i>Copernicia cerifera</i> Mart.	Palmáceas
Piacáva	<i>Attalea funifera</i> Mart.	Palmáceas
Uricuri	<i>Cocos coronata</i> Mart.	Palmáceas
Uricuri	<i>Cocos schizophylla</i> Mart.	Palmáceas

Tabelas com algumas modificações em relação às apresentadas por Gabriela Martin. Pré-História do Nordeste do Brasil, p.188-189.

RELAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-HISTÓRICOS/CAPITANIA DE
PERNAMBUCO

LITORAL	MUNICÍPIO	DATAÇÃO
Sítio Sambaqui *	Coruripe (Alagoas)	s/ datação
Pedra do Alpendre***	Palmeira dos Índios (Alagoas)	s/ datação
Beberibe	Recife	s/ datação
Sítio Campinho	Olinda (em fase de escavação)	s/ datação

ZONA DA MATA	MUNICÍPIO	DATAÇÃO anos AP
Sítio Sinal Verde	São Lourenço da Mata (PE)	225
Sítio PE 107- Cm	São Lourenço da Mata (PE)	150
Sítio PE 93 - Cm	São Lourenço da Mata (PE)	510
Sítio PE 95 - Cm	São Lourenço da Mata (PE)	785
Sítio PE 94 - Cm	São Lourenço da Mata (PE)	2.130

AGRESTE	MUNICÍPIO	DATAÇÃO (anos AP)
Camará	Bom Jardim	195
Chã do Caboclo**	Bom Jardim	270 / 1560/ 2884/ 11.000
Caverna do Nunes	Bom Jardim	195
Pedra do Caboclo**	Bom Jardim	300/3450/ 6225/ 8.400
Angico 2	Bom Jardim	300
Angico	Bom Jardim	500 / 973 / 1.515
Angico 3	Bom Jardim	4.760
Caverna Funerária	Bom Jardim	480 / 1.220
Grutas	Bom Jardim	540 / 1.115 / 4.650

Municípios do litoral com concentração de cerâmica da Tradição Tupi-Guarani

Alagoas: ► Rio Largo ► Messias ► Matriz de Camaragibe ► Jundiá ► Jacuípe.

Pernambuco: ► Água Preta ► Ipojuca ► Cabo.

* Sítio sem datação / com achados arqueológicos referentes a grupos nativos.

** Existem várias datações entre as indicadas.

***Sítio localizado na Serra do Boiti, área indígena de Palmeira dos Índios/Alagoas.

AGRESTE	MUNICÍPIO	DATAÇÃO (anos AP)
Derby**	Bom Jardim	670 / 1.510
Cercado	Bom Jardim	1.010 / 1.295
Abrigo Funerário	Bom Jardim	2.200
Peri-Peri	Venturosa	1.760 / 2030
Pedra do Tubarão	Venturosa	2.200
Sítio/ Pinturas Rupestres	Taquaritinga do Norte	s/ datação
Alcabaca	Buique	1.785/ 1.766
PE 48-Mxa	Buique	270
PE 91-Mxa	Buique	2780/ 3.870/ 4.390/ 6.240/ 6.640
Furna do Estrago	Brejo da Madre de Deus	1.040/ 8.495/ 9.150/ 11.060
Cacimba Cercada	Caruaru	s/ datação
Caldeirão	Caruaru	s/ datação
Serra da Melancia	Caruaru	s/ datação
Malhada da Lagoa Queimada	Caruaru	s/ datação
Zamba	Caruaru	s/ datação
Sítios na Serra do Pará	Santa Cruz do Capibaribe	s/ datação
Matumbo	Toritama	s/ datação
Urubu	São Caetano	s/ datação
Municípios do Agreste com sítios que estão para serem catalogados:		
▶ Gravatá ▶ Bezerros ▶ Altinho ▶ Cupira ▶ Panelas		

SERTÃO / Sítios	MUNICÍPIO	DATAÇÃO (anos AP)
Gruta do Padre	Petrolândia	2.200/ 2.360/ 2.720/ 3.630/ 4.590/ 5.280/ 7.580
Abrigo do Anselmo	Petrolândia	s/ datação
Abrigo do Sol Pente	Petrolândia	2.760
Letreiro do Sobrado	Petrolândia	980/ 1.230/ 1.630/ 1.680/ 6.390
Ico	Petrolândia	s/ datação
Várzea Redonda	Petrolândia	s/ datação
Barrinha	Petrolândia	s/ datação
Riacho do Olho d'Água I	Floresta (Serra do Arapuá)	s/ datação
Riacho do Olho d'Água II	Floresta (Serra do Arapuá)	s/ datação
Fazenda Pajeú I	Belém de São Francisco	s/ datação
Fazenda Pajeú II	Belém de São Francisco	s/ datação
Fazenda Pajeú III	Belém de São Francisco	s/ datação
Barra do Pajeú	Itacuruba	s/ datação
Riacho do Espinho	Itacuruba	s/ datação
Queima Cocão	Itacuruba	360
Xilili	Sertânia	s/ datação
PE 123- Pja	Triunfo	510
PE 137- BGa	Araripina	340
PE -16	Petrolina	2.266/ 2.802

CAP. 2 – TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

O conjunto dos costumes de um povo é sempre marcado por um estilo; eles formam sistemas. Estou convencido de que esses sistemas não existem em número ilimitado, e que as sociedades humanas, assim como os indivíduos – em seus jogos, seus sonhos ou seus delírios - jamais criam de modo absoluto, mas se limitam a escolher certas combinações num repertório ideal que seria possível reconstituir. Fazendo o inventário de todos os costumes observados, de todos os imaginados nos mitos, destes também evocados nos jogos das crianças e dos adultos, nos sonhos dos indivíduos saudáveis e doentes e nos comportamentos psicopatológicos, chegaríamos a elaborar uma espécie de quadro periódico como o dos elementos químicos, no qual todos os costumes reais ou simplesmente possíveis apareceriam reunidos em famílias, e no qual só nos restaria identificar aqueles que as sociedades de fato adotaram.

*ClaudeLévi-Strauss*¹¹⁹

Aos poucos, pesquisadores de diversas áreas de estudo vêm desvendando elementos do cenário onde se desenvolveu a pré-história brasileira, como o tempo e as paisagens humana e natural. Vestígios de épocas pré-históricas e do período colonial, juntamente com a documentação manuscrita, cartográfica e bibliográfica de outros períodos, foram transformados em objetos de análise como ponto de partida para tentar responder às seguintes indagações: o espaço humano pré-histórico existente na região que veio a compor a capitania de Pernambuco desmantelou-se completamente? A chegada de portugueses, a partir do início do século XVI, à região litorânea da capitania, teria permitido alguma percepção sobre os

¹¹⁹ Lévi-Strauss, Claude. *Tristes Trópicos*, p. 167. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1999.

territórios e os espaços sociais dos indígenas? Foram esses espaços e territórios nativos com eles compartilhados?

Perguntas como estas traduziram-se em pesquisas e leituras bibliográficas em diferentes áreas de estudos que pareceram infundáveis. Apesar de se tratar de questionamentos sobre apenas uma das capitanias que integraram o sistema português de conquista e colonização posto em andamento na América e as leituras acerca dos vestígios arqueológicos, da imagem cultural da pré-história, estão ainda pobres, aquém da realidade possível, contendo estereótipos de valores que relegam as bases culturais das populações indígenas ao *status* de uma protocultura.¹²⁰

2.1. Um Lugar Chamado Pernambuco

Parã-Nambuco, um lugar no litoral Nordeste do continente da América do Sul que apresentava uma abertura nos arrecifes, passagem para quem deixava a terra por navegação ou a ela chegava pelo mar, onde desembocam o rio Capibaribe e o rio Beberibe. Constituíam um local de ricas em possibilidades de circulação para os habitantes nativos: além de reunir caminhos de água, dava lugar a mangues ricos em várias espécies de peixes, aves, crustáceos e mamíferos, como a capivara e o peixe boi. Por outro lado, neste encontro de águas doces com a água salgada, barcos e pirogas protegiam-se das marés altas e ressacas do mar, quando em tempos de tempestade os arrecifes, de origem do holoceno, assim como as praias existentes ao longo dessa parte do litoral nordestino, formam um porto natural e caracterizam também este lugar chamado pelos nativos de Parã-Nambuco. A defesa natural era alimentada pelos arrecifes neste e em outros pontos, nos quais eles se estendiam; formavam uma cadeia

¹²⁰ Pessis, Anne-Marie e Niede Guidon. *Ars indígena Pré-histórica do Brasil*. Revista CILLO.n.14.2000.p.135.

de batentes de arenito ao longo da costa, tanto para o Norte como para a direção Sul de Parã-Nambuco.

Documentos em forma de textos manuscritos e impressos deixados por colonizadores, cronistas, autoridades, burocratas e religiosos, assim como as pinturas anônimas que se encontram na pinacoteca de Igarassu, as de pintores flamengos do século XVII, como Frans Post e Albert Eckhout, e as imagens que ilustram relatos, crônicas, mapas e impressos, e ainda as pesquisas arqueológicas e biliográficas sobre as diferentes épocas de ocupação nesta região, constituem fontes reveladoras sobre a transformação deste lugar.

Parã-Nambuco, um termo em língua Tupi-Guarani,¹²¹ ou, como escreveu Gabriel Soares de Sousa no século XVI: “... *porto que se diz de Pernambuco, por uma pedra que junto delle está furada no mar, que quer dizer pela língua do gentio, mar furado*”,¹²² era uma expressão simbólica para uma conjunção de fatores naturais que incluía a erosão causada pela força das águas salgadas e doces em parte dos arrecifes.

Neste litoral, a natureza e os habitantes nativos, ainda desconhecidos no início do século XVI, representaram perigo ao progresso do Império português, que pretendia incorporar o Porto de Pernambuco ao seu processo de expansão. Como consequência da intenção de descobrir e conquistar as riquezas da terra desta costa, reinos ibéricos investem em viagens exploratórias. Almeida Prado enumera cronologicamente trinta e oito datas relacionadas a pessoas e a navios em viagens ao Brasil entre 1499 e 1500.¹²³ A sua relação poderá ser acrescida de novas datas, caso as pesquisas neste campo avancem. Entre outras

¹²¹ Tibiriçá, Luiz Caldas. Dicionário Tupi Português. Traço Editora, Santos, 1984. p.153. Parã-Nambuco aparece sob diversas formas de grafia a saber: Pêrá-Nambuco, Paranã-puka ou Paranãbuca, entre outras.

¹²² Sousa, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo Do Brasil de 1587. São Paulo: Cia. Editora Nacional. Ed. USP, 1971 (Brasiliana, 117). p.28.

¹²³ Prado, J.F. de Almeida. Primeiros Povoadores do Brasil- 1500-1530. Brasiliana vol.37. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1976. p. 48-49.

sugeridas como hipóteses, a viagem de Duarte Pacheco Pereira que teria ocorrido no ano de 1498,¹²⁴ pode ser um bom exemplo.

Participaram de viagens ao Brasil que tocaram a costa de Pernambuco, entre 1500 e 1530, muitos navegadores, soldados, e pessoas de diferentes reinos europeus, como o espanhol Pinzón, que toca o Cabo de Santo Agostinho em janeiro de 1500. Destas viagens surgem os primeiros assentamentos portugueses nesta região da atual costa brasileira. Neste período, é fundada feitoria portuguesa na foz do rio Igarassu por Cristóvão Jacques, que, ao partir, deixa no seu comando Manuel de Braga e mais doze homens, sendo um deles Jorge Gomes, guia de Caboto na viagem ao rio da Prata. Teriam vivido na feitoria de Cristóvão Jacques em Pernambuco, ainda neste período, o feitor Diogo Dias, os responsáveis pelo forte na Ilha de Itamaracá Vicente Martim Ferreira e Diogo Vaz, e mais soldados.¹²⁵ Corsários franceses de La Pellerine, comandados por La Motte, que andavam pela costa do Nordeste acima do rio São Francisco até o litoral do Rio Grande do Norte em busca de especiarias e de pau-brasil, tomam a feitoria de Cristóvão Jacques que só foi retomada pelos portugueses com a chegada de Paulo Nunes na caravela *Espera*, munida de reforço para a guarnição.¹²⁶

Na cartografia portuguesa do século XVI sobre as possessões portuguesas na América, aparecem poucos termos indígenas. Pernambuco constitui um deles, que, com várias formas de grafia aparece em diferentes fontes cartográficas do século XVI. Como '*Pernambuquo*' aparece inscrito em mapa do Atlas de Lopo Homem de 1519 atribuído a Jorge Reineil, localizado na costa das Terras de Vera Cruz, terras que no mapa já constam com o nome de *Brasil*. Como '*Parnābuco*' este ponto aparece inscrito, na mesma altura do anteriormente citado, em mapa de Gaspar Viegas de ca. 1534. Em mapa atribuído a Pedro

¹²⁴ Mota, Carlos Guilherme. Org. *Viagem Incompleta*. Editora Senac/SESC-São Paulo, 2000.

¹²⁵ Prado, J.F. de Almeida. Op. cit. p. 106-107.

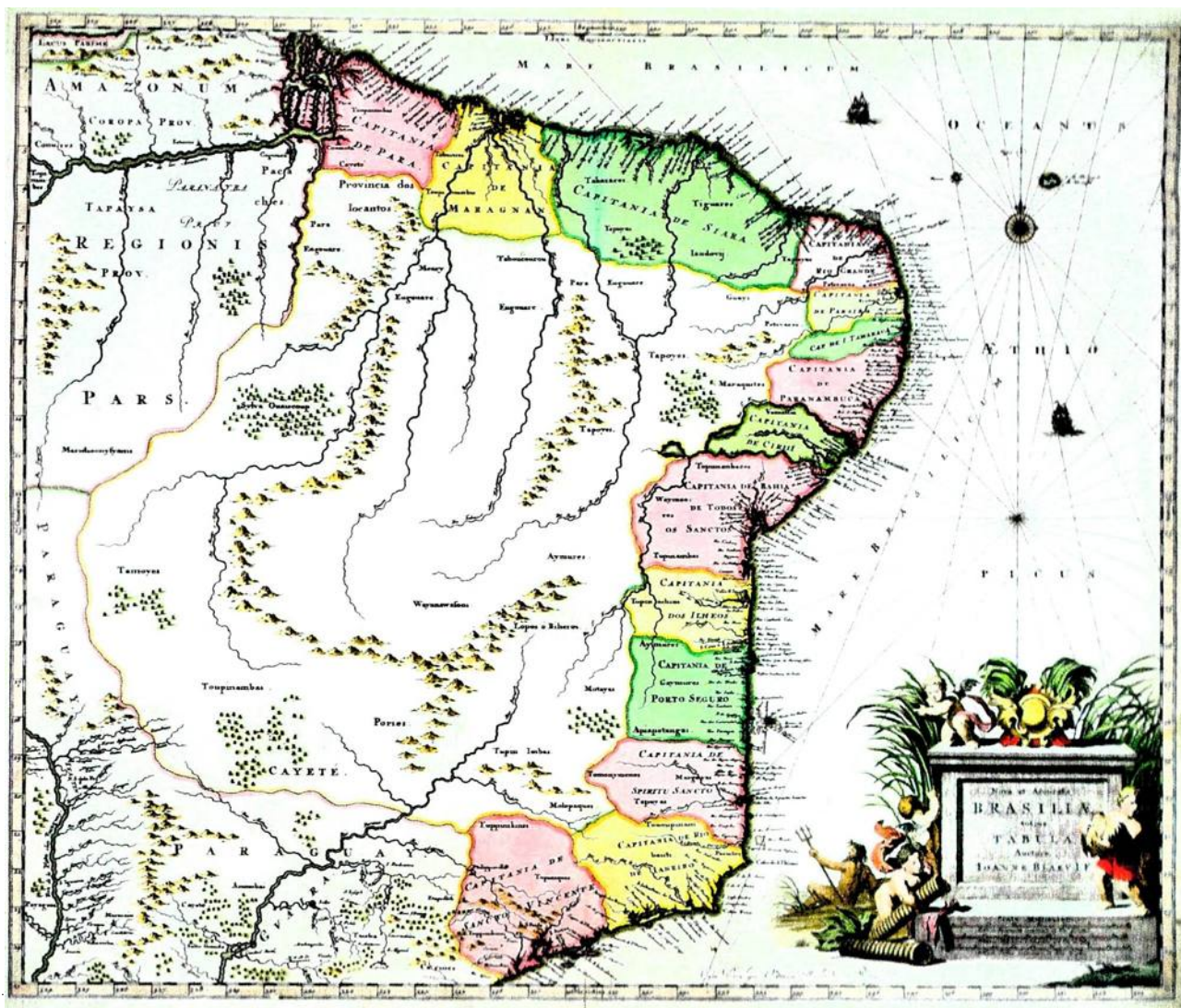
¹²⁶ Id. Ibde.

Reinel, datado de aproximadamente 1535, o mesmo ponto foi assinalado como '*Per Nambuia*'.

Com a grafia '*Pernambuco*', o termo foi encontrado em mapas de Diogo Ribeiro de c.1527 e em outro de ca.1529, no primeiro em meio de uma frase onde se diz ser ele um porto.¹²⁷ A partir de 1540, o termo *Pernambuco* passou a ser utilizado com maior frequência que os demais citados anteriormente na maioria dos mapas e das cartas náuticas produzidas na época, termo que representava o porto português mais importante da capitania Nova Lusitânia. Pela frequência do uso do seu nome em documentos manuscritos e cartográficos, e pela importância do lugar como referência portuguesa na América do sul, a capitania passa a ser chamada pelo nome de Pernambuco.

Durante o século XVII, o porto de Pernambuco ganha conhecimento internacional. Muitos cartógrafos europeus passaram a representá-lo em seus mapas e cartas náuticas. À escola holandesa de cartografia deste século são atribuídos os melhores trabalhos cartográficos sobre esta região. Entre os cartógrafos holandeses que se destacam com seus mapas e cartas náuticas sobre Pernambuco podem ser citados os nomes de Johan Blaeu, Johan Vingboons, Cornelis B. Golijath, Hessel Gerritsz e Franz Post.

¹²⁷ Cortesão, Armando. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1960. Estampas 22, 18, 38, 39.



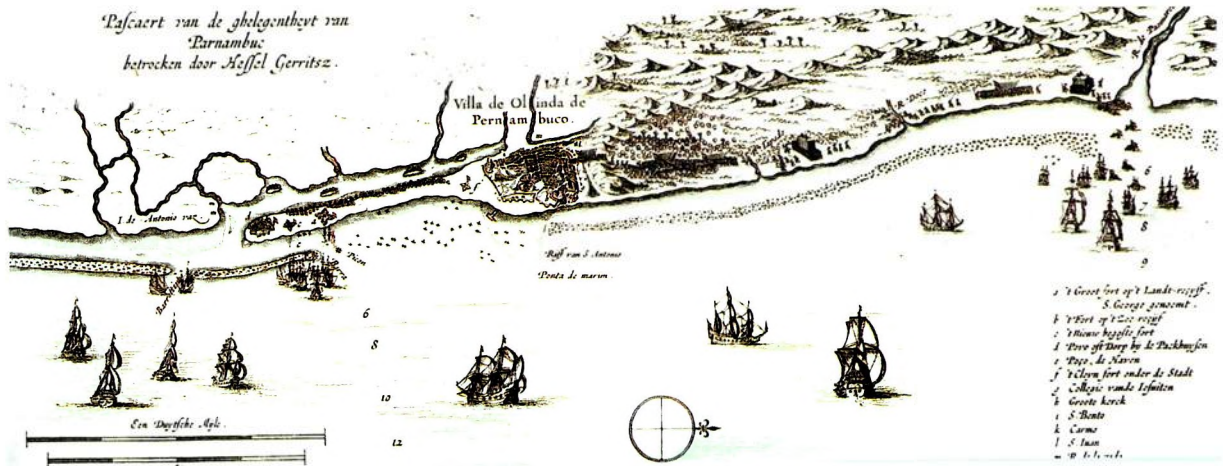
Johan Bleau
Nova et acurata Brasilia totius tabula. 1637

Acervo do Instituto Histórico Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano



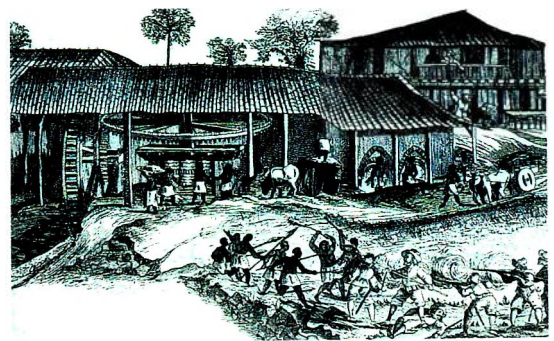
CARTA GERAL DA COSTA DO BRASIL DO ATLAS DE JOAN VINGBOONS, ca.1660
Com as Capitánias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Acervo do Instituto Histórico Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano/p.3-4 catálogo Vingboons.



Hessel Gerritsz /Carta comemorativa da conquista de Pernambuco.Água-Forte de 1630. Col.Giuseppe Baccaro.

A cartografia portuguesa e holandesa dos séculos XVI e XVII demonstra a importância econômica da região produtora existente entorno do porto de Pernambuco para a economia mercantil, principalmente a portuguesa e a holandesa. Os investimentos e os lucros aplicados e obtidos com o desenvolvimento da exploração do pau-brasil e posteriormente com a produção açucareira nesta região faz dela notícia de jornais e objeto de tela de pintura holandesa no século XVII.



Revolta de escravos negros e índios em engenho.Detalhe sobre desenho de Frans Post de 30 x 20 cmGravura em Buril publicada in Jornael van Matheus van den Broeck em 1651.



Cornelis de Man (1621-1706) Óleo sobre tela medindo 74 x 60,5 cm.

Ao fundo, carta de Cornelis B. Golijath do Porto de Pernambuco e da vila do Recife de 1648.

Col. M. E. Spliethoff. Den Haag/Coll.

2.3 - Territórios e Fronteiras Indígenas

Geógrafos como Milton Santos vêm chamando atenção para os espaços como resultantes das atividades desenvolvidas no processo de construção das culturas materiais e intangíveis por comunidades humanas. Enquanto conceito, cultura é termo abstrato, mas torna-se concreta por estar relacionada a ações humanas. Para o estruturalismo, a concepção de cultura está relacionada a normas, refletidas na prática de atos cotidianos carregados de regras. Para Strauss, uma cultura é marcada por normas integradas e reguladoras das estruturas sociais que constituem códigos.¹²⁸ Suas características explicam a variabilidade existente entre diferentes grupos e sociedades. Dessa variedade, surgem conseqüentemente as diversidades culturais, que por sua vez não significam isolamento, mas identidades, particularidades e traços culturais recorrentes, que formam padrões culturais. Essas diferenças permitem a comunicação e a formação de elos sociais através dos sistemas de troca, mas também as diferenças e a assimilação de traços culturais pelo intercâmbio de produtos e a troca de idéias. Para as culturas nativas da antiga região referente à Capitania de Pernambuco em foco, no que diz respeito a seus espaços e territórios, seria necessário compreender as estruturas espaciais e os sistemas de idéias que as animaram, incluindo relações estabelecidas entre elas para não cairmos em um estudo meramente descritivo dos espaços e territórios culturais.

No espaço indígena da capitania de Pernambuco estavam, portanto, territórios de diferentes culturas nativas descendentes das culturas pré-históricas que se desenvolveram nesta região. Neles organizavam-se populações étnicas diferentes regidas por políticas de aproximação, de afastamento, e até de separação e rivalidades. Nesta região, grupos e povos indígenas foram os agentes sociais, econômicos e culturais do espaço indígena, existente antes

¹²⁸ Badcock, C.R. Lewi-Strauss: Estruturalismo e teoria sociológica. Zahar, Rio de Janeiro, 1976.

da chegada dos portugueses, e vítimas de uma política e de uma prática colonial portuguesa destruidora de seus territórios, base da existência de seu espaço.

Para a distinção entre povo e grupo indígena, antropólogos como Marc Augé e Charles Wagley sugerem o estudo de algumas categorias como a do líder, indivíduo responsável pela conduta e consequência de ações decisivas para a coletividade, e a da família, que serve de base para a vida política nas sociedades sem instituições formais, onde as relações de parentesco são responsáveis pela manutenção das tradições desenvolvidas entre um povo. A filiação, na segunda categoria, torna-se o princípio de constituição e de organização interna de cada grupo de parentesco, enquanto as alianças dão as bases para o princípio da organização das relações externas entre diferentes grupos. As alianças tornam-se vitais para povos e grupos quando vistas em relação ao parentesco, quando em sociedades de poder patriarcaes cada homem mais velho da família da mulher tem o poder, e os homens de fora, que casam com mulheres desta família, são forasteiros, pelo fato de suas relações com as mulheres serem por afinidade e não consangüinidade.¹²⁹ Portanto, vários grupos de uma mesma cultura podem pertencer a um povo.

A história de sociedades indígenas do período colonial toma como ponto de partida a análise da documentação colonial composta por apresentações e descrições de aldeias, grupos, povos, flora e fauna encontrados nas terras então 'descobertas' por portugueses. As descrições dos territórios e das fronteiras dos nativos da capitania de Pernambuco referentes ao período colonial estendem-se do século XVI até o século XIX. Nelas, alguns grupos foram mais descritos que outros, ficando a maioria fora deste processo.

Colocadas em forma de textos, mapas e desenhos, as informações contidas nos documentos coloniais sobre a região do Nordeste, e em especial as sobre a capitania de Pernambuco, nosso objeto central, são relativas às questões relacionadas à conquista

¹²⁹ Augé, Marc. Os domínios do parentesco. Edições 70. Rio de Janeiro, 1973. p. 19.

portuguesa dos territórios indígenas. Textos e imagens, apesar de pretenderem ser informativos em relação aos diferentes territórios e indígenas, também exprimem dificuldades em perceber e distinguir diferenças culturais nativas. Dificuldades que levaram a generalização de povos com diferentes línguas e de grupos com diferentes dialetos.¹³⁰

Sociedades nativas foram vistas e interpretadas por grande parte dos cronistas coloniais como selvagens e cruéis, mesmo quando aliadas de portugueses ou de franceses. Chegaram a ser inseridas como animais na parte da zoologia. Manuel Ayres de Casal, na sua *Corografia Brazilica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil* em trecho reservado a zoologia, refere-se aos nativos em geral e a algumas nações, como sendo repartidas em hordas e tribos. Sobre os nativos *Puri* ele escreveu: “São inimigos formidáveis dos Coroados: usam arco e flecha arpoada: estimam muito qualquer instrumento de ferro, e sobre todos o machado. As peles dos animais nem lhes servem de vestuário, nem de colchão, nem de cobertor. Entre outros quadrúpedes selváticos são bem conhecidos os veados, os porcos, os macacos...”¹³¹

Nesta obra, que também foi o primeiro estudo naturalista sobre a terra do Brasil, publicada no Brasil em 1817, Ayres de Casal expõe uma relação de cerca de 80 tribos indígenas ao lado de plantas e animais. Nela, a todos os nativos com exceção dos *Tupinambás*, foi dada a condição de canibais. Nela também o autor se refere à diminuição de muitos povos nativos, o que não nos espanta pela época de sua publicação.¹³² Ao contrário de Ayres de Casal, os *Tupinambás* foram vistos como canibais por quase todos os cronistas do século XVI e XVII, como lê-se no trecho de Gabriel Soares de Sousa: “*Confederaram-se os*

¹³⁰ Sobre o tema cultura inatingível remeter as considerações teóricas nas páginas 19 a 21 onde está tratado um pouco o assunto.

¹³¹ Casal, Pe. Manuel Ayres de. *Corografia Brazilica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 27. EDUSP, Livraria Itatiaia Editora, Belo Horizonte, 1976.p.15

¹³² Schwanborn, Ingrid. *O Guarani Era Um Tupi?* Casa José Anchieta/Programa Editorial, Fortaleza, 1998. p.193.

Tupinambás seus visinhos com os Tupinaês pelo sertão, e ajuntaram-se uns com os outros pela banda de cima, d'onde os Tapuais também apertavam estes Caytés, e deram-lhes nas costas, e de tal feição os apertaram, que os acabaram de desbaratar; e os que não puderam fugir para a Serra do Aquetiba não escaparam de mortos ou captivos. D'estes captivos iam comendo os vencedores quando queriam fazer suas festas, e venderam d'elles aos moradores de Pernambuco e aos da Bahia infinidade de escravos a troco de qualquer cousa, ao que ião ordinariamente caravelões de resgate, e todos vinham carregados d'esta gente, a qual Duarte Coelho de Albuquerque por sua parte acabou de desbaratar."¹³³

Na região em torno do porto de Pernambuco e no seu interior viveram grupos indígenas, que extraíam da terra e do mar o seu sustento, e estavam organizados em sociedades tribais. As tribos constituídas por diferentes povos nativos ocupavam espaços geográficos tanto no litoral quanto no sertão, como ficaram chamadas as terras do interior da capitania de Pernambuco quando da chegada dos primeiros colonizadores.

O *Tratado da Terra e Gente do Brasil*, de Fernão Cardim, publicado na primeira metade do século XVII,¹³⁴ entre outros documentos atribuídos a ele, como os artigos publicados em Londres no ano de 1625 por Samuel Purchas na obra *Purchas his Pilgrimes*,¹³⁵ posteriormente traduzidos para o português sob o título "*Artigos referentes ao dever da Majestade de El-Rei Nosso Senhor e ao bem comum a todo o Estado do Brasil*", publicados por Maria Odília Dias Curly em artigo "*Um texto de Cardim inédito em Português?*",¹³⁶ e as

¹³³ Sousa, Gabriel Soares de. Op. cit p. 34-36.

¹³⁴ Documentos trabalhados na introdução de Ana Maria de Azevedo ao livro *Tratado da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim publicado pela Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses 2ª edição com apoio do Instituto Camões. Lisboa, 2000.p.16.

¹³⁵ In Samuel Purchas. A treatise of Brasill written by a Portugall which had long live there. The Seaventh Booke. "Voyages to and about the Southern América, with manu Marine Observations and Discourse of thse Seas and Lands by English-men and others". Impresso por William Stansby, para Henrie Fetherstone, Londre, 1625, vol.IV.p.1289-1320.

¹³⁶ In Revista de História, n. 58, vol. XXVIII, Ano 15, Abril-Junho, São Paulo, 1964. p455-482.

cartas de Cardim, escritas de Londres ao Rei, referidas por Serafim Leite,¹³⁷ nos remetem a diálogos sobre diferentes regiões e populações indígenas, em contato com portugueses no início da colonização, com muitos detalhes, inclusive sobre o litoral da capitania de Pernambuco e regiões do sertão. Outros documentos do século XVI contêm este tipo de informação; são eles a carta de Caminha, as cartas de Vespúcio, o relato de Hans Staden, o de Gandavo e o Tratado Descritivo do Brasil de Gabriel Soares de Sousa, entre outros.¹³⁸

Segundo descrição de autores do século XVI citados acima, estavam no litoral Nordeste do Brasil aldeias de nativos de tribos ditas de ‘língua geral’, termo muito usado, que resultou de uma uniformização léxica de vários dialetos, que veio a ser fixada na Gramática do padre José de Anchieta após o trabalho de pesquisa de vocabulário realizado por padres e missionários jesuítas no século XVI. Hoje, estes dialetos são classificados como pertencentes ao tronco lingüístico *Tupi-Guarani*, sendo o *Guarani* originalmente falado em regiões entre São Vicente e o Paraguai, onde ainda é falado atualmente com influências do castelhano.

A ausência do termo *Tupi* para designar uma língua ou etnia nativa existente no litoral do Brasil durante o século XVI e XVII, onde dizia-se falar a ‘língua geral’ com raras exceções, chama atenção para o início da sua utilização. Sobre o uso do termo *Tupi*, a pesquisadora Ingrid Schwanborn faz referências aos escritos do padre José de Anchieta, aos de Simão e Vasconcelos e aos de Ayres de Casal, nas quais ela cita de Anchieta “*os Tupis de São Vicente, que são alem dos Tamoyos do Rio de Janeiro*”, referindo-se que eles não passavam de um grupo ou aldeia de nativos diferentes dos *Tamoyos*. Sobre texto de Simão de Vasconcelos, a mesma autora menciona o trecho: “*os Tupis discípulos dos padres, de*

¹³⁷ Leite, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. vol.III, Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1949. p.132-137.

¹³⁸ Obras citadas em fontes impressas em anexo.

Piratininga, e Mairanhaia”, e comenta que como em Anchieta, esta referência mais parece dizer respeito a um grupo específico.¹³⁹

Pesquisando entre documentos e obras impressas no século XVI, XVII e XVIII, incluindo a obra de Ayres de Casal *Corografia Brasílica* de 1817, citada anteriormente, não foi achado o uso do termo *Tupi* para designar a língua mais falada na costa do Brasil, conhecida também como a “língua geral dos índios da costa do Brasil”. Com este significado, o termo veio a aparecer em notas de Francisco Adolfo de Varnhagen escritas para o *Tratado Descritivo Do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, publicadas em 1851, onde Varnhagen afirma que a maioria das tribos do Brasil teria pertencido aos “*tupis*” e que todas as outras teriam sido chamadas de “*tapuias*”.¹⁴⁰ Posteriormente, Antonio Gonçalves Dias publicou, em 1854, o artigo *Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no alto Amazonas*, pela RIHGB, e em 1858 publicou o *Diccionario da Língua Tupi chamada Língua Geral dos Indígenas do Brasil*.¹⁴¹ Curiosamente, o primeiro volume dos *Beitrage zur Ethnographie Amerika's zumal Brasiliens* escrito por Von Martius, publicado em 1867, não trás o termo *Tupi* no título, apesar de seu conhecimento sobre as obras supra citadas, mas traz uma longa explicação sobre os “*tupis*” como sendo o conjunto de varias nações com diferentes territórios, e usa o termo *Tupi* para ilustrar o mapa colocado no final da sua obra.¹⁴²

A pesquisa sobre povos e grupos nativos de diferentes troncos lingüísticos que habitaram a capitania de Pernambuco foram nossos primeiros passos. Gabriel Soares de Sousa e o padre Fernão Cardim do século XVI, e fontes portuguesas, francesas e holandesas, do

¹³⁹ Schwanborn, Ingrid. Op. Cit.p 211. Todos os textos dos autores citados estão entre as fontes impressas.

¹⁴⁰ Varnhagen faz esta afirmação nas notas 221 e 222 que trouxe exames de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha, e França publicados na quarta edição do Tratado descritivo do Brasil em 1587 pela coleção Brasileira, vol. 117. Companhia Editora Nacional, EDUSP, São Paulo, 1971. Schwanborn, Ingrid. Op. Cit. p. 211-212.

¹⁴¹ As obras estão citadas em Fontes Impressas e na Bibliografia ao final deste trabalho.

¹⁴² Martius, Carl Friedrich Philip von. Zur Ethnographie Amerika's zumal Brasiliens. Mit einem Kärtchen über die Verbreitung der Tupis und Sprachgruppen. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.

século XVII, como Frei Vicente do Salvador, Martinho de Nantes, Luiz Vicenzo Mamiani, Barleus, Roulox Baro, Elias Herckman, que deixaram trabalhos impressos, assim como a cartografia de diferentes autores,¹⁴³ forneceram idéias, interpretações, e mesmo pistas sobre diferentes línguas e grupos nativos, e ao lado das leituras sobre a pré-história desta região, permitem hipóteses sobre territórios espaços-sociais e relações inter-étnicas entre grupos e povos nativos desta região.

Relações inter-étnicas e articulações políticas entre nativos e diferentes frentes colonizadoras podem ser detectadas também através da documentação histórica existente. Nas articulações por vezes políticas, em que guerras e alianças estiveram em jogo entre aldeias de um mesmo grupo ou povo indígena, e entre nativos e diferentes frentes colonizadoras com as quais ocorriam trocas.

As diferenças lingüísticas poderiam ser grandes entre as tribos indígenas existentes no litoral e pelos sertões mesmo que houvesse entre elas relações amistosas ou hostis. No entanto, a língua geral, hoje dita *Tupi-Guarani*, a mais falada entre nativos da costa do Nordeste brasileiro, foi dada como instrumento comum. Compreendê-la e poder falá-la significou muitas vezes sobreviver entre nativos, como testemunha em seu relato Hans Staden,¹⁴⁴ que recheou de frases e palavras da 'língua-geral' usada pelos tupinambás. O conhecimento da 'língua geral' revelou-se ser importante, e um elemento facilitador para o povoamento português e a colonização. Seu conhecimento e divulgação implicaram na necessidade de criação de uma gramática da 'língua geral', baseada no modelo latino de

¹⁴³ Os autores mencionados e a realação dos documentos cartográficos podem ser encontrados nas fontes impressas e nas cartográficas em anexo.

¹⁴⁴ No capítulo XXV Staden mostra entre outras passagens do seu texto como já dominava ou compreendia a língua nativa. Nesta explicação dele é colocado por que os tupinambá devoram os inimigos: "Não o fazem por fome, mas para dar largas ao ódio e à inveja. Quando nos combates, gritam com grande fúria : *dete immeraya schermiuramme heiwoe! A ti te sucedam todas as desgraças, ó minha comida!* In: Hans Staden. Narração breve e verdadeira sobre o comercio e costumes dos Tupin Inbas, cujo prisioneiro eu fui. Op. cit. p. 53-54.

gramática, como a que foi construída pelo padre jesuíta José de Anchieta, editada em 1595.¹⁴⁵ Padres-missionários não somente aprenderam a utilizá-la, como obrigaram sua aprendizagem entre nativos de outras tradições lingüísticas. A gramática da língua mais usada na costa do Brasil, escrita por Anchieta, foi utilizada como manuscrito desde o ano de 1556 no Colégio da Bahia; depois, publicada em 1595, era uma língua franca que tinha função utilitária e sua sistematização objetivava garantir a comunicação.¹⁴⁶

Detalhes sobre territórios e espaços nativos do Litoral e Sertão da capitania de Pernambuco são encontrados no *Tratado descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, no *Tratado da Terra e Gente do Brasil*, de Fernão Cardim, e no relato de frei Martinho de Nantes,¹⁴⁷ entre outros documentos.

Escreveu Gandavo sobre a população nativa:

“que não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que se meou a natureza por todo esta terra do Brasil; porque ninguém pode pelo sertão dentro caminhar seguro, nem passar por terra onde não ache povoações de índios armados contra todas as nações humanas, e assim como são muitos permitiu Deus que fossem contrários uns dos outros, e que houvesse entre eles grandes ódios e discórdias, porque se assim não fosse os portugueses não poderiam viver na terra nem seria possível conquistar tamanho poder de gente.”¹⁴⁸

Entre os nativos citados como habitantes do litoral da capitania de Pernambuco por cronistas e documentos manuscritos, figuram os Caetés e Tabajaras. Na costa, predominavam

¹⁴⁵ Com o título: *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*. Pelo padre Joseph de Anchieta da Companhia de Jesus, esta obra é considerada a primeira gramática da língua guarani por estudiosos como W.N. Domínguez e a primeira gramática do Tupi por Plínio Ayrosa.

¹⁴⁶ Puntoni, Pedro. Tupi ou não Tupi? Uma contribuição ao estudo da etnohistória dos povos indígenas no Brasil Colonial. In: *ETHNOS*, n. 2, Recife, 1998, p. 05/19.

¹⁴⁷ Todos os autores citados estão relacionados nas fontes impressas, em anexo.

¹⁴⁸ Gandavo, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra e História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil de 1576*. Organizado por Leonardo Dantas Silva. Editora Massangana, Recife, 1995. p.24.

aldeias de nativos Caetés, localizadas entre o rio São Francisco e a divisa da capitania de Itamaracá, onde começava o território dos Tabajaras ou Tabayrés, da mesma origem Tupi-Guarani dos Caetés, os quais teriam aldeias da divisa da capitania de Pernambuco com a de Itamaracá até o rio Abiay, que divide a capitania de Itamaracá da capitania da Paraíba. Tabajara, era termo usado para designar inimigos de mesma origem, ou o mesmo que inimigos-cunhados, aqueles que poderiam ser aprisionados em guerras travadas entre aldeias por motivo de expansão ou contração de seus territórios, ou por vingança.¹⁴⁹ Os Potiguares foram vizinhos dos Tabajaras no Litoral Norte, e seus territórios se estendiam pela costa da Paraíba e pelos sertões e também pelo litoral dos atuais estados do Rio Grande do Norte e Ceará.¹⁵⁰ A cartografia portuguesa da época colonial não tratou sobre as fronteiras ou sobre os territórios indígenas existentes no período da ocupação portuguesa na capitania de Pernambuco e nas suas vizinhas. Nela, há apenas alguns exemplos, com alguns termos nativos referentes a populações indígenas existentes nos territórios conquistados ou em vias de serem ocupados pelos colonos portugueses.

Provavelmente o mapa português mais antigo, que traz alguma informação sobre os nativos da costa de Pernambuco, é o atribuído a Gaspar Viegas, datado aproximadamente de 1534. Nele, está assinalado entre nomes de rios e cabos que figuram ao longo do litoral do Brasil, a expressão '*rei tabaiyo*' acima da inscrição '*portuari parnãbuco*'.¹⁵¹ Esta localização para o grupo indígena *Tabajara* corresponde à descrição citada acima baseada em José Bernardes Gama. Veja-se este mapa na página 86.

¹⁴⁹ Gama, José Bernardes Fernandes. Memórias Históricas da Província de Pernambuco. Secretaria de Justiça, Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1977. p.30-31. Gama, José Bernardes Fernandes. Memórias Históricas da Província de Pernambuco. Secretaria de Justiça, Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1977. p.31.

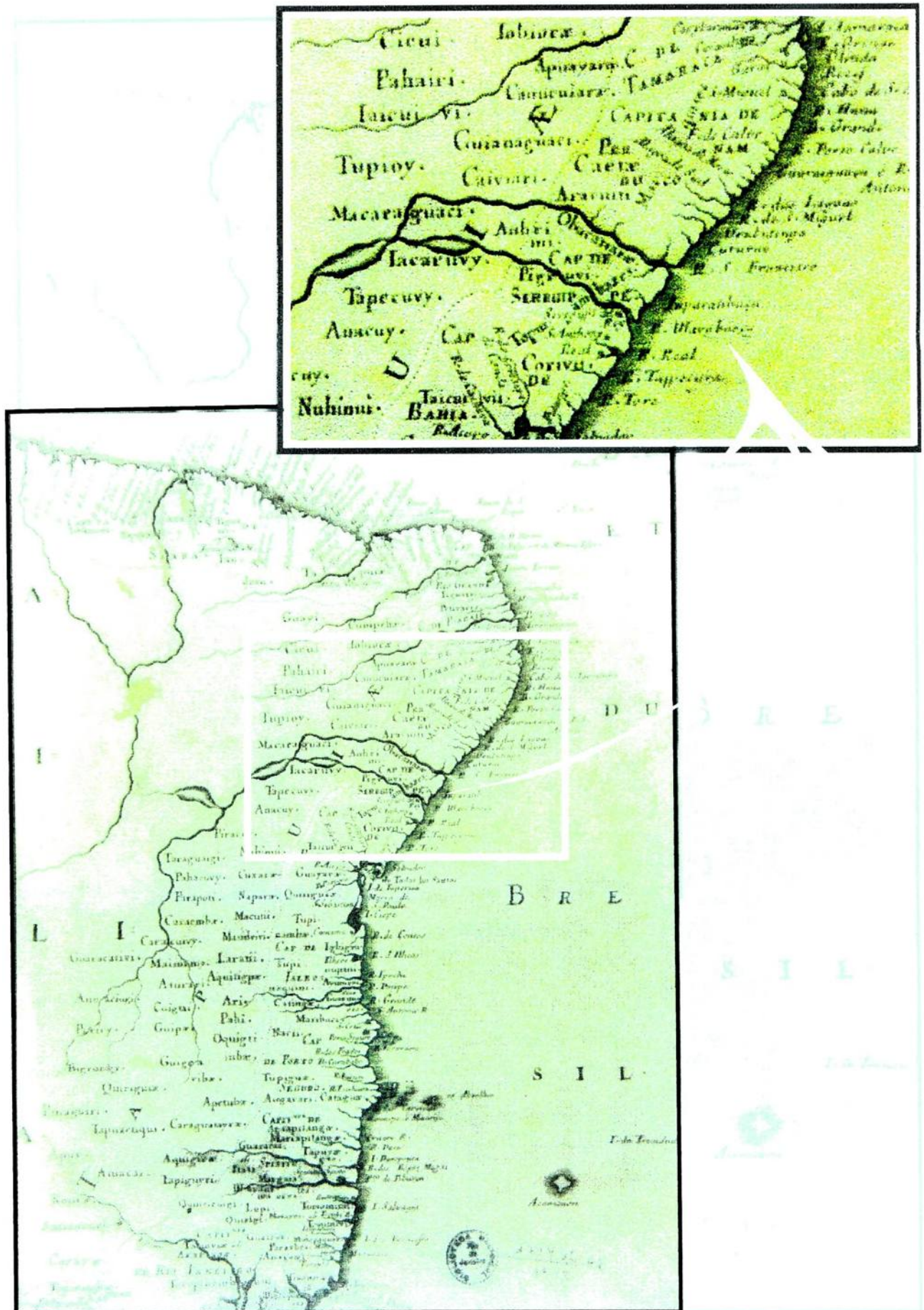
¹⁵⁰ Id. Ibde. p.31.

¹⁵¹ In Portugaliae Monumenta Cartographica. Direção de Armando Cortão. Publicado pela Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1960. Estampa 55.

Sobre os nativos *Caetés*, não foi encontrada nenhuma referência na cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII, o que confirma as informações sobre a agressiva ocupação portuguesa nesta região, e comprova a exterminação dos *Caetés* no litoral com ajuda dos *Tabajaras*, mencionada por cronistas e documentos coloniais. No entanto, em um mapa etnográfico francês de Nicolas Sanson D'Abbeville, publicado em 1656, entre muitos povos nativos assinalados estão os '*Caetaé*' chamados pelos portugueses de *Caetés* localizados nos sertões da capitania de Pernambuco onde muitos se refugiaram das perseguições e escravidão sofridas no litoral.

Observa-se neste mapa que há uma linha pontilhada que corre da região Norte até a região Sudeste, e que sugere uma divisão da região colonizada pelos portugueses em relação às áreas nativas sem presença portuguesa, presença essa que, neste mapa, aparece apenas no litoral onde os acidentes geográficos - rios, ilhas e cabos - e as vilas estão assinalados. Percebe-se nele também que todos os povos que estão do lado interno do mapa estão classificados como pertencentes a uma área onde predominam povos *Tapuias*, que no mapa aparece como *Tapuiaie*.¹⁵²

¹⁵² Mapa copiado na dissertação de Ricardo Pinto de Medeiros. A redescoberta dos outros: povos indígenas do Sertão nordestino no período colonial. Tese de doutorado defendida Na pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.



MAPA DE NÍCOLAS SANSON D'ABBEVILLE
A costa do Brasil de domínio português, 1656

FONTE: TESE DE RICARDO PINTO DE MEDEIROS, OP.CIT

Gabriel Soares de Sousa escreveu sobre os Caetés:

“Este gentio nos primeiros annos da conquista d'este estado do Brasil senhoreou d'esta costa da boca do rio de S. Francisco até o rio Parahyba, onde sempre teve guerra cruel com os Pitiguares, e se matavam e comiam uns aos outros em vingança de seus ódios, para a execução da qual entravam muitas vezes pela terra dos Pitiguares e lhes faziam muito damno. Da banda do rio São Francisco guerreavam estes Pitiguares em suas embarcações com os Tupinambás, que viviam da outra parte do rio, em cuja terra entravam a fazer seus saltos, onde captivavam muitos, que comiam sem lhes perdoar.... Pela parte do sertão, confinava este gentio com os Tapuias e Tupinaês, e se faziam cruéis guerras, para cujas aldeias ordinariamente havia fronteiros, que as corriam e salteavam. E quando os Caytês, matavam, ou captivavam alguns contrários d'estes, tinham por mor honra, que quando não faziam outro tanto aos Pitiguares nem aos Tupinambás. Este gentio é da mesma cor baça, e tem a vida e costumes dos Pitiguares, e a mesma língua que é em tudo como a dos Tupinambás, em cujo titulo se dirá muito de suas gentilidades.

São este Caytês mui bellicosos e guerreiros, mas mui atraídoos e sem nenhuma fé nem verdade, o qual fez os danos que fica declarado, à gente da nação do bispo, a Duarte Coelho, e a muitos navios e caravelões, que se perderam n'esta costa, dos quaes não escapou pessoa nenhuma, que não matassem e comessem, cujos danos Deus não permitiu, que durassem mais tempo; mas ordenou de os destruir d'esta maneira. Confederaram-se os Tupinambás seus visinhos com os Tupinaês pelo sertão, e ajuntaram-se uns com os outros pela banda de cima, d'onde os Tapuais também apertavam estes Caytês, e deram-lhes nas costas, e de tal feição os apertaram, que os acabaram de desbaratar; e os que não puderam fugir para a Serra do Aquetiba não escaparam de mortos ou captivos. D'estes captivos iam comendo os vencedores quando queriam fazer suas festas, e venderam d'elles aos moradores de Pernambuco e aos da Bahia infinidade de escravos a troco de qualquer cousa, ao que ião

ordinariamente caravelões de resgate, e todos vinham carregados d'esta gente, a qual Duarte Coelho de Albuquerque por sua parte acabou de desbaratar.

E d'esta maneira se consumiu este gentio, do qual não há agora senão o que se lançou muito pela terra dentro, ou se misturou com seus contrários sendo seus escravos, ou se aliaram por ordem de seus casamentos. Por natureza são estes Caités (a grafia muda aqui de y para i) grandes musicos e amigos de bailar, são grandes pescadores de linha e nadadores, também são mui cruéis uns para os outros para se venderem, o pai aos filhos, os irmãos e parentes uns aos outros; e de maneira são cruéis, que aconteceu o anno de 1571 no Rio de S. Francisco estando n'elle algumas embarcações da Bahia resgatando com este gentio, em uma de um Rodrigo Martins, estavam alguns escravos resgatados, em que entrava uma índia Caité (novamente com i), a qual enfadada de lhe chorar uma criança sua filha a lançou no rio, onde andou de baixo para cima um pedaço sem se afogar, até que de outra embarcação se lançou um índio a nado, por mando de seu senhor que foi tirar: onde a baptizaram e durou depois alguns dias.

E como no titulo dos Tupinambás se conta por extenso a vida e costumes. que toca a mor parte do gentio que vive na costa do Brasil, temos que basta o que está dito até agora dos Caités (novamente escrito com i).¹⁵³

Foram portanto os *Caetés* classificados por Soares de Sousa como pertencentes ao conjunto de nativos falantes da 'língua-geral', e foi dito que estes viviam em regiões do litoral pertencentes a capitania de Pernambuco e faziam guerra contra seus vizinhos: os *Tupinambás*, aos *Tupinaês* e aos *Tapuias*, pelo lado dos sertões, e aos *Pitiguares* ou *Potiguares* nas fronteiras do litoral ao Norte e aos *Tupinambás* nas do litoral Sul do rio São Francisco.

Com o início da colonização portuguesa no litoral e sertões da capitania de Pernambuco, tribos reconhecidas como não pertencentes ao grupo lingüístico dominante na

¹⁵³ Sousa, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. Ed. USP, 1971 (Brasílica, 117). p. 34-36.

costa (*Caetés, Tabajaras e Potiguares*) começaram a ser percebidas. Os nativos não falantes da ‘língua-geral’ das terras de Pernambuco localizavam-se em regiões do Agreste e Sertão. Lá, ficaram por algum tempo intocados, e não mantiveram, como os *Trairirus*, contatos com indígenas e colonos no litoral do século XVI a meados do século XVII.¹⁵⁴ Sobre estes grupos nativos não pertencentes ao tronco lingüístico *Tupi-Guarani*, uma das primeiras referências é a do padre jesuíta Juan de Azpilcueta Navarro, escrita em maio de 1555.¹⁵⁵ Ele relata ter entrado pelos sertões em missão, por ordem do padre Manuel da Nóbrega, para descobrir outras nações de nativos. Nesta viagem, o jesuíta Azpilcueta e mais doze companheiros encontram nativos *Tapuias*, e Azpilcueta os descreve, sendo que esta é provavelmente a primeira de muitas outras descrições que apareceram. Gabriel Soares de Sousa¹⁵⁶ e padre Fernão Cardim,¹⁵⁷ entre outros, fizeram também relatos sobre os *Tapuias*. Anchieta escreveu: “*diversas nações de outros barbaros de diversas línguas a que estes índios (os Tupi, Carijós) chamam de Tapuya*“, que teria o significado de “*escravo, porque todos os que não são de sua nação tem por tais e com todos tem guerra*”.¹⁵⁸

Línguas e dialetos indígenas tiveram para a catequese grande importância, pois tratava-se de substituir culturas nativas pelo evangélico cristão, ensinado por padres e irmãos missionários através dos trabalhos de catequese. Batista Caetano considera vários significados para o termo *Tapuia*: o composto de *tapy-eyi*, que significa comprados, aprisionados, cativos, ou ainda récuca ou chusma; *taba-eyi*, a récuca ou plebe do povo; ou ainda o termo *tapyi*, que

¹⁵⁴ Id. *ibde.* p.32..

¹⁵⁵ Carta do padre Juan de Azpilcueta escrita de Porto Seguro a 24 de maio de 1555. In *Cartas Jesuíticas II. Cartas Avulsas 1550-1568*. Publicações da Academia Brasileira. Oficina Industrial Graphica, Rio de Janeiro, 1931. p.146-151.

¹⁵⁶ Sousa, Gabriel Soares de. *Op. cit.* p. 360,361,414-419.

¹⁵⁷ Cardim, Padre Fernão.S.J. *Tratados da Terra e gente do Brasil*. Transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo. Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses. Lisboa, 1997. p.198-207.

¹⁵⁸ José de Anchieta. “Informações do Brasil e de suas capitânicas (1584)” . In : *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte/São Paulo, 1998. p. 310

significa choça, cabana termo que pode ter sido alterado de tog-pii ou to-pil, que quer dizer casa pequena, ou talvez, de top, folha, com algum outro sufixo que neste caso tem relação com tapuol, folha em chidugu, língua dos nativos chilenos.¹⁵⁹ A respeito da língua dos *Tapuias*, Von Martius afirma existirem várias, e não apenas uma, como se pensava anteriormente, designando a todas elas de *Tapuia*. Ele destacou a existência de três línguas, uma delas a língua Jê. Posteriormente, ao se estudar as outras duas, verificou-se pertencer uma delas também à família Macro-Jê.¹⁶⁰ O jesuíta Juan de Azpilcueta Navarro usou o termo *tapuzas*,¹⁶¹ Gabriel Soares de Sousa *tapuia*, e Anchieta, *tapiia*. Portanto, várias foram as formas do termo *Tapuia*,¹⁶² de que já se fez uso e todos eles faziam parte de grupos nativos não pertencentes à unidade cultural dos *Tupi-Guarani*. No dizer de Cardim: “*Há outras nações contrárias e inimigas destas (as Tupi-Guarani), de diferentes línguas, que em nome geral se chamam Tapuyas que também entre si são contrárias;*”¹⁶³

Os primeiros contatos durante o século XVI que iriam produzir a idéia bipolar da humanidade indígena no início do Brasil Colonial, foram sendo assimilados inicialmente através do convívio com nativos aliados da costa e com alguns dos sertões, que se consideravam diferentes dos *Tapuia*. A distinção lingüística foi uma preocupação que nasceu também das ações missionárias, pois, do entendimento, mesmo que generalizado, das diversas línguas *tapuias*, dependia o sucesso da substituição das culturas indígenas pelo evangelho pregado através da catequese. Nas ações missionárias entre os nativos não falantes

¹⁵⁹ Notas de Batista Caetano em *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1590) de Fernão Cardim. Edusp/Itatiaia, São Paulo/Belo Horizonte, 1980.

¹⁶⁰ Melatti, Julio Cesar. *Índios do Brasil*. HUCITEC/INL, São Paulo, 1980. p.33.

¹⁶¹ Carta do padre Juan de Azpilcueta. Op. cit. p. 148.

¹⁶² Ver nota 48 de Pedro Puntoni em que estão citados diferentes autores que discursaram sobre o tema e formas de escrita. Op. cit. p.64-65.

¹⁶³ Cardim, Fernão. *Tratados das gentes e Terras do Brasil*. Tradução do texto, introdução e notas por Ana Maria Azevedo. Coleção *Outras Margens*. Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997. p.197.

da 'língua geral', foi comum o uso de nativos como tradutores, pois, estudar as diferentes línguas *tapuias* e propor uma gramática para cada uma como o fez Anchieta para a 'língua geral' ¹⁶⁴ seria obra que demandaria tempo e uma política de exploração econômica dos espaços nos sertões do 'Novo Mundo'. Afirma Puntoni, "a imensa heterogeneidade dos povos habitantes das terras interiores da região Nordeste era compreendida, então, como um mundo da alteridade em relação ao universo tupi", e a polaridade *Tupi / Tapuia* demonstra também a sobrevivência de povos nativos de *língua-geral* vivendo em aldeias em contato com missionários, em paralelo aos contrários destes pela língua e costumes, os *Tapuias*, que viviam sem catequese. ¹⁶⁵

Todas as línguas *tapuias* foram desprezadas durante este período, com exceção da língua Kariri de nativos *Tapuias* que viveram na Capitania de Pernambuco. Os *Kariris*, ou *Kiriris*, formavam numerosas tribos que habitavam diferentes regiões dos sertões nordestinos. A língua *Kariri* foi uma das poucas línguas *tapuias* a ser trabalhadas no período colonial, nos séculos XVI e XVII. Registra-se de Luiz Vicencio Maniani dois trabalhos, um sobre a gramática *Kariri*, e outro sobre o catecismo na língua Kariri. ¹⁶⁶ Para Batista Caetano não está resolvido que o Kiriri seja, efetivamente, e no rigor da palavra, dialeto da Língua Geral; mas vê-se que tem muito dele, assim como do Kechuacabu, e, principalmente, dos dialetos pampeanos, como o dos chiquitos, de cujo extenso vocabulário temos senão ligeiro extrato, ¹⁶⁷

¹⁶⁴ Anchieta, Joseph de. *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Lisboa 1595. Edição fac-similar em homenagem ao venerável beato quando da visita de sua Santidade o Papa João Paulo II à Bahia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1980.

¹⁶⁵ Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização dos sertões do Nordeste do Brasil, 1650-1720*. FAPESP, Ed. Hucitec, Edusp. São Paulo, 2002. p. 64-65.

¹⁶⁶ Maniani, Luiz Vicencio. Pe. (S.J.). *Arte de Gramática da língua Brasilica da nação kiriri*. Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1699. Também dele *Catecismo da doutrina cristã na língua brasílica da nação kiriri*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1698. (ed. Fac-similar). Prefácio: Rodolfo Garcia. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1942.

¹⁶⁷ In notas de Barbosa Lima Sobrinho na segunda edição da *Relação de Uma Missão no Rio São Francisco Frei Martinho de Nantes*. São Paulo, Ed. Nacional, Brasileira, 1979. p. 104-105.

essas afirmações suscitam controvérsias sobre suas origens, mas demonstram serem estes nativos antigos nesta região, pela sua relação multicultural refletida na linguagem oral.

Antes dos *Caetés*, *Tupinambás* e *Potiguares* chegarem a costa do Nordeste, entre outras nações nativas falantes da 'língua geral', habitavam também o litoral, na região que vai desde o rio Itapicuru, no Maranhão, até o Sul da Bahia, nativos *Kariris*. A ocupação *Tupi-Guarani*, principalmente a dos *Tupiniquins* e a dos *Tupinambás*, os expulsou de seus antigos territórios litorâneos. Desterrados, dividiram-se em vários grupos como o *Sucurus*, *Pegas*, *Bultrins*, *Arius*, *Panatins*, *Coremas*, *Paiacus*, *Janduis*, *Tremembés*, *Icós*, *Pajokes* e *Aponorijons*.¹⁶⁸ Os mapas do período colonial citados neste trabalho demonstram a ocupação *Tupinambá*, *Caeté* e *Potiguar no litoral Nordeste*, e seus desdobramentos foram observados por colonizadores e cronistas como Simão de Vasconcelos que escreveu sobre os tapuias, "*são inimigos conhecidos de todas as mais nações de índios: com estas, (as tupi-guarani) e algumas das suas, trazem guerras contínuas. E destas tão conhecida inimizade lhe veio o nome de tapuia, que vale o mesmo que de contrários, ou inimigos*".¹⁶⁹

A cultura material dos grupos indígenas *tapuias* das diferentes áreas de ocupação da Capitania de Pernambuco lhe permitia grande mobilidade e tornava-se uma necessidade nos grandes períodos de seca. Após a ocupação *Tupi-Guarani* do litoral brasileiro, a seca foi o principal fator do deslocamento de grupos *Tapuias* para regiões mais úmidas e férteis, por nelas encontrarem melhores meios de sobrevivência. O desenvolvimento de métodos para a obtenção de alimentos variava de acordo com a adaptação ao meio e ao desenvolvimento tecnológico dos grupos e povos *Tapuias* que por esta região deixaram suas marcas. O desconhecimento da prática da agricultura entre nativos *Tapuias* dos sertões das Capitânicas do Nordeste os generalizou como indígenas caçadores coletores.¹⁷⁰ Contrariando esta opinião,

¹⁶⁸ Almeida, Horácio. História da Paraíba. Imprensa Universitária, João Pessoa, 1966. Tomo I. p. 274.

¹⁶⁹ Vasconcelos, Simão. Crônica da Companhia de Jesus (1663). Petrópolis, 1977, vol. 1, p. 109.

¹⁷⁰ Como encontrado no texto de Pirez, Maria Idalina da Cruz. Op. Cit., p.43.

Cardim veio a ser o primeiro a relatar a existência de 5 nações de *tapuias*, entre as 76 por ele arroladas, que praticavam algum tipo de agricultura, sendo também observado por ele que uma usava tecido de algodão para se vestir, o que demonstra ter sido o algodão cultivado para produção de tecidos.¹⁷¹ A agricultura foi, portanto, uma técnica difundida entre povos *tapuias* para a obtenção de alimentos. Seus métodos de plantio e colheita se devem a um processo lento e milenar de observação da natureza, como é o caso de espécies de milho datadas do quarto milênio que podem ter sido geradas de pequenas roças de subsistência desenvolvidas no Nordeste do Brasil a pelo menos 3000 AP.¹⁷²

A caça e a pesca de animais de pequeno porte como caracóis, peixes, crustáceos, insetos, aves e roedores figuravam entre os alimentos da dieta indígena brasileira. Mas a sustentação básica dos diferentes grupos nativos da costa e dos sertões deveu-se principalmente a plantas e frutos comestíveis que se extraía da natureza. Ao cultivo de plantas não estava associada necessariamente a utilização de cerâmica e o domínio de ambas não significava grandes diferenças econômicas entre os grupos nativos. Mas, observando o uso das técnicas, podem ser verificadas diferenças entre eles, no que diz respeito ao tamanho dos grupos, seus movimentos nos espaços conquistados e mantidos através de alianças, lutas e ataques desenvolvidos, que traduziam seu poder em relação a outros grupos, principalmente a povos *tupi-guarani* da costa. Os *Kariris* formavam o grupo mais forte dos povos indígenas dos sertões da Capitania de Pernambuco. Dominavam as áreas mais férteis dos sertões Nordestinos e utilizavam técnicas agrícolas, cerâmica, e tecidos de algodão entre outras fibras. Com eles faziam fronteira outros grupos menores como os *Tamaqueus* ou *Tamaquiús*, *Truka*, *Rodelas*, *Pankararu* e *Atikum*, entre outros. Em suas fronteiras e em torno delas havia um

¹⁷¹ Cardim. Op. cit. p. 197-207.

¹⁷² Martín, Gabriela. Op. Cit. p.182-184.

passado de diferenças e rivalidades, mas também as possibilidades de contato e alianças que ocorreram em muitos momentos como durante a ‘Guerra dos Bárbaros’.¹⁷³

Relata padre Martinho de Nantes, missionário entre os nativos *Kariris* da aldeia na ilha de Aracapé, no rio São Francisco, “os portugueses haviam já conquistado a aliança de índios belicosos, como os *tamaquiús*, vizinhos próximos (*tamaquiús* viviam na ilha que levava o seu nome localizada próximo à atual cidade de Petrolina e regiões próximas à ilha de Coripos), prometendo-lhes os despojos da guerra com os *cariris*; e como eles eram desassissados, já haviam firmado compromisso.” Para os portugueses ávidos por terra e escravos no rio São Francisco, os nativos *kariris* das aldeias indígenas com missionários eram um bom alvo, mas para a guerra era necessário reavivar diferenças do passado indígena, diferenças essas demonstradas pelo uso de diferentes línguas, o que podia levar à guerra.

As diferenças estavam em um passado muito distante, como demonstra a cerâmica pré-histórica produzida no Brasil a milênios, como a encontrada em Santarém no Pará, no sítio Taperinha, e a encontrada no Sítio do Meio, em São Raimundo Nonato no Piauí, datadas de 8.000 anos. Estas e outras como a cerâmica Maracá, Santarém, Mirancaguera, Cunani, Tupi-guarani e Marajó formam diferentes conjuntos da cerâmica indígena brasileira. As classificações procuravam estabelecer processos de produção, tipo de tecnologia utilizada, sua possível origem, migração ou se era resultado de trocas.¹⁷⁴ Essas classificações tiveram como base pesquisas em áreas de estudos concentradas principalmente nas regiões Norte, na Amazônia, e em diferentes regiões, do Sul até o Nordeste do litoral brasileiro. Segundo classificação de J. Brochado,¹⁷⁵ toda a cerâmica pré-histórica do Nordeste brasileiro tem

¹⁷³ Sobre a ‘Guerra dos Bárbaros’ existem os trabalhos de Pedro Puntoni e de Idalina Pires citados na bibliografia geral.

¹⁷⁴ Alves, Cláudia. A Cerâmica Pré-histórica no Brasil-Avaliação e Proposta. Revista *Clio - Série Arqueológica*, vol.1, n.7. Editora Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991. p. 11.

¹⁷⁵ Brochado, José Proenza. Um Modelo de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. *Clio, série Arqueológica*, n. 4. Recife, 1987. p. 85-88.

origem amazônica, a qual teria quatro tradições. Enquanto tese, a origem e as sub-tradições representam classificações tão sugestivas quanto difíceis de serem provadas devido à falta de penetração das pesquisas em regiões ainda a serem exploradas, e logo foram elas contestadas por vários pré-historiadores. Para o Nordeste brasileiro considera-se duas tradições ceramistas de ampla dispersão, a *Tupi-guarani* e a *Aratu*. Elas, no entanto, mais parecem generalizações simplistas, pois pretendem relacionar toda a cerâmica pré-histórica desta região, um trabalho que, portanto, carece de revisões. Também o fato de que toda a cerâmica de características técnicas *tupi-guarani* ou *Aratu*¹⁷⁶ pertença a um tronco cultural-linguístico determinado pode ser contestado com base em possíveis intercâmbios culturais, escambo e contatos, nos quais podem ter sido incorporadas técnicas de produção de cerâmicas por grupos linguísticos distintos de outras origens.¹⁷⁷

Através de estudos da cerâmica indígena brasileira do período pré-histórico e do início da colonização portuguesa, foi possível estabelecer tipos de cultivos e formas de usos de plantas pelos grupos ceramistas, e casos em que o uso da cerâmica não está associado ao da agricultura. Assim, a relação entre vasilhas decoradas, de tamanhos e formas variadas, e a sua utilização para o consumo da mandioca ou de grãos como feijões e milhos vem sendo objeto de pesquisas no Nordeste. Na pesquisa arqueológica realizada no sítio Pedra do Caboclo em Bom Jardim, Pernambuco, pelo pesquisador A Laroche, uma espiga de milho encontrada no estrato mais antigo da escavação revelou informações sobre o uso deste vegetal por volta do ano 8.400 AP. Outros importantes achados nos fornecem dados sobre o uso de feijões, amendoim, cabaças e mandioca na região Nordeste, incluindo áreas da capitania de

¹⁷⁶ Podem ser observadas nas ilustrações que seguem em anexo a cerâmica indígena classificadas como Tupi-guarani e as classificadas como Aratu obtidas a partir de escavações arqueológicas realizadas em áreas pertencentes ao espaço geográfico da capitania de Pernambuco.

¹⁷⁷ Martin, Gabriela. Op. Cit. p.192-224.

Pernambuco.¹⁷⁸ A busca por áreas férteis para o plantio também pode ser ampliada para grupos de caçadores coletores. A coleta de plantas nativas no período pré-histórico foi de muita importância para a alimentação dos grupos indígenas, chegando a ser às vezes maior que a de plantas cultivadas. Isto parece proceder para o período de contato, segundo relatam Anchieta, Thevet, Soares de Sousa, Cardim, Margraf, Saint-Hilaire, Staden, entre outros cronistas.

Bromeliáceas, bananas e cajus, segundo Pero de Magalhães de Gandavo, em seu *Tratado da Terra e Historia do Brasil*, foram amplamente usadas como alimento.¹⁷⁹ Constatam ainda outras plantas para consumo na fabricação de tecidos, de adornos, para a produção de objetos, de artefatos e para cura. No entanto, a relação total delas, obtida através de fontes citadas para o período colonial não pode ser aplicada para o período pré-histórico, já que os vestígios até então estudados não o permitem. Sobre o uso de embarcações entre os nativos Caetés, Gabriel Soares de Sousa escreveu: *“As embarcações, de que este gentio usava, eram de uma palha comprida como a das esteiras de tabúa, que fazem em Santarém, a que elles chamam periperi, a qual palha fazem Em molhos mui apertados com umas varas como vime, a que elles chamam timbós, que são muito brandas e rijas, e com estes molhos atados em umas varas grossas faziam uma feição de embarcações, em que cabiam dez a dose índios. que*

¹⁷⁸ Id. Ibid.

¹⁷⁹ *“uma fruta se dá nesta terra do Brasil muito saborosa, e mais prezada de quantas há. Cria-se numa planta humilde junto ao chão, a qual tem umas pencas como cardo, a fruta dela nasce como alcachofras e parecem naturalmente pinhas, e são do mesmo tamanho, chamam-lhes Ananazes, e depois de maduros têm um cheiro muito excelente, colhem-nos como são de vez, e com uma faca tiram-lhes aquela casca grossa e fazem-nos em talhadas e desta maneira se comem, excedem no gosto a quantas frutas há no reino, e fazem todos tanto por esta fruta, que mandam plantar roças dela, como de cardais: a este nosso reino trazem muito desta fruta em conserva. Outra fruta se cria numas árvores grandes, ...chamam-lhes cajus,... Também há uma fruta que lhe chamam Bananas, e pela língua dos índios Pacovas...”* Neste trecho Gandavo ainda descreve outras frutas e árvores e maneiras de consumo e plantio e colheita. Ver em Pero de Magalhães de Gandavo, *Tratado da terra e História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil de 1576*. Organizado por Leonardo Dantas Silva. Editora Massangana, Recife, 1995. p.21-23.

se remavam muito bem, e n'ellas guerreavam com os Tupinambás n'este Rio de S. Francisco, e se faziam uns a outros muito damno. E aconteceu por muitas vezes fazerem os Caytês d'esta palha tamanhas embarcações, que vinham n'ellas ao longo da costa fazer seus saltos aos Tupinambás junto da Bahia, que são cincoenta léguas."¹⁸⁰

Em um período mais recente, entre 1500 AP a 200 anos atrás, a produção de cerâmica desenvolveu-se em grande parte do litoral brasileiro e no da Capitania de Pernambuco. Conhecida como *Tupi-guarani*, termo atribuído à cerâmica dos povos indígenas tidos como *Tupi-guarani* durante trabalhos realizados pelo PRONAPA,¹⁸¹ esta cerâmica, que se expressa por um conjunto diversificado de formas e decoração, foi descrita por vários cronistas do período colonial e é alvo de pesquisas científicas desde o século XX.¹⁸²

Estudos sobre a cerâmica pré-histórica *Tupi-Guarani* em áreas da Capitania de Pernambuco coordenados por Marcos Albuquerque e Velda Lucena permitiram um quadro em que estão indicados dados como as zonas fisiográficas em que o material arqueológico foi encontrado, o tipo de ocupação do grupo ao qual o material cerâmico escavado foi associado, o tratamento dado à superfície dos objetos cerâmicos, o tipo de alimentos associados ao

¹⁸⁰ Sousa, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. Ed. USP, 1971 (Brasília, 117). p. 34-36.

¹⁸¹ Sobre os trabalhos desenvolvidos pelo PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) ver Alves, Cláudia. Op. cit.

¹⁸² Suas características em formas e decoração fazem dela um dos elementos mais complexos da cultura *Tupi-guarani*. Na decoração, estão linhas pontilhadas, corrugadas, incisões, e pinturas em tons de vermelho e preto sobre o engobe. Notada sua difusão pela maior parte da costa brasileira desde o período colonial, este fato estimulou classificações como a de que todo o litoral brasileiro teria sido povoado por nativos descendentes de uma cultura única que estaria dividida por grupos ou nações que receberam nomes distintos. Esta cerâmica, no entanto, não foi associada no período colonial a povos dos sertões brasileiros ditos Tapuias. Estudos da cerâmica encontrada em escavações em regiões dos sertões referentes a áreas de povos Tapuias da antiga capitania de Pernambuco, região do médio São Francisco pernambucano = cerâmica escavada na Gruta do Padre no município de Itacuruba, na Ilha de Sorobabel, e na ilha de Itacuruba,¹⁸² assim como em Palmeira dos Índios, Alagoas, realizados por Vicente Calderon, revelaram um outro estilo de cerâmica que dele recebeu o nome de Aratu¹⁸². Ilustrações dos dois tipos cerâmicos citados podem ser vistas nos anexos.

material cerâmico, a cronologia obtida através do método com o carbono 14, e o nome dado ao material cerâmico *tupi-guarani*, como indica o quadro 1 em anexo sobre a relação entre os vestígios cerâmicos e as áreas de ocupação.

Três sub-tradições, a pintada, a corrugada e a escovada, caracterizam a grosso modo a cerâmica Tupi-guarani. Com o avanço das pesquisas no Brasil, verificou-se que esta cerâmica teve também ampla difusão no planalto e sertões brasileiros nos quais duas correntes aparecem, uma litorânea, e outra que se disseminou pela bacia do Amazonas e pela do Prata. Baseado nas sub-tradições citadas para a cerâmica tupi-guarani, Brochado¹⁸³ sugere para o litoral do Nordeste a presença marcante da sub-tradição pintada, também conhecida como policrômica, por apresentar desenhos multicoloridos nas cores branco, vermelho e preto. Gabriela Martin sugere que para a classificação tupi-guarani e para a sub-tradição pintada de Brochado deva-se dividir a mesma em Leste-Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, tomando por base as técnicas de tratamento da superfície e as formas das vasilhas. A sub-tradição Leste-Nordeste, caso da capitania de Pernambuco apresenta-se rica em formas e desenhos e sua utilização merece destaque visto que ela foi bastante usada durante o período colonial na capitania de Pernambuco em espaços coloniais portugueses e nos tradicionais indígenas, como demonstram as datações de alguns sítios escavados em antigas áreas de aldeias e em áreas de assentamentos portugueses do início da colonização onde foram escavados material arqueológico nos chamados sítios históricos.

Para evitar generalizações perigosas, estudos mais recentes analisam a cerâmica quanto aos seus elementos constitutivos e relaciona-os com o contexto arqueológico, sem taxá-los ou filiá-los previamente. O espaço cultural e social indígena relativo à capitania de Pernambuco foi portanto heterogêneo quanto aos grupos e povos nativos e às formas de uso

¹⁸³ Brochado, J. Proenza. A Tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. *Clio – Serie arqueologica*, n.3. UFPE Recife, 1980. p.47-60.

dos espaços, tanto na Pré-história como durante o período da conquista portuguesa. Pesquisas pré-históricas apontam para diferentes culturas indígenas para o Litoral, Agreste e Sertão da região que compunha a capitania de Pernambuco. Grupos de nativos agricultores, e os de não agricultores, com uso de diferentes artefatos de cerâmica, de pedra polida, de pedra lascada, com conhecimentos sobre a natureza, com seus mitos e comportamentos, fizeram parte desta região.

Baseada na relação homem-meio, a pesquisa na documentação colonial para povos e grupos ditos *Tapuias*, que incluía os *Kariris*, para a capitania de Pernambuco, apresenta estruturas culturais mínimas. Nas informações de Urban havia no Nordeste uma aglomeração de línguas isoladas que teriam dada origem ao tronco lingüístico Macro-jê, do qual diferentes grupos devem ter vivido entre as bacias do São Francisco e do Tocantins.¹⁸⁴ A dificuldade em classificar estas línguas deve-se ao fato delas serem extintas e de não haver sobre a maioria delas nenhum registro escrito. Das línguas isoladas, chamadas também de línguas mortas, o único grupo que permaneceu com sua língua foi o dos nativos Fulniô de Águas Belas, município de Pernambuco, onde fala-se o Ya-thê do Tronco Macro-jê.

Os pequenos ou micro-espaços que todos os grupos indígenas somados ocupavam formam o espaço intersticial dessas populações. O território em estudo foi, portanto, explorado em épocas pré-históricas por diferentes povos e grupos indígenas que o ocupava em dimensões espaciais distintas formando micro, médios e grandes espaços de sociedades nativas.

Outros termos nativos surgem na cartografia portuguesa deste período, tanto no litoral como pelo interior da capitania de Pernambuco. São termos sempre referentes a ocupações indígenas, territórios ou aldeias de nativos, como em mapa atribuído a Gaspar Viegas de ca.

¹⁸⁴ Urban, Greg. A História da Cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Cia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p 99.

1535, que tem em uma área acima da inscrição '*Portoari Parnãbuco*' uma outra inscrição que diz: '*rei tabaiyo*'¹⁸⁵, local provável de uma ou mais aldeias Tabajaras,¹⁸⁶ mas que indica morada de um chefe indígena, no caso a do '*rei tabaiyo*'. Neste mapa não aparece nenhuma outra inscrição referente a aldeias indígenas na costa da capitania de Pernambuco. Para Carlos Fausto, os Tupi-Guaranis deste litoral, aliados ou inimigos entre si, eram todos de uma mesma origem, e podiam haver entre eles cunhados, contrários e cativos de guerra ou, como usavam os tupis: *tobajaras*.¹⁸⁷ *Tabajaras* foi termo usado para designar inimigos dos nativos *Caetés* que tornaram-se aliados de portugueses chegados com Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco. Essa aliança reforçada com o casamento de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, com uma nativa filha do chefe *Tabajara* batizada como Maria do Espírito Santo Arcoverde. No entanto, o espaço dado a nativos *Tabajaras*, como no mapa de Gaspar Viegas de 1535 acima citado, mostra terem tido eles alguma importância para a conquista portuguesa de terras indígenas, nos detalhes considerados na época. Pensamos que esta inscrição não representa a posse dos nativos sobre a terra mas a concessão portuguesa a ela, pois, no mapa, a extensão e as fronteiras do espaço indígena *Tabajara* não estão discriminadas, sendo eles então vistos já como aliados, e suas terras já aparecem como incorporadas aos domínios portugueses na América. Posse que não seria possível sem a aliança entre *Tabajaras* e portugueses contra os *Caetés*.

Entre os líderes *tabajaras* responsáveis pelas estratégias de luta contra os *Caetés*, *Tabyra*, chamado '*o terror dos caetes*', destacou-se por falar a mesma língua dos *Caetés* e espionar suas aldeias para descobrir pontos fracos e planos de seus adversários. Outros guerreiros *tabajaras* se destacaram nas lutas pela liderança e confiança depositada neles por

¹⁸⁵ In *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Direção de Armando Cortão. Publicado pela Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1960. Estampa 55.

¹⁸⁶ *Tabajara* termo em Tupi-Guarani que significa chefe ou dono da aldeia.

¹⁸⁷ Fausto, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá. In *História dos índios do Brasil*. op. cit. p. 381-396.

Tabyra: um foi *Hagise* (Braço de Ferro) e o outro *Piragibe* (Braço de Peixe). Este último foi condecorado com o hábito de Cristo, e passou a receber uma pensão dada pela coroa portuguesa para satisfazer pedido de Duarte Coelho, no qual ele justifica que, sem os trabalhos e a confiança de *Piragibe*, seriam os portugueses presa fácil dos *Caetés* e impossível a fundação de Igarassú e de Olinda.¹⁸⁸

Portanto, em 1535 a terra indígena do litoral da capitania de Pernambuco já estava incorporada à América portuguesa. Fato que só vem a ser confirmado com o início das doações das capitanias hereditárias, mesmo não aparecendo neste mapa a divisão das capitanias hereditárias. Ainda por este registro, fica claro que no litoral restava ainda parte de seus antigos habitantes considerados aliados, visto que, sobre os *Caetés*, também habitantes deste litoral de Pernambuco, inimigos tanto dos Tabajaras como dos portugueses, nada consta neste mapa.

O território Tabajara ou Tabayrés, no dizer de José Bernardes Fernandes Gama tinha aldeias em amplo terreno que ia do litoral da capitania de Itamaracá até o rio Abiaí que a separa da capitania da Paraíba, e pela margem direita do rio Abiaí até o interior da capitania de Pernambuco.¹⁸⁹ Eles costumavam guerrear no litoral contra *Caetés*, cujas aldeias se localizavam nos montes que hoje abrigam a cidade de Olinda. Encontravam-se também no litoral do que veio a compor a capitania de Pernambuco,¹⁹⁰ aldeias de nativos *Tabajaras* em menor número que as dos *Caetés*. Com limites definidos no litoral, os domínios dos *Caetés* representavam uma grande extensão de terra, ou o mesmo que as cinquenta léguas de costa, ou, segundo escreveu Gabriel Soares de Sousa¹⁹¹, sessenta léguas de costa doadas como

¹⁸⁸ Gama, José Bernardes Fernandes. *Memórias Históricas da província de Pernambuco*. p. 96-97.

¹⁸⁹ Gama, José Bernardes Fernandes. *Memórias Históricas da província de Pernambuco*. p.31.

¹⁹⁰ Sobre a criação e a transmissão da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho será tratado no capítulo 3.

¹⁹¹ Sousa, Gabriel Soares de. *Op. cit.* p.28.

capitania a Duarte Coelho, pela a carta de doação de D. João III, datada em Évora de 10 de março de 1534.¹⁹²

Tabajaras e Potiguares, nativos com quem os *Caetés* tinham fronteiras no litoral e nos sertões, no interior, eram inimigos dos *Caetés* antes da chegada dos portugueses, o que não significou que todos viessem a se aliar contra os portugueses quando da sua chegada. Os gentios Potiguares ou Pitiguares como cita Soares de Sousa: "*Senhorêa esta costa do Rio Grande até a da Parayba, onde se confinaram antigamente com outro gentio que se chamam Caytés, que são seus contrários, e se faziam cruelíssima guerra uns com os outros, e se fazem ainda agora pela banda do sertão onde agora vivem os Caytés, e pela banda do Rio Grande são fronteiros dos Tapuias, que é gente mais domestica, com quem estão às vezes de guerra e às vezes de paz, e se ajudam uns aos outros contra os Tabajaras, que vizinham com eles pella parte do sertão. Do redor desta ilha entram (os Pitiguares) no salgado cinco ribeiras em três das quais estão três engenhos; onde se fizera mais, se não foram os Pitiguares que vem correndo terra por cima e assolando tudo*".¹⁹³

Com esta descrição, Soares de Sousa refere-se a diferentes territórios indígenas pelo litoral e sertão das capitania de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, onde também comenta que neles existiram fronteiras quando se refere '*são fronteiros*' ou ainda '*que se vizinham com elles pella parte do sertão*', fronteiras que indicam a existência de diferentes territórios nativos, cujas posições geográficas e rivalidades eram importantes elementos a serem considerados pelos conquistadores portugueses do século XVII. Os elementos que levavam a alianças e a rivalidades entre os nativos citados não aparecem no texto de Soares de Sousa, mas deles fizeram uso os articuladores da conquista desta costa sob o comando de Duarte Coelho, que usou nativos *Tabajaras* na guerra e na perseguição aos *Caetés*, nativos responsáveis pela resistência à instalação de vilas e engenhos em suas terras. Foram também

¹⁹² Chorão, Maria José mexia Bigote. Doações e forais das capitanias do Brasil 1534-1536. p. 11.

¹⁹³ Sousa, Gabriel Soares, Op. cit. p. 23-25.

eles acusados da morte do Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha na costa do atual Estado de Alagoas onde também tinham aldeias.¹⁹⁴

Sobre o território dos nativos *Caetés* ao longo da costa da capitania de Pernambuco, são atribuídas terras entre a margem esquerda do rio São Francisco até o rio Igarassu.¹⁹⁵ Dominavam portanto ao sul do porto de Parã-nambuco até o rio São Francisco e ao Norte até o rio Igarassu. O nome da capitania de Pernambuco vem de termo da cultura dos Caetés que então se espalhava da boca do rio São Francisco até o rio Parahyba, “*onde guerreavam contra os Potiguares, e se matavam e comiam uns aos outros em vingança de seus ódios, para execução da qual entravam muitas vezes pelas terras dos Potiguares e lhes faziam muito dano*”.¹⁹⁶ Pelos sertões, tinham os *Caetés* por inimigos *Tapuias* e *Tupinaés*, também chamados de *Tupinás*. Faziam guerras também fora das suas fronteiras, em territórios de nações que viviam ao longo do rio São Francisco, o que também ocorria ao longo do litoral por ocasião de guerras contra *Potiguares* e *Tupinambás*. Em expedições guerreiras para territórios inimigos vizinhos, faziam uso de grandes embarcações de periperí, uma palha comprida da qual faziam molhos, os quais atavam a varas como vime, chamadas pelos tupis de timbós, que, por sua vez, eram atados a varas grossas, e chegavam a levar dez ou dose nativos que com remos navegavam por mar ou mesmo pelo rio São Francisco. Seus espaços podiam ser vencidos com embarcações mas também por terra durante caminhadas e pousadas em aldeias de grupos aliados. As aldeias no litoral da capitania de Pernambuco seguiriam um formato variável de três até oito malocas dispostas em torno de um pátio central, característica atribuída por Gabriel Soares de Sousa aos *Caetés* que dizia ser igual a dos *Tupinambás*.¹⁹⁷

¹⁹⁴ Id. *Ibde.* p. 34-36.

¹⁹⁵ *Caetés* são também chamados *Caheté* ou de *Caités*, derivado da expressão *caa-etê*, isto é mato real, valoroso, virgem segundo Sousa, Gabriel Soares. *Op. Cit.* p. 34-36.

¹⁹⁶ Sousa, Gabriel Soares de. *Op.cit.* p.34-35.

¹⁹⁷ *Op. Cit.* p.34. Na descrição de Hans Staden sobre os *Tupinambás*, ele escreveu:

Tupiniquins, habitantes do litoral, entre a Lagoa dos Patos e Bertioga e ao sul do território dos *Tupinambás*, teriam se aliado a portugueses e a *Tupinambás* para lutar contra os *Caetés*, assim como contra os *Tabajaras*, mas a crônica do século XVII, do padre Simão de Vasconcelos, não inclui os *Caetés* como grupo ou tribo existente na capitania de Pernambuco,¹⁹⁸ talvez por não estarem mais organizados em aldeias no litoral como estavam quando do início da primeira metade do século XVI antes de migrarem e se misturarem a outras nações indígenas pelos sertões.¹⁹⁹

Em pesquisa cartográfica sobre mapas do século XVI encontramos mais algumas inscrições que faziam referencia a espaços indígenas. A inscrição '*Terra dos bitigares*' estava contida no mesmo mapa de Gaspar Viegas,²⁰⁰ já citado anteriormente, e a sua localização

"levantam cabanas de mais ou menos 14 pés de largura por 150 de comprimento e duas braças de alto, com tetos redondos, como abobadas. Cobrem-nas depois com folhas de palmeira, de modo que não chova dentro. Ninguém tem quarto separado; cada casal ocupa na cabana o espaço de uns 12 pés, e fica um casal ao lado do outro. Enchem-se assim as cabanas, cada grupo com seu fogo. O chefe ocupa o centro. As cabanas em geral têm três entradas, uma em cada extremo e uma no centro; são muito baixas, de modo que para entrar as criaturas precisam curvar-se. Poucas aldeias têm mais que sete dessas cabanas.

Entre as cabanas ha o terreiro onde matam os prisioneiros. Também são inclinados a fazer fortificações em redor das cabanas, assim: erguem em torno uma cerca de rachões de coqueiro, de braça e meia de altura, bem unidos entre si, de modo que as flechas não entrem, e deixam seteiras por onde atiram. Em redor dessa cerca fazem outra de varas grossas e compridas, um pouco mais espaçadas, mas que não deixam passar um homem. Alguns têm o habito de espetar em postes à frente das cabanas as cabeças dos inimigos." In STADEN, Hans. Narração breve e verdadeira sobre o comercio e costumes dos Tupin Inbas, cujo prisioneiro eu fui. Texto ordenado por Monteiro Lobato. Companhia Editora Nacional São Paulo, 1945. p. 35-36.

¹⁹⁸ Costa, Francisco Pereira Da. Op. cit vol. 1, p.326.

¹⁹⁹ Este problema sobre a migração indígena é ainda hoje vivido por muitos nativos como é o caso dos auás-gujás do Maranhão que a cerca de trezentos anos foram forçados a adotar o nomadismo para escapar das perseguições e massacres executados por fazendeiros e madeireiros-os homens 'brancos'. Durante este tempo, muitos auás morreram ou foram separados de suas famílias. Atualmente, existem cerca de 240 propriedades particulares cadastradas por órgãos públicos como a Funai, o INCRA e o Iterma na antiga área dos auás, área vendida pelo Instituto de Terras do Maranhão, o Iterma, em 1982. Paulo Pereira Lima, In Auás-gujás, povo ameaçado. Eles pedem socorro. Revista Caros Amigos, número 65, agosto de 2002.

²⁰⁰ Cortesão, Armando. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1960. Estampa 55.

acima da inscrição ‘rei tabaijó’ indica posições cartográfica para diferentes espaços e nações indígenas; consideramos serem os ‘bitigares’ pela localização o mesmo que *Potiguares* também conhecidos como *Pitiguares*,²⁰¹ ou ainda como *Petiguarés*, tidos como os mais cruéis de todos que viviam no litoral da Paraíba e do Rio Grande.²⁰²

Sobre os espaços dos nativos Caetés, nada consta nos mapas portugueses pesquisados do século XVI. Em mapa de Bartolomeu Velho, de 1561, aparecem registrados varias nações indígenas, em espaços do litoral: os *Pitiguares*, *Topinabas*, *Eopanã*, *Aymureis*, *Tamoyu*, *Guaranis*. No mesmo mapa estão assinalados em espaços do interior deste litoral poucos termos; com referencia a espaços indígenas estão *Topinabas* ao Norte, *Carandís* no centro e *Selvagens Grandes* ao Sul.²⁰³ O termo *Caetés* vai aparecer na cartografia portuguesa do século XVII, em mapa etnográfico de João Albernaz I, de 1631. Neste mapa, observa-se que os espaços indígenas estão mais para o interior onde não estão assinalados espaços portugueses, que apenas aparecem ao longo da costa.²⁰⁴ Os espaços indígenas dos *Caetés* e dos *Tabajaras* não apareceram na cartografia holandesa deste período como mostra o mapa “De Stadt Olinda de Pernambuco ...” de ca. 1630; há no entanto, para outras capitâneas, indicações das nações indígenas *Topimanbazes* e *Pitiguar*, e no lugar referente ao interior da capitania de Pernambuco entram desenhados apenas rios.²⁰⁵

Entre os nativos da capitania de Pernambuco estavam nos sertões os chamados Tapuias, homogeneizados no século XVI, como já foi dito, pela dificuldade de percepção das

²⁰¹ Sobre os *potiguares* escreve Moacyr Soares Pereira: “Estes tupinambás, que seriam chamados inicialmente Petinguaras pelos portugueses, os comedores de fumo na língua tupi, pois o mascavam, uma tradição dos Andes, onde se mastigava a folha da coca, que possuía uma ação estimulante. E o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Pereira Coelho, os chamava Petiguaras. Afinal, substitui-se o nome por Potiguares, os que comiam camarões. In *Índios Tupi-Guarani Na Pré-História*. Coleção Nordestina, ed.UFAL, macció, 2000. p. 103.

²⁰² Gama, José Bernardes Fernandes. Op. cit.

²⁰³ Cortesão, Armando. Op. cit. estampa 202.

²⁰⁴ Cunha, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. Op. cit. p. 115/ 2º mapa.

²⁰⁵ Reis, Nestor Gular. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Edusp/Imprensa oficial, São Paulo, 2000. p.80 .

diferenças lingüísticas e culturais entre os grupos indígenas não falantes da 'língua geral'. Esses grupos não aparecem na cartografia portuguesa do século XVI mas deles existem referências na cartografia portuguesa do século XVII, como no mapa etnográfico de João Albernaz I de 1631, anteriormente citado. Cita Gama que *Paratiós, Chiquirús e Caririz* habitavam parte do sertão da capitania de Pernambuco,²⁰⁶ mas isto só veio a ocorrer depois das migrações tupi-guaranis que assolaram o litoral brasileiro. Dois mapas com opiniões sobre os percursos destas migrações discutem, em artigo de Carlos Fausto, sobre os movimentos sugeridos por Métraux em 1927 e os por Brochado de 1984. Ambos convergem apenas num ponto: explicam uma terrível ocupação para os antigos habitantes nativos desta região que desaparecem do litoral Nordeste, com exceções como a dos Tremembé no litoral do Ceará e dos *Tarairius*, terríveis tapuias dos sertões e da praia dos 'Marcos' no do Rio Grande do Norte, que lutaram na Guerra Holandesa contra os luso-brasileiros.²⁰⁷ Sobre os *Tarairius* foram produzidas imagens no período da ocupação holandesa no Nordeste, como as do pintor Frans Post na tela: *O Antigo Forte Dos Três Reis Magos No Rio Grande*, e em desenho publicado em Gaspar Barléus; como tema principal eles aparecem nas telas de Albert Eckhout de título: *Guerreiro Tarairiú e Mulher Tapuia*, ambas de 1641. De Eckhout são ainda a tela de 1654, de título '*Dança dos tarairiú*' e o desenho de *Mulher Tarairiu*.²⁰⁸

Desterrados, os chamados *Tapuias* do litoral formaram vários grupos de *Kariris*, *Sucurus*, *Pegas*, *Bultrins*, *Arius*, *Panatins*, *Coremas*, *Paiacus*, *Jianduis*, *Tremembés*, *Icós*, *Pajokes* e *Aponoriijons* que se espalharam pelos sertões do Nordeste.²⁰⁹ Pelo interior da capitania de Pernambuco, os *Cariris* ou *Kariris* teriam ocupado desde o Paraguaçu e baixo rio São Francisco até o Itapicuri; também a serra da Borborema, a dos Cariris Velhos e a dos

²⁰⁶ Gama, José Bernardes Fernandes. Op. cit. p. 31.

²⁰⁷ Pereira, Moacyr Soares. *Navegação de 1501 ao Brasil e américo Vespúcio*. Rio de Janeiro, 1984. cap. 11.

²⁰⁸ Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. p. 234, 235, 238 e 239.

²⁰⁹ Almeida, Horácio. *História da Paraíba*. Imprensa Universitária, João Pessoa, 1966. Tomo I. p. 274.

Cariris Novos, e as ribeiras do Acaraçu, do Jaguaribe, do Açú, do Apodi, entre outros rios, quando os portugueses começaram a ocupar o Norte e o Nordeste do Brasil, e foram confundidos sob o nome de Tapuias com nativos de outras nações como os Gês e os Caraiabas.²¹⁰ Aldeamentos indígenas de Tapuias foram registrados nas regiões mais férteis dos sertões pernambucanos, como as regiões ribeirinhas do rio São Francisco e de seus afluentes, e regiões de brejos. Vinham do atual município de Santa Maria da Boa Vista descendo o rio São Francisco, passando pelo atual município de Paulo Afonso.

Até o século XVIII, existiam no sertão do atual município de Santa Maria da Boa Vista, aldeias de nativos *Tamaques* ou também chamados *Tamaquiús*, *Coripós* e *Kariris*; no município de Orobó e Cabrobó, aldeias de nativos *Kariris*; nos municípios de Belém de São Francisco e Itacuruba, aldeias de nativos *Poru*, *Porcás* e *Brançararu*; no município de Floresta, aldeias de nativos *Atikum* e *Pipipã*, e no município de Tacaratu aldeia de nativos *Pankararu*. Estes grupos indígenas se localizavam em ilhas e margens do rio São Francisco pertencentes ao território da capitania de Pernambuco.²¹¹

Além dos grupos indígenas relacionados, encontravam-se na Freguesia de Nossa Senhora de Rodelas incluídas na jurisdição de Pernambuco: Aldeia de Missão Nova de São Francisco do Brejo, situada na ribeira do Pajeú com várias nações de tapuias; Aldeia de Santo Antônio, situada na ilha de Irapuá, com uma nação de *Kariris*; Aldeia de Senhor Santo Cristo, situada no Araripe, com nação *Ialna*; e por último, Aldeias de Aricobé, com uma nação de “*caboclos Aricobé*”, de língua geral.²¹² Observamos através da comparação das fontes citadas

²¹⁰ Ver em notas de Barbosa Lima Sobrinho publicadas na segunda edição da Relação De Uma Missão No Rio São Francisco do Pe. Martinho e Nantes pela col. Brasiliana vol. 368. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1979. p. 104-105.

²¹¹ Costa, A. F. Pereira da. Op., cit., v. 5. P.38.

²¹² Ver em notas de Barbosa Lima Sobrinho publicadas na segunda edição da Relação De Uma Missão No Rio São Francisco do Pe. Martinho e Nantes. p.122-123.

nas notas que os nativos *Poru* e *Porcás* podem ser uma mesma nação indígena, apenas com uma modificação na sílaba terminal devido a diferentes interpretações fonéticas.

Estavam ainda pelos sertões da capitania de Pernambuco, hoje parte do estado de Alagoas e região do Agreste e do Sertão do Estado de Pernambuco, aldeamentos de nativos pertencentes ao tronco lingüístico da família Macro-jê, como os *Xukurus*, com aldeias nos atuais municípios de Pesqueira, Cimbres, Belo Jardim e Caruaru; também estão hoje *Xukuru-kariri* no estado de Alagoas.²¹³ Aldeias de nativos *Paratiós* foram registradas no município de Cimbres, e de nativos *Karapotós* e *Xokós*, também chamados de *Shocós*, teriam existido no município de Caruaru,²¹⁴ restando hoje deles a aldeia em São Sebastião, no Estado de Alagoas. Dos *Cariri-Xokós* vivem atualmente um grupo em Porto Real do Colégio, também em Alagoas.²¹⁵ Além desses grupos citados, também teriam ocupado esta região no Vale do rio Ipanema nativos *Kapinawas*, *Carnijós* e *Fulni-Ôs*. Dos *Kapinawas* restam grupos no município de Buíque. Dos *Carnijós* não existem mais aldeias e dos *Fulni-Ôs* sobrevivem aldeias no município de Águas Belas.²¹⁶

A respeito dos indígenas relacionados à região que a capitania de Pernambuco abrangia nos dois primeiros séculos de colonização, com os dados levantados em fontes do século XVI e XVII, principalmente, foi possível observar uma ocupação étnica de diferentes grupos lingüísticos: *Tupi-guarani*, predominantemente no litoral; o dos nativos *Fulniô* de Águas Belas que ainda falam o Ya-thêo, língua do tronco Macro-jê, e os grupos que formam o conjunto de línguas isoladas composto por *Cariris*, *Tamaqueus*, *Tuxá/Trucá*, *Pankararu* e *Umã*. Sobre as línguas isoladas, importantes para a compreensão das fases mais antigas da história indígena desta região, não existem estudos lingüísticos, mas, pelas datações

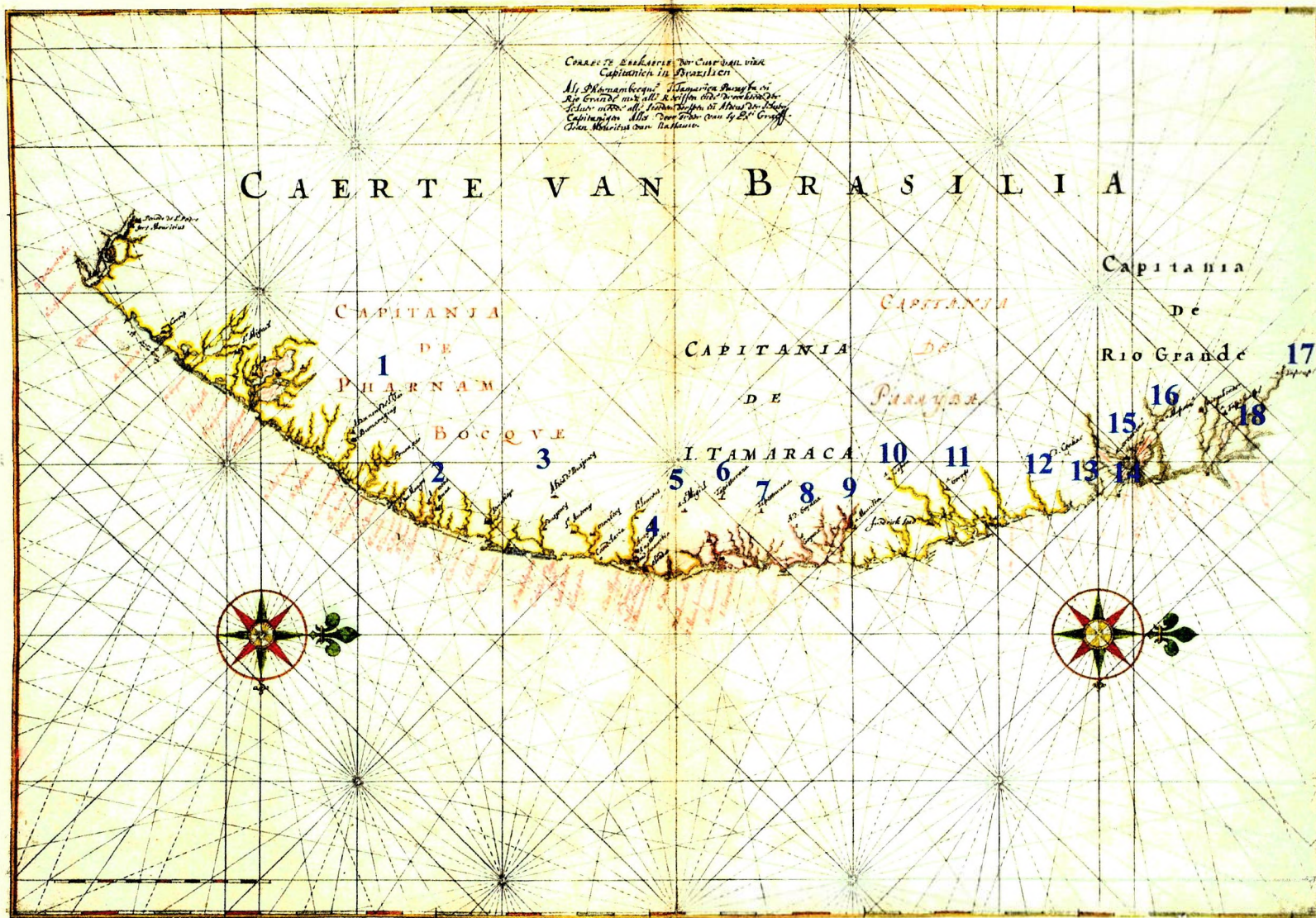
²¹³ Wilson, Luís. *Ararobá, Lendária e Eterna* Notas para a História de Pesqueira. CEPE, Recife, 1980.p.29.

²¹⁴ Id. *Ibde.* p.317.

²¹⁵ Ferreira, Josué Euzébio. *Ocupação Humana do Agreste Pernambucano. Uma abordagem antropológica para a história de Caruaru.* Ed. Idéia, João Pessoa, 2001. p.50-51.

²¹⁶ Id.*Ibde.* p.52.

anteriores ao ano de 2000 antes do presente e pela aglomeração de povos que as usavam nesta região durante o século XVI e XVII, elas sugerem um espaço indígena pré-histórico culturalmente heterogêneo.



Aldeias Indígenas

- | | |
|----------------------|----------------|
| 1 - São João | 10- Tapoa |
| 2- Nova | 11- Goregae |
| 3- Pousjeneq | 12- Carece |
| 4- Nassau | 13- Masiopébú |
| 5- São Miguel | 14- Pontado |
| 6- Tapisserama | 15- Ortagny |
| 7- Tapisserica | 16- Mopabú |
| 8- Cavallos / Goyana | 17- Tapeupó |
| 9- Mauritia | 18- Taypówaypó |

ALDEIAS INDÍGENAS EM MAPA DE JOAN VINGBOONS

Correcte Zeekaerte der Cust van vier Capitanien in Braziliën
 ALS PHARNAMBOCQUE ITAMARICA PARAYBA EN RIO GRANDE MIT ALLE RECIFFEN ENDE
 DROVEHERN DER SOLUER MITDE ALLE STEEDEN DORFFEN EN ALDEUS DER INDAEN

Ca. 1660 / FONTE: Acervo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

III. ESPAÇOS E TEMPOS SUPERPOSTOS

CAP. 3- PARÃ-NAMBUCO NO CONTEXTO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

*“Em Pernambuco tinham se estabelecido os portugueses em uma colina, Olinda, comandada por Duarte Coelho, a quem entregamos os prisioneiros tomados. Neste porto descarregamos as mercadorias que levávamos e depois de liquidados os nossos negócios ficamos á espera de carga.”*⁵

Hans Staden

3.1. A Velha Lusitânia

Isolado por uma combinação político-geográfica, o Estado Português, no século XIV e XV, adquiriu características específicas que o diferenciaram dos outros reinos contemporâneos do continente europeu. O rei dividia o poder⁶ para exercer a justiça suprema. O Estado português estava voltado para o problema da “reconquista”, e todos os esforços centralizavam-se na autoridade e poder real; entretanto, houve uma integração nacional, com a redução dos vários dialetos falados, e depois com a fixação das fronteiras externas, o desaparecimento de fronteiras internas e a centralização da sede do poder, criando-se então o conceito de capital ou de cidade central, de onde provinham as leis. Portugal torna-se um estado central “com uma certa estratégia de arrumação social do poder”.⁷

⁵ Staden, Hans. Narração breve e verdadeira sobre o comercio e costumes dos Tupin Inbas, cujo prisioneiro eu fui. Texto ordenado por Monteiro Lobato. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945. p.79-80.

⁶ Hespanha, Antonio Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime in Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984. p. 30.

⁷ Cf. p. 30.

O litoral europeu mediterrâneo, preocupado em defender-se de invasões, saques e conquistas, principalmente de árabes, tornara-se uma fronteira durante séculos, mas também, uma barreira para o crescimento comercial da Europa. Cruzá-la poderia significar entrar em espaço de perigosas navegações para os europeus, o que os limitava. O bloqueio do Mediterrâneo pelos árabes nos remete a duas questões que não cabe aprofundar aqui, porque a historiografia específica já o fez, mas que consideramos importante registrar. Uma que nos remete à existência de um movimento de decadência de circulação de mercadorias e de venda nos mercados, e outra que seria descrita como mercados em crise.⁸ Este Movimento dependia de políticas voltadas para investimentos comerciais, ligadas, entre outros fatores, à viagens pelo mar Mediterrâneo, necessárias para o abastecimento dos mercados voltados para o comércio de especiarias.

A luta pela defesa de territórios cristãos na península Ibérica, desde o século VIII, e as lutas pela retomada de territórios perdidos para muçulmanos na península⁹ resultou em um movimento de conquista iniciado no Marrocos no século XV. Do reino português, incluindo burguesia, nobreza e plebeus, questões econômicas, de honra e de gestos heróicos levaram homens para além-mar, pelo Atlântico, Índico, Pacífico e Golfo Pérsico. Muitos portugueses, heróis ou anti-heróis, com ou sem honra, morreram, muitos sobreviveram.

Ceuta foi a primeira conquista portuguesa em 1415. Cidade moura do Norte da África, centralizadora do comércio do ouro vindo através de caravanas de outras regiões africanas, ela

⁸ “Decadência e crise, expressão utilizada até mesmo como sinônimos no uso vulgar, encerram, no concerto da compreensão histórica, diferenças essenciais que remetem ao posicionamento teórico do historiador diante da História.” – in Arruda, J. Jobson de A. *Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: O Novo Padrão de Colonização do Século XVIII*, In actas dos cursos internacionais de verão de Cascais, 1998. p.213.

⁹ No século IX, Afonso III das Astúrias retomava várias cidades situadas em território atualmente português, começando um movimento que os portugueses continuaram. Só no século XI, Afonso Henriques, filho do Conde Henrique de Borgonha, conquista o primeiro condado português e se torna rei Afonso I de Portugal. Depois da consolidação da ocupação do território ao norte do Tejo, os árabes são expulsos em 1249 do Alentejo e do Algarve.

foi o pontapé inicial para outras conquistas no continente africano que se deram ao longo da costa ocidental da África, seguindo por terras ao sul e ao leste do continente africano. Muito dessas conquistas deveu-se, também, aos conhecimentos náuticos e ao investimento da burguesia mercantil interessada em lucros.

Portugal começou a desenvolver sua navegação ainda na antiguidade com a utilização da navegação costeira e fluvial. Os inúmeros portos ibéricos da época medieval reportam a uma vida voltada para a pesca e para o comércio, usando portos litorâneos, assim como do interior, através de algumas vias fluviais. Escreveu o Prof. Joaquim Romero de Magalhães ao se referir à expansão comercial portuguesa:

“Bem cedo, no século XIV, começa a dizer-se que esta terra mantém-se por mercadorias. Era verdade, quando se queria passar para além da simples sobrevivência. Porque uma agricultura pobre pouco deixava de excedentes para a comercialização. Os que giravam entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa começam a fazer escalas nos portos portugueses. Lisboa já então era porto de desvairadas gentes que aí vinham vender e comprar. Enche-se de navios do Norte e do Mediterrâneo. Mercadores descem em terra a fazer os seus negócios. Animam-se trocas. Começam a desenhar-se práticas comerciais regulares. Mas os portos de Entre-Douro e Minho também ganham no comércio com a Galiza e com as Astúrias, os portos Algarve acolhem navegação andaluza e marroquina. Um povo que não se teria mais de um milhão de habitantes no seu todo vai aventurar-se no mar. Por esse mar que, ainda que timidamente, começa a saber navegar.”¹⁰

Navegadores, comerciantes e cientistas europeus que integraram essas viagens pelo Atlântico, somados às antigas descobertas científicas, enriqueceram a Europa, do período renascentista, com novas e preciosas informações. O desenvolvimento das ciências naturais, da matemática, da física e da astronomia foi uma maneira encontrada por cientistas

¹⁰ Magalhães, Joaquim Romero. Portugal no Mundo do Século XVI – espaços e produtos. p. 9 e 10. Comissão Nacional as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1998.

renascentistas deste período para concretizar a crença em um universo racional que enfatizava o homem e o seu mundo. Objetivos estes, fundamentais, encontrados em todas as áreas do conhecimento humano deste período. Assim, a representação de espaços náuticos através da utilização de relações geométricas, somadas à representação de ambientes geográficos que permitiam uma articulação de elementos nos vários sistemas representativos utilizados, passou a ser uma característica do renascimento seiscentista, onde cartas náuticas reproduziam um espaço com base em conhecimentos científicos, em substituição as representações do espaço hierarquizado do medievo.

O desenvolvimento da narrativa, caracterizada pelo uso de motivos maravilhosos, articulava-se com os avanços da cartografia. Neste período, a cartografia promoveu grandes contribuições para as descrições e cálculos de distâncias entre pontos geográficos conhecidos e pontos de regiões desconhecidas aos navegadores, e que foram atingidos através da navegação pelos diferentes oceanos e golfos. Contudo, o cálculo das distâncias entre pontos reais apenas se aproximava da realidade.

Sobre a questão do tratamento do espaço renascentista para a arquitetura, refere-se Antônio Carlos Leite Brandão: 'Poderíamos dizer que o espaço se torna menos espiritualizado e mais intelectualizado. Um ideal de ordem geométrico, com valores antropocêntricos, concretizados no espaço e no tratamento plástico da matéria, parece sugerir um novo conceito de beleza e uma nova arché para o edificio renascentista, expressão de uma nova situação do homem diante do mundo, de Deus e de si mesmo',¹¹

Entretanto, a evolução científica ocorrida em diversas áreas do conhecimento foi resultado de muitos estudos e pesquisas, mas, também, de muitos riscos de vida. Enfrentar a natureza durante experiências náuticas em viagens por mares, teoricamente desconhecidos, foi, talvez, tão difícil quanto enfrentar as idéias aristotélicas defendidas pela Igreja Católica,

¹¹ Brandão, Carlos Antônio Leite. A Formação Do Homem Moderno Vista Através Da Arquitetura. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2001. p.67 e 68.

principalmente as do domínio da física, que constituíram o corpo central de conhecimentos admitidos como verdadeiros pela Igreja, durante a Idade Média. No modelo aristotélico do cosmo, a Terra constituía o centro do universo, uma concepção, portanto, que existia há quase quatorze séculos¹². Paralelo a esse corpo central com base na idéia aristotélica, uma concepção filosófico-religiosa sobre o mundo medieval inspirada nas Sagradas Escrituras era defendida pelos escolásticos, cujo representante mais significativo foi São Tomás de Aquino (1225-1274); filósofo que construiu sistema filosófico medieval sobre o saber teológico e moral e os reuniu na sua obra 'Summa Theologiae'.

A partir da segunda metade do século XV e início de século XVI, as descobertas científicas nas áreas da engenharia naval, da geografia, da oceanografia e de novas formas de vida existentes no planeta passaram a conviver com a idéia de Nicolau de Cusa¹³, defensor do heliocentrismo, ainda no século XV. No entanto, a teoria defendida por Cusa só foi registrada no primeiro tratado de astronomia heliocêntrica de Nikolau Copérnico, publicado no ano de 1543.

No meio científico italiano do século XV, as descobertas na área da cosmogonia¹⁴ eram pouco divulgadas por motivos de perseguições religiosas promovidas pela Igreja Católica. A separação da teologia da cosmologia foi uma das conseqüências geradas pelo heliocentrismo. A nova visão do cosmo ia de encontro as defendidas pelo movimento

¹² Apenas no século XIII, os trabalhos de Aristóteles e o modelo ptolomaico, preservados pelas traduções árabes, foram lidos passando assim a serem conhecidos na Europa ocidental. O modelo ptolomaico só foi aceito pela Igreja Católica graças a conciliação feita por São Tomás de Aquino entre as Escrituras Sagradas e os textos aristotélicos, no século XII. Até a época de Pitágoras (580-500 a.C.), a terra era imaginada sendo plana. Na escola pitagórica, esta concepção foi substituída pela de uma terra esférica. Aperfeiçoando os estudos e modelos criados por Filolau (séc.V a.C), Eudoxo e Calipo (séc. IV a.C.) em que os planetas estariam em movimento em torno da a terra, Aristóteles elaborou um modelo de cosmo no qual a terra seria o centro do universo.

¹³ Cientista italiano contemporâneo de Nikolau Copérnico.

¹⁴ Do grego kosmogonia.-1. Teoria da formação do universo. -2. Ciência da formação dos objetos celestes como planetas, estrelas, galáxias, etc.-3. Parte das mitologias referente a criação do mundo e dos homens idem, Larousse Cultural.

escolástico, surgido durante a Idade Média, e passou a ser revisto e criticado pelo mundo burguês dos negócios. Segundo a concepção escolástica, o universo era povoado por seres que se encadeavam em ordem de perfeição decrescente a partir de Deus.¹⁵ Portanto, se a ordem dos planetas foi revista por Copérnico, a ordem de perfeição dos seres também poderia. Mas, quem ousaria rever esta questão? O medo à Igreja Católica foi um sentimento presente entre discretos cientistas e divulgadores de descobertas científicas que em busca de aprovação ou mesmo por submissão, dedicavam seus estudos ao papa. Consta portanto, já no primeiro tratado de astronomia, publicado em 1543, que defendia o duplo movimento dos planetas em torno de si mesmos e em torno do sol, de título: “Da Revolução dos Mundos Celestes” de Nikolau Copérnico, uma dedicatória ao papa Paulo III.

Assim, o ano de 1492, que está associado ao início da ocupação ibérica à América do Sul, representa o descortinar de um novo horizonte científico, um novo mundo para os negócios ultramarinos. Dominar o Atlântico significava dentro de um projeto maior, dominar o Índico e este banhava uma rede de comunicações que conectava as costas de Sofala, país do ouro, com o Decan, país da pimenta, o Golfo Pérsico com o Mar Vermelho e com a Índia e a Insulíndia – Sumatra, Java, e o Extremo Oriente¹⁶.

Rotas eram traçadas em viagens de explorações náuticas para realização de medições de pontos geográficos, com relação à localização e distância entre eles. O desenvolvimento das navegações eram articulados com os avanços da cartografia que, neste período, promoveu grandes contribuições quanto aos objetivos relativos às descrições e cálculos de distâncias entre pontos geográficos conhecidos e pontos de regiões desconhecidas aos navegadores, atingidos através da navegação por diferentes oceanos e golfos. Contudo, o cálculo das distâncias entre pontos reais apenas se aproximava da realidade.

¹⁵ Barbosa, Maria do Socorro Ferraz. Os Descobrimentos e a Ciência da época Moderna, in Brasil 500 anos Reflexões. Editora Universitária, UFPE, Recife, 2000. p.39 e 40.

¹⁶ Ibidem. p. 42.

Vale ressaltar que, apesar do nível de desenvolvimento científico da época, praticamente toda a costa ocidental da América do Sul foi levantada e registrada até o início do século XVII.

Portugal, esteve, portanto, na vanguarda da expansão europeia no século XV, graças ao seu espírito cruzadista, da busca de terras, de ouro, de lucros e de novas rotas para aliviar a crise do seu comércio de especiarias do Oriente e pela ação pluralista dos seus dirigentes políticos, que modernamente aproveitaram a diversificação dos saberes oriundos de diversos países. Apoiados na audácia de navegadores e comerciantes, os portugueses passaram a dominar terras no Atlântico Oriental e no Atlântico Ocidental. No Atlântico Oriental estavam terras da grande rota: Marrocos, as ilhas, a Guiné que pelo Cabo da Boa Esperança levava a Goa.¹⁷

Ao Império Português seiscentista, o Atlântico servia como via de comunicação para o Índico, e este banhava uma rede de portos e rotas que conectava as costas da Índia com o extremo Oriente. Paisagens africanas e orientais, testemunhadas em viagens pelo mar Mediterrâneo, que podiam alcançar Istambul e a costa da Palestina, assim como ilhas e portos do mediterrâneo europeu e africano, passaram a fazer parte de uma ação inversa da ocorrida durante a antiguidade, quando houve movimentos de expansão comercial e marítimo de povos do oriente mediterrânico como gregos, fenícios e itálicos, na direção do ocidente.

Há, em grande parte da literatura sobre a chegada de portugueses à América do Sul, na época das grandes navegações pelo Atlântico, um etnocentrismo nas crônicas sobre heróis conquistadores que, por sua vez possibilitaram o surgimento de uma história com personagens passivos e conquistados, os nativos.

O desenvolvimento da narrativa caracterizada pelo uso de motivos maravilhosos articulava-se com os avanços da cartografia, como já nos referimos atrás. O litoral de

¹⁷ Mauro, Frédéric. Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670. Imprensa Universitária, editora estampa, Lisboa, 1989. p. 27,

Pindorama passa a ser incorporado, ao longo de ações expansionistas por povos do ocidente europeu em busca de novas rotas e contatos que possibilitassem a si próprios comercializar especiarias orientais em mercados europeus do ocidente, ou incorporar a estes mercados novas mercadorias.

O que alguns historiadores chamam de Brasil, como terra habitada pelos indígenas, foi batizada e rebatizada por conquistadores europeus do período Moderno: Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz ou ainda Terra dos Papagaios. Certamente, o que veio a ser chamado em 1500 de Terra de Vera Cruz havia de ter recebido outros nomes, segundo diferentes expressões vindas de culturas ameríndias, sobre as quais provavelmente pouco sabemos. O que se conhece é Pindorama ou Pindoretama. Etimologicamente, segundo Teodoro Sampaio, a palavra é Tupi; Pindorama ou Pindoretama significa a região das palmeiras, nome que populações ando-peruanas e populações pampianas indígenas dão ao Brasil¹⁸. O litoral deste lugar era então constituído pelos espaços indígenas organizados e adaptados à circunstâncias ambientais. Pindorama estava dividida em territórios indígenas diferentes predominando na costa aldeias com populações tupi.

Ela foi então alvo do olhar investigativo de navegadores, comerciantes, nobres e cientistas italianos, espanhóis, franceses, alemães, holandeses, ingleses, judeus, marranos, portugueses e outros. Muitos mundos também com eles foram introduzidos: paisagens africanas e orientais. E aqui estamos falando da maneira pela qual os homens modelam a natureza ou uma nova paisagem, a fim de responder às suas necessidades, sejam elas espirituais ou materiais.

O que sabemos deste lugar no século XVI, do seu início principalmente, deve-se a alguma literatura, às cartas que foram escritas pelos escrivãos das armadas, pelos jesuítas, por visitantes/observadores que se demoravam pouco e, mais recentemente, à documentação

¹⁸ Houaiss, Antonio. Dicionário da Língua Portuguesa- verbete Pindorama, Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2001. p. 2214.

manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Deste acervo, destacamos as primeiras ordens, os primeiros documentos administrativos que dizem respeito ao pagamento das autoridades que aqui estavam e que deveriam garantir a presença desse Portugal-comercial, dos interesses de comerciantes e nobres que nem sempre estiveram presente em Pindorama; são contratos, negócios relativos às conquistas para o norte, mantimentos, armas, construção de fortalezas, normas para comercialização das fazendas e dos açúcares, normas para evitar o contrabando, arrendamento e contrato do pau-brasil; quase um século depois aparecem os autos de devassas sobre negócios escusos e sentenças do Tribunal de Relação da Bahia sobre pequenas causas, pagamento de impostos, entre outros.

As primeiras notícias sobre Pindorama fazem parte de uma nova safra de textos portugueses, produção esta influenciada por crônicas medievais ricas em personagens e passagens da história de Portugal, como as que se referem à conquista de territórios no Norte da África ocupados por muçulmanos. Um dos primeiros cronistas portugueses foi Fernão Lopes (1380/± 1460). Ele teria ocupado o cargo de secretário da corte e de diretor do Arquivo Nacional (Torre do Tombo). Suas crônicas são consideradas de estilo muito peculiar e rico em detalhes. Diálogos, músicas e lendas recheiam seus escritos sobre os reis D. Pedro, D. Fernando e D. João I. Não se sabe sobre a totalidade da sua obra, mas teria influenciado Raul de Pina (1440-1529?), cronista da vida dos reis João II, Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III, D. Dinis, Afonso IV, D. Duarte e Afonso V.

Dos textos produzidos nos primeiros trinta anos sobre a América portuguesa, muitos ter-se-ão perdido. Da primeira viagem de Cabral, três documentos – as cartas de Caminha, do físico João Farás, e a do piloto anônimo, fazem referência a uma realidade concreta mas, também, a uma outra imaginária, que povoava os desejos e as mentes dos europeus renascentistas. Assim como o médico e físico João Farás, que, ao se entender com os índios sobre esta terra por acenos, compreendeu que “esta era ilha, e que eram quatro, e que de outra

ilha vem aqui almadias a pelejar com eles e os levam cativos...”,¹⁹ também Colombo, como primeira testemunha oficial da América hispânica, chegou a afirmar aquilo que desejava ou esperava encontrar: ser a ilha de Cuba, Catai, termo designado na época para referir-se a China, e à sua população asiática.

Portanto, comparar os estilos encontrados nas cartas de Caminha e na do Mestre João com a crônica portuguesa do final do século XV e início do século XVI, época do renascimento italiano, inclui mencionar que nelas encontram-se descrições breves sobre feitos e ou personagens, dando destaque aos feitos heróicos, como os encontrados nas crônicas de Fernão Lopes, e também aos feitos aristocráticos encontrados nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara ou Azurarah.

Estas cartas, assim como as crônicas e outros documentos produzidos ao longo dos séculos XIV, XV e XVI, tinham o objetivo maior de informar ao rei sobre procedimentos técnico-científicos e políticos ligados às navegações portuguesas em torno da expansão comercial lusitana. As cartas, mais do que as crônicas, funcionaram como documento-testemunho sobre sucessos e insucessos decorridos no desenrolar das explorações marítimas e comerciais. Foram escritas na primeira pessoa, e fazem hoje parte de um acervo de fontes primárias referentes ao contato entre diferentes sociedades juntamente com atlas geográficos, gravuras, iluminuras, cartas náuticas, livros e objetos.

Ao contrário do diário de Colombo, trabalhado por Las Casas entre outras re-interpretações, à Carta do Mestre João e a de Caminha não foi atribuído nenhum trabalho de interpretação até o século XVIII²⁰.

¹⁹ Trecho da carta do mestre João Faras. In Amado, Janaina e Figueiredo, Luiz Carlos. *Brasil 1500-Quarenta Documentos*. Editora UNB/Imprensa Oficial de São Paulo, São Paulo, 2001. p.125.

²⁰ Como consta no trabalho *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, de Jaime Cortesão, livro publicado em 1922, em Lisboa, pela livraria Aillaud e Bertrand. Primeira obra historiográfica de Jaime Cortesão que integrou a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, cuja direção e coordenação pertenceu a Carlos Malheiro Dias.

De Caminha, não se conhece outros escritos além da famosa carta a que muitos se referem como sendo a carta de batismo do Brasil português. A carta de Caminha, assim como a do Mestre João, circulou, provavelmente, em espaços privados, e deve ter sido lida por poucas pessoas da corte portuguesa. A corte detinha segredos e apoiava atividades científicas através de incentivo e financiamento de estudos na área da física, matemática, das técnicas náuticas e dos conhecimentos geográficos.

“Ao contrário dos portugueses, os espanhóis sempre fizeram alarde dos seus descobrimentos e a notícia de que Colombo chegou à América cai como uma bomba nos meios político-científicos do ocidente. Imediatamente a política de segredos de Portugal foi abandonada e o Rei D. João II parte para a denúncia de que estas terras podem ser conhecidas dos portugueses. Portugal, para se precaver contra os espanhóis, dá sinais aos franceses que uma política agressiva deles no norte da África seria bem vinda, se essas ações se colocassem em oposição aos interesses espanhóis naquela região. Já tendo a confirmação do Tratado de Windsor com a Inglaterra, Portugal investe contra a viagem de Colombo acusando-o de haver chegado às terras portuguesas”.²¹

A política de segredos quase levava, então, à perda de terras aportadas no Atlântico abaixo da linha do equador, que em mapas antigos estariam registradas em lugar oposto à costa ocidental africana como na carta de Andréa de Bianco, de 1436, onde a ilha Brasil aparece como uma ilha do arquipélago dos Açores e na carta de Bartolomeu Parcto de meados do século XV, onde aparecem duas ilhas Brasil, uma no arquipélago dos Açores, e a outra a oeste da Irlanda²². Sob pressão da corte portuguesa, a Bula Inter Coetera é revisada em 1493, e um acordo melhor para Portugal foi conseguido através do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494.

²¹ Barbosa, Socorro Ferraz, cf. p. 48.

²² Fonseca, Luís Adão da. De Vasco a Cabral. EDUSC. Bauru, 2001. p. 126.

Segundo informações contidas na carta do Mestre João, físico e cirurgião da corte do rei D. João II, o que viria a ser o Brasil, séculos depois, já estaria registrado também em mapa mundi do século XV, conforme cita o Mestre João em sua carta escrita em Vera Cruz, a primeiro de maio de 1500: “Quanto, señor, al sytyo desta tierra, mande Vosa Alteza traer um napamundj que tjene Pero Vaaz Bisagudo, e por ay podrra ver Vosa Alteza el sytyo desta tierra; em pero, aquel napamundj non certifica esta tierra ser habytada, o no. Es napamundj antjguo; e ally fallara Vosa Alteza escripta tanbyen la Mina.”²³

A carta do mestre João e a de Caminha descrevem espaços como quisera ler paisagens e mapas para orientar o Rei quanto à sua localização. Como um dos objetivos das viagens ultramarinas era conhecer e explorar novas áreas que servissem para expansão comercial, fazia-se necessário incluir nas expedições também cartógrafos, físicos e comerciantes, como nos confirma Caminha em sua carta.

Na qualidade de escrivão da esquadra de Cabral, Pero Vaz de Caminha descreve a terra que deu o nome de Terra de Vera Cruz como um mundo “maravilhoso”, e volta-se para textos antigos comparando-a com o paraíso perdido pelos homens, cheios de desejos e cobiça. Em torno das maravilhas reveladas por ele estão a mata atlântica, nativos, e alguns acidentes geográficos associados a paisagens e imagens simbólicas como a de Adão e Eva no Paraíso. Ao contrário de Caminha, Mestre João não diz ser a terra povoada, mas, também não afirma ser ela desabitada, apenas descreve que ela era grande demais para ser uma ilha.

O maravilhoso, usado como um critério de diferenciação cultural, tenta fazer uma ligação entre o olhar daquele que descreve através da narração, o seu público e o mundo explorado, cuja categoria de análise utilizada passa a ser a da semelhança. Assim, querendo descrever a face dos nativos, Caminha os descreve fazendo comparações físicas a outros

²³ Ver em Os Primeiros 14 Documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral, editados por Joaquim Romero Magalhães e Suzana Münch Miranda. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Institutos dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, 1999. p.91/92.

européus. Baseados em confrontações, os narradores chegam a fazer sobreposições e conclusões como a que segue no trecho da carta de Caminha citado abaixo:

“Uma daquelas moças era toda tinta daquela tintura, de fundo a cima, daquela tintura, a qual, certo, era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha, que ela não tinha, (era) tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra - vendo-lhes tais feições - faria vergonha, por não terem as suas como ela”.²⁴

As ações de sobreposição que se apresentam ao longo das duas cartas, na de Caminha e na do Mestre João, usam do patrimônio individual do imaginário da época para descrever um mundo real, embora dessemelhante.

Como o objetivo era chegar à Índia, desejosos, apesar de imprecisos, os hispânicos chamaram os nativos da atual América Central de índios. E como se a procura fosse mais importante do que o “achamento”, os espanhóis não perceberam a terra e as gentes por não interessar conhecer, e sim adquirir riquezas, prestígio e títulos de nobreza, o que veio a acontecer com Colombo após sua viagem à América. Ao contrário, Caminha e Mestre João referem-se às terras novas e Caminha às gentes novas, diferentes das conhecidas por Vasco da Gama, Paulo da Gama e Nicolau Coelho em viagem às Índias em 1497 com chegada a Calicut em 22 de maio de 1598.

As navegações e o desenvolvimento do comércio entre os europeus interligaram muito mais do que apenas regiões. Os contatos da corte portuguesa através de seus diplomatas com outras cortes eram de muita importância pelo simples fato dos negócios se constituírem um complicado jogo de perdas e ganhos. Raul de Pina, português, diplomata em Castela e depois em Roma, desenvolveu uma aproximação, se não necessária, certamente útil para a negociação do direito de conquistar possessões de ilhas ou terras situadas no Atlântico.

²⁴ Transcrição de trecho da carta de Pero Vaz de Caminha in Amado, Janaina e Figueiredo, Luiz Carlos. Brasil 1500-Quarenta Documentos. Editora UNB/Imprensa Oficial de São Paulo, São Paulo, 2001. p.90.

A presença de estrangeiros nas cortes e nas negociações com o oriente era aceita e fazia parte das relações político-econômicas da época. No ano de 1500, Lisboa se transformou em uma cidade maior e mais importante do que até então fora. As viagens pelo Atlântico e a ampliação do comércio a alargaria e a redimensionaria segundo obras realizadas a mando do Rei D. Manuel I²⁵. As mercadorias demandariam espaço para armazenamento e comercialização, e as viagens, estaleiros para reparos e fabricação de embarcações, devido à quantidade de frotas em movimento. As muitas mudanças físicas de Lisboa demonstram o nascimento de um tempo novo em que a cidade reflete os homens e suas necessidades renascentistas.

Caminha mostra-se, desde o primeiro momento, mais um humanista do que um escrivão. Suas palavras vão incentivar uma nova literatura que nascia com Sá de Miranda em 1527. As cartas de Mestre João e a de Caminha, escritas de terras do Atlântico sul, vão conectar e até mesmo separar e alimentar pensamentos e desejos. Elas revelam nas suas imprecisões, lacunas e silêncios que numa relação imediata não daria lucros econômicos.

São, contudo, dois textos diferentes que abrem caminho para interpretações. Nascidos fora do mundo europeu eles dirigiam-se a ele, no que se refere ao centro do poder, e revelaram um mundo partido então em três, onde a terceira parte, em silêncio, pouco podia se fazer entender e não teve forças suficientes para se defender.

Nas cartas, a literatura se mistura à geografia e juntamente com as duas nascia uma cartografia européia sobre o que veio a se chamar de América. A complexidade de informações nelas contidas, ganharam aos poucos imagens que vieram a compor gravuras, portulanos grandes, planisférios, atlas e livros ilustrados. Muitas informações e muitos veículos chamam atenção pela beleza e valor informativo neles contidos, como se vê no planisfério homônimo português, dito de Cantino de 1502, e o Atlas Universal de Sebastião

²⁵ D. Manuel I, o Venturoso, reinou entre 1495-1521.

Lopes, C.1565. A palavra 'parecer' foi muito usada, para tentar explicar o que se fazia reconhecer e que por isso parecia ser.

O confronto entre europeus e nativos levaram ambos os lados a ponderar suas impressões. No ato de ponderar, os autores fazem representações de si mesmos e do mundo. Quanto aos indígenas, possivelmente poucos tiveram a possibilidade de compreender o que estava se passando. A imagem de homens e barcos estranhos deve ter ficado para muitos como uma visão associada ao mundo dos seres fantásticos. Ela entra, portanto, mais lentamente na realidade nativa, pois eram visitas curtas e temporárias, como as expedições, imagens que demoravam a se repetir.

As cartas, ao contrário das crônicas, falam ainda de narradores como pessoas que pedem favores e deixam registradas suas relações pessoais com aqueles a quem elas são dirigidas. Nelas, a relação emissor-receptor fica clara. A visão da lugar à imaginação, de uma visão fazem-se outras imagens e outros sonhos. Ao contrário do Mestre João que descreve mais sobre os conhecimentos ligados às técnicas náuticas do que sobre a paisagem, Caminha elegeu descrever o que havia de mais difícil, o que não tinha ainda nenhum sistema de classificação, os homens, a flora e os animais daquele lugar.

Nas circunstâncias em que ele viu os nativos, seu texto os trata como povos sem guerra, pacíficos, sem religião, sem governo, inocentes, obedientes e bons como as crianças. Para ele, não havia ali lugar para negociação nem para guerra de conquista por não haver nada além de terras boas para futuras plantações. Os indígenas viviam em harmonia, próximos da perfeição existente no paraíso das antigas escrituras; logo, o homem europeu como ele, Caminha, era um ser decadente, com maldades, sem beleza, sem inocência como a beleza inocente das nativas.

Escritas durante as grandes navegações, as cartas constituem uma literatura à parte e revelam quanto foram importantes as descobertas científicas, e talvez reunidas, elas representem um dos maiores registros dos avanços técnico-científicos já ocorridos para a

humanidade. Animados pela ciência e pela fé, os autores, Caminha e Mestre João, fizeram parte de um processo de busca de algum tipo de felicidade que claramente aparece no texto de Caminha, perdido entre crianças e nativos inocentes.

3.2. Nova Lusitânia : Sesmarias, Engenhos e Fazendas.

“A co-presença ensina aos homens a diferença”.

Milton Santos²³⁷

Em mapas do século XVI publicados na *Portugaliae Monumenta Cartographica*²³⁸ terras da América aparecem registradas por um importante grupo de cartógrafos portugueses. Entre estes, destacam-se Pedro Reinel, Jorge Reinel, Diogo Ribeiro e Gaspar Viegas, que prestaram seus serviços a coroa portuguesa dando forma através de desenhos às terras que foram sendo conquistadas. Neste trabalho de mapeamento da costa brasileira pode ser observado relações entre pontos geográficos da América, Europa, África e Ásia com os quais os navegadores orientavam-se durante suas viagens. São mapas e cartas náuticas que completam a documentação manuscrita sobre o período e nos informam sobre o avanço das conquistas e descobertas. Dos primeiros contatos e desenhos cartográficos do século XVI percebe-se a conquista dos territórios indígenas do litoral para a implantação do sistema colonial organizado através de um conjunto de capitânicas idealizadas para dar início ao processo de exploração na nova terra, que já no século XVI, no mapa dito de Cantino de ca.

²³⁷ Santos, Milton. Op. Cit. P. 83.

²³⁸ Cortesão, Jaime. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1960.

Posterirmente, o termo Brasil aparece assinalado no mapa anônimo atribuído a Jorge Reinel de 1519.²⁹

Cada território que veio a construir uma capitania colonial portuguesa na América passou, por direito adquirido, a ser controlado por donatários representantes da coroa. Reguladores e administradores das leis e das punições a serem exercidas com rigor. As Capitânicas como doações régias foram objetos de muitos estudos. Tanto do ponto de vista jurídico, administrativo-político, como também da perspectiva econômica e social. Estudos recentes de Antonio Vasconcelos de Saldanha,³⁰ possibilita a compreensão da gênese, desenvolvimento e extinção desse instrumento jurídico, ele destaca que *“toda a questão das capitânicas respeita fundamentalmente a uma dispersão de bens da coroa, de direitos inerentes à soberania real.”*³¹

Os bens reais referidos e os direitos inerentes a estes, pressupõe a idéia de um domínio anterior à própria aquisição do bem. No momento em que o Rei faz a doação, dispensa parte dos bens da Coroa e transfere direitos aos súditos. Esta fórmula patrocinou o sistema de colonização, a partir do século XV e foi sendo aperfeiçoada. As concessões feitas aos donatários para as Ilhas Atlânticas não foram as mesmas que para a capitania de Pernambuco, nem mesmo para as demais. Segundo Paulo Marêa³² estas doações foram equivalentes às concessões feudais, pois há de se considerar a capitania como território do reino português e, no momento em que há uma doação é transferido para o donatário um domínio útil. O Rei continuará com o domínio eminente, podendo, a qualquer momento, de acordo com a

²⁹ Id. *ibde*.

³⁰ Saldanha, Antonio de Vasconcelos. *As Capitânicas do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno Atlântico*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

³¹ *Op. cit.* p. 43.

³² Citado por Saldanha à p. 44. In: *A Solução Tradicional da Colonização do Brasil, História da Colonização Portuguesa*, Vol. II, p. 167.

legislação, retomar o seu bem. Para tanto, baseava-se nos diplomas pontifícios e no princípios do Direito Agrário do próprio Reino.

A concessão da Capitania não significava a concessão do território. A finalidade desta forma de doação era a ocupação e povoação das terras do litoral e do interior, através do cultivo de produtos que encontrassem mercado. Entretanto, no início da colonização a agricultura de subsistência também foi muito importante. Além do açúcar, há outros produtos, dos quais o Rei e o Donatário podem extrair rendas das quais parte caíam direto nos cofres do Rei e do Capitão Donatário.³³ Portanto, Saldanha refere-se à natureza das doações do tipo capitania como remuneratória mas, destaca que *“os bens públicos, senão estão em seu domínio e propriedade, estão certamente em seu império e administração; eis porque bem poderá dispor deles para o bem comum da nação, que resulta da justa e necessária distribuição dos prêmios”*.³⁴

Este autor ainda faz referências importantes a este tipo de doação, mostrando que se enquadra na Lei Mental, da qual decorriam alguns princípios:

- As doações jamais perdiam sua natureza de bem real, portanto o Donatário não a retinha como domínio absoluto.
- A sucessão na recepção da doação não advinha por direito de sangue, mas porque este direito estava expresso no título de doação.
- Estas doações não significavam a perpetuidade do direito do donatário. Sempre estiveram sujeitas à confirmação por sucessão – de donatário a donatário e de Rei a Rei. Em qualquer circunstância, positiva ou negativa, o Rei se baseava em ‘Razões de Estado’.

³³ ~~_____~~ _____ de metais, pedras ou perlas, o monopólio do pau-
brasil, especiarias, drogas, o dízimo do pescado, as rendas percebidas pelos alcaides-mores e as pensões devidas
aos capitães quer pelos tabeliões quer por direitos de passagem taxadas pelas Câmaras, e o serviço de guerra
devido aos capitães pelos moradores.

³⁴ Op.cit.p. 56.

As doações feitas pelo rei, não só como tal, senão como governador e perpétuo administrador da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Cristo, foram consideradas válidas, apesar de não estarem em consonância com as leis em vigor no Reino e principalmente com a Lei Mental³⁵ (ord. Do Reino, liv. 2º tit. 35) diz Varnhagem³⁶ em oposição a Saldanha. Elas eram hereditárias, contudo, necessitavam de confirmação régia. As capitânicas eram indivisíveis e seriam transmitidas sucessoriamente aos legítimos, nos ascendentes e transversais, aos bastardos e até às mulheres, segundo Varnhagem. Apesar em caso de traição esta cadeia seria rompida, ou por outra razão – a de estado – e, nesse caso, o Rei saberia o momento de utilizá-la.

Antonio Vasconcelos de Saldanha dá outra interpretação: *“o regime sucessório das capitânicas funda-se, em princípio, na existência de descendência direta, legítima, varonil, sem admissão de transversais. A não verificação de qualquer destes requisitos tinha como pura e simples consequência a reversão dos bens à Coroa, segundo o dispositivo da lei mental.”*³⁷

As cartas de doação não foram as mesmas para os territórios africanos e para o território do Brasil. Como instrumentos jurídicos foram sendo aperfeiçoados.³⁸ As cartas de doação do Brasil são semelhantes entre si, em relação ao complexo jurídico que elas

³⁵ A Lei Mental foi proclamada por D. Duarte, filho do Mestre de Aviz, quando àquele Rei desejou modificar privilégios senhoriais. Como não se achava explicitada entre as Leis que constituíam as ordenações do Reino, D. Duarte atribuiu uma categoria mental às novas leis, ou seja, elas existiam anteriormente na mente do Mestre de Aviz.

³⁶ Varnhagen, F. A. História Geral Do Brasil Antes Da Sua Separação De Portugal. [1854]. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p.150-152.

³⁷ Saldanha, op. cit. p. 57.

³⁸ As primeiras capitânicas, a de Madrico em 1440, Porto Santo, 1446 e do Funchal em 1450, foram transmitidas de forma muito simples. O termo “dou carrego” segundo Saldanha é o que significa a transmissão. Ver Saldanha, op.cit. p.68.

encerram, mudando apenas os nomes dos donatários.³⁹ Os territórios doados tinham diferentes dimensões e pela cartografia podemos observar que em princípio, os acidentes geográficos e ou a ocupação indígena foram obstáculos respeitados na divisão delas.

Os forais⁴⁰ complementam as cartas doações e incorporam o conjunto de diplomas. No entanto, as cartas de doação são de natureza diversa da dos forais. Elas tocam assuntos de jurisdição territorial, de identificação e de nomeação do território respectivo, o que ocorreu com detalhamento apenas na carta de doação da Baía de Todos os Santos. Nas demais, as demarcações são assinaladas tomando-se como referência acidentes geográficos existentes nas confrontações das capitânicas doadas entre donatários. Em geral, as demarcações foram imprecisas, tinham a leste, o mar e a oeste um ponto designado como limite de 'minha

³⁹ Citados, por vários autores, os direitos e deveres dos donatários – exemplo: Varnhagem, M. Bigote Chorão, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., foram iguais. Deles fazemos um resumo dos mais praticados na colônia:

- O donatário teria o título de capitão e governador da Capitania.
- A sua posição abrangia de dez a dezesseis léguas de extensão de terra na costa e de extensão de terra para o interior mais ou menos sessenta léguas.
- O donatário distribuía sesmarias, aos que pedissem e fossem cristãos, baseando-se nas leis do Reino.
- Escravizar gentios para o seu serviço e o serviço de navios.
- Prear 39 índios por ano e mandar revende-los em Lisboa, sem pagamento de impostos.
- Criar Vilar e nomear para governá-las alcaides ou militares, como também os ouvidores, meirinhos e outros oficiais da justiça.
- O direito das barcas de passagem dos rios.
- O dízimo do quinto dos metais e pedras preciosas.
- O monopólio das marinhas, moendas de água e outros engenhos.
- A vintena de todo o pescado.
- Alçada, sem apelação, nem agravo em causas crimes e até morte natural para gente simples, escrava e gentios.

⁴⁰ Entre agosto de 1534 e fevereiro de 1536 foram doados 12 forais que acompanhavam às doações das capitânicas. Todos podem ser encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chancelarias Reais, com exceção do que se refere à Capitania doada a Fernandes Álvares de Andrade. Comparar a Saldanha. Op.cit. p.

conquista', o que dilatava o limite disposto no Tratado de Tordesilhas que remetia às terras situadas à 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde.⁴¹

As demarcações foram feitas tomando-se por base acidentes geográficos e limites de terras doadas a outros donatário, o que ao analisar o caso da capitania de Pernambuco nos parece corresponder a antigos marcos e limites territoriais indígenas que, por sua vez, também, utilizam os acidentes geográficos, entre outros elementos, para a construção de suas fronteiras. Esta observação parece ser válida para outras partes do litoral, onde outras populações nativas mantiveram sua fronteira, como é o caso das terras dos Tupinambás que se situavam dentro das demarcações da capitania da Bahia de Todos os Santos.

Composto, portanto, por oito registros de doações e nove forais, este conjunto documental, sem contar com a Bahia que pertencia à Coroa, não traz informações sobre as diferentes populações indígenas. Para a preparação dos forais os desembargadores levaram em conta algumas informações colhidas durante expedições 'in loco'. Nos forais estão fixados os direitos, os foros e os tributos devidos ao Rei, à Ordem de Cristo e ao Senhor da terra. Com base na Bula de Júlio II 'Sincerae devotionis affectus' de 1506, a Ordem de Cristo ficou recebendo os dízimos das terras colonizadas, pagos a D. Manuel I e seus sucessores, por trinta anos e correspondiam aos dízimos cobrados sobre as terras incultas fora do reino.⁴² Os dízimos arrecadados eram repartidos a critério do rei entre os cavaleiros da Ordem de Cristo. As capitanias constavam na bula papal como terras incultas, dadas de sesmarias. No foral, e nas cartas de doação não constam direitos e deveres atribuídos aos nativos, ao contrário, neles estavam as bases para a expansão do poderio colonial português, sendo os fundamentos para

⁴¹ Chorão, Maria José Bigote. Doações das Capitanias do Brasil – 1534-1536. Estudo e Documentos, n° 3. Institutos dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ministério das Cultura, Assembléia da república, Lisboa, 1999, p. 5-7.

⁴² Torre do Tombo, Bulas, maço 30, n° 16.

os parâmetros que iriam regularizar questões fundiárias da região litorânea e posteriormente dos sertões do Nordeste.

Durante as ações de instalação dos núcleos populacionais da capitania Nova Lusitânia, representantes da coroa arrogavam legitimidade para exercer o domínio sobre os territórios indígenas, estabelecendo a efetivação de interesses econômicos e políticos de sustentação do sistema colonial. Na opinião de Varnhagem⁴³ a Coroa prometia ao donatário uma gama de liberdades tais como a não entrada nas capitanias dos corregedores, com alçada de nenhuma natureza e nem o donatário seria sentenciado sem ser ouvido; isto equivalia, segundo o autor, a uma concessão dos direitos majestáticos. Todos esses benefícios eram dados para evitar a presença de estrangeiros em terras do Brasil.

Entretanto é preciso lembrar que as doações faziam parte de uma lei geral, mas os forais que se baseavam nas doações eram particularizados. Cada capitania recebeu a sua carta de foral. Esses documentos jurídicos vistos ao longo da história e por vários historiadores como um pacto entre o Rei e o Donatário, definiam *“as condições não apenas de assentamento, mas de exploração dos recursos naturais de toda a capitania, que pela generalidade dos moradores que por um em particular, o próprio capitão-governador”*.⁴⁴ Este ‘pacto’ possivelmente implicava em deveres dos sesmeiros para com os donatários. Em caso de guerra deveriam, os sesmeiros, acudir o donatário, por exemplo.

Apesar da Coroa ter, em diversas ocasiões, aplicado a Lei Mental, em Cabo Verde no século XVI, nas ilhas do Faial, também no XVI e na capitania da Paraíba no século XVIII,⁴⁵ o comportamento em relação à capitania de Pernambuco não foi exemplar em relação ao geral. Também não atende completamente ao que informa Varnhagem,⁴⁶ sobre a sucessão. Vejamos

⁴³ Varnhagen, Francisco Adolfo de. Op. cit.p.151.

⁴⁴ Saldanha, A. V.Op.cit. p 76.

⁴⁵ Comparar a Varnhagem, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 151.

⁴⁶ Saldanha, A V.Op. cit. p. 134-135.

os fatos, com base em Frei Vicente Salvador e José Antonio Gonsálves de Mello. “*Duarte Coelho Pereira vem a falecer em Lisboa, provavelmente em agosto de 1535, ... Na ausência de Duarte Coelho, ficou a capitania de Pernambuco entregue ao governo de sua mulher, Dona Brites de Albuquerque, no que era auxiliada de perto pelo seu irmão Jerônimo de Albuquerque que segundo Frei Vicente Salvador por ter muitos filhos dos principais [chefes índios] os tratava com respeito*”.⁴⁷ Logo, neste caso temos uma mulher que vai dirigir a capitania até seu filho ter idade suficiente para ser confirmado como novo donatário e de um certo modo transversal, se não de direito e sim de fato, Jerônimo de Albuquerque, auxiliando na governança desta senhora.

Outra informação que nos dá José Antônio Gonsálves de Mello e Cleonir Xavier Albuquerque faz-nos pensar sobre a tão exigente descendência legítima: o primeiro capitão-mor da capitania do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque Maranhão⁴⁸ é filho de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, com D. Maria do Espírito Santo, nativa da tribo dos *Tabajaras*, portanto não é da linha direta e nem é filho legítimo, dentro dos princípios das Leis do Reino. Em algumas ocasiões a capitania de Pernambuco fugiu às regras das ordenações do Reino ou mesmo dos novos rearranjos administrativos. Quando o Rei instituiu o Governo Geral no Brasil. Não foram incomuns as pelegas jurídicas e de autoridade entre o Rei e os donatários da capitania de Pernambuco. Com o primeiro, Duarte Coelho reagiu a visita que lhe faria o primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza com a finalidade de inspecionar as atividades da Capitania. A instalação do Governo Geral corporificava aquele poder eminente, especialmente tão longe dos donatários.

Os primeiros assentamentos portugueses na capitania de Pernambuco foram iniciados a partir de feitorias estabelecidas no litoral onde realizaram-se os primeiros contatos com

⁴⁷ Mello, J. A. G. e Albuquerque, C. X. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Editora Massagana, Recife, p. 7.

⁴⁸ Jerônimo de Albuquerque teve com sua mulher legítima Filipa de Melo onze filhos e oito com nativa Maria do Espírito Santo e cinco com outras mulheres. Veja Mello, J. A. G. e Albuquerque, C. X., *Op. cit.* p. 9.

nativos e com eles trocas de 'presentes' e mercadorias e as primeiras observações sobre a terra a ser conquistada. Entre os artigos usados para as trocas por parte de portugueses entre outros europeus cita-se espelhos, contas de vidro, tecidos, facas e roupas como escrito no documento conhecido como 'Relação do Piloto Anônimo'.⁴⁹

Os produtos nativos para uso nos assentamentos portugueses foram de diferentes serventia. Para a culinária, por exemplo, apareceram a cerâmica, as farinhas de mandioca e a das diferentes castanhas como a de caju, entre outros produtos. A cerâmica indígena, encontrada em escavações realizadas no Litoral Sul do canal de Santa Cruz, região, na época, de fronteira entre as capitanias de Pernambuco e a de Itamaracá,⁵⁰ apresentou-se neste sítio arqueológico em contato com cerâmicas trazidas por portugueses. Com base em estudo comparativo sobre a presença de cerâmicas nativas e européias neste sítio há hipótese de que o local tenha sido utilizado para trocas de mercadorias e, portanto, de encontros de culturas, nativas e a portuguesa. As camadas escavadas demonstradas no gráfico I indicam presença de cerâmica indígena em todas as camadas mas, principalmente, na camada mais profunda; entretanto ao se aproximar da superfície da escavação verifica-se seu decréscimo. Seu volume comparado a cerâmica portuguesas e ou européia, também verificado nas quatro etapas, aparece maior na primeira etapa, o que demonstra sua importância no período inicial de contato euro-indígena e diminui progressivamente nas etapas seguintes.⁵¹

⁴⁹ A Relação do Piloto Anônimo esta publicada com o título de Relação do português Anônimo em Janaina Amado e Luiz Carlos Figueiredo. Brasil 1500 Quarenta Documentos. Imprensa Oficial e editora UNB, 2001. p. 131-141.

⁵⁰ Albuquerque, Marcos. Contato Euro-Indígena no Nordeste do Brasil. Um estudo Arqueológico. Dissertação de mestrado defendida no mestrado em História da UFPE, RECIFE, 1984. O autor realizou escavações nesses sítios e classificou a cerâmica indígena em 03 tipos: Itamaracá, Itapissuma e Igarassu.

⁵¹ Op. cit. p. 133.

Gráfico da Cerâmica Indígena e Colonial

Etapas	Cerâmica Indígena	Cerâmica Colonial	Cerâmica não classificada
4ª etapa	X	XXXX	
3ª etapa	XX	XXX	X
2ª etapa	XXX	XXX	
1ª etapa	XXXX	XX	X

Tabela segundo dados apresentados por Marcos Albuquerque in: *Contato Euro-indígena no Nordeste do Brasil – Um estudo Arqueológico*.

Mestrado em História – UFPE – Recife, 1984.

A transformação da experiência da Ilha da Madeira para o Brasil foi segura em relação as técnicas agrícolas do plantio da cana-de-açúcar e sua inserção no mercado internacional; entretanto, era inteiramente nova a experiência de fundar uma colônia de plantação em um território ocupado. As ilhas atlânticas não tinham população antes da chegada dos portugueses. Ao contrário do que ocorria em terras brasileiras. O território pretendido pelos portugueses já estava ocupado pelos indígenas, que aí viviam, caçavam, plantavam, coletavam e guerreavam com outros nativos, inclusive por território. A instalação da Nova Lusitana, portanto, vai se dar dentro de uma perspectiva de ‘limpar o espaço’, pois os portugueses vão pretender ocupar o mesmo território já ocupado pelos indígenas. Para tanto, a ocupação dar-se-á de forma militar, através da guerra, com expropriação e destruição de grande parte das nações indígenas. Os acordos militares com algumas nações também farão parte da dominação, assim com o trabalho missionário dos religiosos.

Duarte Coelho, “um soldado da fortuna”, assim era chamado por seus companheiros. Chegou a Pernambuco em 9 de março de 1535. Em sua primeira carta ao Rei, enviada de Olinda e datada de 27 de abril de 1542, logo dá contas das providências que tem tomado para que o negócio venha a dar certo e responde sobre o ouro, dizendo que nunca deixou de perguntar sobre a existência do mesmo e acha que está no caminho de encontrar.

Para chegar lá, “há de passar por três nações de muita perversa e besital gente e todas contrárias umas às outras. Apenas quer fazer bem feito para não perder homens” – e cita dois exemplos: o do Rio da Prata, onde os castelhanos perderam mais de 1.000 homens e no Maranhão se perderam 700 homens.⁵²

Desenvolveu o donatário uma colônia de plantação. Além do açúcar, algodão, estimulou o cultivo de subsistência, adequando a dieta alimentar dos europeus aos da terra. A pesca, como fonte alimentar foi também aproveitada e a da criação de gado para a força motriz, necessária aos engenhos ou como fonte de alimento, foi recomendada. A capitania prosperou à custa de muito trabalho e capital empregado. A cana-de-açúcar dominou a paisagem e dentro de alguns anos após sua fundação há um número de engenhos moendo e produzindo açúcar: em 1570, Gândaro afirma que já haviam 23 engenhos; em 1583 Fernão Cardin informa sobre 66 engenhos e em 1608, Campos Moreno confirma 77 engenhos.⁵³

A viagem que Duarte Coelho se refere realizou-se entre 1521/25. “Duarte Coelho, entretanto, enganou-se ao supor castelhana a tropa que acompanhava Garcia ... Garcia estava acompanhado de 04 companheiros europeus e um grande contingente de indígenas”. A notícia dessa expedição já era conhecida em Pernambuco em 1526, quando por aqui passou João Caboto. Com relação ao Maranhão, o historiador J. A. Gonsálves de Mello diz que Duarte Coelho se referia à expedição de 12 navios que vieram de Lisboa sob o comando de Aires da Cunha para povoar a capitania de João de Barros. Em 1535 esta expedição chegou a Pernambuco e foi Duarte Coelho quem indicou aos comandantes haver no rio Marañou uma grande quantidade de ouro. Foi um malogro esta expedição e morreram muitos participantes, inclusive o chefe.⁵⁴

⁵² Comparar a Gonsálves de Mello, J. A. Cartas a El Rei, p. 124.

⁵³ Citado por Leonardo Dantas Silva no Prefácio das Cartas de Duarte Coelho a El Rei de J. A. G. de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque.

⁵⁴ Gonsálves de Mello, J. A. Cartas a El Rei, p. 126.

É curioso observar a organização da colônia de plantação no seu início, mas, é bom lembrar que em 1516, um alvará de D. Manoel ordenava ao feitor e oficiais da Casa da Índia que se fundasse um engenho de açúcar no Brasil, mas realçava que para ser senhor de engenho era necessário ser um homem prático, em primeiro lugar, depois deveria receber ajuda de custo, traduzida em dinheiro, mais cobre e ferro necessários e ainda machados, enxadas e todas as ferramentas exigidas para o funcionamento de um engenho. O lugar do Brasil não está mencionado no Alvará. Todavia, o fato de já existir em Itamaracá uma feitoria régia e esta ser bem próxima a Pernambuco, leva-nos a crer que foi neste lugar que o engenho foi estabelecido. Não apenas a proximidade com a feitoria faz de Pernambuco o sítio onde provavelmente se levantou o engenho. Outro fato é mais relevante: em 1526, já figura entre os produtos, que saíam de Pernambuco e Itamaracá e se dirigiam a Lisboa, o açúcar, que pagava direitos na casa da Índia, em Lisboa.⁵⁵ Outra informação, esta de Pereira da Costa, dá-nos conta que fragmento de um “roteiro português” de 1570, existente no Museu Britânico de Londres faz menção a existência de uma “*fortaleza Del Rey*” localizada na ilha de *Fernãobuco, que os indígenas denominavam de Tamanaqua*”.⁵⁶

Há várias referências da presença de portugueses em diários de viagens ou relatórios de pilotos que aportavam em Pernambuco. É o caso do piloto espanhol João Golis, que chamou de Porto de Pernambuco ao de Itamaracá e as terras firmes da outra margem do canal de Itapissuma e Marcos Luiz Ramirez narra que a armada espanhola, comandada por Sebastião Caboto, que se dirigia às Molucas, esteve em Pernambuco, onde havia uma feitoria do Rei de Portugal para o comércio do pau-brasil e Pero Lopes de Souza, no seu Diário de Navegação, em 1530, também fez referência que ao navegar nestas paragens, surgiu a sua frente o Porto de Pernambuco.⁵⁷

⁵⁵ Varnhagem. Op. cit. p. 209.

⁵⁶ Costa, Francisco A. Pereira da. Anais Pernambucanos Op. cit. Vol. I p. 86.

⁵⁷ Ver Pereira da Costa. Op. cit. vol. I, p. 87.

Outras referências da presença francesas neste litoral também são comuns: João Parmentier escreveu uma relação de viagens em 1520, onde registrou o ‘país’, os ‘índios’ e confirma a fortaleza em Pernambuco para abrigar degredados. Nesta viagem os irmãos Parmentier se apropriam de um carregamento de pau-brasil. Frei Vicente do Salvador⁵⁸ em sua narração sobre a presença francesa no litoral, também informa que na Ilha de Itamaracá os franceses teriam erigido uma fortaleza com um presidio, onde se alojavam mais de cem soldados.

Estas informações, por mais que sejam esparsas, fazem de Pernambuco, nas primeiras décadas do século XVI, um lugar conhecido dos europeus e o lugar onde havia trato com os nativos. Portanto, Duarte Coelho estava chegando em uma terra, não desconhecida e, provavelmente, com muitas informações sobre ela. A experiência de ter vivido na Índia durante vinte anos⁵⁹ e provavelmente ter obtido fortuna, pelos sucessos nas guerras em Málaca, na diplomacia na Tailândia, além de ter participado da conquista de Bitan e da ‘descoberta’ de Cochim, estabelecendo com estas cidades, rotas de comércio exclusivo para os portugueses, dá-nos a dimensão desta empresa de colonizar Pernambuco e dos lucros que adviriam dela.

Duarte Coelho usava o título de Capitão-governador da Nova Lusitânia e se dizia fidalgo da Casa de El-Rei Nosso Senhor. Esta denominação aparece no traslado do chamado Foral de Olinda de 1550. Duarte Coelho recebeu extensão e território como donatário, o maior quinhão. Em pouco tempo a capitania prosperava e a distribuição das terras se fez e se registrou em *“um livro de tombo das terras que dava, e outro da matrícula dos que se propunham a gozar dos foros de moradores da sua capitania”*.⁶⁰

⁵⁸ Frei Vicente Salvador. História do Brasil. 1500-1627. Edições Melhoramentos. p. 57.

⁵⁹ Em 1509, ingressou na Marinha Portuguesa e incorporou-se à esquadra de D. Fernando de Coutinho. In: Silva, Leonardo Dantas. Cartas de Duarte Coelho a El Rei. p. 3.

⁶⁰ Varnhagen, F. A. História Geral do Brasil. Op. cit. p. 175.

Recebeu, segundo Frei Vicente do Salvador,⁶¹ de El Rei D. João III cinquenta léguas de terra, chegando até ao rio São Francisco. Este donatário, que já havia prestado relevantes serviços ao Rei, na Índia, como já descrevemos anteriormente, desembarcou no rio Igarassu,⁶² em um sítio chamado os *Marcos*, local onde Cristóvão Jacques havia se apresentado aos índios, fundado uma feitoria e iniciado um relacionamento de trocas, principalmente para a obtenção de pau-brasil. É também o lugar onde se demarcou a fronteira entre as capitanias de Itamaracá e Pernambuco. Deste porto, saiu Duarte Coelho para conquistar terras dos nativos e fundar a Nova Lusitânia.⁶³

Duarte Coelho Pereira, veio para se estabelecer. Trouxe sua mulher, D. Brites de Albuquerque, o irmão dela, Jerônimo de Albuquerque, outros homens, animais, instrumentos para uso na agricultura, armas e cabedal. É desde logo um agente da Coroa, na colonização, mas sua posição difere de um funcionário real, como Tomé de Souza. Fundou uma colônia de agricultores com capital particular, financiamento conseguido em diversas praças da Europa, para a produção do açúcar na Nova Lusitânia. Inicia o seu projeto dentro de um empreendimento moderno. É agricultura, produção de matéria prima, a cana-de-açúcar, mas, ao mesmo tempo, manufatura, indústria, transformação de matéria prima em produto, o açúcar.

Para melhor conhecer a terra e expandir as atividades agrícolas e a produção do açúcar, Duarte Coelho transmuda, com os seus agregados dos Marcos, que era um local baixo, perto de manguezal, que diariamente inundava quando a maré aumentava, para uma região de

⁶¹ Frei Vicente salvador. Op. cit. Esta afirmação de Frei Vicente não se coaduna com as informações contidas no foral: foram 60 léguas de costa, que chegavam até o rio São Francisco.

⁶² Igarassu – termo Tupi – Yara-açu: barco grande, canoa grande. Banco de alto bordo. Segundo Teodoro Sampaio era o porto pelo qual chegavam os grandes barcos vindos da Europa.

⁶³ Ver Andrada, Manuel Correia. Pernambuco Imortal. Editado pelo jornal do Comércio, p. 10 - Recife\2001; Costa, F. A. Pereira da. Em prol da Integridade do Território de Pernambuco e dos seus limites com o estado da Bahia, Recife, Imprensa Oficial, 1918.

colinas terciárias e argilosas onde fundou uma vila chamada Cosme e Damião por conta da Igreja devotada a estes santos. Todavia, não era um aregião inabitada. Aí estavam alojados os nativos *Caetés*, que resistiram a esta ocupação. Em toda descrição ou informações dada por escrivães ou mesmo autores coesos, fica muito evidente que os sítios ocupados pelos portugueses eram já povoados pelos indígenas. A instalação da Nova Lusitânia não se inicia com relações amistosas de trocas entre gentios e portugueses, mas de conquista através da guerra. É de Hans Staden⁶⁴ uma descrição sobre a luta que estabeleceu Duarte Coelho contra os *Caetés* para se apossar da terra que hoje se denomina Igarassu; Cosme e Damião é apenas a denominação da Igreja de Igarassu, permanecendo portanto o topomínio indígena. Às vezes aparece na literatura da época a expressão Vila de Cosmo. Tanto Frei Jaboatão,⁶⁵ quanto Hans Staden nos informam que a ocupação de Igarassu por Duarte Coelho deu-se após combates violentos nos quais os nativos foram desbaratados.

Descrições de autoridades portuguesas burocráticas, do fim do século XVI, indicam que desde a Comarca de Alagoas até o Rio Grande do Norte havia um cordão de matas que continham preciosas madeiras, inclusive o pau-brasil. Aos poucos, esta faixa foi sendo desmatada e, como não é muito extensa, o clima que se avizinha é agreste, e, portanto, torna as terras também agrestes. Foi nessa região estreita que se iniciou a ocupação europeia – francesa e portuguesas – a princípio com a atividade extrativa do pau-brasil, e depois com o estabelecimento de engenhos de açúcar e da prática de outras culturas. Aos poucos o pau-brasil foi escasseando na costa e para ser encontrado era necessário adentrar algumas léguas.

Os nativos perceberam a diferença entre a feitoria de Cristóvão Jacques, por exemplo, e a instalação da Nova Lusitânia. No primeiro estabelecimento, tratou-se de buscar

⁶⁴ Staden, Hans. Op. cit. p. 87.

⁶⁵ Jaboatão, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou Crônica dos frades menores da província do Brasil* [1761]. Parte Primeira. Vol. 1 Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979; Parte primeira: Vol 2 e parte Segunda: Vol. 1, 2 e 3. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980.

o pau-brasil e outros produtos conquanto os gentios permaneciam em suas aldeias, com suas vidas normalizadas pela sua cultura e atendendo pontualmente as demandas de portugueses ou franceses. Entretanto, quando se iniciou a colonização com a instalação de um preposto do rei, seus assessores, e, principalmente, com os objetivos de se assenhorearem da terra, suas riquezas e de plantar cana-de-açúcar e produzir açúcar tornou-se necessário dominar também os nativos da terra de uma forma sistemática. A este domínio a reação do gentio será tão violenta quanto à conquista e ocupação das terras dos nativos. Processo que leva uma grande parte à escravidão.

Duarte Coelho permanece em Igarassu⁶⁶ dois anos e em seguida funda uma nova vila em um local ainda mais elevado, portanto, mais protegido dos piratas e provavelmente vai se fortalecer para, a partir desse lugar, realizar a expansão da ocupação. O lugar escolhido tem forma de acrópole e chamar-se-á Olinda. Ao deixar Igarassu, aí já funcionavam 03 engenhos de açúcar e a vila ficará sob a administração de um vianês, Afonso Gonsálves. Ocupando as colinas de Marin mais ao Sul, pelo Litoral, encontrou uma grande povoação indígena *Caeté* e usando táticas de guerra, expulsou os nativos e aí fundou a Vila de Olinda, constituindo nesse local a sede do governo da capitania.

Segundo Pereira da Costa,⁶⁷ em 31 de maio de 1535, um Alvará de D. João III permitia que condenados à pena de degredo para São Tomé e Príncipe pudessem cumpri-la no Brasil. A colônia se transformou em local de degredo de 1535 até 1722 quando a lei foi extinta. A capitania recebia muitos degredados, mas, pelo rigor do donatário, muitos fugiam e se homiziavam na capitania de Itamaracá. O donatário protestava junto ao Rei.⁶⁸

⁶⁶ Costa, F.A. Pereira da. Anais Pernambucanos. vol. I Op. cit. p. 179.

⁶⁷ Id. Ibde.

⁶⁸ Carta de Duarte Coelho dirigida ao Rei em 20/12/1546. Veja em J. A gonsalves de Mello e Cleonir Xavier. Op. cit.p. 136.

A vila de Olinda se organiza do ponto de vista militar e urbano. Por ordem do donatário foi construído um castelo-fortaleza e uma torre de pedra e cal. Em Olinda vão surgir vários logradouros: Rua dos Nobres, depois Ourives, Rua Nova. Em fins do século XVI, comenta Brandônio⁶⁹ que Olinda já apresentava uma Casa de Misericórdia e os senhores de engenho dão sinais de luxo e liberalidade.

Os engenhos de cana vão se fundando à medida que os povoadores vão recebendo as terras. Os primeiros engenhos levantados, estavam articulados com os contratos feitos em Lisboa.⁷⁰ Um deles é conhecido pelo nome de Nossa Senhora da Ajuda ou Engenho Velho. Entretanto, não será apenas com os contratos de Lisboa conseguidos através do prestígio do donatário que a colonização vai vingar. Através de um instrumento jurídico – o foral – o donatário pode fazer a distribuição de terras aos portugueses que acompanharam Duarte Coelho até Pernambuco e aos outros que chegaram depois.

As primeiras sesmarias foram distribuídas com fidalgos e gente de elevada hierarquia, que trazia suas famílias e haveres próprios, o que lhes proporcionava a fundação de engenhos de açúcar, preferencialmente. Por concessão donatarial, recebiam todos, a título de sesmarias, as terras necessárias, de propriedade perpétua, livres de pagamento de foro ou pensão e seus proprietários ainda recebiam favores régios. Essa política de distribuição de terras fazia-se para os cultivadores de cana-de-açúcar e à exploração de pau-brasil. Costa Porto⁷¹ que estudou a distribuição de sesmarias no Brasil, do ponto de vista jurídico e discutiu a distribuição de terras principalmente em Pernambuco esclarece que este instrumento foi o mais prático para o objetivo principal da coroa portuguesa – o povoamento, e, conseqüentemente, a produção. Através das sesmarias realizar-se-á a política do Reino de manutenção da posse da terra de Vera Cruz e o seu povoamento. A produção e a inclusão no

⁶⁹ Autor dos Diálogos da Grandeza do Brasil. p. 215.

⁷⁰ Pereira da Costa. Anais Pernambucanos, tomo I, Op. cit. p. 225.

⁷¹ Porto, Costa. O Sistema Sesmarial no Brasil. Editora Universidade e Brasília, Brasília, s/data.

mercado seriam conseqüências. O autor compara a distribuição de sesmarias feitas no Reino e no Brasil e conclui que havia um só ponto de convergência entre os dois sistemas: o solo sem cultivo. É verdade, em parte, sem cultivo de produtos que interessavam ao mercado, com o qual estavam os portugueses envolvidos. Mas, ocupados pelas necessidades indígenas, de transmutação, de coleta de alimentos, de regiões propícias à caça, à pesca, enfim, ocupados por uma outra forma de relação com a natureza.

As ordenações Manoelinas que fixaram no Reino o regime de sesmarias não são aplicadas *ipse litere* no Brasil. A situação era outra. A começar pelas terras que não pertenceram anteriormente a outros colonos que as abandonaram ou perderam. Também o prazo dado para o aproveitamento da terra, que em geral era de 05 anos, no Brasil “*as doações são também silenciosas no que toca à menção dos prazos de aproveitamento*”.⁷²

No caso da Capitania de Pernambuco, as sesmarias deveriam ser dadas a quaisquer pessoas que as requeressem e que tivessem um certo cabedal. Através do documento conhecido como o Foral de Olinda,⁷³ pode-se perceber que Duarte Coelho doou terras fazendo distribuição de lugares onde deveriam se estabelecer o povo, os moradores e os povoadores. Estes dois últimos grupos deveriam ocupar os aclives do monte de Olinda, aí construírem suas casas e vivendas, sem pagamento de foro e obtendo todos os direitos. Reservou-se terras comunitárias para o pasto, outra parte, nos terrenos mais baixos, para feitorias, o litoral dos arrecifes para o atracamento dos navios e as fontes e rios para a serventia da população da vila.

Uma segunda camada social, também de importância, veio para a colônia: os mercadores, os mestres de ofício, profissionais, artífices e oficiais mecânicos; gente de mar e soldados que eram os responsáveis pela defesa da praça e pelos serviços de manutenção das atividades econômicas e militares.

⁷² Saldanha, Antonio Vasconcelos de. Op. cit. p. 304.

⁷³ Por muito tempo este documento foi confundido com o Foral da Capitania de Pernambuco.

A carta de doação de D. João III em favor de Duarte Coelho faz mercê a este fidalgo de sessenta léguas de terra na costa do Brasil, as quais começavam no Rio São Francisco – estavam ao sul do Cabo de Santo Agostinho e terminavam no Rio de Santa Cruz que cerca a ilha de Itamaracá. A mesma largura deve ser observada no Rio de Santa Cruz que cerca a Ilha de Itamaracá. A mesma largura deve ser observada em relação ao Sertão, isto é, na direção oeste. Estas terras constituíram a Capitania de Pernambuco, que na época incluía a região que hoje conhecemos com as Alagoas. Pelo Foral, o donatário Duarte Coelho poderia conferir cartas de sesmarias de terras a quaisquer pessoas que solicitassem, conforme as leis da época, livres de ônus, salvo o dízimo a Deus, sendo proibido repartir a sesmaria. Por exemplo: não poderia fazer doações à sua mulher, filhos e herdeiros, como também não poderia se apropriar de uma parte da sesmaria para se mesmo.

O Quinto direito dos ‘Direitos e Prerrogativas dos Donatários’ permitia a estes dar sesmarias segundo as leis do Reino aos que as pedissem, sendo cristãos; os semeiros não pagariam nenhum tributo, além do dízimo. A Carta Régia de 7.12.1617 regulava a extensão delas: “até 03 léguas de comprido, sobre uma de larga”. A de 20.01.1699 obrigava aos que recebessem terras, a título de sesmaria, pagassem foro. Sucessivas leis regulamentavam as sesmarias que estivessem em mãos de ordens religiosas: “*não deveriam se suceder na posse, salvo pagando o foro*”.⁷⁴

Pereira da Costa, nos *Anais Pernambucanos*, informa que os primeiros e os mais ilustres sesmeiros da Capitania de Pernambuco, a partir de 1535, foram: Felipe Bandeira de Melo e sua mulher Maria Maciel Andrada; Pedro Bandeira de Melo; João Gomes de Melo casado com D. Ana de Holanda, desse casamento surge a família Melo da Casa de Trapiche do Cabo de Santo Agostinho. Arnau de Holanda, natural de Utrech, sobrinho do Papa Adriano VI, que se casou com D. Brites Mendes de Vasconcelos, de Lisboa, filha de Bartolomeu

⁷⁴ Costa, A. F. Pereira da. *Op. cit.*, tomo IV, p. 468.

Rodrigues, camareiro-mor do Infante D. Luís, filho de D. João III. Desse matrimônio, constituiu-se a família Holanda entrelaçada com Cavalcanti de Albuquerque; Antonio Bezerra Felpa, nobre que fez aliança com famílias distintas na Capitania; Jerônimo de Albuquerque teve grande número de filhos; ilegítimos, legitimados e legítimos. Estes últimos com sua mulher Fillipa de Melo. Deste matrimônio e dos filhos legitimados procedem as famílias Albuquerque Maranhão, Albuquerque Melo e Cavalcanti Albuquerque. Os irmãos Sibaldo Lins e Cristóvão Lins, fidalgos alemães.⁷⁵

Receberam terras ao sul da capitania chegando ao território que hoje denominamos Alagoas. Dom Filipe de Moura chegou em 1556, era o sobrinho de D. Brites de Albuquerque que em nome do seu filho, o segundo donatário, governava a capitania. Dom Filipe de Moura casou-se duas vezes. A primeira, com uma mulher da família Albuquerque e a segunda na família Cavalcanti. João Paes Barreto. Natural de Viana, Portugal e da nobre estirpe dos Morgados de Bilheiras – chegou em 1557, casou-se com D. Inês Guardéz, filha de Francisco Carvalho de Andrade e de sua mulher D. Maria Tavares Guardéz – senhores do engenho São Paulo na Várzea do Capibaribe. Daí provém a família Paes Barreto. Gonçalo Mendes Leitão, irmão do Bispo do Brasil Pedro Leitão. Casou-se com Antônia de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque com a índia Maria do Espírito Santo Arcoverde, recebendo em dotes as terras de Paratibe onde fundou um grande engenho de açúcar. Filipe Cavalcanti, fidalgo florentino, já residia em Pernambuco desde 1556. Casou-se com D. Catarina de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque com a nativa Maria do Espírito Santo. Daí provém a família Cavalcanti de Albuquerque. Com a finalidade de animar e promover o povoamento foram os donatários fazendo concessões limitadas de partes territoriais, a título de sesmarias perpétuas, aos concessionários.

⁷⁵ Sibaldo casou-se, posteriormente, com D. Brites de Albuquerque, viúva do Donatário Duarte Coelho Pereira. Cristóvão Lis casou-se com D. Adriana Holanda, filha de Arnou Holanda.

De tais concessões, temos informações do próprio donatário, Duarte de Albuquerque que seu irmão o General Matias de Albuquerque, André de Albuquerque e o Capitão mor do Cabo de Santo Agostinho – João Paes Barreto – e em cujas terras construíram engenhos, prédios ou retalharam-na a título de aforamento.⁷⁶

Sobre as sesmarias, Fernando Gama escreveu, em suas Memórias Históricas, uma excelente apreciação delas: *“pelo Foral da extinta capitania de Pernambuco foi proibido ao donatário impor sobre as terras que concedesse por sesmaria, algum outro ônus ou pensão, além do dízimo sobre os gêneros agrários; e como a demarcação das terras era o negócio mais importante das colônia nascente, criou o primeiro donatário o ofício de demarcador de terras, ao qual ficou exclusivamente pertencendo a agrimesura; mas, não obstante esta providência, a regularidade das demarcações foi somente guardada no tempo do governo desse primeiro donatário, Duarte Coelho; porque depois do seu falecimento, começou a confusão nas demarcações, e de tal sorte continuou, que hoje talvez seja impossível verificar um título antigo! É esta a origem principal dessas demandas, desses ódios hereditários que tantas famílias têm arruinado.”*⁷⁷ A sesmaria de Cristóvão Lins é partilhada com Rodrigo de Barros Pimentel. O primeiro se localizou ao norte e o segundo ao sul. Vindos de Pernambuco e após uma expedição conquistadora das terras de nativos Caetés chefiado por Jerônimo de Albuquerque, aí se instalaram e fundaram vários engenhos de açúcar em Porto Calvo. Os rios e as matas dessa região, ricas em madeira de lei, foram fatores importantes para o desenvolvimento dos engenhos. De início, foram fundados sete engenhos de açúcar entre o Cabo de Santo Agostinho e Porto Calvo. Isso dá a idéia da extensão dessas unidades de

⁷⁶ Gama, José Bernardo Fernandes. Memórias Históricas da Província de Pernambuco. Recife: Secretaria da Justiça – Arquivo público Estadual, 1977. Vol. 1 p. 109.

⁷⁷ Id. Ibde.

açúcar. A sesmaria de Cristóvão Lins abrangia os atuais municípios de Porto Calvo, Porto de Pedras, Camaragibe, Maragogi, Colônia Leopoldina e parte de São Luís do Quitunde.⁷⁸

Das declarações do filho de Cristóvão Lins, Arnau de Holanda, ao tribunal do Santo Ofício, em Pernambuco em 1595, concluiu-se que desde 1590 a família já residia em Porto Calvo e já possuíam fazendas, que nas Alagoas quer dizer Engenhos – dois engenhos são citados na documentação pertencendo ao Cristóvão Lins: Escurial e Buenos Aires.⁷⁹ No século XVII, durante a guerra holandesas o engenho Escurial já pertencia a Manuel Camelo Quiroga casado com D. Maria Lins, neta do primeiro Cristóvão Lins; esse engenho aparece com o nome de São Francisco e após a restauração, este engenho pertencerá a Clemente da Rocha Barbosa, o segundo marido de Maria Lins. Clemente da Rocha Barbosa comprou do marido da filha de sua mulher, D. Maria Camelo, a parte que coubera a este pelo casamento e dessas forma manteve a propriedade sem desmembrá-la.⁸⁰

Entre 1560 e 1571, a região do cabo de Santo Agostinho, conhecida pelo nome do seu acidente geográfico, foi conquistada em duas campanhas violentas contra os *Carietés* das quais participaram o capitão da Vila de Igarassu, Fernão Lourenço, Gonçalo Mendes Leitão, Cristóvão Lins, o Capitão João Paes, Bento Dias Santiago e Gonçalo Mendes Dalva.

Terminadas as campanhas militares, Duarte Coelho iniciou a distribuição de sesmarias, cabendo naturalmente, aos conquistadores as primeiras. João Paes Barreto, Cristóvão Lins e Filipe Cavalcanti. As terras de João Paes Barreto se situavam ao sul do Rio Arassuagipe (atual Pirapama), e, nesse local, em 1580, este sesmeiro levantou 10 engenhos:

⁷⁸ Id. *ibde*.

⁷⁹ Confissões de Pernambuco. 1595. J. A Gonsalves de Mello (org.)

⁸⁰ Gama, J. F. Op. Cit.

Madre Deus ou Velho, Guarapu, Algodois, Trapiche, Guerra, Ilha, Santo Estevão e Jurissaca. Esse último, vinculou-o a sua filha Catarina Barreto.⁸¹

Informa-nos Gilberto Osório de Andrada e Raquel Caldas Lins⁸² que “uma primeira evidência que ressalta é o fato de que o interesse pela ocupação territorial acentuou-se primeiro em relação ao setor mais setentrional da bacia do Pirapama, na zona drenada pelo rio Gurjaú. Também Ambrósio Fernandes Brandão,⁸³ segundo Capistrano de Abreu, conseguiu terras de sesmaria na ribeira do Gurjaú. A ocupação do Cabo foi se espraiando para o norte no limite com Jaboatão e outras sesmarias foram doadas e engenhos foram sendo fundados. O sargento-mor Bento Gonçalves Vieira levantou os engenhos Javunda, Floresta e Gameleira. A ocupação da Capitania de Pernambuco vai avançar mais na direção do rio Ipojuca, ou pela concessão de sesmarias ou pela alegação dos colonos em terem encontrado terras devolutas. Rapidamente, esta região vai ser ‘povoada’ por engenhos.

Na Documentação Histórica Pernambucana⁸⁴ encontramos referências que Inácio da Cunha Moura, no início do século XVIII recebeu uma grande doação de terras onde instalou vários engenhos de açúcar: Cajabuçuzinho, Novo da Conceição, Cumaru, Brejo, Buscaú, Paris e o Furna.

O que se percebe da leitura sobre as doações de sesmarias é que pela grande quantidade de terras devolutas, a proporção que a repartição foi se realizando, uma ou outra parte de terra “espremida”,⁸⁵ entre sesmarias imensas, não foi ocupada, até pelas dificuldades

⁸¹ Pela Lei das Sesmarias, o sesmeiro não podia doar definitivamente terras a outrem, isto é, não podia dividir, mas lhe era permitido vincular uma pessoa a propriedade.

⁸² Andrada, G. O. A. e Lins, R. C. *Pirapama – Um estudo Geográfico e Histórico*. Editora Massangana, p.6.

⁸³ Ambrósio Fernandes Brandão, autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, escrito no século XVII, com o pseudônimo de Brandônio.

⁸⁴ Coletânea de documentos sobre a história de Pernambuco publicada pela Biblioteca Pública do Estado entre 1954 e 1959.

⁸⁵ Havia uma recomendação de que a distribuição das sesmarias se desse de uma forma que uma não fosse contígua à outra. Que houvesse um certo espaço vazio entre uma e outra.

nas demarcações. Isto resultou em que a uma camada 'menos nobre' dos conquistadores, como por exemplo, parcela da burocracia militar ou civil, lhe fosse permitido requerer 'uma sorte de terras e sobras'. Assim, no governo de Henrique Pereira Freire multiplicaram-se as sesmarias menores.

No século XVI as sesmarias, por razões óbvias, tinham dimensões bem maiores. Mesmo que as dificuldades em mantê-las livres da presença do nativo fossem mais significativas, a ambição de obter grandes propriedades e, dessa forma se tornarem grandes senhores, parece maior que as condições reais de ocupação dessas terras.

Ainda no século XVI, Tristão de Mendonça recebeu sesmaria que limitava-se a duas léguas do Cabo para o sul e três para o poente. Destinava-se ao cultivo da cana de açúcar e do algodão e da manutenção de marinas de salina. Nessas terras foram levantados os engenhos do Meio, Massangana e Tabatinga.⁸⁶ Em 1618 o povoado do Cabo de Santo Agostinho já era sólido e se ergueu nele uma Capela tendo Santo Antônio por padroeiro. Quatro anos depois foi criada a Freguesia do Cabo.

A proporção que os negócios do açúcar iam gerando lucros, os engenhos iam se multiplicando e novas localidades iam surgindo. Ipojuca, Serinhaém, Rio Formoso, Gameleira, Água Preta e Jacuípe. A Freguesia do Cabo era muito maior do que hoje reconhecemos como a cidade do Cabo; assim, também Ipojuca, Serinhaém e Rio Formoso já se pertenceram mutuamente e já estiveram subordinadas ao Cabo de alguma forma. A origem do Povoado de Ipojuca também vem de uma doação de sesmarias no início do século XVII. As famílias Lacerda, Cavalcanti, Rolim e Moura aí se estabeleceram, fundando engenhos e importando escravos. A sua Freguesia só foi fundada em 1881. Pela proximidade com o Cabo foi por ele dominada.

⁸⁶ Costa, A. F. Pereira da. Anais Pernambucano. Vol. 7, p. 325, 326.

Após a conquista do Cabo e de Ipojuca, dizimados os nativos dessa região, as terras se Serinhaém foram anexadas às já conquistadas. Duarte Coelho organiza uma expedição que visava atingir àquela localidade em duas frentes: por mar, cujo comando seria do fidalgo florentino Filipe Cavalcanti, e por terra sob a responsabilidade de Jerônimo de Albuquerque.⁸⁷ Em Serinhaém, as famílias Acioly, Lins, Siqueira, Uchoa, Peres, Campelo e Barros, também receberam doações de terras e já em 1621 funda-se a Freguesia de Serinhaém; o quarto donatário, Duarte de Albuquerque Coelho deu-lhe a graduação de vila em 1627.

Distribuição de sesmarias, expulsão dos indígenas, fundação de engenhos, compra de escravos, o modelo de ocupação se repetia. Diogo Martins Pessoa recebeu uma grande sesmaria na região de Rio Formoso e pelos relatórios do governo holandês em 1630 aí já funcionavam 18 fábricas de açúcar. Nesses documentos holandeses estão citados entre outros os engenhos Cocaúpe, que mais tarde se chamará Cucáú, Rio Formoso e Trapiche.

Mapas dos engenhos da capitania de Pernambuco

⁸⁷ Mello, José Antonio Gonsalves de. Tempo dos flamengos, op. cit. p. 109.



PLANTAÇÕES DE CANA DE AÇUCAR
 MAPA JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ I Ca. 1626

FONTE: IHGB

Quadro Dos Sítios Históricos Com Engenhos Da Antiga Capitania De Pernambuco

Engenho Tabatinga	Entre as terras doadas pelo primeiro donatário Duarte Coelho e Tristão de Mendonça para cultivar cana e algodão aparece o engenho <u>Tabatinga</u> . Abandonado pelo seu proprietário, no momento em que os holandeses ocuparam a região ao sul de Recife: esteve no lote do leilão que arrematou propriedades confiscadas e que foram avaliadas entre 13.500 e 70.000 florins. A 21 de janeiro de 1711, João Batista Aciolli de Moura é o ilustre proprietário do <u>Tabatinga</u> . A referência é feita no momento em que é nomeado Alcaide-mor de Olinda. Sendo João Batista Aciolli de Moura fidalgo, cavaleiro da Casa Real, apadrinhado para o recebimento do cargo por João do Rego Barros e o Capitão-mor Luis de Albuquerque Maranhão; o seu engenho seria um dos maiores e mais importantes da região. Suas terras, hoje, pertencem ao Complexo Industrial Portuário de Suape. Não mais produz cana-de-açúcar.
Engenho Santa Rosa	O engenho Santa Rosas pertenceu a Filipe Cavaleanti que iniciou sua montagem em 1556. Este proprietário pertencia, como já foi mencionado à primeira nobreza de Florença, tanto por ascendência paterna quanto materna. Recebeu grandes quantidades de terras na região do Cabo de Santo Agostinho e ali implementou 03 engenhos: o Santa Rosa, Santana e Uttinga. Estavam situados em uma légua de terra em quadro, por concessão de Duarte Coelho de Albuquerque, segundo Donatário. As terras recebidas por Filipe Cavaleanti eram contíguas às terras de João Paes Barreto e alcançavam as duas margens do rio Arassuaípe, atual Pirapama. O Santa Rosas atualmente pertence a Usina Salgado e suas terras ao município de Ipojuca.
Engenho Guerra	Um dos engenhos mais importantes do Cabo, o Engenho Guerra, figura como propriedade de João Paes Barreto por fazer do lote de 10 engenhos 'bem montados' que recebeu como dote de sua mulher D. Inez Guardes de Andrade, filha de Francisco de Carvalho de Andrade. João Paes Barreto, filho de Antonio Velho Barreto teve muitos irmãos: Estevão, Cristóvão, Miguel, Diogo, Antonio, Filipe e D. Catarina. Por seu falecimento em 1617, o seu primogênito Francisco Paes Barreto tornou-se o Morgado do Cabo. O Morgado compreendia os engenhos Velho, Santo Estevão, Ilha e Guerra. Todos situados no distrito do Cabo, paróquia de Ipojuca. Em 1637, o Morgado deixou Pernambuco por causa da invasão holandesa e seus bens foram confiscados pelos holandeses e vendidos os seus engenhos Velho e Guerra por 70 mil florins, quantia valiosas que indica a importância e o valor daquelas propriedades. O engenho Guerra era movido a bois e os demais à água. Um armazém situado junto ao Rio Pirapama, recebia o açúcar e o enviava a Recife por barcos, que poderiam transportar de 100 a 110 caixas. O engenho Guerra em 1817 ⁸⁸ acolheu o exército revolucionário republicano. O general Suassuna ocupou esse engenho, que pertencia a um descendente do Morgado – também republicano – reunindo 2.600 homens da infantaria e um parque de artilharia de 06 canhões. Ali, permaneceram até o dia 15 de maio quando apareceu o

⁸⁸ Costa, A. F. Pereira da. Op.cit., vol 2, p. 376, 377.

	<p>exercito realista com um efetivo de 2.664 homens, que compreendiam caçadores da legião da Bahia, 418; infantaria do Primeiro Regimento, 140; Cavalaria da Legião, 116; Cavalaria Miliciana de Sergipe, 100; Milícias brancas de Penedo, 100; ditas pardas de Penedo, 100; Santo Amaro das Grotas, 500; ditas de cavalaria de Santo Amaro das Grotas, 100; ditas das Alagoas, Atalaia e Andia, 300; ditas de Porto Calvo e de Pedras, 360; e ditas Sirinhaém, Ipojuca e Uma, 170. No choque dos dois exércitos, o republicano teve que se retirar e os realistas ocuparam o engenho. Atualmente, o engenho Guerra pertence à usina Salgado e suas terras ao município de Ipojuca.</p>
Engenho Tapera	<p>O engenho Tapera, quando de sua fundação pertencia ao Termo do Cabo. Posteriormente, Antonio de Albuquerque Maranhão, Capitão do Regimento de Dragões da Capitania e administrador da Capela, vínculo do Engenho Tapera, instituído pelo Pe. Francisco Dias Teixeira em favor de sua sobrinha D. Margarida Muniz de Melo, casada com Matias de Albuquerque Maranhão. As terras do referido engenho foram agregadas à Usina Salgado, em fins do século XIX e atualmente pertence à Usina Salgado.</p>
Engenho Salgado	<p>Do Engenho Salgado em Ipojuca há referências de vários autores que o mesmo foi confiscado e vendido pelos holandeses. Naquele engenho foi construída uma capela, em 1640, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré pelos holandeses. As terras do engenho Salgado eram muito extensas, iam de outeiro de Nazaré até o sul do abo de Santo Agostinho. Quando se cogitou construir o cemitério em 1856 o mesmo foi localizado nas terras do engenho.</p> <p>Após a derrota dos Republicanos em 1817, a Coroa Portuguesa confiscou 40 engenhos e entre eles estava o Salgado. Durante a Revolução de 1817 ele foi saqueado e seu proprietário preso. Em fins do século XIX, o engenho Salgado recebeu concessão para se transformar em Engenho Central e depois será a base para a Usina Salgado.</p>
Engenho Trapiche	<p>O engenho Trapiche se localiza no século XVI e XVII em uma região que os holandeses chamavam de Bela Pojuca. No termo, Ipojuca além de Trapiche constaram outros engenhos. Trapiche sob a invocação do Bom Jesus pertencia a Francisco Dias Delgado. Trapiche era um grande engenho movido a água, assim como o Sibiró de Baixo, Sibiró de Cima, Santa Luzia e Coroaçu. Segundo o relato do holandês Adriano Verdonck, a povoação de Ipojuca era constituída de 600 habitantes e o lugar agradável para a moradia. Em seu termo havia muita gente abastada. Os engenhos utilizaram uma média de 60 escravos por unidade. Com a invasão holandesas os engenhos foram confiscados e vendidos. Ainda segundo a Memória de Adriano Verdonck, escrita em 1630, os engenhos dessa localidade produziram grande quantidade de açúcar. A safra anual que estava entre seis e sete mil arrobas era escoada através de barcos. Os barcos subiam o rio para transportar o açúcar. Cada barco levaria 100 caixas. No século XVIII as notícias sobre o Trapiche surgem dentro da discussão patrimonial dos bens do seu antigo dono e sua relação com a Satã Casa de Misericórdia. Os termos da discussão</p>

	<p>interessam pelo que se pode perceber sobre a importância dessas propriedades, a riqueza do seu dono e também pelo entrelaçamento de famílias ligadas ao açúcar. No século XVIII a propriedade do Trapiche pertencia a D. Francisco de Souza filho natural de D. João de Souza, marido de Inês Barreto. Desse casamento não houve herdeiros legítimos. D. Francisco de Souza, desempenhou inteiramente o cargo de governador da Capitania e administrava 02 hospitais, fundados em 1686 - o hospital Nossa Senhora do Paraíso e São João de Jesus. Sucedeu a D. Francisco e seu filho João de Souza, que ao falecer em 30.12.1749 legou ao hospital o Engenho Trapiche em Ipojuca; isto é, suas rendas deveriam sustentar aquela instituição e mais 02 fazendas de gado e cavalo, no Sertão do Cariri, moradas de casas no Recife, "uma sorte de terras" em Cajubussu e um pesqueiro de rede na praia do Paiva, com 500 braças de terra para oeste (Este pesqueiro se situava onde hoje é Barra de Jangada até Tapuama). D. João de Souza ao morrer e por não ter descendentes diretos o juiz de órfãos e ausentes lançou mão de seus bens patrimoniais. Apresentaram-se com pretensões de direito a essa sucessão várias pessoas importantes e alguns parentes indiretos: o Capitão-mor João Paes Barreto, o mestre de campo João Marinho Falcão, o licenciado Francisco de Souza Passos. A decisão final veio a favor do Capitão-mor. O hospital ficou sob sua administração e lhe sucedeu o seu filho Francisco Paes Barreto - o Marquês do Recife. Quando o hospital passou para alçada de Santa Casa de Misericórdia os herdeiros entraram em acordo com ela e o Engenho trapiche passou outra vez para as mãos dos seus antigos proprietários. Há uma sucessão de proprietários no Trapiche. Um deles, o Francisco Dias Delgado edificou um Convento às suas custas e entregou aos religiosos franciscanos. Doou além do convento terras em volta do mesmo, as quais os religiosos tiveram a posse até 1822. Neste ano era senhor do engenho Trapiche Joaquim Pedro do Rego que a pretexto de levantar outro engenho Bom Jesus ou Conceição Nova anexou as terras dos religiosos e nunca os devolveu. Esta é a origem do engenho Conceição Nova. Em 1887, o engenho Trapiche recebeu concessão para se transformar em Engenho Central. Em 1934 funde-se à usina Ubaquinha para formar a grande usina Trapiche. Em 1890 transforma-se na Companhia Agrícola e Mercantil de Pernambuco.</p>
Eng. Conceição Nova	<p>Engenho Conceição Nova, cuja origem já foi relatada anteriormente, foi palco ativo na guerra dos Cabanos. O Coronel Joaquim José Luís de Souza, comandante das tropas que combatiam os cabanos fez engenho o seu quartel general.</p>
Engenho Aldeia	<p>Engenho Aldeia, localizava-se nas cabeceiras do Rio Formoso e ia até o Cabo de Santo Agostinho. Fazia divisas com as matas de Serinhaém, Ipojuca e mesmo do Cabo. Como era rico em madeiras, a documentação encontrada, sobre esse engenho, diz respeito aos editais de proibição do corte das madeiras ou regulamentação.</p>

Engenho Cacaú	Engenho Cacaú, antigo Cocaúpe – quando as terras ao sul do Cabo de Santo Agostinho foram conquistadas dos índios, levantaram-se vários engenhos e entre eles o Cacaú, assim como o Aratingi, Enxagoa, rio Formoso, Ilhetas, Uma e outros. No período holandês também essas terras foram ocupadas e seus donos fugiram para a Bahia. Atualmente o engenho, que já deu nome a Usina, pertence a Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco.
Engenho Santa Cruz	Engenho Santa Cruz, fundado próximo a confluência dos rios Jaboatão e Uma; levantado por Fernão Rodrigues Vassalo em um lote de 1.400 haças de extensão e 600 de largura. Em 1616, foi vendido a Filipe Diniz da Paes, Senhor do engenho Suassuna. Este engenho fez parte da sesmaria concedida em 1566 a Gaspar Alves Pugas.

As cinco cartas de Duarte Coelho ao Rei D. João III pela ordem de envio em 1542, 1546, 1548, 1549 e 1550 foram lidas paleograficamente e transcritas em versão moderna por Cleonir Xavier de Albuquerque. A introdução a essa leitura foi da reponsabilidade de José Antonio Gonsálves de Mello, assim como as anatações às cartas. Nos comentários deste autor ele destaca os assuntos que aparecem nas preocupações de Duarte Coelho.⁸⁹ O primeiro deles diz respeito às ‘liberdades e privilégios’ que segundo o donatário e os povos da capitania de Pernambuco se acham prejudicados. É que com a criação do governo Geral as liberdades e privilégios concedidos aos moradores, sesmeiros e até ao capitão foram cerceadas. O Foral da Capitania permitia que o Capitão, moradores e povoadores querendo poderiam trazer ou mandar trazer, por si ou por outrem, a meus reinos ou senhorios qualquer sorte de mercadorias que na dita terra e partes delas houver, tirando escravos e as outras cousas que são despesas, podê-lo-ão fazer.

Os funcionários reais baseando-se no Regimento dos Provedores da Fazenda Real, redigido quando da criação do governo geral, exigiam que as pessoas que viajassem para o Reino com mercadorias deveriam apresentar certidão de autoridades da Capitania, no

⁸⁹ Através dessas cartas podemos ter uma visão da administração de Duarte Coelho e dos problemas enfrentados por ele.

caso o Capitão Donatário, atestando se estas pessoas eram casadas e viviam com suas famílias no Brasil. A liberdade oferecida no Foral aos que quisessem vir para o Brasil foi cerceada pela legislação especial que foi criada junto com o governo geral do Brasil. O donatário protestou em carta de 24 de novembro de 1550 e o rei D. João III suspendeu temporariamente a execução do Regimento de Tomé de Souza, em Pernambuco.

Outro grande problema enfrentado por Duarte Coelho diz respeito a forma de exploração do pau-brasil patrocinada pela coroa portuguesa. A propriedade e o comércio, desta madeira, eram privilégios dela. O rei concedia licença a muitas pessoas, aos armadores, por exemplo, para cortar a madeira e embarca-la para o Reino, mediante participação no empreendimento. Como o pau-brasil de Pernambuco era considerado um dos melhores tintureiros, todos queriam retirá-lo de Pernambuco. Queixava-se o donatário da exploração do pau-brasil de forma descontrolada e reclamava do Rei que concedia carta-régia aos exploradores que aqui chegavam e ‘incitavam’ os nativos a trocarem seus préstimos por ferramentas e armas de fogo e, o pior era retirar a mão-de-obra dos lavradores de canaviais e senhores de engenho “pelo que já não era possível obter, como dantes, quem trabalhasse as terras e fizesse as obras necessárias aos colonos.”⁹⁰

Duarte Coelho se sentiu incomodado pelos armadores de pau-brasil que na carta de 1546 pedia ao Rei que por provisão proibisse o corte do pau-brasil 20 léguas da vila de Olinda para o sul durante 10 a 12 anos. Portanto, esses ‘armadores de brasil’, como lhes chamava Duarte Coelho, vinham fazer assaltos à terra e muitas e repetidas vezes apresavam índios indiscriminadamente. Na carta ao Rei de 1546, Duarte Coelho trata, com detalhes, sobre esta questão, inclusive exemplificando com nomes e fatos ocorridos. Informava ao Rei que esta prática de atacar os índios, torna-los prisioneiros e os levarem como escravos para

⁹⁰ Mello, J. A. G. de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Op. cit. p. 19.

outras regiões, ou entregá-los à tribos inimigas, tem sido responsável por levantes dos indígenas.

Em suas cartas, Duarte Coelho afirmava ao Rei que a sua atitude e o seu modo de governar trazia paz e sossego à Capitania. O respeito às normas judiciárias era cobrado do Rei em várias de suas cartas. A presença dos degredados não lhe agradava e a ausência do donatário de Itamaracá levava os perseguidos por Duarte Coelho, a afirmarem a salvo nesta capitania e em outras. Reclamava, pois, ao Rei do desrespeito às cartas precatórias.

O fato das capitanias do Sul não terem tido um desenvolvimento compatível com a de Pernambuco, e, nesse ponto Duarte Coelho referia-se a Bahia, prejudicava o próprio desenvolvimento de Pernambuco. Pois, como os donatários não habitavam nas capitanias, elas passaram a ser lugares de moradias de malfeitores '*que nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal e dano*';⁹¹ o donatário referia-se a desestabilização das relações de trabalho dos indígenas com os colonos. Todos esses problemas levantados pelo donatário definem o seu perfil como homem de iniciativa particular, e não o funcionário real. Tomé de Souza, representando esta categoria, escreve o Rei, depois que ele suspende a execução do Regimento estranhando "*não deixar ir Vossas justiça às suas terras (as de D.C.) parece-me um grande desserviço de Deus e de Vossas Consciência e danifcamento de Vossas Rendas*".⁹²

Sessenta e um anos depois toma posse no cargo de governador Geral do Brasil, Gaspar de Souza, em Olinda a 19 de dezembro de 1612 e não era a Bahia de Todos os Santos, capitão da Colônia. Desde o governo de Diogo Botelho em 1602, que se tornou comum os governadores gerais habitarem em Olinda, mesmo a despeito do Rei recomendar reiteradas vezes que fossem habitar na Bahia.⁹³ Esta atitude dos Governadores Gerais levou a se

⁹¹ Carta de Duarte Coelho ao Rei em 1546. op. cit., p. 27.

⁹² Carta de Tomé de Souza ao Rei, D. João III, em 18.06.1556, op. cit., p. 7.

⁹³ Informação de Evaldo Cabral de Mello no prefácio às *Cartas para Álvaro de Souza e Gaspar de Souza*. Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1ª edição, 2001, p. 12.

considerar o estado da capitania de Pernambuco, talvez a mais segura, em relação a ataques indígenas e provavelmente ela oferecia *“oportunidade de negócios rentáveis que proporcionava a mais próspera das capitanias açucareira.”*⁹⁴

Gaspar de Souza sucedeu a Diogo de Menezes; teve de ordenado 3.000 cruzados ao ano. Veio com 20 homens a seu serviço. Cada um deles recebia de soldo e mantimento por ano 20 mil reis. O rei envia provisão⁹⁵ ao governador Gaspar de Souza para que o mesmo visite as capitanias do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Ordena que vá primeiramente ao Rio Grande e depois venha descendo até Pernambuco. Saindo da Bahia em setembro e chegando em Pernambuco em fevereiro e daí impreterivelmente deve voltar para à Bahia de todos os Santos, *“onde haveis de residir e ordenareis as coisas de maneira que em nenhum caso possa suceder o contrário”*. O rei faz uma menção ao novo governador que o motivo principal da colonização no Brasil *“foi porque as gentes dellas [as partes do Brasil] viessem em conhecimento de nossa Sancta fee catholica”* e que aos convertidos fossem garantidas as liberdades e se lhes repartissem as terras conforme a lei e que as autoridades possam provar-lhes que em se fazendo cristão não apenas ganhavam espiritualmente como também temporalmente.

É interessante observar que: - As ordens contidas nesta provisão enviada a Gaspar de Souza dizem respeito às ‘roças de mantimento’, ‘terras de mato’ e ‘aldeia dos índios’, isto é, como elas devem funcionar, ou melhor como a administração portuguesa permite o funcionamento delas diante do ponto central que é o engenho de açúcar. - As roças de mantimentos deviam crescer a 01 légua de distância dos engenhos. - As ‘terras de matos’ para fornecer lenhas para os engenhos – o preço era taxado pela Câmara, também as roças de mato

⁹⁴ Op. cit, p. 12.

⁹⁵ Op. cit. p. 102.

deveriam estar a uma légua de distância. -As aldeias dos indigenas não sejam localizadas a menos de uma uma légua do engenho.⁹⁶

Ocupação Do Agreste

Os caminhos mais conhecidos para se atingir o agreste em fins do século XVI eram principalmente três; o primeiro e mais antigo percorria o sul da capitania, que na época se constituía das terras onde hoje se situa o estado de Alagoas, e, através de vários rios,⁹⁷ chegava-se à foz do rio São Francisco e daí se navegava na direção norte, para o interior; o segundo roteiro, pelo Rio Ipojuca, foi muito utilizado pelos criadores de gado e o rumo era para a direção oeste da Província de Pernambuco; a terceira rota utilizava o rio Capibaribe, cujo percurso se fazia pelo norte, para alcançar o interior da capitania. Todos os três roteiros poderiam levar o viajante à região Agreste.

Avaliando o papel dos caminhos fluviais na expansão da colonização, para o interior da capitania percebemos que três rios se destacam como “estradas” para a ocupação da região agreste: o Capibaribe, o Ipojuca e o Uma. Fica claro também, que estes eram vias utilizadas pelos nativos e, que as primeiras ‘estradas’ durante o século XVI, foram feitas por essas caminhos até onde se podia navegar e depois, pelas antigas estradas percorridas pelos indígenas. Por esta razão, as alianças com chefes indígenas foram desde cedo muito importantes para o êxito da colonização. O cacique Arcoverde e sua tribo habitavam na região agreste, onde hoje se localiza a cidade de Arcoverde. A partir da foz do Capibaribe, que se dá entre Olinda e Recife, o viajante poderia alcançar a região Agreste ao norte da Capitania e, partindo da foz dos rios Ipojuca e Uma, que deságuam no Atlântico, nas proximidades de São

⁹⁶ Op. cit. p. 118.

⁹⁷ Alguns autores chegam a apontar 13 rios – “cuja travessia era feita por pontes... jangadas, barcos, nau...”, ver Ocupação Humana no Agreste Pernambucano. Josué Euzébio Ferreira, Idéia Editora Ltda, João pessoa, p. 64.

José da Coroa Grande e Serinhaém,⁹⁸ respectivamente, também se alcançava a parte central e sul do Agreste.

A necessidade da expansão da colonização deveu-se principalmente à criação do gado. Esta é uma proposição largamente aceita e difundida entre os historiadores. Entretanto, tomando por base as cartas de Duarte Coelho, ao Rei D. João III (1542 a 1550), as cartas jesuítas, e as cartas de Del Rey para Álvaro de Souza e Gaspar de Souza (1540 a 1627) observa-se que a grande preocupação da burocracia portuguesa estava voltada para a segurança da conquista e da colonização, portanto isto dependia da política de alianças com os nativos. Sabe-se que esta foi feita a partir dos mais diferentes pressupostos, sendo um deles as inimizades das nações indígenas ou a nação/tribo que apoiava inimigos dos portugueses.

Através das leituras desses primeiros documentos, pressupomos ser a política colonizadora mais ‘prudente’ àquela que garantiu a permanência dos núcleos portugueses, já produtivos. O que significa dizer: criou um espaço de proteção ao núcleo produtor de açúcar, apoiou-se em tribos indígenas aliadas, fez guerra e escravizou às inimigas, portanto ‘limpou’ o território e ocupou-o com gado e com agricultura de subsistência.

À medida que a mão-de-obra africana foi sendo importada e ocupada na região açucareira e a reação contra a escravidão indígena e africana foi se tornando mais efetiva, a região agreste foi sendo o lugar preferido para as fugas de negros e de indígenas que fugiam do poder português.

A presença holandesa empurrou, para o interior, não mais os negros e indígenas, mas, os brancos proprietários, que em um movimento de defesas inicial também embrenhou-se no interior. A restauração, em 1554, levou às autoridades portuguesas à confirmação de posses de alguns brancos que já estavam instalados na região e à distribuição de sesmarias⁹⁹

⁹⁸ Estas são designações do século XIX, mas remontam a séculos anteriores, principalmente Serinhaém.

⁹⁹ Sesmaria – é a denominação em Portugal, de acordo com as leis Agrárias e as ordenações do Reino, para terras incultas, ou que já pertenceram a alguém e foram abandonadas. No Brasil, como não se reconhecia a propriedade

como prêmio pela participação na guerra ou mesmo como pagamento por gastos e perdas de patrimônio durante a ocupação batava.

No volume LXXII dos Manuscritos da coleção Alberto Lamego,¹⁰⁰ nos maços 72/82 e 72/83, sem assinatura nem autoria, o historiador José Antonio Gonsálves de Mello fundamentou o seu *Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano*.¹⁰¹ Através dos documentos e dos escritos desse historiador percebe-se que as autoridades portuguesas deveriam providenciar caminhos e estradas que fossem do litoral até o rio São Francisco. É um documento do século XVIII, portanto não é a partir deste século que iniciar-se-ia a expansão para o interior. Na relação dos lugares, acidentes geográficos e conexões entre o litoral e o São Francisco nota-se que a capitania já estava assinalada com uma toponímia de termos *tupis* ou *gês* mas, também com uma terminologia portuguesas/cristã. Havia uma divisão em termos de freguesia, nem sempre, completamente, ocupadas pela presença do homem branco, mas a capitânia já estava do ponto de vista geopolítico dividida. Por exemplo: ao tentar sair de Santo Amaro de Jaboaão, no litoral sul do Recife, o autor faz um percurso passando pelo sítio Queimados, na freguesia de Vitória De Santo Antão até chegar ao rio Ipojuca e aí alcançar o sítio Carara, que já fica próximo da Freguesia de Ararobá, a qual termina no sítio de Tacaitó, onde começa a Freguesia de Cabrobó, nesta freguesia deveria ser aberta uma estrada que levaria até ao Rio São Francisco. Esta estrada se comunicaria com a fazenda Tacaeté e a Missão de Ararobá e daí até o Pajeú. O autor recomenda que se sinalize as aguadas, que já existem pelos caminhos e cita a Lagoa da Pedra do Tacaitó e vários riachos.

nem a posse das terras aos nativos, esta denominação foi amplamente utilizada, porque todas as terras eram 'incultas' até que fossem cultivadas ou apropriadas pelos brancos.

¹⁰⁰ Esta coleção encontra-se na Biblioteca da Faculdade de História e Geografia da Universidade de São Paulo. Esta coleção foi encontrada por Barbosa Lima Sobrinho. Com base nela, ele publicou na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano uma separata do volume L. Recife, 1978.

¹⁰¹ Mello, José Antonio Gonsalves de. *Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano* (1738|808). Instituto de Ciências do Homem. Divisão de História, Imprensa Universitária. Recife, 1966.

Ao se referir à Freguesia Ararobá, destaca o povoamento dela, informa que tem 70 léguas de comprimento e que está “*toda cultivada de moradores e fazendas e aldeias do gentio, como seja a nação dos Xucurús, dos Paraquiós e Pararionha, circunvizinhas da nação Carnijó*”.¹⁰² Deve-se levar em consideração que nesta freguesia Ararobá estariam a nação/tribo Arcoverde que fez uma importante aliança com os conquistadores/colonizadores portugueses.

Autores outros, como Nelson Barbalho, que assinou uma pesquisas das mais completas sobre a expansão da colonização portuguesa na capitania de Pernambuco¹⁰³ têm indicado o final do século XVI e o início do XVII como datas prováveis do início da ocupação portuguesas nas várzeas e vertentes do rio Capibaribe. Uma das primeiras sesmarias doadas por D. Brites de Albuquerque, quando esteve á frente da capitania, em 1576, na região agreste, foi ao sesmeiro Gaspar Pires. Ocupou-se das duas atividades rentáveis: fundou um engenho de açúcar e uma fazenda de gado. Para auxiliar na manutenção das duas atividades organizou sítios de cultivo da mandioca. Esta sesmaria se localizava na ribeira do Guaytá.

Pelo vale dos rios Tapacurá e Goitá fundou-se uma povoação a de Santo Antônio e como estava um pouco afastada dos engenhos, neste lugar, fundaram-se fazendas de gado mas, também, alguns engenhos de açúcar. Esta região é particularmente limítrofe entre a zona da mata e o agreste. A partir daí atingiu-se a serra da Borborema e chegando ao planalto a ocupação dirigiu-se para o este.

Em fins do século XVII, D. João IV, doou a João Fernandes Vieira, na vila de Santo Antônio uma sesmaria de 10 léguas entre os rios Ipojuca e Peri-peri. Logo depois este sesmeiro vendeu uma parte das terras a Manuel da Fonseca Rego e outra doou aos padres de São Felipe Néri. Em região circunvizinha, seguindo mais para o oeste o governador de Pernambuco, D. João de Souza, em 1683 doou terras devolutas a Manoel de Torres, que

¹⁰² Citado por Barbosa Lima Sobrinho. Op. cit.p. 147.

¹⁰³ Barbalho, Nelson. Cronologia Pernambucana, subsídios para a história do Agreste e Sertão com mais de 15 volumes. CEHM/FIAM – de 1977 até 1988. Recife.

fundou o sítio dos Currais e mais tarde o vendeu à família Bezerra. Este povoado deu origem posteriormente, no século XIX a vila de Bezerros.

Em 1681, o governador Aires de Souza de Castro concede uma sesmaria de 12 léguas entre os rios Uma e Serinhaém a cinco solicitantes, Domingos Manoel, Baltazar Barros Amorim, Alexandre de Amorim, João Gomes e Antônio Lopes; em 1686, os alferes João Paes de Carvalho Filho, Manoel Bernardo Cardoso, Antônio Loureiro e Lourenço Paes Cabral solicitam uma sesmaria de 15 léguas, entre os rios Uma e Ipojuca e lhes foi concedida pelo então governador D. João da Cunha Souto Maior. Outras sesmarias foram concedidas entre o rio Ipojuca e Serinhaém e uma concessão de 20 léguas de terras foi feita a três participantes da restauração Pernambucana – Bernardo Vieira de Melo, Antonio Pinto Pereira e Manoel Vicora de Lemos. Estas terras alcançavam desde a mata-sul, apssando pela região central e meridional do Agreste até uma parte do Sertão do Ipanema, já na freguesia do Arorobá e dos Campos de Buíque.¹⁰⁴

No século XVII, antes da primeira metade, documentos oficiais citados por Pereira da Costa e Nelson Barbalho, leva-nós a admitir que muitas léguas de terra foram doadas à ordem religiosas no intuito de instituir missões de catequeses e, a partir daí disparar o processo de colonização. É o caso, citado por Barbalho,¹⁰⁵ das missões do Limoeiro e do Ararobá que deveriam atrair e catequizar os nativos *Tapuias* – *Cariris*. Em 1602, durante o governo de Diogo Botelho foram doadas “quatorze léguas de terras, em cotas separadas, aos padres beneditinos para que fundassem Missões em toda capitania”.¹⁰⁶ Estas informações confirmam as proposições sobre a política colonizadora mais ‘prudente’, explicitada em página anterior a esta.

¹⁰⁴ Barbalho, Nelson. Op. cit. vol 3: 236; vol 4, p. 110, 124; vol.5 40, 59.

¹⁰⁵ Barbalho. Op. cit. vol. 4: p. 65.

¹⁰⁶ Citado por Ferreira, José Euzébio. In: A ocupação humana do agreste pernambucano. Op. cit., p. 80.

Ocupação Do Sertão

Na distribuição de sesmarias para a região do Sertão parece não haver sido respeitadas as prerrogativas jurídicas que nortearam a distribuição de terras na Zona da Mata/litorânea e no Agreste. Através de pesquisa realizada no arquivo Estadual de Pernambuco – Jordão Emereciano nos Livros de Registro de Sesmarias, os dados coletados mostram que as sesmarias doadas aos ocupantes dessa região ultrapassaram em muitas léguas os limites propostos na legislação. Em 30 sesmarias observamos que não há regularidade em matéria de comprimento: aparecem sesmarias de 16 léguas, 50 léguas, 40 léguas, 48 léguas, 10 léguas, 21 léguas, 30 léguas, algumas terras sem medida, e algumas poucas de 01 légua como pode-se ver no anexo deste capítulo.

A maioria não pagava foro e as que pagavam eram as menores de 1 légua, que pagavam 4 mil reis por ano. Uma grande parte dos recebedores estava ligado à alta burocracia, como desembargadores, militares e outros funcionários régios. Uma boa parte das sesmarias fazia ‘testada’ com as terras do coronel Francisco Dias de Ávilla. As sesmarias maiores eram concedidas a mais de uma pessoa. Algumas sesmarias, nesta região, foram doadas a religiosos carmelitas, da cidade do Recife e padres de várias congregações. Alguns reverendos vigários também foram aquinhoados com datas de terra, exemplo o reverendo vigário Francisco Ferreira que conseguiu quatro léguas de terras associado a Manoel da Costa Calado. As sesmarias do sertão, quando eram taxadas de foro, pagavam 4 mil reis ao ano e as mais próximas do litoral pagavam 6 mil de foro ao ano.

A história regional tem privilegiado a economia da Zona da Mata, no que diz respeito às forças produtivas, nível de acumulação da economia açucareira, comercialização, relações sociais e até movimentos rebeldes políticos que se estenderam por essa região. Do Sertão, poucos estudos foram publicados sobre a ocupação e o seu desenvolvimento durante o século XVII. As pesquisas são limitadas quanto à utilização de fontes primárias.

Embora seja inegável a contribuição para a historiografia do trabalho do Prof. José Antonio Gonsalves de Mello intitulado: “*Três Roteiros de Penetração em Pernambuco no século XVIII*” e de trabalho sociológico de Abdias Moura, o “*Sumidouro do São Francisco*”, e outros como “*Os Sertões*” de Euclides da Cunha e “*Floresta*” de Álvaro Ferraz, este tema não se esgota nesses estudos. Os trabalhos de Geraldo Rocha “*O Rio São Francisco*”, de Wilson Lins, “*O Médio São Francisco*” e o de Pedro Calmon, “*História da Casa da Torre*”, centraram suas análises sobre o lado baiano do rio. É necessário, portanto, a reconstituição histórica das origens e do desenvolvimento dessa sociedade, distinta, da que se formou na zona da mata.¹⁰⁷

Capistrano de Abreu no seu livro “*Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*” escreve que os pernambucanos se importavam mais com a conquista do Nordeste do que com o seu próprio sertão, possivelmente, por desconhecer os documentos de 1738 que indicam dois caminhos de penetração no sertão pernambucano e que se encontram na Coleção Alberto Lamago da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, já citados anteriormente. Estes caminhos acompanhavam os vales dos rios Ipojuca e Capibaribe e partindo do litoral chegavam até o extremo limite a sudoeste do território da capitania de Pernambuco, que no século XVIII era o Carinhanha. Alcançando o Rio Moxotó acima do Puihu, encontravam o rio São Francisco na altura de Boa Vista. A toponímia portuguesa encontrada nesses roteiros sugere a presença do homem branco não como uma ocupação efetiva e numerosa, mas, como rastros de viajantes, negociantes de gado ou faiscaadores nas paragens onde descansavam.

A política agrária da Coroa Portuguesa em relação ao Brasil foi de outorgar sesmarias sem critérios bem definidos. Registra Warren Dean, em artigo intitulado “*Os Latifúndios e a Política Agrária Brasileira no Século XIX*”, que criadores de gado receberam sesmarias de até 200 léguas quadradas. De um modo geral deu-se primeiro a ocupação, depois

¹⁰⁷ Obras contidas na Bibliografia Geral deste trabalho.

a legalização. Em Pernambuco, a conquista de terras para o interior se iniciou pelo litoral, começando pelo Cabo de Santo Agostinho até o Rio São Francisco. Nessas entradas os nativos foram dizimados ou trazidos como escravos pelos conquistadores. Os sertanistas subiam os rios e ocupavam aos poucos, suas margens. Por terra, a primeira expedição, que desbravou os sertões, foi liderada por Diogo de Castro em 1578. As investidas dos portugueses pela ampliação dos domínios da capitania de Pernambuco no São Francisco chocavam-se com o poderio da Casa da Torre.¹⁰⁸ A região em questão esteve integrada aos domínios da família Ávila. Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco e Cabrobó, cidades hoje do Médio São Francisco, faziam parte da grande sesmaria, que abrangia tanto a margem esquerda quanto à direita do São Francisco. A administração portuguesa, sob o pretexto de reconstituir os aldeamentos dos indígenas, após as conhecidas “Guerras Justas”, recomendava a presença de homens brancos na região “cuidando da sorte dos índios”. ... “após a expulsão holandesas”. Por carta Régia de 28 de março de 1692 foi ordenado ao governador Marquês de Monte Belo que à proporção que se fossem reduzindo os índios do sertão ao grêmio da Igreja, se fossem restabelecendo aldeias para nelas se conservarem em doutrina dirigida por padres missionários.

As missões religiosas no Vale do São Francisco faziam parte da Província de Santo Antonio do Brasil, cujas instalações datam da segunda metade do século XVII e as disposições regulamentais aparecem no Alvará de 1700, assinado por D. Pedro II, Rei de Portugal, da dinastia de Bragança. Na região foram assentados as seguintes Missões no Vale do São Francisco, no início da colonização, Juazeiro, Rodelas, Pambu, Aracapá, Coripós, Zorobabel, Unhum, Pontal e Pajeú, localizadas nas ilhas fluviais onde, anteriormente, estavam instaladas aldeias de índios, sedentários, dedicados à agricultura.

¹⁰⁸ Veja de Pedro Puntoni A Guerra dos Bárbaros-cap. 1. No Íntimo dos Sertões. Op. cit. p. 21-43.

Registros históricos da Missão de Nossa Senhora do Ó na ilha de Zorobabel, em Itacuruba, Pernambuco, informa-nos que a Missão foi fundada pelos jesuítas em 1696 e neste mesmo ano forma estes religiosos expulsos por causas de conflitos de terras com prepostos da Casa da Torre, de Garcia D'Ávila. A demarcação das terras reservadas para a aldeia teria sido o móvel da questão. Por ordem do governador da Bahia, João de Lencastre, as terras doadas aos missionários deveriam ser demarcadas em torno de 2 ou 3 léguas para cada aldeia. O provincial da Ordem cumpria as determinações do governador quando foi acusado de invadir as terras de Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho, esposas e irmã do falecido Francisco Dias D'Ávila.¹⁰⁹ Na realidade, as terras das duas senhoras distavam 150 léguas das aldeias referidas, conforme pode-se ler na defesa que elas, as mulheres, fizeram ao serem acusadas de terem participado da expulsão dos nativos.¹¹⁰

O governador João Lencastre, reconhecendo o direito natural dos nativos às terras, critica a política expansionista da Casa da Torre, que a esta altura se estendia a mais de 400 léguas. Através da carta do padre jesuíta Alexandre Gusmão ao seu superior, sabe-se que a população indígena nas aldeias do São Francisco, situadas nas supostas terras de Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho, era estimada em 2 mil almas em 1696.¹¹¹

Agindo como um funcionário do Rei, cuja função era a de moderar conflitos, o governador intercede a favor da política missionária e em 1700 um alvará Real ordena demarcar em 1 légua quadrada as terras para a instalação das Missões, nessa região. Entretanto, os jesuítas sentindo-se ameaçados, justificam o fato de não haverem retornado aos trabalhos, nas Missões, em carta de 11 de fevereiro de 1700. É, ainda, através dos documentos, que sabemos, terem o bispo e o governador de Pernambuco, Fernão Martins

¹⁰⁹Nantes, Frei Martinho de. Op. cit. p.122.

¹¹⁰ Coleção Documentos Históricas publicada pela Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco entre 1954 e 1959. Recife. Vol. VII, p. 430.

¹¹¹ Id. Ibde.

Mascarenhas, enviado religiosos àquela região, sob protestos do arcebispo da Bahia João Franco de Oliveira. Documento do Arquivo Histórico Ultramarino, comprova a associação de Leonor Pereira Marinho com a Coroa Portuguesa na exploração de salitre, no Vale do São Francisco e na permissão da escravidão indígena para esta atividade. Este fato provavelmente explica a retirada estratégica dos jesuítas da região. De resto, D. Leonor ainda recebe um “foro de fidalgo” para sua filha.¹¹²

Sem a presença dos jesuítas, as Missões fora oferecidas aos Franciscanos, que não aceitaram, e, em seguida aos Carmelitas de Santa Tereza que aceitaram substituir os jesuítas. De 1702 a 1761 as três Missões do São Francisco foram dirigidas por Carmelitas franceses e italianos até que foram extintas. Tentando atrair missionários, a lei de 1703 confirma o Alvará de 1700 e amplia minimamente a ocupação territorial: além da légua quadrada já concebida acrescentou-se área para a Igreja, para o adro, para um terreno em torno dos muros e para a horta do vigário; seriam ninharias que não mudavam a política de ocupação territorial nem o extermínio da população indígena.

As ‘Guerras Justas’ vão possibilitar ao colono a utilização do nativo como mão-de-obra servil. Embora a contribuição indígena, dentro dessa relação escravista, tenha sido limitada, foi de fundamental importância o desalojamento dessa população para a implantação da fazenda de gado. Empurrando-se para o interior, os campos seriam ocupados com o gado e se evitaria a caça nas regiões ocupadas pelo homem branco. Esse conflitos com os nativos pela posse da terra modificarão as relações de trabalho e aos poucos e em número limitado, comparado com o litoral, a escravidão de origem africana comporá a paisagem do Sertão. A necessidade de novos braços, seja para a lavoura de subsistência, de algodão, de cana-de-açúcar para o fabrico da rapadura e aguardente ou mesmo para a atividade criatória, levará o

¹¹² Id. *Ibde.*

colono a buscar no plantel de escravos negros e de acordo com suas riquezas, a complementação daquela mão-de-obra.

A invasão holandesas também foi responsável pelo adentramento de proprietários portugueses e seus descendentes, os quais procuraram local mais seguro para iniciar uma nova atividade – fazendas de gado – e passaram a ter relações comerciais com Salvador, como capital do domínio português. O Rio São Francisco passou a ser o limite entre os dois territórios: o holandês e o português e entre atividades econômicas diferenciadas, a agricultura canavieira e a atividade criatória. No Sertão muitas povoações têm origem nas fazendas de gado, comercializando ou produzindo carnes e couros para outras regiões. Como atividades menores, aparecem a cana-de-açúcar para a produção de aguardente e rapadura e o algodão, a princípio como matéria-prima para a fabricação de panos grossos e, depois, no século XIX, como matéria-prima muito valorizada pelo mercado internacional.

A atividade agrícola encontraria no algodão, planta nativa, a sua maior vocação. Entre os fins do século XVIII e começo do XIX esta atividade torna-se rentável em virtude da Revolução Industrial e da Independência dos Estados Unidos terem estimulado o mercado. Pecuária e algodão, os dois estímulos da economia do sertão desenvolveram-se articulados tanto com as regiões exportadoras do açúcar e tabaco quanto com a atividade aurífera e industrial do charque no Piauí. Esta articulação com o Piauí foi feita a partir de expedições e viagens exploratórias, que visavam desalojar os franceses do Maranhão, e, terminaram por estabelecer vias de comunicação – uma com o Maranhão outra com o Ceará pela Serra da Ibiapava e duas outras com a Bahia: um caminho alcançava o São Francisco na altura da fazenda Sobrado, cujo proprietário era Domingos Afonso Mafrense Sertão e o segundo caminho foi aberto na cabeceira do Rio Canindé. Estes roteiros foram retraçados, na medida do possível, a partir de caminhos antigos usados pelos indígenas para suas intercomunicações e também para suas marchas de guerra. Quase todos seguiam a direção do interior para o mar.

No fim do século XVII os conquistadores, que eram um conglomerado de guerreiros e que viviam em arraiais vão se transmudar em curraleiros. Adaptar-se-ão às novas contingências, tendo o gado como o móvel. Se por um lado os conquistadores vão anexando mais terras ao seu domínio e vão ocupando-as com o gado, por outro, dar-se-á o despovoamento com o aniquilamento ou expulsão de milhares de indígenas que povoaram essas terras. Foi a substituição do gentio pelo gado.

Relação de Sesmarias de 1723 a 1792
extraídas do livro 2º do registro das Sesmarias pertencentes ao cartório da
Tesouraria de Fazenda da Província de Pernambuco.¹¹³

- Sesmarias de dezesseis léguas de terra no sertão do rio S. Franc.^o, fazendo pião na Serra Talhada, correndo pelo dito sertão até intestar com as terras do Coronel Franc.^o Dias de Avilla, e para a parte do mar com as de D Franc.^a da Saúde, nos campos chamados Maracajó, concedida em 8 de janeiro de 1678 ao Cap.^m Antônio Velho Tinoco, Matheus Luiz Victor da Foncêca e Antônio d'Almeida, e seus herdeiros, por D. Pedro de Almeida, sem fôro ou pensão alg.^a, salvo o Dízimo à Deus.
- Sesmaria de cinquenta léguas de terra, além do rio S. Franc.^o do lado do norte, pelo riacho Pajeú e entre os riachos Jatanhi, Canindihi e Piagui, correndo por elles abaixo p^f uma e outra parte de suas nascentes, desde, a serra Araripe até donde se mettem no Rio – Grande com toda a largura que se achar entre elles, concedida em 4 de Abril de 1678 ao D^{or} Cristóvão de Burgos, Jerônimo de Burgos de Sá, o Cap.^m Gaspar Pacheco, o Cap.^m Antonio Burgos, Joaquim de Souza de Sá, Manoel Pacheco Freire, Manoel do Couto de Sá e seus herdeiros, por D. Pedro de Almeida, sem fôro ou pensão alg.^a, salvo o dízimo à Deus; devendo ter cinco léguas p.^a cada um dos referidos sesmeiros, como é expresso na m.^{ma} sesmaria.
- Sesmaria de 40 léguas de terra em quadra no rio S. Franc.^o, donde se acha um riacho chamado rio do Araripecico, correndo do dito rio p.^a a parte do poente em continuação, fazendo pião no coropénico, e do m.^{mo} rio abaixo até intestar com terras povoadas concedida em 18 de maio de 1680 ao Cap.^m Antonio Velho Tinoco, Lourenço Álvares, Cap.^m João Álvares Feitosa, Agostinho Álvares, Duarte Lopes, Lourenço Cordeiro,

¹¹³ 2º Livro de Reguistro de Sesmarias de 1723-1792. p.90-111.

Antônio, Antonio Barbosa Pascoal Dias, Antonio da Caldeira, e João de Souza, e seus herdeiros, pelo Governador Ayres de Souza de Castro, sem fôro ou pensão alguma, salvo o dízimo a Deus.

- Sesmaria de 48 léguas de terra em quadra entre o rio S. Franc.º e o Parnahiba para o sertão quasi oitenta léguas, compreendendo algumas serras que se chamão – Iquichio – cortando pelo rio Mapénico, concedida em 25 de maio de 1680 à Dom Lourenço de Almeida, o Cap.^m José da Silva, o Cap.^m Antonio Martins Pereira, o Cap.^m Antonio Velho Tinoco, Matheus Pereira de Almeida, Dom José da Cunha, Manoel de Sandes, Francisco Martins, Antônio Barbosas da França, Maria Martins, Lourenço Cordeiro, e Pascoal Dias, e seus herdeiros, pelo Governador Ayres de Souza de Castro, sem fôro ou pensão alguma, salvo o dízimo a Deus.
- Sesmaria de umas terras que se achão no rio S. Franc.º acima até Taperatiba, com a mesma largura para o sertão, concedida em 10 de setembro de 1683 ao Mestre de Campo Antonio Guedes de Brito, Coronel Franc.º Dias de Ávila, e seus herdeiros, pelo Governador Dom João de Souza, sem fôro ou pensão alguma, salvo dízimo a Deus.
- Sesmaria de 10 léguas de terra em quadra no sertão do rio S. Franc.º, pelo rio Painguy, e pelo Parnahiba acima até a barra do dito rio, com as vertentes de um e outro lado, começando das testadas das terras de Domingos Affonso, Francisco Dias de Ávila, concedida em 21 de outubro de 1684 aos religiosos de Nossa Senhora do Carmo da Cidade do Recife, pelo Gov.^{Or} Dom João de Souza.
- Sesmaria de 10 léguas de terra em quadra no rio S. Franc.º, pelo rio chamado Guaringutá que faz barra nos rios Parnahiba e Itaqueira, concedida em 13 de outubro de 1684 ao Coronel Francisco Dias de Ávila e Filho Garcia d'Ávila, Berardo Pereira Gago, Julião Affonso Serra, Capitão Domingos Affonso Leitão, e Francisco de Souza Fagundes, e seus herdeiros, pelo Governador Dom João de Souza, sem fôro ou pensão alguma, salvo o dízimo a Deus.

- Sesmaria de umas terras no sertão do rio S. Francisco de uma outra parte, e pelo mesmo acima até confrontar com a barra do rio Parahiba, com a mesma largura incluindo o rio Parahim com suas vertentes, e de uma e outra parte até fazer barra no rio Guarigutá acima até sua nascente com suas vertentes, concedida em 12 de outubro de 1684 ao Coronel Francisco Dias de Ávila e Antônio Guedes de Brito (moradores da Prov^a da Bahia) e seus herdeiros, pelo Governador Dom João de Souza, sem fôro ou pensão alguma, salvo o dízimo a Deus.
- Sesmaria de 1 légua de terra em quadro no brejo chamado Japoré, quatro léguas distantes no rio S. Franc.^o p^a dentro, fazendo pião na caza do engenho do dito sesmeiro; concedida em 30 de Junho de 1707 ao Cap.^m Mor Atamazio de Sqr^a Brandão morador no rio de São Franc.^o, e seus herdeiros pelo Gov.^{or} Seb^{am} de Catro e Caldas, com o foro de 4\$000 r^s p^r légua, devendo povoa-la em 5 annos, e com a condição também de pedira confirmação no espaço de 2 annos.
- Sesmaria de trez leguas de terra de cumprido e uma de largo no riacho de Moxotó dada a Alexandre da Silva Carv.^o e (seus herdeiros) morador nor sertão do Arorobá nas Cabiceiras do Moxotó vertentes do rio São Franc.^o pelo Cap.^m General Luis I.^l Corr^a de Sá em 26 de Novembro de 1753, não podendo succeder ao supp^o por tempo algum Religiões, salvo satisfascendo todos os encargos, e sendo obrigado a pagar o foro annual de 4\$ á povoar a dita terra no prazo de cinco annos sob pela de lhe ser declarada devoluta e a da caminho livrez a margem L^o de c/c de foros N7f3.
- Sesmaria de 21 leguas de terra no sertão do norte de S. Francisco, entre o dito rio e a serra da Borborema, nos riachos chamados, segundo a língua dos gentis, Imanjú, Crodô e Baimôa, - Procopemôa, e Clamacuimôa, confrontando por uma por uma parte com as terras de João Ferreira de Mello, e pela outra com os do Cap.^m Mor Theodoro de Oliveira Ledo, pela outra com as de Christovão Alves, e pela outra findmt.^o, com os dos Padres da Congregação, principiando ao redor e lhargos dos dito riachos, até confrontarem com as

terras dos referidos hereos, concedida em 31 de julho de 1696 a Antonio Ferreira, Manoel da Cruz Mathias Ferreira, Manoel Ferreira Gomes, Gonçalo Gomes Ferreira, Pedro Moreira e Agostinho Ferreira, e seus herdeiros, pelo Governador Caetano de Mello de Castro, sem fôro ou pensão alguma, salvo a dízmo a Deus.

**Sesmaria extraídas do livro 3º do Registro das Sesmarias pertencente ao cartório da
Tesouraria de Fazenda desta província. 1792 a 1828¹¹⁴**

- Sesmaria de Theodoro Ciro de Souza de 1 légua de terra no seu sítio do Riachão das Varas na Ribeira do Pajeú de Flores, confinando pelo nascente com o poço verde e Jardim pelo poente com Ingazeira, servindo de divisão as águas pelo norte com Bom Sucesso e pelo sul com a Sera Branca até se enteirar a referida légua, com o foro de 4\$ 000 concedida em 15 de fevereiro de 1823 pelo presidente da juta Afonso de Albuquerque que M.^{um} e Membros José Mariano C^{ti} de Abu^f dogi de Albuquerque C^{ti} Francisco Paes Barreto e Francisco de Paula Gomes dos Santos.
- Sesmaria de José Francisco da Silva de um légua de terra em quadra no lugar da Serra Negra no sítio dos Pinheiros digo Espinheiros termo do julgado de Tacaratú fazendo pião no olho de'agua do Espinheiro cujo lugar tem para qualquer dos lados dez ou doze léguas para digo pelas brenhas a dentro, sem hereo confinante tudo entre a ribeira do Moxotó Riacho e Rio de São Francisco com o foro de 4\$ concedida em 8 de abril de 1825 do General Francisco de Lima e Silva encarregado pelo Governador da Província.
- Sesmaria de 30 léguas de terra no Rio ^{de} São Francisco até intestar com a data do Mataquiri e serras do Marabá e Pereuca, com a data de Damião da Rocha pelo di'tu rio acima até intestar com a data do Cap.^m Cosmo de Brito até Janabá, com a data de D. Francisca de Sande até Jarioba, concedida em 13 de dezembro de 1852 ao Desenbargador

¹¹⁴APE - 3º Livro de Reguistro de Sesmarias de 1792-1828.

Christovão de Burgos, Cap.^m João Álvares Feitosas, Lourenço Álvares, Paulo Vieira. Agostinho Álvares, João Álvares Lima, João de Montes, Diogo de Barros da Rocha, e seus herdeiros, pelo Governador Dom João de Souza sem foro ou pensão alguma, salvo o dizimo a Deus.

CAP. 4 TRABALHO INDÍGENA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

“uma das ricas terras do Brasil que tem muitos escravos índios que é a principal fazenda da terra. Daqui os levam e compram para todas as outras Capitânicas, por que há nesta muitos e mais baratos que em toda Costa: há muito pau do Brasil e algodão de que enriquecem os moradores desta Capitania.”¹¹⁵

Com a colonização portuguesa na capitania de Pernambuco, produtos indígenas da terra passaram por um curioso processo de provas. Alguns foram logo incorporados aos produtos consumidos nos assentamentos coloniais portugueses, e, aos poucos, foram sendo produzidos com modificação da tecnologia indígena. A superposição de conhecimentos portugueses e nativos resultou na transformação de produtos indígenas em manufatura, como foi o caso do algodão e dos caroás – linhos. O conhecimento acumulado no passado indígena, sobre a natureza e as técnicas de extração da matéria prima necessária para a produção de bens de consumo, em parte foi dominado pelos colonizadores. No entanto, grande parte do conhecimento ecológico dos nativos ficou por ser registrada e perdeu-se com o tempo, com o trabalho escravo nos engenhos ou no sistema de semi-escravidão aplicado aos nativos nas missões. No espaço colonial português que se impunha às populações indígenas, padres e missionários, como braço ideológico do Estado Português, submetiam nativos à condição de trabalhadores submissos e amedrontados. Pregavam um inferno cristão para hereges e pagãos após a morte e foram parte do inferno cristão em vida para os nativos no trato com os colonizadores.

¹¹⁵ Gândavo, Pero de Magalhães Op. cit. p. 5

4.1 Produtos e trabalhadores da Terra

Parte do que se tem chamado de mata atlântica, brejos e caatingas naturais, é possivelmente o resultado de milênios de remanejamento e co-evolução humana. O uso e o remanejamento de plantas pelos indígenas são melhor entendidos quando vistos como uma série contínua de plantas domesticadas, semi-domesticadas, manipuladas ou selvagens.¹¹⁶ São cada vez maiores as evidências de que populações indígenas viviam em diferentes ecossistemas dos quais dependiam diretamente. Conseqüentemente, as possibilidades de potencialidades e variedades eram maiores do que as imaginadas no início do período colonial. O uso dos diferentes tipos de florestas conhecidas entre os nativos, das mais fechadas, às mais abertas, variava. Ao contrário das florestas fechadas com árvores altas onde a caça se torna escassa, as floresta abertas, ou os brejos, por exemplo, ofereciam mais caça, assim como os campos de cultivo indígenas. Esses campos, quando remanejados, passavam a ser área indígena de caça de animais que se alimentam dos frutos, folhas e raízes neles existentes.¹¹⁷

O cultivo de plantas pelos indígenas na região da capitania de Pernambuco apresentou-se em áreas no litoral, no agreste e no sertão, durante diferentes períodos da pré-história, como mencionado em capítulo anterior. Diferentes culturas nativas, *Tamqueus* e *Pankararu*, de línguas isoladas existentes no sertão, *Cariri*, com aldeias no agreste e sertão, e as de origem *Tupi-Guarani*, com maior número de aldeias no litoral, dominavam técnicas agrícolas, usavam plantas semi domésticas e plantas selvagens.¹¹⁸ Os campos cultivados por

¹¹⁶ Possey, Darrell A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados. In: Berta G. Ribeiro (coord.), *Suma Etnológica Brasileira*, vol.1. p. 173- 185

¹¹⁷ Carneiro, Robert. Slash-and-burn cultivation among the Kuikuru and its implications for cultural development in the Amazon basin. In: *The evolution of horticultural system in nativ South América: causes and consequences, a symposium*. J. Wilbert, ed., Caracas, *Antropológica Sup.* nº 2, p. 47-67.

¹¹⁸ Ver mapa Pré-histórico na pág. 75.

indígenas situavam-se perto das aldeias. O seu remanejamento de campo de cultivo para campo de caça dava-se quando estas áreas eram abandonadas para uso de novas, o que fazia com que o espaço de ação do grupo se ampliasse sobre a região.¹¹⁹ O uso de um área cultivada variava, entre outras coisas, de acordo com o tempo de colheita de bons frutos.¹²⁰ Entre as plantas mais cultivadas pelas diferentes etnias indígenas desta capitania estavam a mandioca, que produz bons frutos durante quatro a seis anos no mesmo roçado; o cará, em roças de cinco a seis anos; algumas variedades de bananas que produzem frutos ao longo de quinze a vinte anos; o urucu que produz durante vinte e cinco anos; e pelo menos quatro espécies de algodão eram cultivadas em roças de cinco a seis anos por nativos do Nordeste: as espécies herbáceo, barbadas, árvore e felpudo.¹²¹ Um dos mais pertinazes mitos sobre a agricultura aborígene que diz serem os campos cultivados abandonados poucos anos após a limpeza e o plantio começou a ser desacreditado a partir de estudos sobre o conhecimento indígena a respeito de plantas e animais. Como exemplo, podem ser citados os escritos de Manuel Arruda da Câmara do século XVIII.¹²² Nos textos: “Anúncios dos descobrimentos feitos em Pernambuco”, de 1796, “Memória sobre a cultura dos algodoeiros”, de 1799, e “Dissertação sobre plantas que podem dar linhos” de 1810, todos de autoria de Manuel Arruda da Câmara, verifica-se a possibilidade de extração de muitos produtos de plantas nativas conhecidas e usadas pelos indígenas: óleos vegetais, azeite de Nhandiroba para fabricação de sabão, vegetais que dão linho, cordas, pano, estopa e papel, vegetais que servem à tinturaria, vegetais para produção de vinhos e aguardente, vegetais que dão fécula e farinha, plantas e árvores frutíferas, plantas com propriedades medicinais e madeiras para os mais variados tipos de

¹¹⁹ Possey, Darrell A. Op. cit. p. 173- 185.

¹²⁰ Id. Ibde.

¹²¹ Câmara, Manuel Arruda da. Memória sobre a cultura dos algodoeiros. In: Manuel Arruda da Câmara Obras Reunidas, ca. 1752-1811. Org. por José Antonio Gonsalves de Mello. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Recife, 1982. p.121.

¹²² Op. cit.

construção foram temas estudados por Arruda da Câmara. Entre estas plantas estudadas por Câmara no século XVIII está o algodão, conhecido e cultivado por nativos em diferentes regiões de clima chuvoso e úmido do Brasil. Na capitania de Pernambuco, ele era produzido no litoral, e com mais facilidade em regiões do Agreste, onde os períodos de chuva começam mais cedo e terminam mais tarde, mas também podia ser cultivada no sertão. No entanto, seu cultivo podia ser visto em fins do século XVIII no litoral e em campos com dez, dezesseis e vinte léguas de distância do litoral, do Rio Grande do Norte à Bahia.¹²³ O *amanayú*, também chamado de *Maniú* ou *mandesú* – o algodão –, planta nativa da América, era plantado em campos chamados de *amaniutyba* por nativos Tupi-Guaranis em toda a costa, de Norte a Sul do Brasil. Com este produto, indígenas fiavam e teciam o algodão para a produção de redes de dormir e de pescar, faziam cordas, nistros, – fitas estreitas – e linhas para diversos usos. No nascimento de uma criança do sexo masculino os pais colocavam no punho da rede um arco e flechas, mas se fosse do sexo feminino, aí estaria uma roca com algodão. Este simbolismo afirma a importância que a planta tinha para os nativos que a usavam. As mães passavam às filhas a arte de fiar e tecer com o algodão.¹²⁴ Fernão Cardim em seu Tratado da Terra e Gente do Brasil, do ano de 1590, relata sobre o uso do algodão entre os nativos : “*Todo este gentiu tem por cama umas redes de algodão e ficam nelas dormindo no ar; estas fazem lavradas, e como no ar, e não tem outros cobertores nem roupa, sempre no verão e inverno tem fogo debaixo...*”.¹²⁵ Outra informação sobre a utilidade do algodão é dada por Hans Staden¹²⁶ que, ao descrever o cerco de Igarassu pelos *Caetés*, comenta que estes usavam flechas incendiárias preparadas com algodão embebido em cera que acendiam e atiravam sobre o povoado onde viviam “*noventa portugueses e entre negros e índios, uns trinta escravos*”. A produção de

¹²³ Op. cit.

¹²⁴ Costa, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos. Recife: FUNDARPE, 1983-1985. , vol. 1, p. 604.

¹²⁵ Cardim, Fernão. Op. cit. p. 169.

¹²⁶ Staden, Hans. Op. cit. p. 80-84.

algodão dependia do seu plantio, em geral localizado próximo à aldeia. As plantações eram limitadas à necessidade de produtos de cada grupo e preparadas em roças individuais cuidadas pelas mulheres. Para a produção do fio de algodão preparava-se primeiramente o espichamento da tirada para depois começar o trabalho de fiação no qual era empregado um fuso, artefato que consta de uma vareta afinada com incisão, *“uma das ricas terras do Brasil que tem muitos escravos índios que é a principal fazenda da terra. Daqui os levam e compram para todas as outras Capitânicas, por que há nesta muitos e mais baratos que em toda Costa: há muito pau do Brasil e algodão de que enriquecem os moradores desta Capitania.”*¹²⁷ Saliência chanfrada ou gancho na ponta, para prender o fio de algodão. À extremidade da aste é adaptado o tortual ou disco furado ao meio, que pode ser de cerâmica, pedra, osso, casco de tatu, jabuti, entre outros materiais. Quando de cerâmica, ele é produzido geralmente por mulher.¹²⁸ As escavações realizadas durante o projeto GASALP de salvamento arqueológico coordenado pelo núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco, em municípios pernambucanos e alagoanos localizados em região da Zona da Mata e litoral, revelaram o uso de fusos de cerâmica, cachimbos, também de cerâmica, e tambeta de amazonita no antigo espaço indígena aí existente. Esses vestígios comprovam o uso da agricultura do algodão nesta região da costa da capitania de Pernambuco onde eles foram encontrados. Os cachimbos de cerâmica também são indicadores de que o fumar era costume deste grupo no litoral, e que portanto podiam ser usadas plantas para a produção do fumo consumido, e que o uso de plantas silvestres cultivadas, semi-cultivadas, ou não cultivadas, podia ser altamente desenvolvidos.¹²⁹

¹²⁷ Gândavo, Pero de Magalhães Op. cit. p. 5

¹²⁸ Ribeiro, Berta G. Artes Têxteis Indígenas do Brasil. In: Suma Etnológica Brasileira. Vol. 2, coord. por Berta G. Ribeiro. Vozes/FINEP, 2ª Edição, Petrópolis, 1987. p. 351-395.

¹²⁹ Lévi-Strauss, Claude. O uso das plantas silvestres da América do Sul. In: Berta Ribeiro. Suma Etnológica Brasileira. Op. cit. 29- 46.



Representação de aldeia tupi, onde se pode ver Staden diante da cruz.
Gravura incluída na *Wahrafftige Historia* [...] de Hans Staden, Marburg, 1557.
Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo.
Fotografia de Éric Brochu.

A presença de franceses e portugueses nas costas de Pernambuco, antes de 1535, levou nativos a trocas constantes de seus produtos – pau-brasil, algodão, mel, cera, papagaios e outros – por produtos manufaturados vindo da Europa – facas, foices, espelhos, entre outros. Informa-nos Pereira da Costa¹³⁰ que a nau La Pelerine, de Marselha, aportou em Itamaracá, em 1532, e, na feitoria que ali havia estabelecido, carregou-o de pau-brasil e “trezentos quintais de algodão bombixes”.¹³¹ Este fato, ocorrido anteriormente à chegada do primeiro donatário da capitania de Pernambuco, significa ter havido uma produção excedente de algodão utilizada para abastecer a nau francesa, e para ser entregue e transportada para a Europa, ela foi ensacada possivelmente com tecidos produzidos com tecnologia indígena. A tecnologia de tecer algodão também era conhecida dos nativos da capitania de Pernambuco, que usavam vários tipos de tear.¹³² Ela foi descrita por Gândavo: “*as camas em que dormem são umas redes de fio de algodão que as índias tecem num tear à sua arte; as quais tem nove, dez palmos de comprido, e apanham-nas com uns cordéis que lhes rematam nos cabos, em que lhes fazem umas azelhas de cada banda por onde as penduram de uma parte e de outra...*”.¹³³

Duarte Coelho, em carta ao Rei¹³⁴ sobre trabalhos e desenvolvimento na capitania de Pernambuco e sobre suas relações com moradores e povoadores, demonstrou que a produção de algodão, de agricultura de subsistência e de pesca eram necessárias ao desenvolvimento da sua capitania. “*Outro si dizem llaa e levantam outro sologismo que não hão de gozar das liberdades os moradores e povoadores que de qua mandam açuqeres ou algodoes senão os*

¹³⁰ Costa, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit.p, vol. 1, p. 604, vol. 1, p. 604.

¹³¹ Do grego bombyx, planta da família bômbice.

¹³² O’Neale, Lilá. Tecelagem. In: Suma Etnológica Brasileira.Vol. 2 , cord. por Berta G. ribeiro.Vozes/FINEP, 2ª Edição, Petrópolis, 1987. p.397-429.

¹³³ Gândavo, Pero de Magalhães.Op. cit. p. 104

¹³⁴ Carta datada de 15 de abril de 1544, transcrita por Cleonir Xavier Albuquerque e José Antonio Gonsalves de Mello. In: Cartas de Duarte Coelho a El Rei, Ed. Massangana, 2ª edição. Recife, 1997. p. 81.

que forem de sua lavra e colheita, isto Senhor parece abuzão porque em todas as terras do mundo se custuma e huza o que eu aqui custumo e huzo e tenho posto em orde, s.[a saber] que entre todos os moradores e povoadores huns fazem enjenhos daçucar porque são poderosos para isso outros canaviaes e outros algodoaes e outros mantimentos que he a principal e mais necessária cousa para a terra outros huzão de pescar que outrosi he mui necessário para a terra...”

Tomemos as informações do donatário Duarte Coelho: nelas os mantimentos são o principal produto e a mais necessária coisa – para alimentar os moradores, povoadores, trabalhadores escravos e livres, funcionários da alta à baixa burocracia. De onde vem os mantimentos? Na carta, não parece que Duarte Coelho refira-se aos importados de Portugal e sim ao que se produz aqui, como as farinhas e o milho que substituem o trigo europeu, as raízes, o pescado, a caça, as frutas e hortaliças conseguidos a grosso modo colhendo, pescando, caçar, plantando e tratando ao modo e costume dos nativos. É provável ter havido pequenas modificações no cultivo ou no uso destes produtos, introduzidas pelos portugueses, como citado na carta de Duarte Coelho, quando ele comenta que povoadores e moradores mandam algodões das suas próprias lavras e colheitas, e entre os povoadores e moradores estavam também os portugueses. Em finais do século XVI e começo do século XVII, o algodão já era cultivado e tratado com intervenções da compreensão dos lavradores e colonos portugueses, que já observavam certas regras e princípios para o seu desenvolvimento. A atividade produtiva para o consumo interno era considerável, e parece natural para o autor da carta que os produtos da terra fossem considerados e reproduzidos para sustentar a sociedade colonial e a própria economia açucareira desenvolvida na capitania.

Observa-se no mapa dos engenhos de Vingboons do século XVII, apresentado no capítulo três, que aparecem pelo menos dois algodoais assinalados. No mapa citado, observa-se um conjunto de mais de setenta engenhos e dois algodoais instalados próximos a rios perenes, fontes permanentes de água, o que ajudava no escoamento da produção para o litoral

e o porto. Neste documento, a plantação do algodão aparece já organizada no espaço colonial português, e o algodão, como produto que teve lugar na capitania de Pernambuco, onde predominava a produção de açúcar.

Na carta régia datada de 12 de março de 1588,¹³⁵ Filipe II dirige-se a Diogo de Menezes, vice-rei da Índia portuguesa, anunciando que enviou ao Brasil colonos que, juntamente com o governador geral Francisco Giraldes, deverão cuidar da “indústria do algodão”. Com este produto o Rei pretende que se desenvolva na colônia “muitas cotonias para velas e outros panos de diferentes sortes”. O Rei recomenda ainda que se faça embarcar no mesmo navio pessoas que possam transmitir conhecimentos relativos à confecção de panos de algodão, porque pelas informações que recebe do Brasil, há uma grande quantidade daquela planta em toda parte da costa. Somente a partir do século XVIII é que vão surgir mudanças na tecnologia da produção do algodão, principalmente no que se refere ao descaroçamento e ensacamento do algodão.¹³⁶

Internamente, com o algodão se confeccionava, como citado anteriormente, produtos úteis aos indígenas e aos colonos; panos grossos para roupas de escravos e sacas para o transporte do próprio algodão. Com exceção do açúcar, que foi trazido da Ilha da Madeira para Pernambuco e outras capitanias, os demais produtos produzidos no Brasil que contribuíram para incrementar o comércio colonial, considerado por José Jobson de Arruda,¹³⁷ como o comércio realizado entre Lisboa, Porto, Vianna e Figueira com o Rio de Janeiro, seguindo-se Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Paraíba, Santos e Ceará, eram conhecidos dos nativos. Manuel Arruda Câmara refere-se em carta de fim do século XVIII a Fernando Freire de Castilho¹³⁸, a respeito da possibilidade de extração de linhos no Brasil e sobre a

¹³⁵

¹³⁶ Câmara, Manuel Arruda da. Op. cit. 149-159.

¹³⁷ Arruda, José Jobson de A. O Brasil no Comercio Colonial. Ed. Ática. São Paulo, 1980. p. 67.

¹³⁸ Câmara, Manuel Arruda da. Op. cit.

produção de linhos com trabalho indígena na capitania de Pernambuco. Neste documento ele cita os tipos de plantas das quais se pode extrair linho. Entre elas está o Ca-aroatá do gênero bromélia de linho, também chamado de linho de ananás bravo, da qual o modo indígena primitivo de extração do linho era: deixar as folhas n'água por quinze dias até a mucelagem rachar e as féculas das folhas ficarem moles e depois bater as folhas amolecidas até que se purifique como linho. Deste linho forte como o cânhamo se tem um produto resistente à água doce ou salgada, preferível ao linho europeu por suas propriedades. Deste linho de Ca-aroatá eram feitas redes e linhas de pescar pelos indígenas, e ele poderia ser apropriado para as cordoalhas de navios se associado ao alcatrão. Também servia para a produção de brins, lonas, tapumes mais finos, conforme fosse preparado. As informações reunidas por Manuel Arruda da Câmara como as citadas e as que seguem em forma de tabela abaixo, reúnem dados sobre o conhecimento indígena de plantas para a confecção de tecidos para atender às suas necessidades e que portanto não estavam aptas para serem produzidas em escala maior para suprir as necessidades coloniais nascentes.

PLANTAS PARA PRODUÇÃO DE LINHOS E PAPEL

Ca-aroatá- Açú também chamado de Pita/ Agave vivípara	Cultivo pode ser do litoral ao sertão	Linho semelhante ao produzido com o Ca-aroatá.	Processo de maceração por 15 dias
Carrapichinho	Cultivo a beira mar e várzeas frescas	Linho forte alvo que se parece a seda	Maceração por cinco dias
Guaxuma branca ou Embiratã	Não é abundante como as demais citadas na região de Pernambuco	Linho alvo próprio para se fazer papel	Não precisa de maceração
Linho de Jangadeiro	Em todo litoral do Nordeste	Muito usado para a produção de cordas	Para deixar de molho tirá-se o córtex
Tucum – palmácea	Planta no litoral	Linhos mais delicados	Linho pode ser extraído a seco
Macaiba – palmácea	Planta do litoral	Linhos mais delicados	Linho pode ser extraído a seco

Dados extraídos de Manuel Arruda da Câmara Op. cit.p. 251-253.

Arruda Câmara descreve como retirar do tucum o linho através do processo de maceração dizendo: “*Corta um homem por dia quatrocentas palhas que dão dois carros grandes... sendo o aluguel por dia /homem \$160 rs. Maceradas as folhas por espaço de oito dias, pisa dois grandes carros um dia/homem no valor de \$200 rs a jornada. Usa-se ainda a esfregação manual na falta de carda, de dois carros de palha faz um homem em dois dias a \$ 200 rs a jornada.*”¹³⁹ O total do trabalho da carga de dois carros grandes ficava por \$ 760rs seguindo as contas de Arruda Câmara. Cientistas como Arruda Câmara procuraram métodos mais modernos que pudessem transformar a produção de linho em algo sustentável. O método da maceração que já havia sido testado com êxito no ca-aroatá não serviu ao tucum pelas suas diferentes propriedades. Por último, percebemos que os que extraíam o linho através do corte, da maceração, do ato de pisar e da esfregação manual recebiam um ‘jornal’, isto é, um pagamento ínfimo, mas eram pagos. O que significa que não eram escravos; eram homens da terra. Escravos não seriam empregados em trabalhos que não fossem rentáveis, pelo seu conhecimento prévio e também pelo ato repetitivo. Somente uma mão de obra que conhecesse do lugar, da planta, e que tivesse alguma forma de relação com a mesma sem estranhamentos, poderia ser paga, ou melhor dizendo, mal paga, para realizar este tipo de serviço.

Na descrição que faz Arruda da Câmara, fica claro que os trabalhadores ‘rústicos e suados’ que extraíam do tucum fios para suas linhas de pescar, passam de produtores a empregados, jornaleiros. Suas pesquisas, os interesses de Filipe II e de colonos demonstram a pretensão de transformar a produção de tecidos dos nativos em algo que servisse aos interesses do comércio e da ‘indústria’ em escala para as necessidades coloniais internas, que no entanto, não incluíam as necessidades dos nativos. Tanto para a produção do algodão como para a produção de linhos o uso de solos no litoral, onde predominava a produção açucareira, foi menor que em regiões do Agreste e posteriormente no Sertão. Em documento do período

¹³⁹ Câmara, Manuel Arruda da. Op. cit.p.252

colonial ¹⁴⁰ de 1759 é justificada a retirada dos padres jesuítas das missões pelo sertão que reuniam mais de cem aldeias indígenas distribuídas pelos sertões do Nordeste e interior da região Norte por haver nelas a exploração do trabalho indígena e principalmente o das nativas que eram *“obrigadas a fiarem o algodão sem que para isto recebessem alguma coisa para o seu sustento.”* Este documento não só demonstra o trabalho indígena forçado nas missões, como o controle da população nativa que, quando não escravizada nas fazendas e engenhos de particulares estavam sendo exploradas e controladas nos espaços das missões. Sobre a ocupação das terras dos nativos Caetés e a escravidão indígena em engenhos de Pernambuco o testamento de Jerônimo de Albuquerque de 1584,¹⁴¹ cunhado do primeiro donatário da capitania de Pernambuco e proprietário de um engenho a beira do rio Capibaribe, é uma peça documental importante. Sobre os escravos declara que tinha só do gentio da terra e que do número não tinha controle pois estavam alguns *“por hora mal resgatados; e que athe o presente não tenho feito diligencia sobre a certeza deste negocio; quero e mando que não o fazendo eu em minha vida, que os ditoas meus testamenteiros o façã, e saibão muito inteiramente; e achando algum que seja mal resgatado o tenham e tratem como forro, e lhe declarem que o he para si fazer o que lhe prover como se costuma.”* Sobre as terras que deixa aos filhos naturais ele declara:

“... declaro e afirmo que meus desejos era contentar, e satisfazer todos os meus filhos e herdeiros assim naturais como e legítimos..... Duarte Coelho o velho que Deos tenha em gloria, me deu hua legoa de terra em Capibaribe para mim e para todos os meus filhos naturaes; a qual terra eu tenho dito e assentado alguns dos filhos e genros, que lhes darei a metade della, da que fica da banda do mar: e querendo elles estar pro esta demarcação; e

¹⁴⁰ Doc. AHU. Cx.49, datado de 13-06-1759. Cópia consultada na Divisão de Pesquisa do Departamento de História da UFPE.

¹⁴¹ Testamento de Jerônimo de Albuquerque In: José Bernardes Fernandes Gama – Memórias Históricas da Província de Pernambuco. Op. cit. p.85-90.

que se faça da sobredita maneira pelos ver quietos, lhes dou alem da dita metade 150 braças de terra de largo da outra minha a metade e todo o comprimento que tiver a dita terra; as quaes 150 braças, que lhes assim dou, tomarão logo pegado com a sua metade, e elles lhe darão quitação de como estão contentes por esta repartição ; e não lhes dando dita quitação, lhes não dou as ditas 150 braças.”

Neste documento não consta o total de filhos e herdeiros de Jerônimo de Albuquerque mas, são mencionados seus filhos legítimos mais velhos João de Albuquerque e Manuel de Albuquerque e duas filhas naturais: Felipa, mameluca e filha natural que teve com Maria sua escrava nativa do gentio da terra e Jerônima mameluca que por este testamento foram deserdadas. Dona Felipa de Mello sua esposa não foi deixado nada em especial, apenas dito *“as Justiças provejão nisso como lhes parecer que he direito.”*

Pedro Puntoni¹⁴² afirma que “a destruição dos índios da costa, por doenças, abusos ou guerras, também impulsionava os colonos a se internar nos sertões , agora em busca de mais mao-de-obra necessária para os engenhos de açúcar, cuja economia crescera nas décadas de 1570-80.” Período que antecede muito pouco o testamento de Jerônimo de Albuquerque no qual ele expõe suas posses em escravos do gentio da terra para os trabalhos em seu engenho e para afazeres domésticos. Para Stuart Schwartz, a vinda forçada de braços indígenas do interior para trabalhar nos espaços portugueses do litoral neste período correspondeu ao momento de transição do trabalho escravo nativo para o trabalho com base na escravidão africana.¹⁴³ Sem dúvida o trabalho do corte, armazenamento e embarque do pau-brasil realizado na capitania de Pernambuco durante o século XVI teve participação do braço indígena. Como anteriormente citado, o pau-brasil embarcado em La Pelerine em 1532 conseguido em troca de manufaturados baratos trazidos da França para este fim passou a ser

¹⁴² Puntoni, Pedro. Op. cit. p.29-30.

¹⁴³ Schwartz, Stuart B..Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Companhia das Letras, São Paulo, 1988. p. 52-53.

comprado no século XVII como demonstram dois documentos do ano de 1624 - uma carta do almorixe João de Albuquerque de Melo de Olinda ao rei Felipe III de Portugal ¹⁴⁴sobre o embarque do pau-brasil na caravela do mestre Domingos Francisco pagos com o dinheiro dos direitos do contrato dos escravos de Angola, que pertenciam a Antonio Fernandes de Elvas. Outro documento do mesmo ano emitido em Lisboa confirma a compra do pau-brasil com dinheiro pertencente a Antonio Fernandes de Elvas e que o pau-brasil deveria ser entregue em Lisboa onde ele seria vendido. ¹⁴⁵ Como os dois documentos atestam, a extração do pau-brasil continuava a ser feita mas agora atrelada aos lucros com o trafico de escravos africanos de Angola e paga com dinheiro ainda na capitania de Pernambuco.

A busca de áreas novas para extração do pau-brasil, de braços nativos escravos, de metais preciosos e de terras para criação do gado foram fatores que levaram a expedições e conquista de terras indígenas no agreste e nos sertões mas, nenhum deles foi motivo para fixar o indígena em seus territórios, mesmo não se tendo achado prata e pedras preciosas em quantidade nos sertões de Pernambuco. A colonização deste espaço indígena no Sertão tem início com a exploração do salitre (nitrato de potássio), utilizado para a fabricação da pólvora negra, achado nos sertões de Pernambuco, que teria como mão-de-obra o escravo indígena, com as fazendas de gado e com missões religiosas. Ações colonizadoras que não preservarão os territórios indígenas e que tão pouco evitaram a transferência de nativos do sertão para o litoral resgatados para o trabalho escravo. Em documento de 1691 ¹⁴⁶ é dito ser grande a quantidade de nativos reduzidos em missões de padres da companhia de Jesus e que também muitos tinham sido cativados nos sertões do Rio Grande e vendidos na capitania de Pernambuco.

¹⁴⁴ Documento do AHU - Carta de Pernambuco de 19-02-1624.

¹⁴⁵ Documento do AHU - Carta de Lisboa em 12-06-1624.

¹⁴⁶ Doc. AHU /Cód.256, fla.118v./ datado de 13-03-1691.

Para Simonsen,¹⁴⁷ a expansão colonial para o sertão com o gado e o salitre por exemplo, promovia a articulação entre as diversas áreas produtoras ligadas ao setor externo. Dos sertões a carne seca, sola, chifres, couro, algodão e fumo produzidos nas fazendas e missões movidas por braços de escravos da terra durante o século XVII e negociados com a região das minas no início do século XVIII ou trazidos para exportação ao porto de Pernambuco durante o período colonial, reuniram condições para fazer de Pernambuco uma das três capitanias mais importantes em termos de exportações no início do século XIX.¹⁴⁸ Dos produtos exportados por Pernambuco entre 1796-1811 estava em segundo lugar o algodão e em décimo o pau-brasil,¹⁴⁹ o que demonstra a superposição do espaço econômico português sobre o indígena que como base serviu para o seu fortalecimento.

4.2 Leis e Regulamento para o Trabalho Indígena.

Talvez, a primeira notícia impressa sobre a existência de trabalho escravo indígena na capitania de Pernambuco que se tenha seja a dada por Gândavo no Tratado da Terra e História do Brasil de 1576 que descreve a capitania de Pernambuco como *“uma das ricas terras do Brasil que tem muitos escravos índios que é a principal fazenda da terra. Daqui os levam e compram para todas as outras Capitanias, por que há nesta muitos e mais baratos que em toda Costa: há muito pau do Brasil e algodão de que enriquecem os moradores desta Capitania.”*¹⁵⁰ Quando inimigas dos portugueses, como foi o caso dos nativos Caetés de Pernambuco, as sociedades indígenas tiveram a guerra, a escravidão e muitas o extermínio de suas culturas como respostas.

¹⁴⁷ Simonsen, Roberto C. *Historia Econômica do Brasil (1500- 1820)*. 6ª edição. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, p. 351.

¹⁴⁸ Arruda, José Jobson de A. *Comercio Colonial*. p.208-212.

¹⁴⁹ Id. *Ibde*. p. 228.

¹⁵⁰ Gândavo, Pero de Magalhães *Op. cit.* p. 5

No debate sobre a escravidão indígena Ronald Raminelli coloca que durante o período colonial ele tinha envolvido religiosos que defendiam a potencialidade dos nativos para receber a conversão, ao contrario dos senhores de engenho que enfatizavam a inviabilidade da catequese e a adequação dos indígenas para o trabalho escravo.¹⁵¹ Segundo a lei de 1555, promulgada por Dona Catarina, regente na menor idade do rei Dom Sebastião, considerava-se legal a escravidão indígena, mas, para os nativos Caetés era dado por esta lei a escravidão perpétua, pelo fato de terem movido ataques contínuos aos portugueses que vieram com Duarte Coelho à sua capitania, Nova Lusitânia, depois chamada de Pernambuco.

Inicialmente, os portugueses pretenderam estabelecer contactos comerciais com os povos ameríndios, baseados em troca de mercadorias, como estabeleceram com a Índia durante o período da descoberta do Brasil.¹⁵² Após a decadência do domínio português no oriente e os ataques franceses ao Brasil, ameaçando o direito de posse dos portugueses na América, a metrópole determinou a colonização do Brasil, ocupando principalmente as áreas de Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, São Vicente e Cabo Frio, atraída pela extração do pau-brasil. No primeiro decênio do século XVI, o indígena serviu como meio auxiliar para a procura, a derrubada e transporte da carga do pau-brasil, sendo recompensado por seu trabalho com facas, contas de vidro e outras bugigangas, estabelecendo-se uma relação econômica de troca.

Data de 22 de fevereiro de 1511, o primeiro decreto real sobre a política indigenista; nele o Rei estabelece a conduta da tripulação do navio Bretoa, armado por Fernão de Noronha, em relação aos nativos que a tripulação encontrasse durante a expedição ao longo da costa brasileira. No decreto constava a proibição de ofender o indígena ou de causar-lhes prejuízo, mediante perda da metade dos salários ou castigo. Consta também a proibição de se

¹⁵¹ Raminelli, Ronald. *Imagens da Colonização. A Representação do Índio de Caminha a Vieira*. Edusp/FAPESP/Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1996.

¹⁵² Thomas, Georg. *Política Indigenista dos Portugueses no Brasil -1500-1640*. São Paulo, ed. Loyola, 1981. p. 27.

levar nativos para a Europa, tendo em vista, a necessidade de tê-los inicialmente como aliados e mão-de-obra barata para o serviço de extração do pau-brasil.¹⁵³ Neste decreto está proibida a escravidão indígena mas, no mandato igualmente escrito por D. Manuel e entregue ao escrivão do Bretoa,¹⁵⁴ percebe-se que, ao autorizar que fossem registrados em livro todos os escravos, papagaios e macacos, que a tripulação obtivesse, para que deles tivesse o controle dos pagamentos das contribuições sob mercadorias que correspondiam ao Rei, há cumplicidade do Rei em fazer leis, no mínimo, conflitantes entre si.

A questão indígena no Brasil toma uma nova forma mediante a criação do Governo Geral do Brasil, com sede na Bahia e administração em mãos de funcionários reais. Thomé de Souza estabelece metas para uma política indigenista baseada na conversão dos pagãos à fé cristã; preservação da liberdade dos nativos; assim como luta contra as tribos inimigas e fixação dos indígenas. Estas metas se apoiavam no Regimento do Governo Geral do Brasil¹⁵⁵ de 17 de dezembro de 1548, criado pela Coroa Portuguesa. Por este Regimento o Governador Geral nas atribuições que lhe compete, deve guardar respeito a alguns itens específicos: Item 2. Favorecer os índios que sustentam a paz e fazer guerra contra os insurretos, dando-lhes castigo que sirva de exemplo a todos. Item 8. Ordenar que nas vilas e povoações, se faça feira onde os índios possam comprar e vender, em pelo menos um dia de cada semana. Item 13. Evitar que pessoa alguma de qualquer qualidade, e condição faça guerra aos índios sem sua licença ou do capitão da capitania. Item 15. Proibir que pessoa alguma, de qualquer condição dê aos índios armas e munições, sob pena de morte e perda de todos os bens. Item 20. Atuar para que os índios convertidos morem junto às povoações das capitanias.

¹⁵³ Id. *Ibde.* p. 30, 31 e 35

¹⁵⁴ Id. *Ibde.*

¹⁵⁵ Regimento de Thomé de Sousa, de 17/12/1548 em RFA, vol. 1. pp. 35/51. Arquivo Nacional - Coord. de Graça Salgado - Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial. pp. 144, 145 e 146.

Nas atribuições que competiam aos capitães governadores, a preocupação com os nativos está outra vez presente e regulamentada nos itens: 3. Decidir, juntamente com o governador e o provedor-mor sobre o tratamento a ser dado aos indígenas e sobre a forma de governo e segurança das capitanias; Item 4. Conceder licença dos cristãos que tivessem necessidade de comprar alguma coisa dos nativos, menos nos dias de feira; Item 7. Evitar que pessoa alguma de qualquer qualidade e condição, vá saltar e fazer guerra aos nativos sem sua licença ou do governador.¹⁵⁶

Com o governo de Thomé de Souza vieram, em 1549, os primeiros padres jesuítas trazendo a palavra oficial do Papa, que se pronunciou sobre o assunto em 1537. Neste pronunciamento ele reconhecia os nativos como homens e proibia a exploração e espoliação dos convertidos e dos pagãos.¹⁵⁷

Sobre a fixação dos nativos em aldeamentos, colonos e religiosos iniciaram uma discussão ainda no século dezesseis, mais que também observamos, durante todo dezessete e dezoito, ser repetida.¹⁵⁸ Entre os religiosos de diferentes ordens vindas ao Brasil, por consequência da política missionária do governo de Thomé de Souza, e que teve por base os aldeamentos indígenas, os jesuítas ficaram em posição contrária aos franciscanos quanto à escravidão e ao tipo de missão religiosa a que se dedicaram. A posição dos primeiros foi contra a escravidão do indígena e a favor da implantação de missões por todo o território colonial onde nativos convertidos ao cristianismo seriam civilizados. Em oposição, os franciscanos defenderam a civilização e conversão dos indígenas brasileiros em missões volantes nas quais os missionários só permaneciam o tempo necessário para conversão e

¹⁵⁶ Id. *Ibde.*

¹⁵⁷ Bula de Paulo III declaratória de la liberdade de los índios: BNR, CÓDICE CDX/1912 sob nº 1, publ. Thomas, Georg, *Op. cit.* pp. 61 e 63.

¹⁵⁸ *Op. cit.* pp. 66.

instrução do gentio.¹⁵⁹ Esta duplicidade de estratégia na execução da política indigenista tem uma importância fundamental no que diz respeito aos interesses dos colonos. A fixação de aldeamentos missionários e a permanente presença dos padres responsáveis junto às aldeias indígenas evitaria os apresamentos dos nativos para trabalho escravo ou o empreendimento da “guerra justa” de forma desmedida, para anexação de terras por parte dos colonos. Ao contrário, uma itinerante cruzada missionária, transformaria nativos em “civilizados” prontos e dóceis para o trabalho forçado, além de deixar um terreno fértil para uma outra ação cultural religiosa, lingüística e outra organização social. A ausência dos padres nas aldeias facilitaria ainda a relação da igreja com os colonos e o Estado desde que aquela não teria por obrigação denunciar as constantes infrações à legislação da época. Durante muitos anos os jesuítas foram vitoriosos nas suas estratégias e foram os que mais se sobressairiam na catequese. Observando o mapa do século XVII publicado na dissertação de Cavalcanti Filho sobre as missões jesuítas instaladas no Maranhão, verifica-se que ocupavam uma grande região, através de inúmeras missões¹⁶⁰.

Para os colonos nem a política jesuíta nem a franciscana vinha ao encontro dos seus interesses. A permanência dos indígenas em fazendas e casas era mais adequada para civilizá-los à moda européia, ao mesmo tempo que serviam como mão-de-obra. Esta posição não facilitou uma convivência entre religiosos jesuítas, colonos e a Coroa, a qual para evitar conflitos com os mesmos e não prejudicar sua política de colonização continuou, durante os três primeiros séculos, a permitir o comércio de índios através de privilégios, por méritos especiais dados aos donatários e particulares.

O governo de Duarte da Costa não continuou o trabalho iniciado por Thomé de Souza, só sendo retomada a antiga política indigenista no terceiro governo, com Mem de Sá. Com o terceiro Governador Geral as disposições jurídicas que garantiam a segurança e liberdade dos

¹⁵⁹ Thomas, Georg. Op. cit. p. 66.

¹⁶⁰ Cavalcanti Filho, Sebastião Barbosa. A questão jesuítica no Maranhão colonial (1622-1759). p. 30, 31 e 40.

índios aldeados, foram respeitadas. Também mandou reunir pequenas aldeias para a formação de grandes missões onde os padres continuaram dizendo missa e ensinando a ler e a escrever aos aldeados. Em cada missão foram construídos pelourinho e tronco, ficando a inspeção superior de cada missão nas mãos dos jesuítas; nomeando também o governador Mem de Sá, um meirinho nativo, que poderia ser cacique ou pajé da tribo o qual exerceu um poder de tipo judiciário sobre os indígenas. O meirinho reunia a função do chefe da tribo e autoridade cristã local, apesar da lei que considerava os indígenas imputáveis.¹⁶¹

Desestruturando todo o trabalho dos jesuítas, a lei contra os Caetés, de 1562, permitiu a escravidão destes Caetés estando eles aldeados ou não.¹⁶² Durante anos este problema entre missionários e colonos sobre a questão indígena tomou lugar na colônia e na metrópole, levando a promulgação da primeira lei portuguesa sobre liberdade indígena, decretada pelo Rei D. Sebastião, em 20 de março de 1570. Contudo, a lei só proporcionou liberdade a uma parte dos índios; a outra parte poderia ser escravizada em casos de “guerras justas” ou quando o índio atacava o branco e outros gentios.¹⁶³

Como “guerra justa”, compreendia-se aquela declarada pelo governador de qualquer capitania, devendo os capitães da empresa deliberar com representantes da Câmara, o Procurador da Fazenda e os padres jesuítas, e havendo motivo para guerra ela seria considerada justa. O aprisionamento do índio nas guerras permitia levá-lo à venda mediante dinheiro ou mercadorias. De forma que, mesmo proibidas as entradas para captura de índios, era possível comprá-los. Por outro lado, cada pessoa que resgatasse um índio que fosse, deveria apresentar uma licença do governador ou autoridade de cada capitania, não devendo o capturado ter idade inferior a 21 anos.¹⁶⁴

¹⁶¹ Thomas, Georg. Op. Cit. pp. 82 e 85.

¹⁶² Id.Ibde. p. 86 e 87 - o autor faz referência à Lei mas não precisa data ou autoridade que a fez.

¹⁶³ Id.Ibde. p. 104 e 105.

¹⁶⁴ Id.Ibde. p. 108.

Com a lei de 1587, Filipe II não apenas confirma a lei de D. Sebastião, de 1570, mas acrescenta medidas que possibilitavam o recrutamento de mão-de-obra indígena, preservando, contudo, sua liberdade nas missões sem contestar o direito dos missionários e dando aos colonos espaço para empregar o índio nas fazendas, através do pagamento do aluguel do índio pelo seu trabalho aos missionários. Ao índio livre deveria ser pago salário de acordo com o seu trabalho¹⁶⁵. Achamos, no entanto, que tal medida tomada por Filipe II não poderia ser controlada facilmente pelas autoridades devido às distâncias entre povoados, lugar da residência do Ouvidor Geral, capitães e mais autoridades, e as fazendas e missões sempre interiorizadas ou mesmo quando próximas dos povoados ficavam sujeitas à irregularidades por falta de um sistema de fiscalização por parte do poder político-administrativo colonial. Percebe-se o segmento de uma relação assalariada, mesmo sendo apenas aplicada ao índio livre, o que denota um trato diferenciado em relação ao negro, que quase só dois séculos depois recebeu a Lei do Ventre Livre.

Algumas mudanças aparecem na Lei de 1587, como a derrubada do pagamento do dízimo cobrado aos índios,¹⁶⁶ ficando esta cobrança a cargo dos missionários ou administradores da fazenda real. Outro ponto que levou a longas discussões referia-se à posse da terra dos índios. Os missionários logo cedo reivindicaram o direito de terras para as missões. Assim, já Mem de Sá havia doado terras para aldeias como forma de assegurar ao índio sua sobrevivência, no entanto, só em 1609, uma lei confirmava a posse, de qualquer terra cultivada pelos indígenas nas missões e aldeias.¹⁶⁷ Em 1611, Filipe III revogando a lei de 1609 considerada “generosa e admirável”, promulga outra, pondo fim à política indigenista favorável aos índios. Nesse decreto é reconhecida a liberdade do índio, seja cristão ou pagão,

¹⁶⁵ Id. Ibde.p. 119 e 120.

¹⁶⁶ Id.Ibde. p. 124.

¹⁶⁷ Id.Ibde. p. 150.

mas também se admite a “guerra justa”. O mais importante em todas as inovações foi o fato de a lei conceder aos colonos a co-responsabilidade na administração das aldeias.

A disputa entre missionários e colonos por mais espaço para controle das populações nativas continuou por todo o século XVII e século XVIII, de sorte que, de um modo ou de outro a Coroa sempre levava vantagens, não somente por conseguir meios para dar continuidade à produção colonial, mas por conseguir, também, a participação de nativos nas guerras contra invasores e contra outros indígenas nas “guerras justas”. Ao período posterior à insurreição dos luso-brasileiros e à definitiva expulsão dos holandeses, momento de reestruturação da sociedade colonial e da produção açucareira,¹⁶⁸ Pedro Puntoni relaciona dois fatores: a missionação no interior do sertão e a expansão da pecuária.¹⁶⁹

Após o período holandês em Pernambuco o governo iniciou o serviço de reconstituição dos aldeamentos, sendo criado por Carta Régia de sete de março de 1681 a Junta das Missões em Pernambuco com subordinação a que existia em Portugal. O Governador da capitania de Pernambuco Aires de Souza Castro obedecendo às ordens régias, faz com que comecem os trabalhos para a sua instalação.¹⁷⁰

A Junta das Missões tinha por fim promover e cuidar de todos os negócios referentes às missões e catequese dos índios. Pela referida Carta foi determinado que a Junta das Missões se comporia do Governador da Capitania, do Bispo Diocesano e em sua falta do Vigário-Geral do Bispado, do Ouvidor-Geral da Comarca e do Provedor da Fazenda Real. Entretanto a Junta foi instalada em Pernambuco e começou a funcionar apenas em vinte e seis de setembro de 1692, sendo constituída pelo Governador, o Marquês de Monte Belo, o Bispo

¹⁶⁸ Sobre este assunto leia-se em Evaldo Cabral de Mello *Olinda Restaurada*—cap.8- “A querela dos engenhos”, p. 249-294 e em Rubro Veio o cap. 4- “A Metarmorfose da açucarcracia”, Rio de Janeiro. p. 151-193.

¹⁶⁹ Puntoni, Pedro. Op. cit. p. 71-77.

¹⁷⁰ Costa, A. F. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. v. 2. p. 79.

D. Matias de Figueiredo e Melo, o Ouvidor -Geral D. José de Sá Mendonça e o Provedor da Fazenda Real João do Rego Barros.¹⁷¹

Pela Carta Régia de trinta e um de janeiro de 1698 o corpo da Junta das Missões foi aumentado, passando a fazer parte dela os prelados das Ordens que tivessem a seu cargo a direção de aldeias, e para servir de secretário o mesmo que fosse do Governo da Capitania. Uma nova Carta Régia modificava a situação, após a de vinte e oito de fevereiro de 1701, de forma que fizeram também parte da Junta das Missões o Reitor do Colégio de Olinda, o Guardião de São Francisco, e Prior dos Carmelitas Descalços, o Prior do Carmo, o Abade de São Bento, todos da cidade de Olinda, como ainda o Prior dos padres reformados do Carmo e o prepósito da Congregação de São Felipe Neri, que assistiam em seus conventos do Recife. O Bispo Diocesano ocupava então o cargo de Presidente da Junta que funcionava em um convento de Olinda. A Junta superintendia sobre todos os negócios das missões do território que compunha a Capitania de Pernambuco, e fazia parte dela as Alagoas, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Ceará, e estava sob seu poder a jurisdição civil, eclesiástica e criminal sobre os nativos.¹⁷² Em alvará de vinte e três de novembro de 1700 foi ordenado que cada missão ou aldeamento desse uma légua de terra em quadro para o sustento dos índios e dos missionários e que cada aldeia se compusesse, pelo menos, de cem casais, que fossem situados à vontade dos índios e não ao arbítrio dos sesmeiros ou donatários, com audiência e aprovação da Junta das Missões. Sendo necessário dividir os grandes aldeamentos, ficasse sempre cada um com a referida quantidade de terra e número de casais, conforme segue abaixo: *“Eu El Rei faço saber aos que este meu alvará em forma de lei virem, que por ser justo se dê toda a providência necessária à sustentação dos párocos, índios e missionários que assistem nos dilatados sertões de todo o estado do Brasil, sobre o que se tem passado repartidas ordens, e se não executam pela repugnância dos donatários e sesmeiros que*

¹⁷¹ Id.Ibde. v. 4. p. 198.

¹⁷² Id.Ibde. v. 4. p. 199.

possuem as terras dos mesmos sertões: hei por bem, e mando que a cada uma missão se dê uma légua de terra em quadra, para sustentação dos índios e missionários. Com declaração que cada aldeia se há de compor ao menos de cem casais; e sendo de menos; e estando algumas pequenas ou separadas umas das outras em pouca ou menos distância se repartirá entre elas a dita légua de terra em quadra a respeito dos casais que tiverem e quando cresçam ao diante de maneira que se façam de cem casais, ou que sejam necessário dividir as grandes em mais aldeias: sempre a cada uma se dará a légua de terra; que por este arbitro, para as que já tiverem o número de cem casais. E as tais aldeias se situarão a vontade dos índios com aprovação da Junta das Missões; e não a arbitrio dos sesmeiros ou donatários. Advertindo-se que par cada uma aldeia, e não para os missionários manda dar esta terra: por que pertence aos índios e não a eles e por que tendo-se os índios, as ficam logrando os missionários no que lhes for necessário para ajudar o seu sustento, e para o ornato e culto das igrejas. E hei outrossim por bem que os párocos e fundação das igrejas se façam na terra dos sesmeiros e donatários conforme o bispo entender que convém para a cura das almas, e para lhe administrarem os sacramentos; dando conta ao Tribunal a que pertencer. E aos tais párocos se darão aquelas porções de terras que correspondem aos que ordinarariamente tem qualquer dos moradores, que não são donatários ou sesmeiros; e que possam ter logradoros das casas que tiverem; para que possam comodamente criar assim suas galinhas e vacas, e ter as suas éguas e cavalos, sem os quais nenhum poderá viver no sertão. E a execução desta lei hei por encarrega-la aos ouvidores gerais do estado do Brasil. Aos quais concedo possam determinar o distrito e medicação das ditas terras com conhecimento sumário, informando-se das aldeias e situações delas, como também das que necessitar cada uma igrejas paróquias nas terras das aldeias pelo que se assenta pelo governador na Junta das Missões e na das igrejas, pela edificação que delas tiver feito ou determinar fazer o Bispo; dando para isto conta na dita Junta das Missões. E esta medição e repartição farão os ditos ouvidores gerais sem outra forma de juízo e sem admitir requerimentos das partes pelo meu Conselho

Ultramarino sem parar a execução. E sobre este fato dos ouvidores, por ele mesmo se no dito Conselho se achar justificado que alguma das pessoas que tem datas de terras não quis dar a dita légua ou encontra de alguma maneira o que por este disponho: hei por bem lhe sejam tiradas todas as que tiverem, para que o temor desta pena e castigo os abstenha de encontrarem a execução desta minha lei e se admitirão as denunciaçãoes contra aqueles donatários ou sesmeiros que depois da repartição feita impedirem aos índios o uso delas; ficando aos denunciadores por prêmio a terça parte, não passando esta de três léguas de comprido e uma de largo. Pelo que mando a todos os governadores das minhas conquistas ultramarinas cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar esta minha lei, como nela se contém sem dúvida alguma: mandando-a registrar nas partes necessárias, para que seja público a todos o que por ela ordeno. E aos ouvidores gerais das mesmas conquistas ordeno também, que pela parte que lhes toca executem pontualmente este meu alvará. O qual quero que valha como carta, e não passe pela Chancelaria: sem embargo da ordenação do livro 2º artigo 39 e 40 em contrário. E se passou por 8 vias. Manuel Philype da Sylva o fez em Lisboa a 23 de novembro de 1700. O secretário André Lopes de Lavre o fez escrever. Rei.”

A execução desta lei foi remetida aos ouvidores gerais, com a competência de determinar o distrito e proceder a medição e demarcação das terras.¹⁷³ Noutra Ordem Régia de quatro de junho de 1703 estava determinado que na área reservada para cada missão deveria ser construído o edifício da igreja e o seu competente adro bem como a casa para os párocos com espaço para sua criação doméstica.¹⁷⁴ No entanto, estava determinado na Ordem Régia de onze de janeiro de 1701, que a mudança no local das aldeias e a nomeação dos seus respectivos capitão-mores fossem feitas por decisão dos índios missioneiros.¹⁷⁵ Cada aldeia tinha o comando de um missionário e de um capitão e era protegida militarmente pelo

¹⁷³Id. Ibde. v. 2, p.79.

¹⁷⁴Id.Ibde. v. 5. p. 5.

¹⁷⁵ID. Ibde. v. 2. p. 80

Capitão-Mor do distrito.¹⁷⁶ Ao desembargador Cristóvão Soares Reimão foi dada a licença para demarcar as terras concedidas por Alvará a cada missão ou aldeamento. No entanto, documento datado de 1711 mostra a relação que o Governo de Pernambuco mantinha com a capitania da Paraíba pois nele o Rei manda que o governo de Pernambuco pague ao desembargador pelo trabalho de demarcação realizado nos sertões da Paraíba.¹⁷⁷

“Eu El-Rei faço saber aos que esta minha provisão virem que por ter concedido licença ao desembarcador Cristóvão Soares Reimão para se recolher à Bahia a continuar o exercício do desembarcador daquela Relação havendo-o por escuso das diligências dos tombo das terras dos sertões da capitania da Paraíba, de que o tinha encarregado, e a me representar estarem lhe devendo alguns salários das medições que têm feito e principalmente das terras das aldeias dos tapuias; pedindo-me lhe mandasse ajustar a conta e pagar o que se lhe estivesse devendo pela Fazenda Real. E tendo a tudo consideração e ao que respondeu o meu procurador da Fazenda a que se deu vista: Hei por bem e mando ao meu governador da capitania de Pernambuco e ao provedor de minha Fazenda dela façam pagar pelo rendimento da Fazenda Real ao dito desembargador Cristóvão Soares Reimão o que venceu nas medições da légua dos índios, fazendo-se lhe conta aos dias que gastou nesta diligência, por que as mais medições toca às partes o pagamento delas na forma que tenho resoluto. E com esta declaração cumpram e guardem e façam cumprir esta minha provisão como nela se contém sem dúvida alguma. Pela qual com conhecimento de recibo do dito desembargador ou de seu bastante procurador será levado em conta ao tesoureiro almoxarife ou recebedor de minha Fazenda o que assim lhe pagar nas que der de seu recebimento e valerá como carta; e não passará pela chancelaria, sem embargo da ordenação do livro 2º parágrafo 39 e 40 contrário. E se passou por 2 vias: uma só haverá feito Dionysio Cardoso Pereira e fez em Lisboa a 22 de maio de 1711. O secretário André Lopes a fiz escrever. / Rei /.”

¹⁷⁶ Id. Ibde. v. 5. p. 5.

¹⁷⁷ Cód. 96. fl.440v a 441 - A. H. U.

Em 1729 foi abolido o cargo de Capitão-Mor com jurisdição sobre os índios, por eles não cumprirem a lei que proibia tirar o nativo das missões para serviços particulares sem pagar por isso aos missionários, donos da força de trabalho indígena. Em seguida era criado o cargo de Governador dos índios de cada distrito por terem sido demitidos todos aqueles que ocupavam o cargo de Capitão-Mor. Mas, esta situação só durou até 1733 quando por Ordem Régia era extinto o cargo de Governador dos índios e voltava às aldeias ao Governo dos Capitães, como antes, com os missionários.¹⁷⁸

Seguem dois documentos que tratam desta questão, um do século XVIII e outro do século XVII, o que mostra uma repetição do não cumprimento das leis por parte das autoridades.

1º - *“Capitão-Mor do Rio Grande etc. aos Officiais da Câmara dessa Cupitania em carta de 07 de junho deste ano se me queixam de se não executar aí o regimento que mandei passar para que os Padres Missionários com o Capitão-Mor oficiais da Câmara repartissem os índios das aldeias pelos moradores no mês que costumavam ir pescar à Costa do que procedia estar esse povo em miserável estado por ser esta pescaria o único remédio para suas necessidades.*

*E pareceu-me ordenar-vos façais com que se observe este regimento que há nesta matéria. E enquanto os pagamentos destes índios se desconfiar de alguma pessoa lhe não pagar o seu trabalho devem dar fiança, ou penhor por onde se falhar se possa pagar aos miseráveis índios, porque o dar-se-lhe adiantado, nunca convém porque poderá haver algum prejuízo, e com esta confiança e penhor se ocorre a tudo. Escrita em Lisboa a 14 de dezembro de 1701. Rei //”.*¹⁷⁹

¹⁷⁸ Costa, A. F. Pereira da. Op. Cit. v. 5. p. 5.

¹⁷⁹ Cód. 257. fl. 84. A. H. U.

À margem: “Sobre fazer observar o regimento que se passou para se repartirem os índios das aldeias pelos moradores.” O que assegura o direito dos moradores sobre o braço indígena nesta situação.

2º documento: - “*Dom João de Souza etc. Havendo mandado ver o que aqui se me representou por parte do Padre João Duarte do Sacramento Propósito da Congregação do Oratório de Santo Amaro dessa capitania acerca do grande fruto espiritual que ele e seus companheiros faziam nos gentios dos sertões dessas capitanias em que tinham reduzido muitos à fé e ser conveniente proibir-se que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que fosse tirasse, nem induzisse índios, nem tapuias sem licença dos padres missionários os quais não poderiam dar nenhuns tapuias, se não portanto limitado conforme a necessidade dos moradores sendo eles obrigados a entregá-los às aldeias donde pertencerem e a lhes ensinarem as orações e pagarem seu trabalho e que mandando os capitães daquelas capitanias particularmente o do Ceará fazer gente às aldeias para meu serviço mandariam a ordem aos padres missionários para a execução e que nenhuma pessoa mandasse nem levasse vinho ou aguardente às aldeias para contratar (sic) com os índios pelas grandes ofensas de Deus e ruínas que causam proibindo-se juntamente aos soldados da capitania do Ceará não levassem as índias por força para os seus quartéis para fiarem algodão para as suas redes. Me pareceu ordenar-vos (como por esta o faço) que mandeis ao capitão do Ceará que os soldados não levem mais as ditas índias por se evitar o escândalo e mau procedimento que nisto têm; e quando quizerem algum fiado para as suas redes se entregue aos religiosos para eles mandarem obrar o que for necessário taxando-lhe sempre por este trabalho o que merecerem for estilo e nos mais pontos que contém esta carta me informareis com o vosso parecer. Escrita em Lisboa a 24 de abril de 1683. Príncipe.*”¹⁸⁰

¹⁸⁰ Cód. 256. fl. 47v. e V. 8 - A. H. U.

Índigenas fugiram de missões por não agüentarem seu sistema, uma semi-escravidão com roupagem de comunidade e aldeia livre de exploração, já que se precisassem os sesmeiros de seus serviços, este deveria ser pago não ao índio e sim ao missionário.¹⁸¹ Nas aldeias existia uma permanente tensão entre os índios ficando por isso a cargo dos missionários a posse das armas, que mandava o rei ser em número de dez por aldeia. Em 1735 as Ordens Régias refletem, através das suas decisões, o momento de dificuldades administrativas quando manda para o serviço religioso das aldeias não mais sacerdotes regulares e sim clérigos seculares devido o estado em que se encontravam as missões com falta de missionários.¹⁸²

O governo da Metrópole procurava agradar no que podia a igreja por seu tão valioso serviço externo, assim mandava em 1703 e em 1704 beneficiar os missionários capuchos dos conventos do Recife e de Olinda com seis pipas de vinho para cada um, aos do convento do Carmo de Olinda oito pipas e aos do Recife as que o Prior jurasse serem necessárias.¹⁸³ Como o vinho não foi suficiente, em 1739, foi estabelecido para cada missionário secular a cômputo de 40\$00 réis anuais e aos regulares a de 30\$00 réis anuais. Aumentava neste mesmo ano a concessão de pipas de vinho para os conventos, e mandava o governo da metrópole mais 24 missionários às missões existentes como reforço, para introduzir o ensino de ofícios aos indígenas.¹⁸⁴

Diante da escravidão dos nativos era comum que houvesse fugas e por isso foi dado em 1701 ao missionário Padre Miguel Carvalho o cargo de representante dos índios fugitivos na Junta das Missões. A cada caso de fuga era aberto um processo onde a última palavra cabia

¹⁸¹ Costa, A. F. Pereira da. Op. cit. v. 5. p. 5 e 6.

¹⁸² Id. Ibde. v. 5. p. 5.

¹⁸³ Id. Ibde. v. 5. p. 5.

¹⁸⁴ Id. Ibde. v. 5. p. 5.

ao Governador da Capitania e ao bispo.¹⁸⁵ Em resolução da Carta Régia de 11 de janeiro de 1701, em geral os nativos fugitivos eram entregues pelos missionários a seus senhores, já que por lei era permitida a sua captura, exploração e venda em praça pública nas vilas ou nos Sertões.¹⁸⁶

A escravidão dos indígenas havia sido abolida no início do século XVII, com a lei de 1609, considerada “generosa e admirável”; no entanto, ela parece não ter sido seguida por todos os colonos e missionários. Em 1741, as notícias de terríveis tratos para com os índios escravos no Brasil chegavam na Europa fazendo com que o Papa Benedito XIV advertisse os missionários para não manter em cativeiro os nativos sob pena de excomunhão. Em 1742, o Alvará de 8 de outubro permitia que se tomasse os índios órfãos das aldeias e lhes dessem tutores que se responsabilizariam por eles, pagando-lhes depois, com idade adulta, o salário do seu trabalho. Mais de dez anos depois, em 1755, era decretado por Alvará a libertação de todos os índios em cativeiro, com exceção dos índios filhos de escravas pretas que deveriam ser julgados pela Junta das Missões,¹⁸⁷ o que mostra, mais uma vez, a necessidade de se frear o constante aprisionamento do indígena com o fim de escravizá-lo.

Em 1757, estava no cargo de ministro do rei D. José I, Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal; substituindo a função do monarca, o Marquês de Pombal assumiu o governo de Portugal e em 1758 estendia a todo o Brasil a lei de liberdade aos índios, de 1755. Pouco depois, promulgou a lei de expulsão dos jesuítas do Brasil, julgando a Companhia de Jesus um Estado dentro de outro Estado, e depois de expulsá-los adotou uma política nova para as aldeias dos padres inacianos, transformando-as em vilas e dando aos diretores de índios o lugar dos missionários. Na política do Marquês de Pombal podem ser identificadas duas preocupações, uma de caráter externo, cuja meta era de garantir as fronteiras disputadas

¹⁸⁵ Id. *Ibde.* v. 5. p. 5.

¹⁸⁶ Id. *Ibde.* v. 5. p. 5.

¹⁸⁷ Id. *Ibde.* v. 6. p. 123.

com a Espanha no sul do Brasil e no Noroeste, e a de caráter interno que se relacionava com a proposta de estimular a expansão e a colonização de novas áreas, como forma de assegurar o direito das terras conquistadas. A essa proposta de ação os capuchinhos se adequavam, e por isso foram preservados dos atos que atingiram violentamente os aldeamentos jesuítcos.¹⁸⁸ Colonos portugueses e missionários ora cumpriram, ora dependeram da política indigenista portuguesa que, como observamos, controlou as relações comerciais jurídicas e religiosas oscilando entre os interesses dos colonos e dos missionários.

Aos nativos o novo espaço colonial imposto por portugueses e depois por holandeses trouxe outros trabalhos além dos ligados a produção açucareira, na produção de tecidos, nas minas de salitre e nas lavouras de subsistência. Foram trabalhos de auxílio na administração das aldeias indígenas e nas missões que usou também de mão-de-obra nativa. Nas missões haviam tradutores indígenas que auxiliavam os padres nas atividades que necessitavam dos chamados 'linguas', haviam carpinteiros e pedreiros para a construção de capelas e casas. Outras atividades exercidas por nativos também foram registradas para nativos no século XVII. Em documento de 1645¹⁸⁹ aparecem trinta e três nativos eleitos escabinos- vereadores e um esculeto-prefeito por nativos que assinam o documento produzido durante Assembléia de Indígenas organizada por Pedro Poty e Antonio Paraupaba com apoio do governo colonial holandês.

A desintegração do espaço indígena e sua repercussão nas sociedades nativas fica claramente exposta em seis cartas escritas no ano de 1645 em *Tupi* que se encontram na

¹⁸⁸ Paraiso, Maria Hilda Bagueiro. Os Capuchinhos e os índios no Sul da Bahia: Uma Análise preliminar de sua atuação. p. 154.

¹⁸⁹ Veja artigo de Juliana Lopes Eleis . Um documento Quase Inédito: Participação dos Povos Indígenas na Burocracia Colonial. Revista Clio n. 15/v.1.Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.p. 243-252.

coleção *Briefen en Papieren*.¹⁹⁰ Em um artigo Pedro Souto Maior publica parte desta documentação já traduzida para o português.¹⁹¹ Dois líderes indígenas do século XVII, Pedro Poty e Filipe Camarão, testemunham que o antigo espaço indígena, que já não mais existia em 1645, não seria mais reconstituído. Nas cartas seus de Filipe Camarão e Pedro Poty discute-se vantagens e desvantagens das alianças com portugueses e holandeses. Trazem também reflexões sobre aspectos da vida indígena entre colonizadores portugueses e holandeses quanto à liberdade, à escravidão e à participação de nativos na luta entre portugueses e holandeses pela posse das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Discute-se também possíveis problemas que se sentiria no futuro entre os ‘chefes’ portugueses e holandeses. No entanto, não mais se discutia o espaço indígena do passado.

¹⁹⁰ Cartas em *Tupi* da coleção *Briefen en Papieren* - vol. 1645 – transcritas por José Higinio que se encontram na BN, Fundo Guerra Holandesa.

¹⁹¹ Souto Maior, Pedro. Dois Índios Notáveis e Parentes Próximos. Pedro Poty e Philippe Camarão Documentos Interessatíssimos e Inéditos. RIHGC, Fortaleza, 1912.p. 61-82.

LISTA DE ALDEIAS COM REPRESENTANTES NA REUNIÃO DOS CHEFES INDÍGENAS EM TAPESSEERICA NO ANO DE 1645

Localizações segundo mapa de Joan Vingboons das Capitânicas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte

Aldeia	Localização	Capitão	Adjunto	Tenente	Alferes	Juiz	Adjunto
Tapessericca (Tapisserama)	Cap. de Itamaracá	Domingos Fernandes Matheus Monteiro	Joannes Goacaraniscanha Jorge Taguacutibe	Paulo Bernardo Álvaro Correia	Diogo Taxame Gaspar Francisco	André da Rocha Jorge Itagoacutiba	Joannes Goacaramacanha, Luiz Mojoyacy, Joannes Tibiuna, Vicente Abatique, Santiago Gagoacupotinga, Diogo Garagetuba, Vicente Paranaoby Miguel Maragopa, Paulo Coacaparema, Francisco Vrusa, Damião Jaques, Manoel Ibauma, Francisco Guaraparaigma
Tabucurama (Tapisserama)	Capitania de Itamaracá	Vicente Rodrigues	Manoel Goarajuva				
Miavosy		Antonio Paraupaba	Antonio				
São Miguel	Capitania de Itamaracá	Francisco Vieira	Martim Vaz	Gaspar Soler	Martinho Rodrigues	Martinho Vaz	Marcial do Barco, Paulo Tinga
Nassau	Cap. Itamaracá	Thomé Camello	Domingos da Costa	Joannes Micaciara	Fernando Mameluco	Domingos da Costa	Cosma Supuca Pacuya e Marcial Manica
Urutagnay (Ortagny)	Capitania de Itamaracá	Henrique Fernandes	Bastião Lopes			Bastiao Lopes	Symão Amanarepe
Mauritia	Capitania de Itamaracá	Jorge Camello	Balthazar Gucarihi	Belchior Pereira João Tagoata Fagatajuba	Fernando Panamá Pantaleão Parasuama	Bastiao Lopes	Felippe Teixeira, Henrique Pitapiranga, Fernando Apicaba e Miguel Nucunaba

Matituba		Diogo Botelho	Henrique Petapiras				
Mauritia		Miguel Nicolau	Fernando Apicaba				
Myageriba (Miageriba)	Cap. Paraíba	Pedro Poty	Gaspar Maranse	Baltazar Lopes Alexandre Jacyoby	Cosmo da Silva Pedro Caracanha Francisco Migaogaora	Gaspar Cararu	Domingos Piritagoary, Simão Gurapepotinga, Paulo Misabe, Joao Baptista, Pedro Valterius, Marcial Hunbanhaoby, Thomè Abatiguira, Francisco Canhanima, Luis Cajuaiaba, Joao de Albuquerque
Pontado	Cap. da Paraíba	Sumão Garapepotinga					
Tapua (Tapoa)	Cap. da Paraíba	Jorge Caldeiro					
Goaragoay (Goregae) ou Agoaragoary	Cap. Da Paraíba / rio Goregae						
Mipibú (Mompebu)	Capitania do Rio Grande / entre os rios Pion e Tirby	Sebastião Andrade	Manoel Itarema			Rodrigues Jaguapacu	Mercus Peris
Zaragoa		Antonio Pacheco	Agapehoba				
Awanium Auranium		Diogo Paes Buto	Manoel Itarema	Francisco Monteiro	Francisco Migoagaora	Manoel Ibarema	Mercus Peris
Awranum (Araauni)		Jeronymo Coelho	Jeronymo Caragoatogaara			Jerônimo Caragoatogou	Felippe Muguytyra
Jarajia (Jaragira ou Gargyra)	Cap. do Rio Grande do Norte	Francisco pelpi	Agapehoba	Antonio Cunhatam	José Jaraguá	Antonio Agoapehoba	Francisco Yegoacaba

Tapicurama						Manoel Goarajuba	João Gregório, Pedro Martim Tapiyuruca, Francisco Acaraguira, João Murucujoaba, Symão Paragoayara, Matheus Tabiraboa, Gaspar Sariba e Domingos Yegoacaba
Miogia						Antonio Ytacuruba	Pedro Parana, Francisco Agoape, Symão Tabetibe, Francisco Meira
Orange							
Uratangmy Ortagny	Cap. do Rio Grande / na região entre as lagoas						
TapERICA				Domingos Rodrigues	Andre Gonçalves Lourenço da Silva		
Rugntay				Marcol Setimapirange	André Dias		
Carace		André de Souza	André Dias	João Tigi	Jorge Facam	André Dias	João Dias, Apolao Joragocugaya, Vicente de Araujo, Francisco Camandaroba, Paulo Bojuapara, Jorge Sacamby, João Icuparama, Francisco Sacoatara, Alvaro Juranuma, Balthazat Gueriba

4.3 Missões Religiosas e a Organização dos Nativos de Aluguel

No século XVI, o projeto missionário para a Terra de Santa Cruz se inscreveu no coração da política do padroado que atendia aos objetivos de ampliação dos domínios da Igreja e o da monarquia portuguesa. A missão da Igreja, enquanto projeto missionário, era principalmente a de conversão dos nativos pelos missionários. Para tanto, a coroa portuguesa os enviou e os financiou na colônia fazendo jus a bula *Inter Coetera* de 1493, onde os soberanos de Portugal e Castela ficaram encarregados das ações de povoar e de evangelizar as terras “descobertas” e as por “descobrir”.¹⁹² Esta bula, portanto, trata também do direito do padroado e da política de ampliação dos domínios da Igreja Católica Apostólica Romana, já definida para a África explorada pelos portugueses desde início do século XV e onde ocorriam ações missionárias.

Apesar dos jesuítas¹⁹³ não terem sido os primeiros religiosos a pisarem à Terra de Santa Cruz, eles foram escolhidos pelo rei de Portugal para iniciar à conversão dos indígenas. Entre suas funções, a ação missionária, justificada pela conversão dos nativos, deveria reafirmar e representar a dominação teológica e política da Igreja católica e da monarquia sobre estas terras, ação que logo apresentou suas divergências. Eis em quais termos D. João II justifica a dominação portuguesa na Ilha de Vera Cruz: *“Porque a principal cousa que moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi pêra que a gente dela se convertese a nossa santa fee católica vos encomendo muito que pratiques com os ditos capitães e oficiaes a melhor maneira que pêra se pode ter e de minha parte lhes direis que lhes aguardecerei muyto*

¹⁹² Ver Charles Boxer. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Rio de Janeiro, Edições 70, 1969.

¹⁹³ A Companhia de Jesus, reconhecida em 1538 pelo Papa, não atingia mil membros. Seu fundador, Ignácio de Loyola, ainda vivia e as Constituições da ordem estavam ainda em vias de redação. Sua dimensão missionária original é ainda pouco nítida.

*terem especiall cuidado de os provovar aserem christãos e pêra eles mais folgarem de ho ser tratem bem todos os que forem de paz.”*¹⁹⁴

Duarte Coelho muito cedo preocupou-se em transformar suas terras em um lugar seguro. Para nativos hostis, a guerra; para os aliados, os ‘afagos’ da colonização. Em Olinda, lugar da sede do seu governo, o donatário recebeu dois representantes da Companhia de Jesus, os padres Manuel da Nóbrega e Antônio Pires, que chegaram em 1551 para tratar da implantação do colégio e das obras de catequese dos nativos. Manuel da Nóbrega, jesuíta e superior da missão e seus companheiros são os primeiros jesuítas a chegarem à colônia portuguesa na América. Quanto aos indígenas, foram poucos os trabalhos feitos por estes missionários junto às aldeias; com pouca gente para este trabalho, visitaram apenas quatro das quais não se tem o nome. Em sua carta a Dom João III, datada de 14 de setembro de 1551, Nóbrega coloca talvez a resposta para as suas dificuldades. Nela, diz, referindo-se a Duarte Coelho: *“E, porem, é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da justiça, e por isso a jurisdição de toda a costa devia ser de V. A.”*¹⁹⁵ As atividades do Real Colégio de Olinda, construído parcialmente com subsídios da coroa, pago em açúcar comercializado pelos jesuítas, só tiveram início no ano de 1568, como escola elementar. Na descrição do calvinista Baers, o prédio do colégio era grande e de alta e bela construção, em forma de quadrado, tendo ao centro um pátio, dois andares e galerias duplas ao longo dos mesmos, dos quais entra-se em todos os quartos situados em redor, em número de aproximadamente quarenta.¹⁹⁶

A missão de converter os nativos revela-se difícil pelas diferenças culturais e adaptação mútua dos grupos em questão: missionários e indígenas. Os nativos da costa com quem tiveram os contatos iniciais foram os que primeiramente tiveram seus projetos de vida

¹⁹⁴ Regimento de Tomé de Souza, datado de 1548, citado e analisado in Georg Thomas, Política indigenista dos Portugueses no Brasil 1500-1640, São Paulo, edições Loyola, 1982, p.59-17.

¹⁹⁵ Carta de Manuel da Nóbrega in Cartas Jesuítas 1. Itatiaia, / Ed. da USP, São Paulo 1988.

¹⁹⁶ Silva, Leonardo Dantas. Pernambuco Preservado. Secretaria de Cultura do Gov. do Estado de Pernambuco, Recife, 2002. p.102-103.

interrompidos. A conversão, cujo sentido era promover mudanças na vida tribal indígena, implicava ao mesmo tempo em ensinar aos nativos os elementos essenciais do cristianismo e fazê-los abandonarem seus costumes ditos selvagens,¹⁹⁷ sem religião e sem política.¹⁹⁸ A organização das missões religiosas seguiu, durante os três primeiros séculos da colonização, as metas citadas, induzindo os sobreviventes dos massacres à fé católica, através de uma ação simultânea de apoio e exploração. Os padres recebiam licença do governador da província, em nome do rei, para fundar reduções passando a terra a ser propriedade da Coroa. As reduções se multiplicavam com os três elementos necessários: os padres, as tropas reais e os nativos. Inicialmente, as aldeias onde os padres se estabeleceram foram denominadas de “reduções”, porque nelas os índios eram reduzidos à fé e à civilização. Generalizaram-se, depois, os termos missão e gentílico missioneiro.¹⁹⁹ As reduções foram construídas em lugares estratégicos, escolhidos após pequenas incursões que visavam o reconhecimento físico da região e da população indígena. A missão era rigorosamente planejada e constituía-se numa unidade urbano-rural de área de trinta à quarenta léguas em quadra ou em círculo, segundo o número de habitantes e qualidade da terra. As populações indígenas foram deslocadas para as áreas reservadas a missões onde eram fixadas e forçadas a um novo modo de produção à nível tecnológico, produzindo um novo sistema social.

As missões religiosas foram sendo construídas em Pernambuco ocupando as terras no sentido do litoral ao sertão, onde chegaram na segunda metade do século XVII.²⁰⁰

As leis portuguesas, anteriormente comentadas, colocavam em poder da Igreja parte da ação e controle do sistema colonial ao mesmo tempo em que custeava sua instalação no

¹⁹⁷ Veja o cap.1.2 “Índio, homem natural” do livro *Imagens da Colonização* de Ronald Raminelli. Op.cit. p.34-41.

¹⁹⁸ Charlotte de Castelnau-L’Estoile. *Lês Ouvriers d’une Vigne Steérile. Lês Jésuites et la conversion dès indiens au Brésil. 1580 – 1620.* Fundação Clouste Gulbenkian, Lisboa-paris, 2000. p3.

¹⁹⁹ Freitas, Décio. *O Socialismo Missioneiro*, p. 17.

²⁰⁰ Miranda, M. C. Tavares de. *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*, p. 172.

Brasil. Esse sistema, ou projeto colonial, engajava missionários religiosos portugueses e também de outras nações européias, submetendo-os à Ordens Reais que controlavam desde os meios de navegação a problemas políticos, econômicos e jurídicos estabelecidos na colônia.

Em relação à ação religiosa conhecida como Missões, ocorrida na capitania de Pernambuco e suas anexas, pode ser considerado três movimentos que, diferentes entre si, têm em comum terem ocorrido no período da colonização portuguesa do Brasil e serem de cunho evangelizador. O primeiro movimento ocorreu durante a ocupação do litoral até o ponto onde se extraía o pau-brasil na zona da mata, em meio aos engenhos de cana-de açúcar que se estenderam em todo litoral da capitania de Pernambuco. O segundo movimento é caracterizado pela ocupação holandesa quando missões do litoral e do sertão foram visitadas por evangelizadores protestantes.²⁰¹ O terceiro movimento inclui missões católicas localizadas do litoral ao sertão da capitania de Pernambuco. Neste incluem-se também as missões religiosas ocorridas às margens do rio São Francisco no trecho entre Petrolina e Paulo Afonso.

O trabalho missionário foi marcado pela presença de missionários de diferentes ordens religiosas. Os primeiros padres chegados a Pernambuco e que se detiveram a essa atividade foram os Jesuítas, e depois deles os religiosos franciscanos, no ano de 1585, fundando logo um convento em Olinda e estabelecendo no seu quintal uma espécie de Seminário para a educação dos filhos de índios convertidos, que, depois de instruídos, pudessem ser pregadores de seus próprios naturais.²⁰² Ao serviço das missões foram os franciscanos dedicados, tendo já organizado em 1588 três grandes aldeias situadas em Itamaracá, Itapissuma e Pontas de Pedras. Suas obras continuavam a crescer, atingindo, em 1619, o número de quinze reduções, ficando nove situadas na Paraíba e seis em Pernambuco.²⁰³ Também os religiosos oratorianos

²⁰¹ Veja-se o artigo "A Igreja Cristã Reformada no Brasil Holandês" de Frans Leonard Schalviwijk in RIHGP. Vol. LVIII, Recife, 1993.p. 145-285.

²⁰² Costa, A. F. Pereira da. Anais Pernambucanos. v. 2. p. 77.

²⁰³ Ibid. v. 2. p. 77.

e capuchinhos estabelecem-se no Brasil durante o século XVII. Os capuchinhos chegam casualmente, como comenta Eduardo Hoornaert: *“A chegada deles não estava ligada a percursos coloniais portugueses. Os primeiros que chegaram no Maranhão, eram quatro franceses ligados à tentativa francesa de colonizar o Maranhão: dois entre eles se tornaram famosos pelos seus escritos de grande valor cultural: Yves d'Everux e Cleude d'Abdeville, que nos deixou preciosas informações de ordem etonológica. Estes primeiros missionários haviam chegado em 1612, e em 1614 chegaram mais dez; todos foram expulsos em 1617 com a derrota dos franceses no Maranhão.”*²⁰⁴

A partir de 1646 chegam capuchinhos em Pernambuco desviados da rota para a África, e lá atuam contra os holandeses. Estabelecem-se inicialmente em Olinda (1649) e posteriormente no Recife (1656) e Rio de Janeiro (1653).²⁰⁵ Segundo Frei Venâncio Willeke as missões franciscanas eram fundadas nas aldeias que melhor correspondiam às expectativas da conversão, tendo como ritual de missão dada a construção do “calvário” à entrada das aldeias, que consistia em um ou três cruzeiros. No entanto, não foi fácil para os religiosos conseguir a confiança dos nativos, havendo necessidade de provarem coragem e destemor em relação aos poderosos das aldeias, como o pajé, detentor do poder espiritual, e por isso o maior rival dos missionários.²⁰⁶

Os últimos missionários a atuarem também em Pernambuco foram os padres oratorianos. Imbuídos no movimento da “reforma cristã” chegam a Pernambuco, na segunda metade do século XVII, os padres João Duarte do Sacramento e João Rodrigues Vitória. Estabeleceram-se na ermida de São Gonçalo no Cabo de Santo Agostinho de onde adentraram posteriormente pelas cabeceiras do rio Capibaribe, os sertões do rio São Francisco.²⁰⁷

²⁰⁴ Hoornaert, Eduardo e outros. Op. Cit. pp. 63 e 64.

²⁰⁵ Ibid. p. 64.

²⁰⁶ Willeke, Frei Venâncio. Missões Franciscanas na Brasil (1500 - 1975) p. 16.

²⁰⁷ Ibid. p. 68.

Pereira da Costa afirma que na capitania de Pernambuco existiam em 1630 onze missões de diferentes ordens, todas próximas ao litoral, na região denominada Zona da Mata: as missões de São Miguel de Iguaçu, Caeté ou Nossa Senhora de Ipojuca, Moçuigh, São Miguel em Pau d'Alho onde habitaram o chefe Poti e Antônio Felipe Camarão”.²⁰⁸

Após 1630, com a invasão dos holandeses a Pernambuco, os aldeamentos com missões sofreram muitos ataques, chegando alguns a desaparecerem pelo abandono da sua gente. A partir de 1635, no período de paz, durante dominação holandesa da capitania, os antigos núcleos missionários foram reorganizados e outros foram estabelecidos por padres holandeses para instruírem os nativos na religião reformada e garantir-lhes os foros de cidadãos livres.²⁰⁹

Missões Jesuítas e as Franciscanas

Assim, como no litoral, a colonização do Sertão também se fez com a ação evangelizadora dos missionários jesuítas, franciscanos, capuchinhos e oratorianos. A primeira referência sobre Missões no rio São Francisco está relacionada à construção da missão jesuíta denominada de Colégio. Ela constituía-se em uma sesmaria de duas léguas de terra à margem do rio São Francisco com uma légua de fundo, constando na missão uma capela e um convento sendo conhecida como “colégio”, por ser jesuítica, e para ela convergiam habitantes de diversas aldeias.²¹⁰ A missão Colégio situava-se na região onde hoje existe a cidade de Penedo, Alagoas. Posteriormente, trabalharam em missões pelo sertão do médio rio São Francisco os jesuítas padre Jacob Roland, nascido em Amsterdam e padre João de Barros,

²⁰⁸ Costa, A. F. Pereira da. Op. Cit. v. 2. p. 77.

²⁰⁹ Id. Ibde. v. 2. p. 77.

²¹⁰ Hoornaert, Eduardo. Op. cit. p. 71.

português, fundadores da missão de Santa Teresa dos Quiriris, em Canabrava em 1667.²¹¹ Ao padre João de Barros pertence o primeiro trabalho linguístico sobre as línguas do Quiriris, Oacazes e Procazes, mais tarde aproveitado pelo padre Maniani, jesuíta italiano, que redigiu o melhor catecismo em língua Quiriri:²¹² “*Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasileira da Nação Quiriri, composto pelo padre Luiz Vicencio Maniani da Companhia de Jesus, Missionário da Província do Brasil, Lisboa, 1698*”.

Contra o poderio da família Garcia d’Ávila, senhora de quase todas aquelas terras no médio São Francisco, colocaram-se os jesuítas da missão Cana Brava. Os missionários padre Jacob Rolando, padre João de Barros e o padre jesuítas Jacob Clê, de outra missão cujo nome não se encontra nos registros, apenas sabe-se que distava desta última duas léguas, foram envolvidos na luta pelas terras e indígenas das missões.²¹³ Também entraram em confronto com os donos da Casa da Torre os capuchinhos padre Martinho de Nantes e padre Anastácio d’Audierne pela maneira violenta com que os fazendeiros agiam nesta região envolvendo nativos e missionários.²¹⁴

Uma das primeiras missões religiosas a serem instaladas no Sertão do médio São Francisco foi a do padre capuchinho francês Martin de Nantes em companhia do padre, também capuchinho, Teodoro de Lucé. Dos seus trabalhos como missionário o padre Martin de Nantes deixou um livro datado de 1685, impresso em Paris em 1687.²¹⁵ O período de 1679 a 1863 corresponde à atuação de missionários franciscanos no médio rio São Francisco. Sobre estas missões em Pernambuco podem ser citadas as missões franciscanas ocorridas em aldeias indígenas anteriormente administradas por religiosos jesuítas, as quais, por terem sido

²¹¹ Lima Sobrinho, Barbosa. Comentando o livro de Pe. Martin de Nantes, “Relação de uma Missão no Rio São Francisco”. p. 117.

²¹² Hoornaert, Eduardo. Op. cit. pp. 72 e 73.

²¹³ Nantes, Pe. Martinho de. Op. Cit. p. 77.

²¹⁴ Leia-se de Pedro Puntoni o livro a Guerra dos Bárbaros. Cap. 2-“O País dos Tapuias” p. 49-87.

²¹⁵ Nantes, Pe. Martinho de. Op. Cit. p. XX.

expulsos os seus missionários, devido ao conflito com os fazendeiros da Casa da Torre, foram entregues aos franciscanos em 1699, como ocorreu com as missões denominadas Caruru, Rodelas e Araxá.

As missões jesuítas ocorridas em aldeias de nativos *Cariri, Oacazes e Procazes* e administradas pelo padre João de Barros, entre elas as das ilhas de Araxá e Sorobabel, compostas por indígenas Procazes e Brancararus,²¹⁶ foram assumidas por missionários franciscanos após a retirada dos jesuítas iniciadores do trabalho missionário nesta região. Entre as missões jesuítas no médio São Francisco pernambucano estavam Cana Brava, Sorobabel, Rodelas, Araxá ou Axará ou ainda Acará, Assunção e Santa Maria da Boa Vista. A missão de Sorobabel localizava-se na ilha do mesmo nome no município de Itacaruba e constituía-se por terreno de aluvião como as demais ilhas do São Francisco. Segundo Serafim Leite, já em 1696, existia na ilha de Sorobabel um aldeamento com uma capela, que fora construída pelos missionários com ajuda dos nativos.²¹⁷ Com a padroeira Nossa Senhora do Ó, Sorobabel foi dirigida depois por missionários franciscanos no período de 1702 a 1761 aos quais atribui Frei Venâncio Willeke a consrução de uma igrejinha e casa para morada dos padres.²¹⁸ Sobre a missão de Sorobabel encontrada em ruínas e semi soterrada, no ano de 1986, Gabriela Martin²¹⁹ comenta: *“Como hipótese prévia, pois os dados de que dispomos são ainda insuficientes, podemos pensar que o estabelecimento das aldeias indígenas de agricultores precedem a implantação das missões nos mesmos lugares e não ao contrário, ou seja, a construção da missão urbanisticamente planejada “com casaes”, como foi constatado em Vila Flor (RN), para atrair indígenas da região, não foi a forma utilizada nas ilhas do São Francisco”*.

²¹⁶ Costa, A. F. Pereira da. Op. cit. v. 5. p. 38.

²¹⁷ Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Sertão de Pernambuco. p. 127.

²¹⁸ Willeke, Frei Venâncio. Op. cit. p. 88.

²¹⁹ Martin, Gabriela. Arqueologia nas Missões Religiosas do Nordeste do Brasil. p. 171 e 172

“Quando realizamos escavações arqueológicas na ilha de Zorobabel (escrita antiga para Sorobabel), sede da missão franciscana de Nossa Senhora do Ó, constatamos a existência de uma aldeia indígena situada no ponto mais alto da ilha. Realizamos algumas sondagens, na área de maior concentração de restos cerâmicos sem que fosse possível a determinação das estruturas pois a área tinha sido recentemente cultivada. Foi coletada entretanto cerâmica indígena bem característica, com engobo vermelho, sem nenhuma intrusão de materiais europeus. No recinto da missão, situada a uns 500 metros da aldeia, a cerâmica indígena apareceu misturada a fragmentos de faiança européia do século XVIII. A imediata inundação da ilha obrigou-nos a concentrar nossos espaços da escava o na igreja da missão, impedindo-nos de ampliar a área arqueológica da aldeia para obten o de maiores dados sobre o primitivo assentamento indígena, porém a hipótese levantada poderá ser confirmada nas escava es de outras ilhas fora da cota da inunda o... O recinto da missão que conseguimos escavar, antes da forma o do lago de Itaparica, consistia na igreja, na sacristia e em um pátio com dependências com o total de 1.200 m². A igreja média 18x6,50 m e foi construída nos começos do século XVIII, pelos capuchinhos franceses, obedecendo aos padrões estabelecidos para as missões, como se comprovou também na igreja da missão da ilha do Pontal e na Matriz de Santa Maria da Boa Vista...”

Entre *Tapuyas rodeleiros* das margens do rio São Francisco na altura do rio Pajeu²²⁰ uma missão jesuítica se instalou por volta de 1645, na margem direita do São Francisco²²¹ sob a invoca o de São Batista. Nesse aldeamento os nativos foram doutrinaados vivendo da caça, pesca e agricultura das suas terras; e foi através do contato com os portugueses que eles se incorporaram à luta contra os holandeses com duzentos Tapuyas, juntamente com a gente de Felipe Camarão. Posteriormente, os bandeirantes quiseram se servir deles nas suas entradas e bandeiras contra os seus irmãos, o que causou a fuga de muitos nativos da missão de Rodelas

²²⁰ Costa, A. F. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. v. 4. p. 79.

²²¹ Hoornaert, Eduardo e outros. *História da Igreja no Brasil*. p. 71.

para o Piauí, onde ficaram conhecidos pelo nome de Pimenteiras. Esta emigração ocorreu pelos anos de 1685 quando a aldeia de Rodelas já era ocupada pelas fazendas de gado onde formou-se posteriormente o centro de comércio e exportação de gado para a Bahia e para Minas Gerais.²²²

Na missão de Rodelas foram aldeados nativos *Tuxá*²²³ e a partir dela desenvolveu-se a cidade baiana de Rodelas localizada quase em frente à confluência do rio Pajeú com o São Francisco. Aí habitam ainda hoje *Tuxas* remanescentes do antigo aldeamento, sob a proteção da FUNAI. *Truká* e *Tuxá* descendentes do Rodelas, ocupam hoje algumas ilhas do rio São Francisco, como é o caso dos *Trukás* da Ilha de Assunção e os *Tuxás* da Ilha dos Cavalos, pertencentes ao município de Cabrobó.²²⁴ Tudo indica que também tenha se estabelecido na missão de Rodelas o Pe. Francisco Domfront, missionário e contemporâneo do Pe. Martinho de Nantes, que relata: “*Francisco de Domfront viera também a Pernambuco para atender a necessidades de sua missão dos Rodelas, sobre o mesmo rio,...*”²²⁵

Na ilha de Acará, também chamada de Axará ou Araxá, a aldeia de Nossa Senhora de Belém foi instalada pelos jesuítas entre os *Procazes*.²²⁶ A partir de 1702, a esta aldeia são reunidos *Brançararus*, no período da administração franciscana da missão, iniciado em 1699, com a expulsão dos jesuítas.²²⁷ Por último, a aldeia de Nossa Senhora de Belém, na ilha de Acará, foi dirigida por missionários Capuchinhos italianos, que continuaram aldeando *Procazes* e *Brançararus*.²²⁸

²²² Costa, A. F. Pereira da. Op. cit. v. 4. p. 79.

²²³ Id. Ibde. v. 4. p. 96

²²⁴ Id. Ibde. v. 5. p. 167.

²²⁵ Nantes, Pe. Martinho de. Relação de uma Missão no Rio São Francisco. p. 2.

²²⁶ Costa, A. F. Pereira da. Op. cit. v. 5. p. 167

²²⁷ Hoornaert, Eduardo. Op. cit. p. 71.

²²⁸ Costa, A. F. Pereira da. Op. cit. v. 5. p. 167.

Hoje, nada resta da missão que inicialmente foi jesuítica e em visitas, antes da sua inundação pela barragem do Itaparica, à ilha de Acará, atual ilha das missões, os seus moradores indicaram o local onde estavam os restos de uma antiga construção em pedras e tijolos, quase totalmente soterrados, que poderiam ter pertencido a algum edifício da missão setecentista.²²⁹ Hipoteticamente, pode-se afirmar que nesta ilha do Acará esteve instalada a missão Cana Brava ou que pertenciam a esta missão as terras da ilha e terras da margem esquerda do rio São Francisco.

A guerra contra os nativos da missão jesuítica Cana Brava, durante o final da década de setenta do século XVII, teve como consequência a retirada dos inaciados e a vitória da família Dias d'Ávila que ficaram com o domínio das terras desta missão e a administração da população que dela restou. Posteriormente a esta guerra, a Casa da Torre estabeleceu em terras pernambucanas, na margem esquerda do rio e bem próximo à ilha de Acará, uma fazenda denominada Cana Brava, que no mapa "*Roteiro de viagem do Recife à Carinhanha, pelo Ipojuca de 1738*" aparece registrada.²³⁰ Desta fazenda surgiu um povoado que, por lei estadual, em 13 de junho de 1902 foi elevado à categoria de Vila com o nome de Belém e no ano de 1953 passou à ser Cidade e ficou chamada Belém de São Francisco.²³¹

Outra missão jesuítica foi instalada na ilha de Assunção conhecida durante o século XVII como ilha do Pambu.²³² Nela serviu como religioso o capuchinho francês Pe. Martinho de Nantes que instalou sua missão entre nativos *Cariris* na ilha Aracapa, próxima à do Pambu, na segunda metade do século XVII. Hoje, habitam a ilha de Assunção remanescentes da tribo *Truká* que, como os *Tuxás*, pertenciam ao grupo de nativos Rodeleiros.²³³

²²⁹ Relatório de visita a ilha das missões em 1988, Projeto Itaparica de Salvamento Histórico. UFPE - Departamento de História.

²³⁰ Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Op. Cit. p. 147..

²³¹ Id.Ibde. p. 147.

²³² Id.Ibde. p. 177.

²³³ Nantes, Pe. Martinho. Op. cit. p. 18.

Consta na relação de Pereira da Costa que a missão de Nossa Senhora de Assunção, localizada na ilha do mesmo nome no rio São Francisco, foi instalada em vinte e três de setembro de 1761 como a de Santa Maria, e dirigida por jesuítas que nela construíram grande igreja e convento. Os aldeamentos da ilha de Assunção e Santa Maria prosperaram tanto que foram únicos a receber, em toda a Capitania de Pernambuco, o título de Vila e a de Assunção até o de Vila Real.²³⁴ Até 1792, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, erguida na ilha de Assunção pelos jesuítas, funcionava como matriz, até quando, nesta data, uma grande cheia arrasou a ilha e a matriz que, logo em seguida, foi transferida para a antiga igreja de Nossa Senhora da Conceição, erguida em data imprecisa na fazenda dos Dias d'Ávila,²³⁵ onde hoje existe a cidade de Cabrobó. Após a enchente de 1792, a igreja foi abandonada, e nunca restaurada, restando dela na ilha de Assunção apenas uma parte das paredes de uma lateral que, devido à composição da base em pedras e pé-direito alto, demonstra ter pertencido a um grande edifício. Nos terrenos que a circundam e no espaço que correspondia a seu interior, os índios que habitam a ilha da atual reserva Truká habitualmente enterram seus mortos, e moram em pequenas casas perto das ruínas.²³⁶

Igualmente utilizada como sede de uma missão jesuítica, a ilha de Santa Maria, no rio São Francisco, pertencente ao município do mesmo nome, foi habitada primeiramente por índios Tapuyas Kariris. Transformada em paróquia e depois em vila em 1761, quando da sua instalação pelo Ouvidor da Comarca das Alagoas, Dr. Manoel de Gouveia Álvares, dando-lhe por termo todas as ilhas do rio São Francisco acima, desde as das Vacas até a ilha dos Caricós, incluindo as margens do rio. Na ilha de Santa Maria foi construída, para a missão, uma capela com devoção a Santa Maria, que decaiu em 1817, quando apresentava um aspecto humilde e

²³⁴ Costa, A. F. Pereira da. Op. cit. v. 5. p. 40.

²³⁵ Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Op. Cit. p. 177

²³⁶ Barbosa, Bartira Ferraz. Relatório da visita realizada à área em janeiro de 1988 por historiadores do Projeto Itaparica de Salvamento Histórico. UFPE. Departamento de História.

população de apenas 160 vizinho, composta por nativos caçadores, pescadores e agricultores isentos de tributos, e as mulheres entregues à indústria de fiação e tecidos de algodão, cultivado na ilha, e ainda no trabalho da olaria para uso interno e para exportação.²³⁷

Em 1852 a igreja de Santa Maria, na ilha do mesmo nome, estava em ruínas, e ao seu lado, igualmente caídos, o convento e casas de colunas de pedras; tudo construído por missionários da Companhia de Jesus. Poucos indígenas restavam lá em 1855: fazendeiros vizinhos apossaram-se das suas terras, e afugentaram-nos para o continente onde se refugiaram na Serra Negra, no atual município de Floresta. Santa Maria perdia o seu predicamento de Vila em 1838, passando a ser propriedade particular até os dias de hoje.²³⁸

Missões Capuchinhas

Atuaram, também no sertão pernambucano, os capuchinhos franceses e italianos que não aparecem frequentemente em missões litorâneas. Pertencendo à ordem de São Francisco, os capuchinhos são, mais precisamente, oriundos da Primeira Ordem dos Frades Menores. Esta Primeira Ordem, fracionou-se inicialmente em conventuais e espirituais devido à introdução de reformas baseadas em princípios Dominicanos, adotadas pelos conventuais que, por sua vez, dividiram-se em não-ordenados e ordenados. Destes derivam os capuchinhos que, criando especializações internas, geraram distintos cargos e atividades, cabendo aos frades ordenados, por dedicação aos serviços externos, maior parcela de poder nas decisões da Ordem. Atuavam junto aos fiéis e viviam em comunidades abertas à participação por meio de estudos, para atualizarem suas pregações que, segundo pensavam, deveriam ser mais intensas e constantes.²³⁹

²³⁷ Costa, A. F. Pereira da . Op. cit. v. 10. p. 153.

²³⁸ Id. Ibde. v. 10. p. 153.

²³⁹ Paraiso, Maria Hilda Baqueiro. Os Capuchinhos e os Índios do Sul da Bahia: Uma análise preliminar de sua atuação. p. 151.

Os frades não-ordenados, em oposição aos ordenados, sofreram perseguições mas, acreditando na possibilidade de impor suas posições contra a abertura e pregações dos ordenados, continuaram sob a coordenação dos conventuais. No entanto, a reação violenta dos ordenados, mais progressistas e cultos, obrigou-os à separação dos opositores. Com o nome de Capuchinhos, passaram a formar um grupo autônomo concretizado em 1528.²⁴⁰

A ação dos Capuchinhos se caracterizou também pela formação de missionários preparados em cursos especiais e que tiveram como proposta de ação um trabalho adequado às missões em comunidades indígenas.²⁴¹ Seus princípios fundamentais foram: a pobreza, o incentivo ao estudo das Santas Escrituras e a dedicação preferencial à pregação, feita por meio de discursos diretos, carregados de emoção e horror ao pecado.²⁴² Casas e igrejas deveriam ser simples e situadas fora das cidades e vilas, devendo ser adquiridas através de recursos doados pelo trabalho de pregação, oriundo exclusivamente das esmolas.²⁴³

Com relação a sua estrutura administrativa, os Capuchinhos caracterizavam-se também pela menor hierarquização interna e aceitaram receber pagamento do Estado através de cômguas mensais como os jesuítas e franciscanos, e ainda, segundo a Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso:

“Formava a Ordem dos capuchinhos a mais facilmente controlável pelos mecanismos governamentais, sendo a que oferecia menos resistência às determinações emanadas do Estado. Era, conseqüentemente, os que não constestavam a política indigenista vigente ou mantinha qualquer tipo de atrito com o governo. Isso pode ser comprovado no momento da

²⁴⁰ Id.Ibde. p. 151 e 152.

²⁴¹ Id.Ibde. p. 152.

²⁴² Ibid. p. 152.

²⁴³ Ibid. p. 152.

expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, ocasião em que as missões capuchinhas nem se quer foram molestados.”²⁴⁴

Os capuchinhos no entanto, diferenciavam-se dos demais missionários por dependerem da congregação romana, isto é, eram “*missionários apostólicos*” e não “*reais*”; dependiam do Papa e não do Rei, o que os distanciavam um pouco do sistema colonial.²⁴⁵

A atuação dos capuchinhos no Brasil deve-se à tentativa francesa de colonizar o Maranhão. Assim, no sertão pernambucano, instalaram-se missionários capuchinhos a partir de 1670. No caminho para o médio São Francisco, algumas missões são visitadas pelo primeiro missionário capuchinho que resolve trabalhar com nativos *Cariris* do rio São Francisco. Este missionário é Frei Martinho de Nantes, autor da “*Relação de uma Missão no Rio São Francisco*”, escrita durante a sua estada entre os índios Kariris do rio São Francisco e que muito serviu para este estudo.

Segundo seu relato, ele chegou em Pernambuco a 30 de agosto de 1671, viajando logo em seguida à Paraíba em companhia do Pe. Teodoro de Lucé, com o objetivo de visitar uma missão entre os índios Kariris, onde permanece durante oito meses, para depois regressar a Pernambuco, provavelmente no ano de 1672. De Pernambuco ele parte, como escreve, “*...depois de uma pequena estada para ir ao rio São Francisco*”.²⁴⁶

Na viagem ele foi acompanhado pelo também capuchinho francês Pe. Francisco Domfront, e por missionários dos indígenas da missão Rodelas; durante a mesma passaram pela missão do Pe. Capuchinho Anastácio d’Andierne, situada a vinte léguas da foz do rio São Francisco.²⁴⁷

²⁴⁴ Id. Ibde. p. 152.

²⁴⁵ Hoornaert, Eduardo. História da Igreja no Brasil. p. 63.

²⁴⁶ Nantes, Pe. Martinho de. Relação de uma Missão no Rio São Francisco. pp. 1 e 2.

²⁴⁷ Op. cit. p. 2

Após dois meses de permanência com o Pe. Anastácio, Pe. Martinho continuou a viagem e com oito dias chegava à missão de Rodelas, onde Pe. Domfront os recebeu.²⁴⁸ Daí, após um dia de descanso, seguiu para a ilha de Pambu que, segundo Pe. Martinho de Nantes, ficava vinte e duas léguas acima pelo curso do rio São Francisco.²⁴⁹ Da ilha de Pambu escreve relato precioso da sua decisão em estabelecer uma missão na ilha de Aracapá que, segundo relata, era a mais antiga com aldeia e a maior de todas elas. Em Aracapá, construiu com ajuda dos nativos uma casa e igreja de madeira e barro coberto de palha, provavelmente destruídas pelas enchentes que o rio provocava antes de serem construídas as barragens. A ilha de Aracapá traz este nome até hoje e está localizada no município de Orocó, em frente ao riacho da Brígida.²⁵⁰

Os *Cariris* formaram diversas aldeias que se localizavam nas ilhas do São Francisco, como é o caso da aldeia de São Felix em que Pe. Martinho de Nantes também prestou seus serviços.²⁵¹

²⁴⁸ Op.cit.p. 35.

²⁴⁹ Op.cit

²⁵⁰ Op.cit p. 38

²⁵¹ Sobre esta ilha, também chamada Cavalão, consta no Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco-Sertão do São Francisco. pp. 189 e 190: “Na ilha de São Félix, pertencente ao município de Orocó, existem vestígios da antiga igreja que encontra-se em terreno plano. Seu frontispício está voltado para o Sudeste. A igreja se encontra sem construção contíguas, contudo a um cemitério ao seu lado direito. Nas proximidades só existem algumas pequenas casas de lavradores. O solo no local é seco, com vegetação arbustiva. Desenvolve-se na ilha atividade agrícola, onde se nota basicamente plantação de cebola”.

“Presume-se que seja de meados do século XVII a sua época de construção do edifício que é de grande interesse arquitetônico. A planta é retangular formada por nave e capela-mor, tendo nas laterais da nave dois altares em arcos de alvenaria de tijolos. Ao lado direito da nave, encontra-se a sacristia e, contíguo a esta, um outro ambiente. A torre sineira situa-se ao fundo, ao lado esquerdo da igreja. O interior do edifício encontra-se rebocado e o exterior com tijolo aparente, e verifica-se um estado de conservação de pré-ruína. A cobertura apresenta-se em duas águas no corpo principal, tendo sido recuperada recentemente. Os outros ambientes são de uma só água. A fachada principal mostra um só plano, ladeado por duas pilastras e dois muros laterais à semelhança de contraforte. Divide-se a fachada em três partes: a primeira até um piso horizontal, contendo a porta de verga reta, cercadura e rodapé em massa. A segunda verifica-se entre o friso e o entablamento, onde

Durante a época em que esteve nas ilhas do São Francisco, o Pe. Martinho de Nantes travou muitas discussões com o senhor das terras que margeavam o rio pelo lado esquerdo, o poderoso Francisco Dias d'Ávila. Numa das suas investidas contra o trabalho dos missionários, fez com que todos os nativos da aldeia de São Félix se deslocassem para outra ilha, na esperança de que Pe. Martinho os abandonassem.²⁵² Pe. Martinho resolve ficar como missionário no local novo da antiga aldeia, para o qual Francisco Dias d'Ávila havia se comprometido construir nova casa e igreja, sendo este local provavelmente de melhor acesso à margem direita do rio em comparação à ilha de São Félix. Relata o frei: *“A travessia era mais difícil e perigosa pela violência das correntes, exigindo mais de duas horas de imenso trabalho. A canoa era tão pequena que não conduzia se não o nosso negro e eu, e muitas vezes estive em perigo.”*²⁵³ Provavelmente esta aldeia nova se localizou numa ilha perto da do Cavalo, que corresponde hoje à ilha de São Miguel, restando, também nela, vestígios da antiga construção religiosa.²⁵⁴

Também dos capuchinhos foi a missão de Rodelas já mencionada anteriormente, a qual dirigida pelo Pe. Francisco Domfronte, estava provavelmente situada na região em que se encontra atualmente a cidade de Jatinã, antiga Belém,²⁵⁵ no município de Itacuruba. Pe. Martinho comenta que dois anos após a sua chegada à ilha de Aracapé outros dois capuchinhos franceses instalam suas missões também em ilhas no São Francisco: o Pe. Anastácio d'Audierne, na ilha do Pambu, que deve ser a atual ilha de Assunção, localizada no município de Cabrobó onde havia antes a missão jesuítica, de cuja construção se tem pouca

se vê um óculo entaipado. o entablamento mostra em sua extensão horizontal métopas. Na terceira, encontra-se três imagens de santo assentadas em pedestais, interligadas por uma balaustrada. O cemitério encontra-se no lado direito da igreja e a sua frente há um cruzeiro com cruz em madeira. Relevantes, encontram-se na igreja, a imagem de São Félix e de Nossa Senhora

²⁵² Nantes, Pe. Martinho. Op. Cit. p. 47.

²⁵³ Op.cit.p. 48 e 49.

²⁵⁴ Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Op. cit. p. 191 e 192.

²⁵⁵ Nantes, Pe. Martinho de. Op. cit. p. 107. Comentário de Barbosa Lima Sobrinho.

informação, e a missão do Pe. José Chateaugontier que, como relata Pe. Martinho, se situava duas léguas abaixo da missão do Pe. Anastácio,²⁵⁶ o que leva a crer que se tratava da missão ocorrida na ilha da Vargem, que também foi conhecida como a missão do Beato Serafim²⁵⁷ no período em que os capuchinhos italianos substituem os capuchinhos franceses. Também não se tem informação sobre a construção desta missão.

Para Eduardo Hoornaert, a partir de 1670 os capuchinhos franceses conseguiram fazer aldeamentos nas ilhas Porcá, Araxá, Vargem, Pambu, Aracapá e Cavalo além da aldeia dos Rodelas as quais, a partir de 1698, devido ao rompimento da Casa Real portuguesa com a Casa Real francesa, os capuchinhos são obrigados a deixar o Brasil, passando suas missões para os carmelitas descalços.²⁵⁸ Ainda segundo o mesmo autor, nesta época, passavam pelo Brasil os capuchinhos italianos que viajavam em campanha para a África, os quais herdaram dos capuchinhos franceses, por intermédio dos carmelitas, o hospício da Bahia em 1705 e por consequência as aldeias do rio São Francisco.²⁵⁹

Outra missão teria sido fundada pelos capuchinhos italianos entre *Cariris*²⁶⁰ na aldeia de Nossa Senhora da Piedade, situada na ilha de Inhanhum no ano de 1705 a qual consta como extinta em 1761²⁶¹. Pereira da Costa afirma que até o século XIX os capuchinhos fundaram missões como é o caso da aldeia chamada de Jacaré de nativos *Pipipães*. Considerados Tapuias, os *Pipipães* ou *Pipipões* tinham originalmente os seus aldeamentos nas caatingas, entre os vales dos rios Moxotó e Pajeú. Foram primeiramente reduzidos pelo capitão Antônio Vieira de Melo em meados do século XVIII, mas já em 1802 a missão era dirigida por Frei Vital de Frascarolo e levava o nome de Jacaré, situando-se na Serra Negra,

²⁵⁶ Id. Ibde. p. 50.

²⁵⁷ Costa, A. F. Pereira da. Anais Pernambucanos. v. 5. p. 38.

²⁵⁸ Hoornaert, Eduardo. Op. cit. p. 65.

²⁵⁹ Id. Ibde. p. 66.

²⁶⁰ Costa, A. F. Pereira da. Op. cit. v. 5. p. 38.

²⁶¹ Miranda, Maria do Carmo Tavares de. Os Franciscanos e a Formação do Brasil. p. 172.

local escolhido pelos nativos devido à fertilidade e abundância de mel e caça. Em 1804, formava um núcleo de 135 habitantes, e em 1823 foram banidos de suas terras por José Francisco da Silva e Cipriano Nunes da Silva, que nelas situaram uma fazenda agro-pastoril, localizada na Serra Negra entre o rio Moxotó e riacho do Navio, ficando na região entre Vila Bela, Tacaratú, Floresta e Lagoa de Baixo.²⁶²

A missão do Pontal, instalada pelos franciscanos na ilha do mesmo nome no São Francisco, corresponde à aldeia Nossa Senhora dos Remédios composta pelos índios Tamaqueus.²⁶³ A ilha do Pontal fica situada no município de Petrolina e nela existe ainda a capela de Nossa Senhora dos Remédios. A capela tem feições singelas e é constituída por uma nave com uma única porta central de entrada sob a qual fica o coro, cujo acesso se dá por uma escadinha de madeira íngreme. A nave comunica-se com a capela-mor através do arco-cruzeiro... A capela-mor, pouco mais estreita que a nave tem ao fundo o altar-mor constituído por simples mesa em planos sob o qual existe um oratório em madeira que abriga a imagem da Virgem dos Remédios. Um vão lateral comunica a capela-mor com a sacristia pelo lado esquerdo de quem entra na capela.²⁶⁴

²⁶² Costa, A. F. Pereira da. *Op. cit.* v. 5. p. 170.

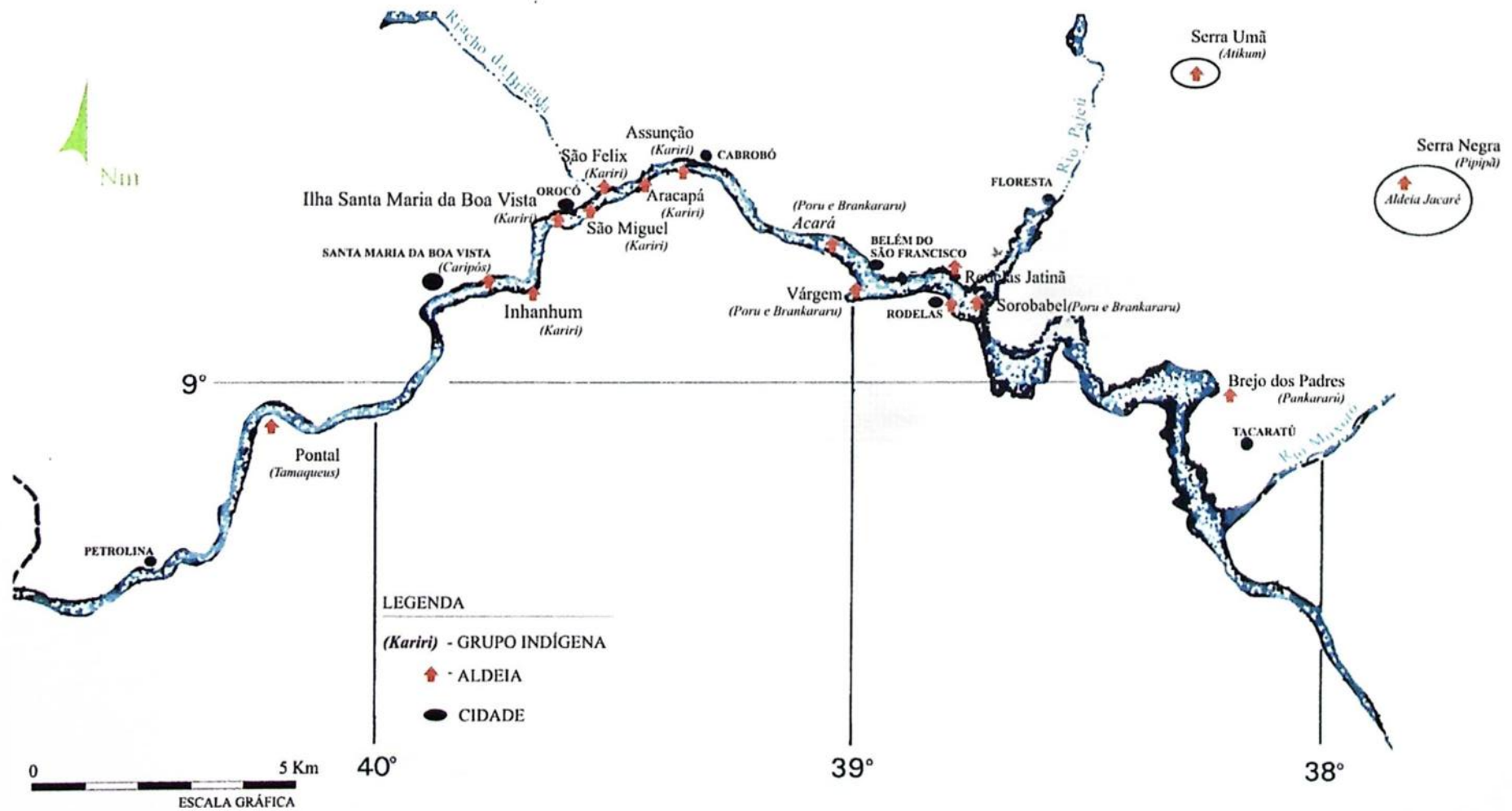
²⁶³ *Op.cit.* v. 5. p. 36.

²⁶⁴ *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Sertão do São Francisco.* p. 215.

Aldeias Indígenas na Capitania de Pernambuco no Sertão do Médio São Francisco nos Séculos XVI e XVII

MUNICÍPIO	TRIBO	LOCALIZAÇÃO
Santa Maria da Boa Vista	Tamaqueus	Ilha do Pontal
Santa Maria da Boa Vista	Coripós	Ilha dos Coipós
Santa Maria da Boa Vista	Cariri	Ilha de Inhanhum
Orocó	Cariri	Ilha Santa Maria da Boa Vista
Orocó	Cariri	Ilha de São Miguel
Orocó	Cariri	Ilha do Cavalo (São Félix)
Orocó	Cariri	Ilha de Aracapá
Cabrobó	Cariri	Ilha de Assunção
Cabrobó	Cariri	Ilha do Pambu
Belém do São Francisco	Poru e Brancararu	Ilha Beato Serafim (Vargem)
Belém do São Francisco	Poru e Brancararu	Ilha de Acará
Itacuruba	Poru e Brancararu	Ilha de Sorobabel
Tacaratu	Pankararu	Aldeia Brejo dos Padres

ALDEIAS INDÍGENAS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO - SÉCULO XVII



FONTE: BARTIRA FERRAZ BARBOSA, Índios E Missões No Médio São Francisco De Pernambuco

Missões da Ordem de São Felipe Neri

Os oratorianos instalados na ermida de São Gonçalo, no Cabo, Pernambuco, formaram já no ano de 1696 um grupo com cinco sacerdotes e sete estudantes, que por sugestão do Papa se juntaram ao Oratório de São Felipe Neri, de Roma.²⁶⁵ Entretanto, o trabalho missionário foi autorizado pelo Estado Português apenas em 1674.

Com a expulsão dos jesuítas, os oratorianos assumem três das suas missões em Pernambuco: a de Ararobá, atual cidade de Pesqueira, a de Ipojuca, e a de Ararota e Limoeiro, reduzidas na freguesia de São Lourenço da Mata.²⁶⁶

Ápos 1690, os oratorianos partem para fundar novas aldeias devido à volta dos jesuítas na administração das suas missões,²⁶⁷ o que provoca a interiorização dos primeiros, que partem em busca de novas aldeias para o trabalho da catequese. Ainda no século XVII, os oratorianos da congregação de São Felipe Neri dirigiram uma aldeia chamada Brejo dos Padres, hoje localizada próximo à cidade de Tacaratu, no município de mesmo nome.²⁶⁸ Neste aldeamento eles teriam construído uma capela sob a invocação de Santo Antônio durante o século XVII, a qual ainda hoje existe e é composta por uma nave, capelar-mor e pequena sacristia lateral. A coberta da nave possui duas éguas, e o interior, dois altares laterais; a capela-mor possui telhado igual e um altar. Todo o piso é em cimento, certamente encobrindo um mais antigo. A capela guarda no seu interior imagens em madeira de Santo Antônio, São Francisco, Santa Rita, São José, Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição e dos Crucifixos.²⁶⁹ Hoje a capela pertence à reserva dos *Pankararus*, descendentes dos primeiros indígenas ali aldeados, mantida pela FUNAI, cuja população vive da agricultura, da caça e da criação de gado.

²⁶⁵ Hoornaert, Eduardo. Op.cit. p. 69.

²⁶⁶ Id. Ibde. p. 69.

²⁶⁷ Id. Ibde. p. 70.

²⁶⁸ Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Sertão do São Francisco. p. 75.

²⁶⁹ Id. Ibde. p. 98.

De uma maneira geral, as missões que fizeram parte da ocupação do médio São Francisco, não mantiveram boas relações entre si, com exceção dos capuchinhos e jesuítas que se apoiaram mutuamente para a realização de viagens e instalações de missões, como relata Pe. Martinhos de Nantes, a respeito de quando procurou instalar sua missão entre os *Cariris* e da ajuda que obteve dos jesuítas contra as guerras provocadas por Francisco Dias d'Ávila contra os nativos e suas missões.²⁷⁰ O mesmo não ocorreu entre os missionários oratorianos e os demais catequizadores, como comenta Eduardo Hoornaert: "*O núncio de Portugal aprovou no dia 19 de março de 1674 a idéia de trabalho missionário recomendando (aos oratorianos) que evitassem os frades capuchinhos a fim de não ter atrito com eles*".²⁷¹ Para nós, esta era uma estratégia política que pretendia afastar os oratorianos dos capuchinhos que poderiam auxiliá-los e aconselhá-los, ficando a ocupação das terras pelos colonos sem nenhuma resistência organizada por parte dos missionários.

As acusações feitas aos missionários foram sobretudo as seguintes: as missões se tornaram ricas demais; não obedeciam nem ao bispo, nem à justiça dos ouvidores, nem ao clero secular; os indígenas ficaram demasiadamente unidos aos missionários e adestrados para a guerra; havia falta de comunicação com a Corte; as terras eram usurpadas por nativos e missionários, e além disso, o ingresso aos portugueses era proibido nas missões, e por fim, os missionários insultavam os ministros e emissários do rei.²⁷²

A afirmação de terem as missões enriquecido não há de ser de todo verdadeira, se observadas as descrições do casario e dos edificios religiosos das missões. Em um relato de Pe. Martinho de Nantes, ele comenta que as missões viviam do que plantavam, caçavam e coletavam, e que sua missão fora construída com a ajuda dos nativos da própria aldeia e a

²⁷⁰ Nantes, Pe. Martinho de Relação de uma Missão no rio São Francisco. pp. 2, 54 a 57.

²⁷¹ Hoornaert, Eduardo. Op. cit. p. 69.

²⁷² Id. Ibde p. 67

construção feita com madeira e barro, coberta de palha.²⁷³ Ainda relatou que, economizando pequenas esmolas recebidas de portugueses somadas a remuneração das missões que lhes eram encomendadas, empregava a maior parte do dinheiro na compra de ferramentas, facas, pano para vestir os indígenas e gastava pouco consigo.²⁷⁴ Mas, o enriquecimento se deu entre ordens religiosas que investiram em fazendas de gado e em engenhos de açúcar como foi o caso dos beneditinos²⁷⁵ na capitania de Pernambuco. Pertenciam-lhes três engenhos em Pernambuco: Mussurepe, o mais antigo, adquirido em 1609. Este engenho, situado às margens do rio Capibaribe em Paudalho na Zona da Mata, norte tinha em 1620 uma produção de três mil arrobas de açúcar. Em 1663 empregava 82 escravos e sua produção de açúcar e aguardente correspondia à metade dos recursos necessários para o mosteiro de Olinda. Outros dois engenhos beneditinos, o São Bernardo e o Goitá também produziam açúcar para o mosteiro de São Bento. Em Itamaracá, a fazenda Jaguaribe, com plantações e muitos escravos enriquecia também o convento dos beneditinos de Olinda. Neste caso, os engenhos e fazendas não eram de propriedade da ordem e sim do convento, constituíam a principal fonte de renda e estavam integradas em um sistema que compreendia lavoura de subsistência e olaria para o sustento dos engenhos e convento.

Outra acusação contra os missionários refere-se à falta de obediência desses ao bispo, ouvidores, clero secular ou à justiça. Provavelmente ela se baseia em episódios onde os missionários não aceitaram entrar em guerra com os nativos de suas missões contra outros indígenas rebelados, como o caso da guerra contra a missão Cana Brava.²⁷⁶ Com a justificativa de que as terras eram usurpadas por missionários e de que nelas eram proibidas a entrada de portugueses, as autoridades coloniais apoiavam as invasões nas terras das missões

²⁷³ Id.Ibde.p. 40 e 41.

²⁷⁴ Hoonart, Eduardo. Op. cit. p. 75

²⁷⁵ Schwartz, B. Stuart. Os Engenhos Beneditinos no Brasil Colonial. In: RIAHP, v. LV.Recife, 1983. p.29-52.

²⁷⁶ Id.Ibde. p. 67.

de forma que suas áreas de caça, coleta e plantação diminuiam com a invasão do gado de fazendas vizinhas que, além de tudo, destruíam as terras cultivadas.

A afirmação de que existiam uma falta de comunicação com a Corte e os insultos dirigidos aos ministros e emissários do Rei foram a forma de ignorar qualquer tipo de relação que existisse, sem a qual não teria sido possível a sobrevivência de missões. A carta de Pe. Martinho de Nantes²⁷⁷ à rainha de Portugal, onde ele suplica proteção para os missionários, é uma das muitas existentes em arquivos históricos.

A diminuição dos trabalhos missionários na capitania de Pernambuco ocorrida no sentido do litoral ao sertão durante os séculos XVII e XVIII revela que, ao passo que os espaços indígenas foram sendo tomados pelo espaço colonial português e holandês, o trabalho catequizador e de redução dos nativos em áreas organizadas para as missões auxiliava a construção do mundo colonial e de seus interesses. Neste processo de superposição de espaços, na segunda metade do século XVIII, muitas missões foram devolvidas, outras se extinguíram por abandono, sendo substituídas pelas missões volantes de número reduzido. A lei de 1755 ordenando liberdade a todos os nativos do Brasil, a expulsão dos jesuítas e a nova política para as áreas indígenas no Brasil, que ordenava em 1758 a instalação dos ‘Diretórios dos Índios’²⁷⁸ quando passou-se a fundar vilas em lugar de aldeias indígenas, paróquias em lugar de missões e a colocar párocos em lugar de missionários encerrou definitivamente o trabalho missionário na capitania de Pernambuco.²⁷⁹

²⁷⁷ Nantes, Pe Martinho de. Op. cit. p. 54 a 57.

²⁷⁸ Veja o trabalho de Ângela Domingues, Quando os Índios eram Vassalos. Colonização e relação de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Publicado pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses- 1ª edição. Lisboa, 2000.

²⁷⁹ Sobre a regularização deste processo de instalação dos diretórios dos índios ver doc. do AHU, Pernambuco papeis avulsos/caixa 50, de 16-09-1760.

IV. CONCLUSÃO

Na região que veio a compor a capitania de Pernambuco grupos nativos viviam em unidades sócio-políticas com seus territórios e fronteiras. A ocupação indígena pré-histórica foi o ponto de partida para o estudo sobre a transformação do espaço indígena ocorrida durante os séculos XVI e XVII para a construção de um espaço político-econômico que servisse ao sistema mercantil português. A partir de leituras sobre a presença de populações de caçador-coletores do holoceno e de grupos indígenas ceramistas e agricultores foi concluído que nesta região estiveram diferentes culturas indígenas no período da pré-histórico. Com os dados desta pesquisa apresentamos um mapa com sítios pré-históricos assinalados nas regiões: litoral, agreste e sertão.

O estudo sobre o confronto de interesses de diferentes povos indígenas e portugueses e a conformação de novos territórios e espaços - os portugueses em um novo espaço colonial e os nativos em novas fronteiras sócio-culturais e as vezes geográficas-, retomou antigos documentos e informações conhecidas e proporcionou pesquisa em documentos originais e inéditos como os mapas holandeses de Johan Vingboons do século XVII guardados no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, recentemente restaurados.

Pesquisados documentos, crônicas, cartas, assim como, cartografia européia do século XVI ao XVIII para a Região Nordeste verificamos que, no geral, a documentação aponta mais informações sobre o litoral do Brasil colonial do que sobre os sertões. A documentação também reflete a aplicação de uma política portuguesa colonial que não respeitou a organização do espaço indígena. Grupos ou povos indígenas indicados pela cartografia portuguesa, holandesa ou francesa, são apresentados sem fronteiras e sem formas de ocupação definidas, o que também vale para a maior parte da documentação manuscrita e impressa. Por isso, muitos dados da pesquisa histórica não poderiam ser entendidos se não

fossemos procurar respostas em pesquisas antropológicas, lingüísticas e arqueológicas relativas ao espaço nativo do período Pré-histórico e Proto-histórico desta região.

Entre os principais cronistas para a étno-história das populações nativas da capitania de Pernambuco dos séculos XVI e XVII estão o artilheiro alemão Hans Staden, que participou de luta contra nativos *Caetés* pela defesa da vila de Igarassú no ano de 1548²⁸⁰ e o frei Martin de Nantes, franciscano francês que estabelece ação missionária pelos sertões. Seus textos publicados no século XVI e início do XVIII, respectivamente, revelam que houve resistência de diferentes grupos indígenas á implantação do espaço colonial, mas, que estas ações foram minadas por outros grupos nativos aliados dos portugueses. O período foi de muitos conflitos, guerras, escravidão para os nativos e alianças. Outros dois documentos de conteúdo rico em informações sobre transformações ocorridas no espaço indígena na primeira metade do século XVII publicados por Pedro Souto Maior em Revista do IAHGP,²⁸¹ indicam que houve tentativa de organização das lideranças indígenas de diferentes etnias reunidos em assembléia indígena de 1645 realizada na aldeia de Tapessirica, hoje cidade de Goiana. Entre mais de cem nativos que assinam o primeiro documento estão Pedro Poty e Antonio Paraupaba, ambos aliados dos holandeses. Entre outras informações valiosas os dois documentos confirmam a participação de nativos em trabalhos políticos e administrativos ligados a organização das aldeias e populações indígenas o que demonstra ter havido a utilização de indígenas para tarefas que fugiam à escravidão do braço indígena para agricultura, produção de tecidos de algodão, construção de casas para os padres nas missões, entre outros trabalhos feitos por nativos pagos através de jornadas de trabalho.

²⁸⁰ Staden, Hans. Hans Staden Suas viagens e Cativo entre os Índios do Brasil. Texto ordenado por Monteiro Lobato. Companhia editora Nacional, São Paulo, 1945. p. 79.

²⁸¹ Maior, Pedro Souto. Um documento quase inédito. In revista do IAHGP. Vol. 15.. Recife 1912..

Relatos de viagem, documentação manuscrita e cartográfica do período sobre esta região foram indispensáveis para a construção da paisagem²⁸² e para o conhecimento dos territórios indígenas. A documentação cartográfica dos séculos XVI e XVII demonstra o trabalho de argutos pesquisadores e cientistas quanto ao processo de reconhecimento geofísico dos territórios conquistados. Nela também está refletido o processo de conquista da terra indígena através da guerra, destruição dos aldeamentos indígenas e da exploração de populações indígenas escravizadas em engenhos, fazendas e áreas de missões religiosas. Com base nesta documentação também concluímos que os aldeamentos indígenas com ou sem missões eram locais de recrutamento de nativos para servir a interesses do Estado ou de particulares em guerras e para trabalhos em fazendas e engenhos.

Observamos ainda que o uso de termos indígenas na documentação em geral, como o termo *tapuia*, pouco esclarece sobre seu verdadeiro uso. Muitos termos e nomes apareceram durante o período colonial partindo de interpretações e aproximações da visão dada sobretudo por grupos nativos da costa. Por isso, colocamos estes termos em itálico.

As hipóteses de que diferentes grupos nativos viveriam no litoral nordestino quando foram expulsos por levadas migratórias de nativos Tupi-Guaranis,²⁸³ ainda em andamento quando da chegada dos colonizadores europeus no século XVI, foram por nós aceitas como válidas, pois, na região um conjunto heterogêneo de grupos e povos indígenas como os *Caetés*, *Tabajaras* e *Cariri* estavam em luta pela estabilização e controle de territórios. No entanto, não estavam sujeitos a uma autoridade comum e suas fronteiras estavam sempre em movimento, dependendo do estado de conquistas e perdas de terras em guerras e alianças. Aldeias inteiras também podiam abandonar uma área onde a terra estava esgotada para a

²⁸² Paisagem

²⁸³ Fausto, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da etimologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In Manuela Carneiro da Cunha. História dos Índios do Brasil. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1998. p384..

produção agrícola depois de usada por dois ou até quatro anos para o plantio onde era aplicado o sistema de coivara. Para os grupos indígenas agricultores a terra para o plantio da mandioca precisava ser rica em nutrientes, em fonte de água e em mata para caçar, para colher lenha, entre outras necessidades.

A ‘nação de nativos *Caetés*’, povo de cultura semelhante aos dos grupos *Tupinambás* dentro da percepção dada no século XVI, estava formada por um conjunto de aldeias de número inexato distribuídas ao longo da costa da capitania de Pernambuco e em parte do sertão. Seu idioma fazia parte do tronco lingüístico *Tupi-Guarani*. Portanto, divididos por aldeias controlavam um território com fronteira ao sul na margem direita do rio São Francisco com os *Tupinambás* e ao norte no canal de Santa Cruz com os *Potiguares*. Sua aproximação lingüística com outros povos *Tupi-Guaranis* não foi elemento definidor de alianças. A documentação refere-se que entre os diferentes grupos indígenas citados anteriormente existiram relações diferenciadas, hostis e pacíficas. Os laços de alianças entre nações e grupos *Tupi-Guaranis*, como dos *Tabajaras*, *Potiguaras* e *Caetés* ou entre estes e outros grupos indígenas de troncos lingüísticos diferentes, eram tecidos por relações de troca, casamentos e por participação comum em atividades guerreiras. Relações que também valeram para nativos e portugueses ou nativos e outros europeus que pela costa estabeleceram trocas, alianças, casamentos e guerras.²⁸⁴

Por fim, nossa leitura sobre a desintegração do espaço indígena e sua repercussão nas sociedades nativas teve em cartas escritas por dois líderes indígenas do século XVII, Pedro Poty e Filipe Camarão, o testemunho de que o antigo espaço indígena que não mais existia não seria mais reconstituído. Nos relatos contidos nas cartas seus autores Filipe Camarão e Pedro Poty discutem problemas presentes – que tinham como tema principal a vida entre colonizadores portugueses e holandeses, a liberdade e a escravidão e a participação dos nativos

²⁸⁴ Fausto, Carlos. *Ibidem*. P.384.

[Faint, mostly illegible handwritten text at the top of the page.]

[Main body of handwritten text, dense and difficult to decipher due to fading and bleed-through.]

[Handwritten text at the bottom of the page, including a signature and a circular stamp.]



na luta entre portugueses e holandeses pela posse das capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba - e possíveis problemas que daquele presente se sentiria no futuro; não mais se discutia o espaço indígena do passado.²⁸⁵

A desintegração do espaço indígena na capitania de Pernambuco fica nítida com os mapas dos engenhos e o das aldeias indígenas assinados Vingboons trabalhados nos capítulos três e quatro. As terras que couberam aos nativos depois de dado início a colonização nesta região eram apenas partes desconexas do todo que existiu no mundo indígena pré-colonial; As terras mais férteis foram tomadas aos nativos no litoral e as doadas às missões ou que haviam com nativos pelos sertões também passaram a ser cobiçadas com expansão da colonização para o interior restando delas no final do século XVII migalhas do que havia. Como se identificar, assim, com o novo entorno? Eram então nativos em um novo espaço com novas paisagens, então homens de um mundo globalizado.

A documentação organizada e catalogada pelo Projeto Resgate do AHU- Capitania de Pernambuco-, que ainda não está disponível aos pesquisadores poderá trazer novos dados sobre localizações de aldeias indígenas - do litoral, Zona da Mata, Agreste e Sertão - e sobre a implantação do espaço colonial na capitania de Pernambuco. Fontes, portanto, importantes para pesquisa deste tema ainda estão por ser pesquisadas e podem resultar em novas interpretações sobre a ocupação do espaço indígenas no período colonial.

²⁸⁵ Artigo de Pedro Souto Maior na RIHGC, Op. cit. p. 61-82.

V. FONTES

5.1 FONTES CARTOGRÁFICAS

ATLAS Geográfico. Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística MEC-FAE. Rio de Janeiro. 1984.

ATLAS das terras indígenas do Nordeste. Alagoas, Bahia (exceto sul), Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe. PETI – Projeto de Estudos Sobre Terras Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: PPGAS/museu nacional/UFRJ, 1993.

Portugaliae Monumenta Cartographica. Direção de Armando Cortesão. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1960.

NIMUENDAJU, Curt. Mapa Etno-histórico. rio de Janeiro: IBEGE, 1981.

THEVET, André. La Cosmographie Universelle d'André Thevet Cosmographe du Roy. Illustree de diverses figures des choses plus remarquable veüe par l'Auther, & Paris Pierre l'Huiller, 1575. 2v.

FLORENTIUS, Arnoldus. Delineatio omnium orarum tocius Aus trasis partis América,....

AA. Pieter von der. La Galerie Agrable du Monde ou l'on voit em um grand nombre de cartes Marchand Libraire, s.d. [1729 ?].

5.2 FONTES MANUSCRITAS

Biblioteca Nacional

Cartas em *Tupi* /coleção Briefen em Papieren - vol. 1645 –Fundo Guerra Holandesa.

Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

Coleção Documentos Históricos

Biblioteca de Évora

Cód. CXV folhas: 235v., 248, 259.

Biblioteca da Ajuda

Doc. 51 - VII - 8, fl. 130 v. e 131, data: 21.07.1605

Doc. 51 - VII - 48, fl. 46, data: 31.08.1605

Torre do Tombo

Bulas, maço 30, n° 16.

Arquivo Histórico Ultramarino

PE	pa. Caixa 2	22.02.1638
PE	pa. Caixa 2	16.06.1656
PE	pa. Caixa 3	24.06.1650
PE	pa. Caixa 8	12.07.1691
PE	pa. Caixa 9	12.12.1697
PE	pa. Caixa 10	25.06.1700
PE	pa. Caixa 17	13.04.1722
PE	pa. Caixa 18	17.12.1697
PE	pa. Caixa 20	15.06.1731
PE	pa. Caixa 21	27.11.1733
PE	pa. Caixa 22	19.04.1732
PE	pa. Caixa 29	10.12.1739
PE	pa. Caixa 30	31.01.1742
PE	pa. Caixa 33	05.10.1744
PE	pa. Caixa 36	18.06.1747
PE	pa. Caixa 36	17.06.1747
PE	pa. Caixa 49	22.03.1759
PE	pa. Caixa 49	13.06.1759
PE	pa. Caixa 49	20.06.1759
PE	pa. Caixa 50	31.01.1761
PE	pa. Caixa 50	28.04.1760

PE pa. Caixa 50	09.08.1761
PE pa. Caixa 50	16.11.1760
PE pa. Caixa 53	15.03.1764
PE pa. Caixa 21	s/d
Códice	Data
14 - fl. 197 - 197v	08.10.1649
33 - fl. 155 - 155v	18.03.1692
49 - fl. 19 - 20	20.03.1683
52 - fl. 198v- 199	06.09.1706
95 - fl. 91v- 92v	21.11.1700
95 - fl. 440v- 441	22.05.1711
96 - fl. 370v- 371	15.03.1721
99 - fl. 125v- 126	20.10.1735
112 - fl. -----	21.08.1587
112 - fl. 235 - 235v	09.09.1696
118 - fl. -----	22.06.1672
120 - fl. 29 - 30	02.12.1683
120 - fl. 286v- 287v	13.03.1688
122 - fl. 39v	23.07.1694
122 - fl. 201v	14.01.1696
123 - fl. 104v- 105	24.11.1698
123 - fl. 217v	11.01.1699
124 - fl. -----	14.05.1703
124 - fl. 330	25.06.1706
128 - fl. 77v- 78	12.02.1721
129 - fl. 78v- 79	15.08.1722
256 - fl. 07	27.04.1674

fl. 12	06.11.1675
fl. 33v	02.02.1680
fl. 33v	14.03.1680
fl. 47v- 48	24.04.1683
fl. 54v	25.01.1685
fl. 55v	27.01.1685
fl. 118v	13.03.1691
fl. 118v- 119	13.03.1691
fl. 138	28.03.1692
fl. 186	20.11.1694
257 - fl. 07v	13.01.1699
fl. 08v	13.01.1699
fl. 17	05.09.1699
fl. 18	05.09.1699
fl. 32	17.11.1699
fl. 38v	11.02.1700
fl. 38v- 39	09.02.1700
fl. 39	19.02.1700
fl. 54	19.10.1700
fl. 56	05.11.1700
fl. 62	09.12.1700
fl. 64 - 64v	11.01.1701
fl. 65	11.01.1701
fl. 66	11.01.1701
fl. 66v	11.01.1701
fl. 68	31.01.1701
fl. 68	31.01.1701

fl. 84	14.12.1701
fl. 87	19.12.1701
fl. 98	13.01.1701
fl. 119v	08.05.1703
fl. 120	08.05.1703
fl. 138v	17.07.1704
fl. 149v	07.04.1704
fl. 149v	06.08.1704
fl. 155	13.08.1704
fl. 173	05.06.1705
fl. 192	24.09.1706
fl. 192v	28.09.1706
fl. 203 - 203v	06.09.1706
258 - fl. 32	21.04.1714
fl. 36	08.02.1714
fl. -----	22.07.1718
258 - fl. 105	18.08.1718
fl. -----	11.09.1718
fl. -----	13.09.1720
fl. 192 - 192v	17.03.1721
fl. 228	31.10.1721
fl. 228	31.10.1721
fl. 212v	12.02.1721
fl. 236v	06.08.1722
fl. 237v	21.08.1722
fl. 241v- 242	21.08.1722
fl. 242	04.09.1722

259 - fl. 07	16.11.1724
fl. 07v	17.11.1724
fl. 17	02.03.1725
fl. 62	21.05.1726
fl. 64v	23.05.1726
fl. 90	12.06.1726
fl. 231 - 231v	01.05.1729
fl. 236 - 236v	06.06.1729
260 - fl. 06v	15.06.1731
fl. 09v	06.07.1731
fl. 14v - 15	24.07.1731
fl. 82v	08.10.1732
fl. 113v	13.03.1732
fl. 163 - 163v	22.10.1735
fl. 247	16.04.1739
fl. 325 - 326	03.09.1742
265 - fl. 64v- 65	08.01.1690
fl. 104 - 105v	01.12.1695
fl. 109v- 110	22.08.1696
fl. 124 - 124v	12.12.1697
fl. 124v	08.02.1698
fl. 125v- 126	23.12.1697
fl. 133 - 134	07.01.1699
fl. 139v- 142	07.12.1699
265 - fl. 144v- 145	24.09.1700
fl. 145 - 145v	24.09.1700

fl. 156	___	12.1700
fl. 196v		25.09.1706
fl. 260		15.03.1712
584 - fl. 159		23.01.1795
fl. 160 - 161		16.12.1794
907 - fl. 109 - 109v		05.02.1721
910 - fl. 203v		02.03.1735
911 - fl. 125v- 126v		15.10.1735
912 - fl. 226v- 227		06.04.1739
914 - fl. 16 - 19v		04.10.1742
915 - fl. 148 - 149		27.09.1746
1919 - fl. -----		30.08.1759
Maço 1 - pa.		19.07.1713
Maço 19.A - pa.		19.07.1727
Maço 51 - ---		21.04.1746

5.3 FONTES IMPRESSAS

ABBEVILLE, Claude D'. História da Missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas [1614]. Belo horizonte: Ed. Itatiaia; são Paulo: Ed. da USP, 1975.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão. Tomo I, Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860. Tomo II – Rio de Janeiro: Nova Tipografia de J. Paulo Hildebrant, 1874.

ANCHIETA, José de S. J. Cartas, informações, Fragmentos Históricos e Sermões do... (1554-1594). Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1988.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte. Editora Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

BARLÉU, Gaspar. *História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. [1647] Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Or: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

BARO, Roulox. *Relação da Viagem de Roulox Baro, interprete e embaixador ordinário da Companhia das Índias Ocidentais, da parte dos Ilustríssimos Senhores das Províncias Unidas, ao país dos Tapuias, na terra firme do Brasil. Começada no dia três de abril de 1647 e terminada no dia quatorze de julho do mesmo ano*. In: MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. *História das íntimas lutas na Brasil entre holandeses e portugueses e relação de viagem ao país dos tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979.

BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz (capitão da infantaria do Regimento de Estremôz). *Plano sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia, com uma breve notícia da missão que entre os mesmos foi feita pelos proscritos jesuítas*. Lisboa, 1788. In: RIHGB, tomo XIX, p. 33/98, 1856.

BECK, Mathias. *Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará*. [1649]. Fortaleza, RIC, tomo XVII, p. 325-405, 1903.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. [1618] Recife: Imprensa Universitária, 1966.

BRY, Johan Theodor de. *Americae Pars VII. Verissima Descriptio Praecipuarum Quarundam Indiae Regionum et Insularum*. [Francoforti], 1599.

CARDIM, Fernão. *Tratados das gentes e Terras do Brasil*. Tradução do texto, introdução e notas por Ana Maria Azevedo. Coleção Outras Margens. Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997.

CARTAS do Brasil – 1549 a 1560. Academia Brasileira. Oficina Industrial, Rio de Janeiro, 1931.

CARTAS Avulsas – 1550 a 1568. Academia Brasileira. Oficina Industrial, Rio de Janeiro, 1931.

COLEÇÃO de Breves Pontifícios, e leis régias, que foram expedidos, e publicados desde o ano de 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e comércio das Índias, do Brasil, dos excessos dos jesuítas, etc. até 1758. Impressa na Secretaria do Estado, por ordem de sua Majestade, 1760.

COUTO, Dom Domingos de Loureto. Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco [1757]. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

EVREUX, Yves d'. (capuchinho francês). Viagem ao Norte do Brasil, feita nos anos de 1613 a 1614. Maranhão: Tipographia do Frias, 1874.

GAGO, Ascenso. S.J. Carta anual do que se tem obrado na missão da Serra da Ibiapaba desde o ano de 93 até o presente de noventa e cinco... (1695) p. 38-56 e Carta anual do que se tem obrado na missão da Serra do Ibiapaba desde o ano de 1695 até o ano de 1697. p. 57/63. In: LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. – Tomo III – Norte: Fundações e Entradas século XVII-XVIII; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro; Lisboa: Livraria Portucália, 1943.

HERIARTE, Maurício de. Descrição do Estado do maranhão, Pará, Corupá e rio Amazonas. [1662]. Viena d'Áustria; Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou Crônica dos frades menores da província do Brasil [1761]. Parte Primeira. Vol. 1 Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979; Parte primeira: Vol 2 e parte Segunda: Vol. 1, 2 e 3. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. [1816]. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

LAET, Johanness de. História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o seu começo até o fim do ano de 1636 [1644] Vol. I (livros I a XII). Vol. II (livros VII a XIII). Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1916 e 1925.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo I – século XVI – O estabelecimento; Tomo III – norte: Fundações e Entradas século XVII-XVIII; Tomo V – Da Bahia ao Nordeste. Estabelecimento e Assuntos Locais. Séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portucália, 1938, 1943 e 1945.

_____, _____. S.J. Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil. 3 volumes. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

_____, _____. S.J. Novas Cartas Jesuíticas. São Paulo: Nacional, 1940 (Brasiliana, 194).

LÉRY, Jean de. Viagem à Terra do Brasil [1578]. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1980.

MANIANI, Luiz Vicencio. Pe. (S.J.). *Arte de Gramatica da língua Brasílica da naçam kiriri.* Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1699.

MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. Zur Ethnographie Amerika's zumal Brasiliens. Mit einem Kärtchen über die Verbreitung der Tupis und Sprachgruppen. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.

_____. Catecismo da doutrina christã na língua brasílica da naçam kiriri. Lisboa: Officina Officina de Miguel Deslandes, 1698. (ed. Fac-similar). Prefácio: Rodolfo Garcia. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1942.

NANTES, Frei Martinho de. Relações de uma Missão no Rio São Francisco. São Paulo, Ed. Nacional, Brasiliana, 1979.

NANTES. Pe. Bernardo de O.F.M. Catecismo índico da língua Kariris, acrescentando de várias práticas doutrinas & morais ... Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1709.

NIEUHOF, Joan. Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil. [1640-1659] São Paulo, Livraria Martins fontes, 1942.

PEREIRA, João (S.J.) Informação para a Junta das Missões de Lisboa. Bahia, 05/07/1702. p. 569/573. In: LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo V – Da Bahia ao Nordeste. Estabelecimento e Assuntos Locais. Séculos XVII-XVIII. RJ: Instituto Nacional do Livro. Lisboa: Livraria Portucália, 1945.

POHL, Johann Emanuele. Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817^a 1821 e publicada por ordem de S. Majestade o Imperador da Áustria Francisco I [1832-1837] Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952. 2v.

RELAÇÃO das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra (1607). P. 557/559. In: LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil – Tomo I – séc. XVI – O estabelecimento. Lisboa: Portucália / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

PURCHAS, Samuel. A treatise of Brasill written by a Portugall which had long live there. The Seaventh Booke. “Voyages to and about the Southern América, with manu Marine Observations and Discourse of thse Seas and Lands by English-men and others”. Impresso por William Stansby, para Henrie Fetherstone, Londre, 1625, vol.IV, p.1289-1320.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ás nascentes do rio de São Francisco (1819. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SALVADOR, Frei Vicente. História do Brasil – 1500-1627. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Cia. Editora Nacional. Ed. USP, 1971 (Brasiliana, 117).

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS. Carl Friedrich von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil [1557]. São Paulo: Liv. Itatiaia/EDUSP. 1974

VASCONCELLOS, Pe. Simão de S. J. Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil [1663]. In: RIHGB, Tomo XXXIV, 1871.

WILLEKE, Frei Venâncio. Missões Franciscanas no Brasil – 1500 a 1975. Petrópolis: Vozes, 1974.

WILD-NEUWIED, Maximilian Alexander Phillip, príncipe de. Viagem ao Brasil [1815-1817]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

VI. BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Aurélio M. G. de. Introdução ao estudo das Culturas indígenas do Brasil. Rio de Janeiro: Nosso Brasil, 1977.

ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

_____, _____. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Edições Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1930.

AB'SABER, Aziz Nacib. Problemas das migrações pré-históricas na América latina. Revista Clio- serie arqueológica, n.4, extraordinário . Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro. Editara Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

ADONIAS, Isa. (org.) Mapa: Imagens da Formação territorial Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

A HISTÓRIA do Brasil no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – século XVIII: Documentos do Conselho Ultramarino. In: Rio de Janeiro, RHIGB, V. 259, P. 218-264, 1963.

ALBUQUERQUE, Joaquim José Campos da Costa de Medeiros e. Índice cronológico das bulas e outros documentos semelhantes existentes no Real Arquivo da Torre do Tombo, que interessam ao governo do Brasil e á Igreja brasileira. In: Rio de Janeiro, RIHGB, Vol. 62, N° 2, P. 158-80, 1900.

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. Moxotó Brabo. 2ª ed. Rio de Janeiro; José Olímpio Editora, 1979.

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1981.

ALBUQUERQUE, Marcos. Contato euro-indígena no Nordeste do Brasil: um estudo arqueológico. Recife: dissertação apresentada ao mestrado em história, 1984.

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da “cultura contato”. p. 195-218. In: DINIZ, E. et al. (orgs), São Paulo, Ciências Sociais Hoje, 1993. ANPOCS/Hucitec, 1993.

_____, _____. Fontes inéditas para a história indígena do Ceará. Fortaleza. Imp. Universitária, 1992.

_____, _____. Imagem e representação do índio no século XIX. In: GRUPIONI. Luís Donisete Benzi (org.). Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

ALEGRE, Maria Sylvia Porto; MARIZ, Marlene da Silva e DANTAS, Beatriz Góis. (orgs.) Documento para a história indígena no Nordeste. Ceará, rio grande do Norte e Sergipe. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/FAPESP, 1994.

ALENCASTRE, José Martins pereira d'. Memória Cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. [1855]. In: Rio de Janeiro, RIHGB, Tomo XX, p. 5-164, 1857.

ALMEIDA, André Ferraud de. A formação do Espaço brasileiro e o projeto do novo Atlas da América portuguesa (1713-1748). Comissão para as comemorações dos Descobrimentos portugueses, Lisboa, 2001.

ALMEIDA, Geraldo Gustavo de. Heróis Indígenas do Brasil (Memórias sinceras de uma raça). Rio de Janeiro: Liv. Ed. Católica, 1988.

ALMEIDA, Horácio . Historia da ALParaíba. Imprensa Universitária, João Pessoa, 1966. Tomo I.

ALMEIDA, Horácio de. Confederação dos cariris ou guerra dos bárbaros. In: Rio de Janeiro: RHIGB, vol. 316, p. 407-433, jul-set, 1977.

_____, _____. História da Paraíba. João pessoa: Imp. Universitária, 1966.

ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos e SILVA, Edson. (orgs.) Índios do Nordeste: temas e problemas. Maceio: EDUFAL, 1999.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios. Um projeto de “civilização” dos índios do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

AMADO, Janaina e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. Brasil 1500 - Quarenta Documentos. Editora UNB/Imprensa Oficial de São Paulo, São Paulo, 2001.

ANAIS da Biblioteca nacional. Rio de Janeiro. Volumes 04, 05, 10, 11, 15, 18, 23, 26, 27, 31, 32, 34, 36, 37, 39, 46, 47, 48, 50, 68, 71, 75, 93, 97 e 98.

ANDRADE, Gilberto Osório de e LINS, Raquel Caldas. Pirapama, um estudo Geográfico e Histórico. Ed. Massangana, Recife, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia De. Uma Capitania Frustrada. Coleção Tempo Municipal, CEHM, Recife, 1999.

_____, _____. Itamaracá, uma Capitania Frustrada. Coleção Tempo Municipal – CEHM. Recife, 1999.

_____, _____. et al. O Mundo que o Português Criou. Editora Massangana/CNPq. Recife, 1997.

ANDRADE, Pedro Carrilho de. Memória sobre os índios do Brasil. [século XVII ?]. Natal, RIHGRN. Natal, tomo VII, p. 133/152, 1909.

_____, _____. No Tempo das Caravelas. Ed. Contexto, São Paulo, 1992.

ANTUNES, Clovis. Índios de Alagoas. Documentário. Maceió, 1984.

ARRUDA, Jose Jobson de Andrade. Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: O novo padrão de colonização do século XVIII. In actas dos cursos internacionais de verão de Cascais, 1998.

_____, _____. Linhagens Historiográficas Contemporâneas. In Revista População e Sociedade n/4, São Paulo, 1998, Centro de Estudos da População e Família (CEPFAM).

_____, _____. Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: O Novo Padrão de Colonização do Século XVIII, In actas dos cursos internacionais de verão de Cascais, 1998.

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 8. n. 15, p. 57-94, 1995.

AZCONA, Jesus. Antropologia I – História. Petrópolis: Vozes, 1992.

AZEVEDO, Aroldo. Aldeias e Aldeamentos de índios. Separata do Boletim Paulista de Geografia, n. 33. p. 23-40, out. 1959.

BADCOCK, C. R. Lévi-Starauss: estruturalismo e teoria sociológica. Zahar, Rio de Janeiro, 1976.

BALDUS, Herbert. Bibliografia crítica da etnologia brasileira. Vol. 1: São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954; vol. 2: em Volkerkundliche Abhandlungen, Band. IV, Hannover, 1968.

_____, _____. Bibliografia comentada da etnologia brasileira. 1943-1950. Rio de Janeiro: Souza, 1954.

_____, _____. Ensaio de etnologia brasileira. São Paulo: Ed. Nacional, 1979 (brasílica, 101)

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Os Kariris de Mirandela: um grupo indígena integrado. Salvador: UFBA, 1972 (estudos baiano, 6).

BAPTISTA, José Luiz. Eng^o História das entradas. Determinação das áreas que exploram. In: Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo especial, parte II, p. 175-219, 1915.

BARBOSA, Bartira Ferraz. Índios e Missões: a colonização do médio São Francisco pernambucano no século XVII e XVIII. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História. Recife: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 1991.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Os descobrimentos e as Ciências da época Moderna. In: BRANDÃO, Sylvana (org.). Brasil 500 anos/Reflexões. Ed. Universitária, UFPE, Recife, 2000.

BARROS, Francisco B. de. Penetração das terras baianas. In: Bahia, Anais do Arquivo e do Museu do estado da Bahia, 3(4-5), 1919.

_____, _____. Bandeirantes e Sertanistas Baianos. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

BARROS, Paulo Sérgio. Confrontos Invisíveis – Colonialismo e resistência indígena no Ceará. Recife: dissertação apresentada ao mestrado em História da UFPE, 1997.

_____, _____. Cultura e resistência Indígena na historiografia da conquista. Revista CLIO. n° 14, Recife: Imprensa Universitária, 1993.

_____, _____. Idolatrias coloniais: cultura e resistência indígena no Ceará. Revista Ethnos, v. 1, n° 1, Recife: Imprensa Universitária, 1996.

BARROSO, Gustavo. Terra do Sol (natureza e costumes do Norte). 7ª Ed. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguiar Edit., 1913.

BASTOS, A. A pantofagia ou as estranhas práticas alimentares na selva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

BELOTTO, Heloísa. Presença do Brasil no arquivo da Academia das Ciências de Lisboa: catálogo seletivo da Série Azul. In: São Paulo, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP, n. 33, p. 165-89, 1992.

BELTRÃO, Luiz. O índio, um mito brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1977.

BELTRÃO, Maria da Conceição C. e LARAIA, Roque. O método arqueológico e a interpretação etnológica. Rio de Janeiro, Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 17, p. 201/2017, 1969.

BEOZZO, José Oscar. Leis e Regimentos das Missões: Política Indigenista do Brasil. São Paulo: LOYOLA, 1983.

BERREDO, Bernardo Pereira de. Annaes históricos do Estado do Maranhão [1749] Florença, Barbera, 1905.

- BETENDORFF, Pe. João Felipe. S. J.** Crônicas da Missão dos padres da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão. [1693-9] In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo LXXII, p. 1-697, 1910.
- BLOCK, Marc.** A terra e seus homens. Agricultura e vida Rural nos séculos XVII e XVIII. EDUSC (Editora Universitária do Sagrado Coração). Bauru, SP, 2001.
- BOFF, Leonardo.** América Latina: da conquista à nova evangelização. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.
- BORGES, José Elias.** Índios Paraibanos – Classificação Preliminar, p. 21-42, In: OCTÁVIO, José e RODRIGUES, Gonzaga (orgs.). Paraíba. Conquista, Patrimônio e Povo, 1993.
- BOSCHI, Caio C.** Roteiro Sumário de arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1995.
- BOSI, Ecléia.** Memória e Sociedade. 7ª Edição, Companhia das Letras. São Paulo, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite.** A Formação Do Homem Moderno Vista Através Da Arquitetura, Editora UFMG. Belo Horizonte, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues.** Identidade e Ethnia – Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: editora Brasiliense, 1986.
- BRANNER, Jonh C.** Os Carnijós de Águas Belas. Rio de Janeiro, RIHGB, 94, p. 359/365, 1927.
- BRASIL.** Ministério da Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos índios. Coletânea de Leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1947.
- BROCHADO, J. Proenza et alii.** Arqueologia Brasileira em 1968; Um Relatório Preliminar sobre o Programa nacional de Pesquisas Arqueológicas. Publicação do Museu Paraense Emilio Goeldi n. 12. Belém, 1969.
- BROCHADO, J. Proenza.** A Tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. Clio – Serie arqueologica, n.3. Ufpe Recife, 1980. p.47-60.

BRUIT, Hector. O visível e o invisível na conquista hispânica da América. In: VAINFAS, R. (org.) América em tempo de conquista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.

_____, _____. Visão ou Simulação dos vencidos? A historiografia sobre os índios da América Latina. Campinas: UNICAMP, s/d.

BUENO, Francisco da Silveira. Vocabulário Tupi-Guarani/Português. Brasil Livras Editora, 5.ª ed., São Paulo, 1987.

CAETANO, Joaquim Oliveira. (coord.) Gravura e Conhecimento do Mundo: O livro impresso ilustrado nas Coleções da Biblioteca Nacional. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

CALDAS, José Antonio. Notícia Geral de toda esta capitania da Bahia desde seu descobrimento [1759]. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Salvador, n: 57, p. 3-444, 1931.

CALMON, Pedro. Arquivos portugueses e história brasileira. In: Rio de Janeiro, RIHGB, N° 192, p. 134-136, 1946.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. Introdução às línguas indígenas brasileiras. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Economia e Sociedade em Áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Ed. Graal, v. 10, 1984.

-----,----- e Vainfas, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Alfredo de. O Tupi na corografia pernambucana – elucidário etimológico. In: Recife, RIAHGPE, Vol. XXI, n. 68, p. 365/417, junho, 1906.

CARVALHO, Marcus J. M. Os Índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais, 1817-1848: ideologias e resistência. Curitiba, Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, n. 11, p. 51-69, 1996.

_____, _____. Pernambuco e Angola: Negros e Índios em Pernambuco, Colônia e Império. p. 179/211. In: ANDRADE, Manuel Correia; FERNANDES, Edgar Moury e CAVALCANTI,

Sandra Melo (orgs). Tempo dos Flamengos e outros tempos. Brasília: CNPq / Recife: FUNDAJ-Massangana, 1999.

CARVALHO, Pe. Miguel. Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilm^o e Rm.^o Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco por Pe. Miguel d. Cout^o, datada de Piauí, 02 de março de 1697. p. 370/389 In: Ennes, Ernesto. A Guerra nos Palmares (subsídios para a sua história). 1^o Volume Domingos Jorge e a “Tróia Negra” 1689-1709. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. (brasiliana, 127).

CASAL, Manuel Ayres do. Corografia Brasílica [1817]. Rio de Janeiro: Martins, 1945.

CASCUDO, Luís da Câmara. Geografia dos mitos brasileiros. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo; Ed. da USP, 1983.

CASTRO, Antonio de Barros. Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil (Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores). Campinas, IFCH/UNICAMP, 1976 (Tese de doutorado).

CASTRO, Fernando Pereira de. Crônica da Igreja no Brasil, 1550 a 1553. Rio de Janeiro, Ed. ABC, 1938.

CASTRO, Iná Elias de. et al. Exploração Geográficas. Editora Bertrand Brasil, RJ, 1997.

CATÁLOGO dos capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do norte. In: Rio de Janeiro, RIHGB, tomo XVII, p. 22-56, 1894.

CATÁLOGO dos documentos mandados copiar pelo Sr. D. Pedro II. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, vol. LXVII, p. 5-90, 1904.

CATHARINO, José Martins. Trabalho índio em terras de Vera ou Santa Cruz e do Brasil. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995.

CAVALCANTI, Carmen Lúcia Lins. As minas de salitre em campos de Buíque: um caso de utilização da mão-de-obra indígena na capitania de Pernambuco (1698-1706). Recife: dissertação apresentada ao mestrado em História da UFPE, 1999.

- CAVALCANTI FILHO, Sebastião Barbosa.** A questão jesuíta no Maranhão Colonial (1622-1759). Recife: dissertação apresentada ao mestrado em História da UFPE, 1988.
- CHAUNU, Pierre.** História da América Latina. São Paulo, Diefel, 1979.
- CHARLOTE DE CASTELNAU-L'ESTOILE.** Lês Ouvriers d'une Vigne Steérile. Lês Jésuites et la conversion dès indiens au Brésil. 1580 – 1620. Fundação Clouste Gulbenkian, Lisboa-paris, 2000.
- CHORÃO, Maria José Bigote.** Doações e Forais das Capitanias do Brasil-1534-1536. Estudos e Documentos, nº3. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ministério da Cultura, Assembléia da República, Lisboa, 1999.
- CLARKE, David L.** Arqueologia analítica. Bellaterra, 2ª ed. Barcelona, 1978.
- COELHO, Elizabeth M. bezerra.** Territórios em Confronto. Dinâmica da disputa pela terra entre índios e Brancos no Maranhão. Hucitec, São Paulo. 2002.
- COELHO NETO, Eloy.** História do Sul do Maranhão. Terra, Vida, Homens e Acontecimentos. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1979.
- COELHO, Duarte de Albuquerque.** Memórias Diárias da Guerra do Brasil (1630-1638). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- COLL, Josefina de.** A Resistência Indígena. Do México à Patagônia, a história de luta dos índios contra o conquistador. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- CORREA FILHO, Virgílio.** Missões Brasileiras nos arquivos europeus. In Rio de Janeiro, RHIGB, volume 213, p. 133-175, 1951.
- CORTEZÃO, Jaime.** Portugueses e índios no Brasil Colonial. São Paulo; ECA, 1972.
- _____, _____. A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, Lisboa, 1994.
- _____, _____. O Franciscanismo na Vida e na Expansão de Portugal. In: Missões Franciscanas, nº especial, ano XXI, Porto, 1967.

_____, _____. História do Brasil nos velhos mapas. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1957.

CORRESPONDÊNCIA de Diogo Botelho – Governador Geral do Brasil (1603-1608) In: Rio de Janeiro. RIHGB, 73, 1ª parte, p. 1/258, 1910.

COSTA, Angyone. Indiologia. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos. 10 vols. Recife: FUNDARPE, 1983-1985.

_____, _____. Migrações e cultura indígena: ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

_____, _____. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

_____, _____. Dicionário Bibliográfico de Pernambucanos Célebres. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

COSTA JR., Olimpio. Extintos aldeamentos de índios de PE. In: Recife, Revista do Norte, série III, n.1, abril de 1942.

COUTO, JORGE. A construção do Brasil. Edições Cosmos, Lisboa, 1995.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões, a campanha de Canudos. 26ª ed. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, Ed. Paulo de Azevedo Ltda. 1963. v. 1 e 2.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense: Ed. da USP, 1986.

_____, _____ (org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: FAPESP; Cia das Letras, 1992.

_____, _____ e **LUZ, Maral Manzoni.** Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889). São Paulo: USP – Comissão Pró-Índio, 1992.

_____, _____. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. In: PIZARRO, Ana (org.). América Latina: palavra, literatura e cultura. Vol. 1 – A Situação Colonial. São Paulo: Memorial; Campinas, UNICAMP, 1993.

_____, _____. Os direitos do Índio. Ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DA MATTA, Roberto. Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

DANTAS, Beatriz Góes e DALLARI, Dalmo de Abreu. Terras dos índios Xocó. Estudos e Documentos. São Paulo: Comissão Pró-índio, 1980.

_____, _____. et al. Os povos indígenas no Nordeste Brasileiro. Um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela C. História dos índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das letras, 1992.

DEFERT, Daniel. Colônias Perdidas, Mundos a Descobrir. P. 65/71. In: DUBY, G.; ARIÈS, P; LA DURIE, E. L.; e LE GOFF, J. História e Nova História. Lisboa: Teorema, 1986.

DELGADO, Luiz. Os franciscanos no Brasil. In: Anuário de Olinda. Olinda, 1857.

DEMARQUET, Sonia de Almeida. Apontamentos para estudo de política indigenista no Brasil colônia – século XVI e XVIII. In: Nordeste Indígena. Revista do Serviço de Ação Cultural da 3ª SUER-FUNAI, Recife, ano1, nº. 1, p.14, 1988.

DESCRIÇÃO de Pernambuco com parte de sua história e legislação até o governo de D. Marcos de Noronha em 1746: e mais alguns documentos até 1758. I: revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Recife, tomo XI, p. 168-180, 1904.

DIAS, Carlos A. O Indígena e o Invasor. A confrontação dos povos indígenas do Brasil com o invasor europeu nos séculos XVI e XVII. p. 45/65. In: Nordeste Indígena. Revista do serviço de Ação Cultural da 3. SUER-FUNAI. Recife, Ano I, n. 1, outubro de 1988.

_____, _____. O Indígena e o Invasor. Recife, Revista Clio. Série História do Nordeste – nº 10, UFPE, 1988.

DIAS, Gonçalves. Brasil e Oceania. Memória apresentada ao Instituto Histórico e geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, RIHGB, tomo XXX, parte 2ª p. 5/192 e 257/396, 1867.

DIAS, Manuel Nunes. Alguns Arquivos portugueses que importam ao Brasil. In: São Paulo, Revista de História, v. 7, n. 16, 1953.

DIEGUES JR. Manuel. Etnias e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Cultura, 1952.

DIREÇÃO com que interinamente se devem regular os índios das novas villas e lugares eretos nas aldeias da Capitania de Pernambuco e suas anexas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Fortaleza, 1 (46): 1883.

DOCUMENTAÇÃO História pernambucana, sesmarias. Recife, ed. Imprensa Oficial de Pernambuco, 1954/1959. v. 1, 2 e 4.

DOCUMENTOS Históricos da Biblioteca Nacional. RJ. Volumes 3 a 34, 37 a 62 e 66 a 83.

DODT, Luiz Guilherme. Descrição dos rios Parnahiba e Gurupi (1872). Maranhão, 1873. (brasílica, 138).

DONATO, Hermani. Dicionário das Batalhas Brasileiras (dos conflitos com indígenas às guerrilhas políticas urbanas e rurais). São Paulo: Ed. IBRASA, 1987.

DURÃO, Antônio José de Moraes. Descrição da Capitania de São José do Piauí. Oeiras, 1772. A.H.U. cx. 3 In: MOTT, Luiz R. B. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. p. 15/41. Terezina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

DUSSEN, Adriaen Jacobsz van der. Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor ... ao conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 04 de abril de 1640. p. 137/232 In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. Fontes Para a História do Brasil Holandês. 1. A economia Açucareira. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / MEC / Sphan, 1981.

DUBY, George. O historiador hoje. pp. 7/19. In: DUBY, G.; ARIÉS, P. LA DURIE, E. L.; e LE GOFF, J. História e Nova História. Lisboa: Teorema, 1986.

EHRENREICH, PAUL. Sobre alguns antigos retratos de índios sul-americanos. Tradução de M. de Oliveira Lima. In: Recife, RIAHGPE, vol. XXII n. 65, p. 18/46, junho 1905.

_____, _____. Contribuição para a etnologia do Brasil [1891]. In: São Paulo, Revista do Museu Paulista, nova série, nº 2, p. 17/135, 1948.

ENNES, Ernesto. A Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional: Inventários. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1928.

_____, _____. A Guerra nos Palmares (subsídios para a sua história). 1º Volume Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" 1689-1709. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. (brasileira, 127).

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. pp. 381/396. In: CUHA, MANUELA Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A Civilização do Açúcar. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

_____, _____. Terra Trabalho e Poder (O mundo dos engenhos no Nordeste colonial). São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

_____, _____. As Mudanças da Terra (1780-1830). Comunicação apresentada na IV BRASA, realizada em Washington D. C., USA, em novembro de 1997, a sessão Estruturas Agrárias Brasileiras.

FERNANDES, Adauto. Povos Indígenas do Brasil. Rio de Janeiro: A Coelho Branco F, 1965.

FERNANDES, Florestan. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____, _____. A organização Social dos Tupinambás. São Paulo: Difel, 1963.

_____, _____. A função social da guerra na sociedade Tipinambá. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1970.

FERRAZ, Carlos Antonio de Souza. Floresta do Navio. Capítulo da História Sertaneja. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 26. 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini dicionário da Língua Portuguesa. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1988.

FERREIRA, Carlos Alberto. Índice dos Documentos relativos à América do Sul existentes na Biblioteca da Ajuda. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.

FERREIRA, Jorge Luiz. Dilemas de um Conquistador: Pedro Cieza de León e a conquista do império dos Incas. In: VAINFAS, R. América em tempo de conquista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.

FERREIRA, Josué Euzébio. Ocupação Humana do Agreste Pernambucano. Uma abordagem antropológica para a história de Caruaru. Ed. Idéia, João Pessoa, 2001.

FERREIRA NETO, Edgar. História e Etnia. p. 313-328. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FIGUEIRA, Luiz. Relação do Maranhão. 1608, pelo jesuíta ..., enviada ao Padre Cláudio Aquaviva. Introdução, comentários e notas de Thomas Pompeu Sobrinho. P. 5-157. In: Três Documentos do Ceará Colonial. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Enforcados: o índio em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FIGUEIREDO, José de Lima. Índios do Brasil. São Paulo: Nacional, 1939.

FONSECA, Luís Adão da. De Vasco a Cabral. EDUSC. Bauru, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O índio Brasileiro e a Revolução Francesa. Ed. Top Books. Rio de Janeiro, 1976.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. São Paulo, s/ed. 1954.

FREIREYSS, Georg Eilhelm. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1982.

- FRESCAROLO, Vital de.** Frei. Informação sobre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco [1827]. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XLVI(46), parte primeira, p. 103-119. 1883.
- FREIRE, A. A. de Luna.** Notícias sobre os Conventos e Igrejas de Olinda. Recife, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, nº 49, 1896.
- FREIRE, Felisberto.** História Territorial do Brasil. Rio de Janeiro, 1906.
- _____, _____. Os portugueses no Brasil. Ed. UFS / São Cristóvão, 2000.
- FREITAS, Affonso.** A Distribuição Geográfica das tribos indígenas na época do descobrimento. In: Rio de Janeiro. RIHGB, Tomo Especial, parte II, p. 489-510, 1915.
- FREITAS, Décio.** O Socialismo Missionário. Ed. Movimento, Porto Alegre, 1982.
- FREITAS, Ednaldo Bezerra de.** A pecuária Nordestina, migração e conflito indígena: o caso Krahô. Recife: Janeiro de 1991.
- FURET, François.** História “eventual” e história serial pp. 61/65. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Teoria da História. São Paulo: Cultrix, 1976.
- GALVÃO, Eduardo Enéas Gustavo.** Índios do Brasil: áreas culturais e áreas de subsistência. Salvador: UFBA Centro ed. e didático, 1973.
- _____, _____. Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil. RJ: paz e Terra, 1979.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos.** Dicionário chorográfico, histórico e estatístico de Pernambuco. 4 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908-1927.
- GAMA, José Bernardo Fernandes.** Memórias Históricas da Província de Pernambuco. Recife: Secretaria da Justiça – Arquivo público Estadual, 1977.
- GAMBINI, Roberto.** Espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; 1988.
- GARCIA, Rodolfo.** Etnografia. p. 249/277. In: Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil. Introdução Geral. 1º v. Rio de Janeiro, 1922.

- GARDNER, George.** Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e no distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: EDUSP, 1975.
- GANDAVO, Pero de Magalhães.** História da Província de Santa Cruz. Tratado da Terra do Brasil. c. 1570 São Paulo: Obelisco, 1964.
- GINSBURG, Carlo.** Relações de força. Cia das Letras, São Paulo, 2002.
- GOEJE, C. H. de.** O Cariri (Nordeste Brasileiro). In: RIHGC, LXIV, Fortaleza 1950. p. 210/251
- GOMES, Mércio Pereira.** Os Índios e o Brasil; ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GORENDER, Jacob.** O Escravismo Colonial. São Paulo: Ática, 1978.
- GRUPIONE, Luís Donisete Benzi (org.).** Índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- GUERRA, Flávio.** Alguns documentos de arquivos portugueses de interesse para a história de Pernambuco. Recife: Arquivo Público Estadual, 1969.
- GUERRA, Flávio da Motta.** Nordeste um século de Silêncio – 1654-1755; fatos históricos cronológicos e analisados do Nordeste brasileiro, 2ª Ed. ASA Pernambuco.
- GUIDON, Niéde.** As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo Cia das Letras: FAPESP, 1992.
- HALL, Stuart.** A Identidade Cultural na Pós-modernidade. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2002.
- HALTFELD, Ferdinando.** Relatório de Viagem e Estudo ao Longo do Rio São Francisco. Recife: Secretaria de Governo de Pernambuco, 1858.
- HAUBERT, Máxime.** Índios e Jesuítas no Tempo das Missões. São Paulo, Ed. Companhia das Letras: Circulo do Livro, 1990.

HAUCK, João Fagundes. História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes/Paulinas, 1983.

HEMMING, Jonh. Red Gold. The Conquest of brazilian indians. London: Papermac, 1987.

_____, _____. Os índios do Brasil em 1500. p. 101-127. In: BETHELL, Leslie (org). História da América Latina: A América Latina Colonial I, vol I. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Brasília-DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

_____, _____. Os índios e a fronteira no Brasil Colonial. P. 423-469. In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: A América Latina Colonial I, vol II. São Paulo: Edusp, 1999.

HELIO, Mario. O Brasil de Gilberto Freire. Uma introdução à leitura de sua obra. Ed. Comunigraf. Recife 2000.

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da Capitania da Paraíba [1639]. In: Recife, RIAHGPE, n° 31, p. 239-288, 1886.

HESPANHA, ANTONIO MANUEL. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime in Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

HOBSBAWN, Eric J. Mundos do trabalho. Novos estudos sobre a História Operária. Coleção Oficinas da História. 3ª Edição Revista. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 2000.

_____, _____. Sobre a História. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

HOHENTHAL JR, W. D. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. In: São Paulo, revista do Museu Paulista, 12 (nova série), p. 37-66, 1960.

_____, _____. Notes on the Shucuru indians of serra do Ararobó, Pernambuco, Brasil. In: São Paulo, Revista do Museu paulista, Nova série n° 8, 93-166, 1954.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). História geral da Civilização brasileira. Tomo I – A época colonial. V. 1 e 2. São Paulo, Difel, 1977.

_____, _____. Visões do paraíso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

- HOFFNAGEL, Judith Chambliss.** A situação das comunidades indígenas em Pernambuco. Recife, Boletim do Núcleo de Estudos Indigenistas, ano 3, n. 3, p. 6/13, jan/jul. 1984.
- HONORATO, Manuel da costa.** Dicionário topográfico, estatístico e histórico da província de Pernambuco. Recife: Tipografia Universal, 1863.
- HOORNAERT, Eduardo et al.** História da Igreja no Brasil. Primeira Época. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____, _____. A Igreja no Brasil Colonial (1500-1800). São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____, _____. A questão do corpo nos documentos da primeira evangelização. In: **MARCÍLIO, Maria Luiza.** Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil. São Paulo: ed. Loyola, 1993.
- _____, _____. Catequese e aldeamento. In: SOUZA, Simone (org.). História do Ceará. Fortaleza: UFC/FCR, 1989.
- _____, _____. (org.). Das Reduções Latino-Americanas às Lutas Indígenas Atuais. IX Simpósio latino-americano da CEHILA, Manaus 29 de junho a 01 de agosto 1981. São Paulo, Ed. Paulinas, 1982.
- HOUAISS, Antonio.** Dicionário da Língua Portuguesa- verbete Pindorama, Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2001.
- HUNT, Lynn (org.)**. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IBGE.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Estatística Retrospectivas. Vol. 3. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- IDÉIA** da população da capitania de Pernambuco e das suas anexas, ..., desde o ano de 1774 em que tomou posse o governo das mesmas capitanias e governador e capitão general José Cezar de Menezes. In: Rio de Janeiro, ABN, vol. XL (1918), 1923.
- ÍNDIOS** em arquivos do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Estudos dos povos indígenas, 1995.

INFORMAÇÃO geral da Capitania de Pernambuco. [1749]. In: Anais da Biblioteca nacional do rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. XXVIII, p. 117-496, 1906.

INSTITUTO de Desenvolvimento de Pernambuco. Comunidades indígenas de Pernambuco. Recife, 1981.

INVENTÁRIO do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Sertão do São Francisco. In: Recife, IPAC/PE – FUNDARPE, 1987.

IRIA, Alberto. Inventário da Iconografia Brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino. (Subsídios para o dicionário de iconografia para o Brasil) Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, Separata da Studia, n/ 16, nov. 1965.

_____, _____. Inventário Geral dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil (Fontes para a história luso-brasileira). Memória apresentada ao IV Colóquio Internacional de Estudos Brasileiros, Bahia, 1959. In: STUDIA, Lisboa, n. 18, agosto 1966.

ISRAEL, Jonathan I. (e outros). Acuarela de Brasil. 500 Años Despues. Ediciones Universid Salamanca, Salamanca, 1999.

JOÃO XXIII. Sobre as Missões (Princeps Postorum). Petrópolis, Ed. Vozes, coleção de documentos pontifícios, nº 132, 1960.

JOFFILY, Irineo. Notas sobre a Paraíba. Rio de Janeiro, tipografia do jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1892.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota (org.). Catálogo de Documento manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará: 1618-1832. Brasília: Ministério da Cultura; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Fundação Demócrito Rocha, 1999.

JUNQUEIRA, Carmen. Antropologia Indígena; uma introdução: história dos povos indígenas no Brasil. São Paulo: EDUC, 1991.

_____, _____. E carvalho, Edgar de ^a Antropologia e indigenismo na América Latina. São Paulo: Cortês, 1981.

- KAPLAN, David e MANNERS, Robert A.** Teoria da Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- KNIVET, Antônio.** Narração da viagem que no ano de 1591 e seguintes fez Antônio Knivet da Inglaterra aos mares do Sul em companhia de Thomas Cavendish. Rio de Janeiro, RIHGB, tomo, XLI, p. 183/272, 1878.
- KONETZKE, Richard.** Die Indianerkulturen Altamerikas und die Spanisch – Portugiesische Kolonialherrschaft. Sd und Mittelamerika I, Fischer Taschenbuch Verlag, Hanseatische Druckanstalt GmbH, Hamburg, 1965.
- KUPER, Adam.** Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- LACOME, Américo Jacobina.** Introdução ao estudo da história do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1973 (brasiliiana, 349).
- LAGO, Antonio Bernardino Pereira do.** (coronel do Real Corpo de Engenheiros) Itinerário da Província do Maranhão [1820]. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo XXXV, pp. 385-422, 1842.
- LAMARTINE, Oswaldo.** Sertões do Seridó. Brasília, 1980.
- LARAIA, Roque de Barros.** Tupi: Índios do Brasil atual. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
-----,-----.
- LARA, Sílvia Hunold.** Campos da Violência. Editora Paz e Terra. Oficinas de História.
- LE GOFF, Jacques (dir).** A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____, _____. A História do Cotidiano, p.73/82. In: DUBY, G.; ARIÈS, P.; LA DURIE, E. L. e LE GOFF, J. História e Nova história. Lisboa: Teorema, 1986.
- _____, _____. A História Nova, pp. 25/64. In: LE GOFF, J. (dir). A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes.** Nobiliarquia Paulistana histórica e genealógica. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1980.
- LEONARDI, Victor.** Entre árvores e esquecimentos: história social no sertões do Brasil. Brasília: paralelo 15, 1996.

- LEROI-GOUHRAN, André.** Dictionnaire de la préhistoire. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- LEVY, Maria Bárbara.** História Financeira do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de mercado de capitais, 1979.
- LEVI-STRAUSS, Claude.** O Pensamento selvagem. São Paulo: Ed. da USP, 1970.
- LIMA, Manuel de Oliveira.** Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico. 2ª ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa.** O devassamento do Piauí. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1946. (brasílica, 255).
- LINDOSO, Dirceu.** A Utopia Armada. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____, _____. Na aldeia de la-ti-lhá (etnografia dos índios tapuias no nordeste). Rio de Janeiro, ABN, 111, 21-45, 1991.
- LINS, Wilson.** Médio São Francisco. Uma sociedade de pastores guerreiros. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1983.
- LOPES, Fátima Martins.** Missões Religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte. Recife, dissertação para obtenção do grau de mestre em História. UFPE, 1999.
- LOUKOTKA, Chestmir.** Línguas indígenas do Brasil. In: São Paulo, Revista do Arquivo Municipal, LIV, p. 147/174, junho de 1939.
- LUGON, Clóvis.** República Comunista cristã dos guaranis, 1610-1768. Rio de Janeiro: paz e terra, 1968.
- LUNA, Suely.** O Sítio Sinal Verde- São Lourenço da Mata, PE. Uma aldeia pré-histórica na zona da mata pernambucana. Revista Clio-Série Arqueológica, v.1, n.7, Editora Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

MACHADO, Francisco Xavier. Memória Relativa às capitanias do Piauí e do Maranhão [1810]. In: Rio de Janeiro, RIHGB. Tomo XVII, terceira série, n. 13, 1º semestre, p. 56/69, 1894.

MAGALHÃES, Amílcar Botelho de (cel.). Índios do Brasil. México: Instituto Indigenista Interamericano, 1947.

MAGALHÃES, Basílio de. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. São Paulo: Ed. Nacional, 1935. (brasiliãna, 45)

_____, _____. Expansão Geográfica do Brasil até fins do século XVII. In: Rio de Janeiro, RIHGB, tomo especial, parte II, p. 27-173, 1914.

_____, _____. A conquista do Nordeste no século XVII. In: Rio de Janeiro, RHIGB, tomo LXXXV, p. 287/310, 1919.

MAGALHÃES, Couto de. O Selvagem. Rio de Janeiro: Reforma, 1876.

_____, _____. Ensaio de Antropologia. Região e Raças Selvagens. In: Rio de Janeiro, RIHGB, tomo XXXVI, p. 259/516, 1874.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Portugueses no Mundo do século XVI. Espaços e produtos. Comissão nacional para as comemorações dos Descobrimientos portugueses, Lisboa, 1998.

_____, _____ e Suzana Münch Miranda. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Institutos dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, 1999.

_____, _____. Arte da Gramática da Língua Brasílica da nação Kariri. [1699]. Introdução de Batista Caetano de Almeida Nogueira. Rio de Janeiro: Tip. Central de Brown & Evaristo, 1877.

MASCARENHAS, José Freire de Montarroyo. Os Orizes Conquistados; ou a conversão dos indômitos Orizes Procazes, povos habitantes e guerreiros do sertão do Brasil: na qual se

descreve também a aspereza do sítio de sua habitação, a cegueira da sua idolatria, e barbaridade dos seus ritos. [1716] In: Rio de Janeiro, RIHGB, tomo VIII, p. 494-512, 1867.

MAIOR, Armando Souto. História do Brasil. São Paulo, Ed. Companhia Editora Nacional, 1979.

MAIOR, Mario Souto. Remédios Populares do Nordeste. Ed. Massangana. Recife, 1986.

MAIOR, Pedro Souto. Um documento quase inédito. In revista do IAHGPE. Vol. 15.. Recife 1912.

MARCHANT, Alexander. Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980. (Brasiliiana, v. 225)

MARCÍLIO, Luiza Maria. O Sertão Pecuário na Época Colonial. In: SILVA, Severino Vicente (org.). A Igreja e a questão agrária no Nordeste: subsídios históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.

MARCGRAVE, Jorge. História Natural do Brasil. [1648] Museu paulista: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1942.

MARTIN, Gabriela e AGUIAR, Alice. Arte pré-histórica dos índios do Nordeste do Brasil. pp 87/94. In: Recife, Nordeste Indígena. Revista do Serviço de Ação Cultural da 3 SUER – FUNAI, Série Etno-história, n. 2, janeiro de 1991.

MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

_____, _____. Arqueologia nas missões religiosas do Vale do São Francisco. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul. v. 17. n. 20, p. 287/298, 1990.

_____, _____. A missão carmelita de Vila Flor: primeiros resultados do projeto arqueológico-histórico. Clio, recife, n. 10, p. 146/151, 1988.

MARTIN, Hervé e BOURDÉ, Guy. Las Escuelas Históricas. Madrid, Akal, 1992.

MARTINS, Oliveira. O Brasil e as Colônias Portuguesas. Guimarães e Companhia Editores, Lisboa, 1978.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Bahia: A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX. São Paulo. Ed. HUIITEC e Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador, 1978.

_____, _____. Ser escravo no Brasil. São Paulo, ed. Brasiliense, 2ª edição, 1988.

MAURO, Frédéric. Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670. Imprensa Universitária, editora estampa, Lisboa, 1989.

MEADER, Robert E. Índios do nordeste. Levantamento sobre os remanescentes tribais do Nordeste brasileiro. Brasília; Sunner Institute of Linguistics, 1978.

MEDEIROS, Maria do Céu. Os Oratorianos de Pernambuco: uma congregação “a serviço” do Estado português. Recife: dissertação apresentada ao mestrado em História da UFPE, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açú e do Seridó. Brasília, s. ed. 1984.

_____, _____. Os Tarairiús: extintos tapuias do Nordeste. RHIGB, 358, 57-57, 1988.

_____, _____. Os Tarairiús: extintos tapuias do Nordeste. RHIGB, 358, 57-72, 1988.

_____, _____. O Rio Grande do Norte no mapa de Jacques de Vaulx de Claye (1597). Cadernos de História, n. 1, v. 3, jan/ju, 1996.

_____, _____. Aconteceu na Capitania do Rio Grande. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. A redescoberta dos outros: povos indígenas do Sertão nordestino no período colonial. Tese de doutorado defendida Na pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MELATTI, Júlio César. Índios do Brasil. São Paulo: HUCITEC/INL, 1980.

_____, _____. O Messianismo Kraho. São Paulo: Herder, USP, 1972.

_____, _____. A Antropologia no Brasil: um roteiro. pp. 123/211. In: O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Cortez: ANPOCS, 1986-1990.

MELLO, Evaldo Cabral. A Fronda dos Mazombos. Nobres contra Mascates. Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____, _____. Rubro Veio. O imaginário da Restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____, _____. Olinda Restaurada. Forense/EDUSP, Rio de Janeiro, 1975.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. Fontes Para a História do Brasil Holandês. V. 01. 1. A economia Açucareira. Vol. 2. A Administração da conquista. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes/MEC/SPHAN, 1981 e 1985.

_____, _____. Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738-1802). Recife: Instituto de Ciência do Homem, Divisão de História / Imprensa Universitária, 1966.

_____, _____. Tempo dos Flamengos. Recife: Cia editora de Pernambuco, 1979.

_____, _____. O Antonio Felipe Camarão: Capitão-Mor dos Índios da costa do Nordeste do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954.

_____, _____. Cleonir Xavier de Albuquerque. Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Ed. Massangana, Recife, 1997.

MELLO, Mario. Os Carnijós de Águas Belas. In: Recife, RIHGPE, XXIX, n. 135. 1928-1929, p. 179/227, 1930.

_____, _____. Etnografia Pernambucana. Os Xucurú de Ararobá. In: Recife, RIHGPE, vol. XXXIII, P. 43/45, 1933-1935.

MENDES JR, João. Os indígenas do Brasil. Seus direitos individuais e políticos. São Paulo: Hennes Irmãos, 1912.

MENEZES, Antonio Bezerra de. Algumas Origens do Ceará. In: Fortaleza, RIC, XVI, p. 164-159, 1902.

MENEZES, José Luiz Mota e RODRIGUES, Maria do Rosário. Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII. Recife, Ed. Pool S/A, 1986.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória sobre a Capitania do Ceará [1814]. In: Rio de Janeiro, RIHGB. Tomo XXXIV parte primeira, pp. 222/286, 1871.

MESGRAVIS, Laima. O Brasil nos primeiros séculos. São Paulo: Contexto, 1989.

MÉTRAUX, Alfred. La Civilization Materielle des tribus Tupi-Guarani. Paris: Paul Guetner, 1928.

_____, _____. A religião dos tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-guarani. São Paulo: Cia editora Nacional, 1979. (brasiliiana, 267)

MIRANDA, MARIA DO Carmo Tavares de. Os Franciscanos e a formação do Brasil. Recife: UFPE / Editora Universitária, 1969.

MONIOT, Henri. A história dos “povos sem história”. pp. 99/112. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dirs.). História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MONTEIRO, John Manuel (org.). Guia de Fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do indigenismo/FAPESP, 1994.

_____, _____. Os negros da terra. Índios e bandeirantes na Origem de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MOOEN, Francisco. Introdução aos problemas dos índios no Brasil. (I- Índios e brancos; II- Problemas indígenas; III- política indigenista; IV- Indigenismo e Indilogia). João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1975.

_____, _____. Problemas Indígenas do Brasil. João Pessoa: UFPB, 1971.

_____, _____. Pindorama Conquistada: Repesando a questão indígena no Brasil. João Pessoa: Alternativa, 1983.

MOTA, Antonio da Silva; e MONTAVAM, José Dervil. São Luiz do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a lei das Sesmarias. Func. São Luiz, 1998.

MOTT, Luiz R.B. Piauí Colonial. População, Economia e sociedade. Terezina, Projeto Petrônio Portela, 1985.

MORAES, Francisco Teixeira de. Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de São Luiz do Maranhão [1692]. Rio de Janeiro, RIHGB, Tomo XL, p. 167/155 e 303/410, 1877.

MORAES, Pe. José de. S.L. História da Cia de Jesus na extinta província do maranhão e Pará [1759]. Rio de Janeiro, RIHGB, tomo XXXVI, p. 101/149, 1873.

MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão por ordem de S. M. feita o ano de 1614 p. 1/118 In: Coleção de Notícias para a história e geografia das nações ultramarinas, tomo I, n. III. Lisboa: Academia real das Ciências, 1812.

MORENO, Martins Soares. Relação do Ceará [1618]. Introdução, notas e comentários de Raimundo Girão. 161/201. In: Três Documentos do Ceará Colonial. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

MUSSOLINI, Gioconda; CARONE, Edgar; CANDIDO, Antonio. Ensaios de Antropologia indígena e caiçara. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1980.

NEME, Mário. Fórmulas Políticas do Brasil Holandês. São Paulo: Ed. USP, 1971.

NEVES, Fernando Ivo. Fontes para o estudo da história do Nordeste. Recife: FUNDARPE – Diretoria de Assuntos Culturais, 1986.

NEVES, Luiz Felipe Baetã. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios. Colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978.

NOBREGA, Pe. Manuel da. S. J. Cartas do Brasil e mais escritos. Introdução e notas históricas e críticas do Pe. Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do antigo Sistema Colonial (1677-1808). 2 ed. São Paulo, HUIITEC, 1983.

NUNES, Odilon. Pesquisa para a história do Piauí. Vol.1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

OBRACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLLANDA, Sérgio B. (dir.). História Geral da Civilização brasileira. Tomo II, 1º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

OLIVEIRA, Carlos Estevão de. Uma lenda tapuia. Os Carnijós de Águas Belas. In: São Paulo, revista do Museu Paulista, 17, p. 519/527, 1931.

_____, _____. O ossuário da “Guerra do Padre” em Itaparica e algumas notícias sobre os remanescentes indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro, Boletim do Museu Nacional. XIV-XVI. p. 151-180, 1943.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Marco zero, 1987.

_____, _____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. In: Revista Mana. Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, vol 4, n. 1, abril de 1998.

_____, _____ (org.). A Viagem da Volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEIRA NETO, Luis Camilo. Índice dos documentos relativos ao Brasil pertencentes ao Arquivo histórico colonial de Lisboa. Rio de Janeiro. Anais da Biblioteca Nacional, v. 61, p. 59-238, 1941.

_____, _____. Et al. Notícias antigas do Brasil (1531-1551). Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca nacional. N. 75. p. 5-28, 1935.

_____, _____. Verbetes para a história do Brasil pertencentes ao Fundo Geral da Biblioteca nacional de Lisboa. Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca nacional, n. 51, p. 391-452, 1929.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A crise do indigenismo. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____, _____. Índio e o mundo dos Brancos. Brasília: ed. da UNB, 1972.

_____, _____. Enigmas e soluções: exercícios de etnologia e de crítica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC, 1983.

_____, _____. Sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Terra à Vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

OSÓRIO, Gilberto e Raquel Caldas Lins. Pirapama. Um Estudo Geográfico e Histórico. Ed. Massangana, Recife, 1984.

OTT, Carlos F. Vestígios de cultura indígena no sertão da Bahia. Bahia: Secretaria de educação e Saúde, 1945.

_____, _____. Pré-História da Bahia. Salvador, UFBA, 1958.

PALÁCIO, Aldair Pimentel. Índios do Nordeste. Boletim Axéuvyrei “*meu povo*” (Guató). Recife, 7 (5): 1988.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os índios de Olivença e a Zona de Veraneio dos Coronéis de Cacau da Bahia. pp. 43/65. IN: Recife, Nordeste Indígena. Revista do Serviço de Ação Cultural da 3ª SUER – FUNAI, Série Etno-história, n. 2, janeiro de 1991.

_____, _____. Os capuchinhos e os índios no sul da Bahia: uma análise preliminar de sua atuação. In: São Paulo, Revista do Museu Paulista, XXXI, PP. 148/197, 1986.

_____, _____. De como se obter mão-de-obra indígena no Bahia entre os séculos XVI e XVIII. In: São Paulo, Revista de História, n. 129-130, p. 179/208, ago/dez 1993 a ago/dez 1994.

PAULA, Eunice Dias. História dos povos indígenas. Petrópolis: Vozes, 1982.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Gregório Varela Berredo. Breve compêndio do que vai obrando neste governo de PE o senhor Governador Antônio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho (1689-1690). In: Recife, RIAHGPE, v. 51, p. 257/300, 1979.

PEREIRA, Moacyr Soares. Navegação de 1501 ao Brasil e américo Vespúcio. Rio de Janeiro, 1984.

PERET, João Américo. População indígena do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Brasileira, INL, 1975.

PESSIS, Anne-Marie e Niede Guidon. Ars indígena Pré-histórica do Brasil. Revista CILO.nº.14. Recife, 2000.

PINHEIRO, Francisco. Mundo em confronto. A disputa entre colonizadores e índios pela posse da terra. XVIII Encontro Nacional da ANPUH, 1993. Mimeo.

PINTO, Estevão. Indígenas do Nordeste. Tomo I. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1935 (brasíliana, 44); Tomo II, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. (brasíliana, 112)

_____, _____. Alguns aspectos da cultura artística dos Pancararu de Tacaratu. In: Rio de Janeiro, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 2, p. 57/92, 1938.

_____, _____. Introdução à história da Antropologia no Brasil (séc. XVI). In: Muxarabis e Balcões & Outros Ensaios. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958 (brasíliana, 303)

_____, _____. As Mascaras-de-Dança dos Pancararu de Tacaratu (Remanescentes indígenas dos sertões de Pernambuco) pp. 6/15. In: Recife, Nordeste Indígena, Revista do Serviço de Ação Cultural da 3ª SUER – FUNAI, Série Etno-história, n. 2, janeiro de 1991.

_____, _____. Etnologia Brasileira (Fulniô, os últimos tapuias). São Paulo; Cia Ed. Nacional, 1956 (Brasíliana, 285)

PINTO, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a história da Paraíba. Vol. 1 [1908]. João Pessoa: Ed. Universitária, 1977.

PIO XI. Sobre as Missões Católicas. (Rerum Ecclesiae). Petrópolis, Ed. Vozes Ltda., col. Documentos Pontifícios nº 50, 1947.

_____. Sobre o Fomento das Missões (Evangelis Praecones). Petrópolis, ed. Vozes Ltda, col. Documentos Pontifícios, nº 80, 1952.

PIO, Fernando. O convento de Santo Antônio do Recife e as Fundações Franciscanas em Pernambuco. Oficinas Gráficas do Diário da Manhã, S/ª Recife, 1939.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. Guerra dos Bárbaros. Resistência Indígena e Conflitos no Nordeste Colonial. Recife: FUNDARPE/Cia. Editora de Pernambuco – CEPE, 1990.

_____, _____. Colonização e Conflito: O Povoamento do Sertão Nordestino e a Guerra dos Bárbaros. Dissertação apresentada no Mestrado em História – UFPE. Recife, 1980.

PITA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa, desde o ano de seu descobrimento até o de 1724. [1730] São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

POIRIER, Jean. História da Etnologia. São Paulo: Cultrix / Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas, pp. 97/123. In: LE GOFF, J. (dir). A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

POMPEU Sobrinho, Thomas. Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckmans. In: RIC, XLVIII, p. 7/28, Fortaleza, 1934.

_____, _____. Contribuição para o estudo das afinidades dos Cariris. In; Fortaleza, RIC, XLII, p. 3/20, 1928.

_____, _____. Índios Merrime. In: Fortaleza, RIC, XLV, p. 5-35, 1931.

_____, _____. Lendas Mehin. In: Fortaleza, RIC, XLIX, 1935.

_____, _____. O Sistema de parentesco dos índios Cariris. In: Fortaleza, RIC, LI, p. 107/162, 1937.

_____, _____. Tapuias do Nordeste. In: Fortaleza, RIC, LIII, p. 221/235, 1939.

_____, _____. Índios Fulniô. Karnijós de Pernambuco. In: Fortaleza, RIC, XLIX, p. 31/58, 1935.

_____, _____. As origens dos índios Cariris. In: RIC, Fortaleza, LXIV, p. 314/349, 1950.

_____, _____. Os Tremembés. In: RIC, Fortaleza, LXV, p. 257/267, 1951.

_____, _____. Pré-história cearense. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1995.

_____, _____. Protohistória Cearense. Fortaleza, Universidade Federal do Cará, 1980.

PORTO, Costa. O sistema sesmarial no Brasil. Brasília: Ed. UNB, s/d.

PRADO, João Fernandes de Almeida. Primeiros povoadores do Brasil, 1500-1530. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (brasiliense, 37).

_____, _____. Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil (1530-1630). 3º Tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo; Colônia. 17ª ed. SP, Brasiliense, 1981.

_____, _____. História econômica do Brasil. 27ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

PRAZERES, Fr. Francisco de N. S. dos. Poranduba Maranhense. In: Rio de Janeiro, RIHGB, tomo LIV, parte 1, p.9-184, 1891.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização dos sertões nordestinos do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Tese de Doutorado – Programa de pós-graduação de História Social da USP, 1998.

_____, _____. Tupi ou não Tupi? Uma contribuição ao estudo da etnohistória dos povos indígenas no Brasil Colônia. In: ETHNOS, Recife, n. 2, 05/19, 1998.

_____, _____. Tupis e Tapuias: contribuição à etno-história dos povos indígenas no Brasil. XVIII Encontro Nacional da ANPOCS, 1993, Mimeo.

RAMINELLI, Ronald. Imagens de Colonização. Edusp e Fapesp / Zahar editores. RJ, 1996.

RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. São Paulo, Ática, 1986.

RANGLES, W. G. L. et al. Para uma história antropológica. A noção de reciprocidade. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

REGNI, Pietro Vittorino. Os Capuchinhos na Bahia. 2 Vols. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos; Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes, 1988.

RIBEIRO, Berta Gleizer. O índio na História do Brasil. São Paulo: Global, 1984.

_____, _____. Dicionário do artesanato indígena. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: ed. da USP, 1988.

_____, _____. Os Estudos de cultura material; propósitos e métodos. Revista do museu paulista, 30, 1986.

_____, _____. O índio na cultura brasileira. Rio de Janeiro; Revan, 1991.

_____, _____. e RIBEIRO, Darcy. Suma Etnológica Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1986.

RIBEIRO, Darcy. Estudos de antropologia da civilização – IV: Os brasileiros, livro I – Teoria do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, _____. Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____, _____. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. SP: Cia das Letras, 1995.

_____, _____. e Moreira Neto, Carlos de Araújo (orgs.). A fundação do Brasil. Testemunhos 1500-1700. Petrópolis: Vozes, 1992.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do maranhão: análise de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhe tem dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las. Escrita no ano de 1819 pelo major graduado F.P Ribeiro. In: Rio de Janeiro, RIHGB, tomo III, 1841.

_____, _____. Roteiro de Viagem [1818]. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Tomo X, 1870.

_____, _____. Descrição do território de pastos bons [1819]. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Tomo XII, p. 41-86, 1849.

_____, _____. Memórias dos Sertões Maranhenses. Ed. Ciciliano. São Paula, 2002.

RIBEIRO, René. Antropologia da religião e outros estudos. Recife: editora Massangana, 1982.

ROCHA, Geraldo. O rio São Francisco. Fator precípua da existência do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1946.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Notas sobre o sistema de parentesco dos Índios Kiriri. In: São Paulo, Revista do Museu Paulista, ova série, vol. II, p. 193/205, 1948.

_____, _____. Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, Loyola, 1986.

RODRIGUES, José Honório. História da História do Brasil. 1ª parte. Historiografia Colonial. São Paulo: ed. Nacional, 1979.

_____, _____. As fontes da história do Brasil na Europa. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

_____, _____. A Pesquisa Histórica no Brasil. São Paulo: Ed. nacional, 1982.

ROESER, D. Pedro. A religião dos índios das Regiões de Pernambuco. In: Recife, RIHGPE, 24, p. 189/209, 1922.

RÖEWER, Basílio (frei). A Ordem Franciscana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1947.

_____, _____. História da província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, 1951.

ROMANO, Ruggiero. Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores. São Paulo, ed. Perspectiva, 1973.

ROTEIRO do maranhão a Goiás pela Companhia do Piauí. In: Rio de Janeiro, RHIGB, Tomo LXII, parte1ª, p.60-161, 1900.

RUBERT, Arlindo. A Igreja no Brasil. Origem e Desenvolvimento. Santa Maria, R. S. Ed. Pallotti, 1981, v. 1 e 2.

SAHLINS, Marshal. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SALDANHA, Antônio Vasconcelos de. As Capitanias do Brasil. Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001.

SALGADO, Graça (Cord.). Fiscais e Meirinhos: A Administração Colonial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1982.

SAMPAIO, Theodoro. Os Naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena no Brasil. Salvador: Progresso, 1995.

_____, _____. Os Naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da etnografia indígena no Brasil. In: Rio de Janeiro, RIHGB, tomo especial, parte II, p. 545-594, 1915.

_____, _____. As Cartas tupis dos Camarões. In; Recife, RIHGPE, Vol. XII, n. 68, p. 281/305, junho de 1906.

_____, _____. Os Kraôs do Rio Preto no Estado da Bahia. In: Rio de Janeiro, RIHGB, tomo 75, parte 1ª, 1913.

SANTILLI, Paulo. Pemongon Pata: Território Macuxi, Rotas de Conflito. UNESP, São Paulo, 2001.

SANTOS, Claristella Alves dos. Rotas de Migração Tupiguarani. Recife, dissertação apresentada ao mestrado em História da UFPE, 1991.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Brasil nos Arquivos portugueses. In: Rio de Janeiro, Mensário do Arquivo nacional, vol. 11, n. 125, maio 1980.

SCATAMACHIA, Maria Cristina Mineiro. Arqueologia e etno-história: os cronistas do século XVI. In: Dédalo. São Paulo, pub. Avulsas, I. Anais da IVª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, p. 135/139, 1989.

SCHADEN, Egon. A mitologia heróica de tribos indígenas no Brasil: ensaio etno-sociológico. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Serviço de Documentação, 1959. (São Paulo: USP, 1989).

_____, _____. Aculturação indígena. São Paulo: Ed. USP, 1969.

_____, _____. Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos. Revista de Antropologia 13, p. 1-315, 1965.

_____, _____. e **PEREIRA, João Batista Borges**. A exploração antropológica, p. 425-443 e Viajantes e Naturalistas, p. 444-466. In: HOLLANDA, Sérgio B. (dir.). História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, 3º v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SCHADEN, Francisco S. G. Índios, caboclos e colonos: páginas de etnografia, sociologia e folclores. São Paulo: Fac. De Filosofia Ciências e Letras, 1963.

SCHIMIDT, Max. Estudos de etnologia brasileira [1900-1901]. São Paulo: Nacional, 1942.

SCHIMIDT, Wilhelm. Etnologia Sul-americana, círculos culturais e estratos culturais na América do Sul. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1942. (brasíliana, 218)

SCHWARTZ, Lília K. Moritz. e GOMES, Nilma Lino. (orgs.). Antropologia e História. Debate em região de fronteira. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____, _____. Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A Suprema corte da Bahia e seus Juizes. 1609-1751. São Paulo, Ed. Perspectiva (estudos), 1979.

SEEGER, Anthony. Índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____, _____ e **CASTRO, Eduardo Viveiros de**. pp. 35/68. Ponto de Vista sobre os índios brasileiros: um ensaio bibliográfico. In: O que se deve ler em ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Cortez: ANPOCS, 1986.

SENNA, Nelson C. de. Índios do Brasil. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1908.

SILVA, Edson. Bárbaros, bons, selvagens, heróis: imagens de índios do Brasil. Revista CLIO, nº 15, Recife: Imp. Universitária, 1994.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. (Cel.). Dissertação histórica, etnográfica e política sobre as tribos aborígenes que habitam a Bahia ao tempo em que o Brasil foi conquistado. In: Rio de Janeiro, RIHGB, Tomo XII, p. 143/257, 1849.

SILVA, Jacionira Coelho. Arqueologia no Médio São Francisco. Indígenas, Vaqueiros e Missionários. Tese de Doutorado. PPGH-UFPE, Recife, 2003.

SILVA, Leonardo Dantas. Pernambuco Preservado. Secretaria de Cultura do Gov. do Estado de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA, Luiz Geraldo. A propriedade Mercantil e a Propriedade Colonial: uma abordagem interpretativa da economia colonial do Nordeste (1690-1750). Recife, UFPE/Departamento de História, s.d.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. Brasil Colônia e Escravidão. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Maria Tereza Huang da. A transição do trabalho indígena compulsório ao assalariado no século XVIII, em Pernambuco. Recife, CFCH/Departamento de História/UFPE, 1983. Monografia apresentada ao curso de Graduação em História para obtenção do grau de Bacharel. 1ª parte.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. História Econômica do Brasil: 1500-1820. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

SIQUEIRA, Néelson Barbalho de. Cronologia Pernambucana. Subsídios para a história do Agreste e do Sertão. Recife: Centro de Estudos de História Municipal / FIAM, 1982.

SOBRINHO, Tomas Pompeu. Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herckman. In: Revista do Instituto do Ceará. Tomo 48, Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1934.

_____, _____. Os Tapuias do Nordeste. In: Revista do Instituto do Ceará. Tomo 53, Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1939.

SOIHET, Rachel. O Drama da conquista na festa: reflexões sobre a resistência indígena e circularidade cultural. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, p. 45-59, 1992.

SOUTHEY, Robert. História do Brasil. Brasília: MEC; São Paulo: melhoramentos, 1977.

SOUTO MAIOR, Pedro. Uma assembléia de índios em Pernambuco em 1645. In: Recife, RIHGPE, nº 15, Recife, 1912.

_____, _____. Dois Índios notáveis e Parentes Próximos. Pedro Poty e Philipe Camarão documentos interessantíssimos e inéditos. In: RIHGC, Fortaleza, 1912.

SOUZA JR., Antônio. Manuscritos do Brasil nos Arquivos de Portugal. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1969.

SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____, _____. Desclassificação do Ouro. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1982.

_____, _____. Inferno Atlântico. Demonologia e Colonização. Séculos XVI e XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STAMMEL, H. J. Indianev – Legend und wablichkeif von A-2. Libben-Kauf. Untergang. Orbis Verlag, Berlim, 1992.

STEWART, Julian (org.). handbook os South American Indians. V. 1. Washington: Smithsonian Institution / Bureau os American Ethnology, 1946.

STUDART, Guilherme. Notas para a história do Ceará: segunda metade do século XVIII. Lisboa: Tipografia do Recreio, 1892.

_____, _____. Datas e Fatos para a história do Ceará. 1º vol. Ceará Colônia. Fortaleza: Tip. Studart 1896.

_____, _____. Francisco Pinto e Luiz Figueira – o mais antigo documento sobre a história do Ceará. Tomo 17. Fortaleza, p. 51/175, 1903.

_____, _____. Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará. 1608-1628. Fortaleza, 1904.

_____, _____. Datas e fatos para a história do Ceará. Fortaleza, Rev. Acadêmica Cearense. XV: 1910 E XVII: 1912.

_____, _____. Documentos Relativos ao mestre de campo Morais Navarro. In: RIC, Fortaleza, 30/31, p. 350/364 e 161/223, 1916/1917.

_____, _____. O Pe. Martinho de Nantes e o cel. Dias D'Ávila. In: Revista Trimestral do Instituto do Ceará. T. 45. Fortaleza, 1931.

STUDART FILHO, Carlos. Contribuição para a etnologia brasileira. As tribos indígenas do Ceará. In: RIC, Fortaleza, XL, 1926.

_____, _____. A Revolta de 1713. In: Revista do Instituto do Ceará, Tomo 77. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1963.

_____, _____. Antiguidades indígenas do Ceará. In: RIC, Fortaleza, Tomo XLI, p. 167/221, 1927.

_____, _____. Estudos de história Seiscentista. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1959.

_____, _____. Notas históricas sobre os indígenas cearenses. In: Fortaleza, RIC, 45, 1931.

_____, _____. A missão Jesuítica de Ibiapava. In: Fortaleza, RIC, t. 59, p. 5/68, 1945.

_____, _____. Os aborígenes do Ceará. In: Fortaleza, RIC, 76 e 77, p. 4 a 73 e 153 a 271, 1962/1963.

_____, _____. Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra. A guerra dos bárbaros. RIC. Tomo 73-75, Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1959-62.

_____, _____. Páginas de História e pré-história. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará: 1966.

SUMÁRIO das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba. Escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo Cristóvão de Gouvêa, visitador da Companhia de Jesus de toda a província do Brasil. In: Rio de Janeiro, RHIGB [Séc. XVI]. Rio de Janeiro, tomo XXXVI, 1ª parte, p.5-89, 1873.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). História Econômica do Período Colonial. Editora Hucitec – FAPESP. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

TAUNAY, Affonso de. A Guerra dos Bárbaros. São Paulo, Rev. Do Arquivo Municipal, ano 2, n. 22, p. 7/331, abril de 1936.

_____, _____. História Geral dos Bandeirantes paulistas. São Paulo: II L Canton, 1924-1950.

TEIXEIRA, Domingos Fr. (Eremita de Santo Agostinho). Vida de Gomes Freire de Andrada. General da Artilharia do Reino do Algarve, Governador e Capitão Geral do Maranhão, Pará e Rio das Amazonas no Estado do Brasil., 2 vols. Lisboa Ocidental, Oficina da Música, 1724 e 1727.

THÉBERGE, Pe. Esboço histórico sobre a província do Ceará. Fortaleza, 1869.

THOMAS, Georg. Política Indigenista dos Portugueses no Brasil, 1500-1640. São Paulo: Loyola, 1981.

TIBIRIÇA, Luiz Caldas. Dicionário Tupi Português. Traço editora, João Pessoa, 1984.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TOVAR, Antonio. Tapuías, Tupis e Incas: paralelos no velho mundo. Petrópolis, revista Vozes, vol. 67, n. 5, p. 45-48. 1973.

TUGGIA, Rafael (frei). Mapas dos índios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Thereza Cristina no rio Tocantins e dos índios Craôs da aldeia de Pedro Afonso nas margens do mesmo rio, ao norte da província de Goiás [1852]. In: Rio de Janeiro, RIHGB, vol. XIX, 1898.

UNKEL, Curt; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo; SUESS, Paulo. Textos Indigenistas. São Paulo: Loyola, 1982.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo línguas nativas. In: CUNHA, MANUELA Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil, São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP, 1992.

VAINFAS, Ronald. A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

____, _____ (org.). Santo ofício da inquisição de Lisboa. Confissões da Bahia. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1997.

VALLE, Sarah Maranhão. A perpetuação da conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX. Recife, dissertação apresentada ao mestrado em História da UFPE, 1992.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil antes da sua separação de Portugal. [1854]. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

_____, _____. Etnografia indígena. Língua, Emigrações e Arqueologia. In: Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XII, p. 366/376, 1849.

VIANNA, Mabel de Cerqueira. Aspectos sócio econômicos dos fulni-ô de Águas Belas – PE. Recife: SUDENE, 1966.

VIOTTI, Emília da Costa. Da Senzala à Colônia. (coleção Brasil ontem e hoje, dirigida por BRAZ, José de Araújo). Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

VOVELLE, Michel. A História e a longa duração, pp. 65/96. In: LE GOFF, J. (dir). A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

WACHTEL, Natan. A aculturação. P. 113/ 129. In: LEGOFF, Jacques e NORA, Pierre (dirs.). História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

WATSON, Wreford. Mental Images and Geographical Reality. Nova York, Mc Graw Hill Book Company, 1989

WAGNER, Robert. A conquista do Oeste. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2000.

WILSON, Luís. Ararobá, Lendária e Eterna Notas para a Historia de Pesqueira. CEPE, Recife, 1980.